

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

CAMILA MAURER

DELIBERAÇÃO MEDIADA NA ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA:
ANÁLISE DO DEBATE MEDIADO PELO *JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS 18H*
SOBRE AS ELEIÇÕES 2022 NO BRASIL

PONTA GROSSA

2023

CAMILA MAURER

DELIBERAÇÃO MEDIADA NA ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA:
ANÁLISE DO DEBATE MEDIADO PELO *JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS 18H*
SOBRE AS ELEIÇÕES 2022 NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa: Processos de produção jornalística.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia Xavier

PONTA GROSSA

2023

M453 Maurer, Camila
Deliberação mediada na esfera de visibilidade pública: análise do debate mediado pelo Jornal GloboNews - Edição das 18h sobre as Eleições 2022 no Brasil / Camila Maurer. Ponta Grossa, 2023.
196 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia Xavier.

1. Telejornalismo. 2. Deliberação mediada. 3. Globonews. 4. Eleições 2022. 5. Processos jornalísticos. I. Xavier, Cintia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 079.81

CAMILA MAURER

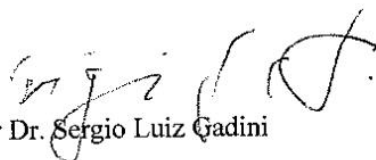
DELIBERAÇÃO MEDIADA NA ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA:
ANÁLISE DO DEBATE MEDIADO PELO *JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS
18H* SOBRE AS ELEIÇÕES 2022 NO BRASIL

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de
Concentração Processos Jornalísticos.

Ponta Grossa, 3 de agosto de 2023



Professora Dra. Cintia Xavier – Orientadora
Doutora em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)



Professor Dr. Sergio Luiz Gadini
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)



Professor Dr. Felipe Simão Pontes
Doutor em Sociologia Política
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Camila Maurer, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “Deliberação mediada na esfera de visibilidade pública: análise do debate mediado pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre as Eleições 2022 no Brasil”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas, com a devida indicação da fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente), ou somente indicados autor e data (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 25 de agosto de 2023

Camila Maurer

R.A. 3100121006018

Para Carlos, Norma e Lourenço.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concede milagres **todos os dias**.

Ao meu companheiro de vida, Carlos, cuja resiliência e vontade de viver me inspiram a lutar.

Aos meus pais, Norma e Lourenço, que construíram as bases para minha formação humana e acadêmica, e a minha irmã, Bruna, minha primeira referência profissional.

Aos amigos Augusto e Luana, que acompanharam todos os momentos de minha jornada nos últimos dois anos e com os quais compartilhei algumas frustrações e muitas alegrias.

À orientadora desta pesquisa, Cintia Xavier, pela empatia, disponibilidade e comprometimento ao longo de todo o processo.

Aos professores, pelo acolhimento, condução das disciplinas e devolutivas construtivas.

Ao Programa, por me abrir as portas quando outras se fechavam, e pelo esforço em manter as atividades mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia de covid-19.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender como se constituiu o debate mediado pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* em torno das eleições de 2022 no Brasil. O trabalho inscreve-se na interface entre o potencial do jornalismo para mediar processos deliberativos ampliados e as lógicas a partir das quais operam os jornalistas. Emprega-se a noção de deliberação mediada (PAGE, 1996; MAIA, 2008), vinculada ao paradigma democrático deliberativo e entendida como o debate que ocorre no interior da esfera de visibilidade midiática ao longo do tempo, e busca-se compreender como o telejornal em questão constrói debates em torno de temas políticos. Para isso, adotam-se dimensões e critérios de análise que objetivam investigar como o telejornal distribui suas cotas de visibilidade, quais as estratégias mobilizadas pelos jornalistas para interpretar os fatos políticos e de que forma as dinâmicas do telejornalismo condicionam o debate. Conclui-se que o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* selecionou, organizou e formatou fluxos discursivos que se encontravam dispersos na esfera pública, construindo um debate no âmbito do fragmento da esfera de visibilidade midiática que ocupa, adotando posição de alinhamento à alta cúpula do Judiciário Federal na defesa do sistema eleitoral e da Justiça Eleitoral como instância dotada de legitimidade para conduzi-lo. O debate mediado pelo telejornal proporcionou possibilidades limitadas de deliberação, condicionadas por suas características de formato e linguagem e pelo teor antidemocrático das alegações contra o processo eleitoral, que exigiu tomada de posição por parte dos jornalistas.

Palavras-chave: telejornalismo; deliberação mediada; GloboNews; Eleições 2022; processos jornalísticos.

ABSTRACT

This research aims to understand how the debate mediated by *Jornal GloboNews – Edição das 18h* about 2022 election in Brazil was constituted. This research is part of the interface between the potential of journalism to mediate expanded deliberative processes and the logic from which journalists operate. We use the concept of mediated deliberation (PAGE, 1996; MAIA, 2008), associated with the deliberative paradigm and understood as the debate that takes place within the sphere of media visibility over time, and we seek to understand how the newscast constructs debates around political themes. For that, we adopt dimensions and analysis criteria that aim to investigate how television news distributes its visibility quotas, what strategies are mobilized by journalists to interpret political facts and how the dynamics of television journalism condition the debate. It is concluded that *Jornal GloboNews – Edição das 18h* selected, organized and framed communicative flows that were dispersed in the public sphere, building a debate within the scope of the fragment of the sphere of media visibility that it occupies, adopting a position of alignment with the high leadership of the Judicial Power in defense of the electoral system and the Electoral Justice as a legitimate instance to lead that process. The debate built by the newscast provided limited possibilities for deliberation, conditioned by the characteristics of the format and language of the newscast and by the anti-democratic content of the claims against the election process, which required the journalists to take a position.

Keywords: television journalism, mediated deliberation, GloboNews; 2022 election; journalistic process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro Raio X da Política: Eleições.....	100
Figura 2: Central das Eleições.....	102
Figura 3: Uso de imagens durante entrada ao vivo.....	103
Figura 4: Superposição de telas.....	105
Figura 5: Sobreposição de telas.....	105
Figura 6: Contraposição de telas.....	106
Figura 7: Alteração da identidade visual GloboNews.....	107
Figura 8: Bolsonaro não aplaudiu Alexandre de Moraes.....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Registros por semana.....	109
Gráfico 2: Registros por semana “Ataques e defesas do processo eleitoral”.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Planilha para coleta de dados e exemplo de preenchimento.....	86
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – ESFERA PÚBLICA, VISIBILIDADE E DELIBERAÇÃO	19
1.1 ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA E A CRÍTICA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	19
1.2 VISIBILIDADE COMO CONDIÇÃO PARA A DISCUTIBILIDADE NA ESFERA PÚBLICA	23
1.2.1 Comunicação Política no Contexto das Plataformas Digitais	26
1.3 DELIBERAÇÃO NA ESFERA DE VISIBILIDADE MUDIÁTICA	32
1.4 DELIBERAÇÃO MEDIADA: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA ACADÊMICA.....	34
1.4.1 Potencialidades e Limites dos Meios de Comunicação como Espaços Deliberativos	35
1.4.2 Mensuração de Deliberatividade	36
CAPÍTULO 2 – TELEJORNALISMO E MEDIAÇÃO DE DEBATES PÚBLICOS	42
2.1 POTENCIALIDADES E LIMITES DO JORNALISMO COMO MEDIADOR DE DEBATES PÚBLICOS	42
2.2 <i>HABITUS</i> JORNALÍSTICO E ROTINAS PRODUTIVAS: CONDICIONANTES E DEPENDÊNCIAS	48
2.3 TELEVISÃO NO BRASIL: PRIMAZIA DO MODELO PRIVADO E HEGEMONIA DO GRUPO GLOBO	52
2.4 TELEJORNALISMO 24 HORAS.....	57
2.5 GLOBONEWS: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO	59
2.5.1 GloboNews como Objeto de Pesquisa Acadêmica: Contribuições e Potencial para Aprofundamentos	62
2.6 RECONFIGURAÇÕES DO TELEJORNAL: DO MODELO RADIOFÔNICO À GRAMÁTICA TELEJORNALÍSTICA.....	66
2.7 ESPECIFICIDADES DO TELEJORNAL.....	68
CAPÍTULO 3 – PERCURSO DE PESQUISA	73
3.1 MOVIMENTOS EXPLORATÓRIOS INICIAIS.....	73
3.1.1 Reposicionamento do Foco de Observação	74
3.1.2 Voto Impresso: Tentativas de Implantação	75

3.1.3 Cobertura do Voto Impresso nos Telejornais da TV Globo	77
3.1.4 Observação de Telejornais de Emissoras Abertas	79
3.2 CANAIS DE NOTÍCIAS NA TV POR ASSINATURA E POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA.....	81
3.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO, RECORTE TEMPORAL E OBJETIVOS.....	82
3.4 OBSERVAÇÃO DO TELEJORNAL E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	84
3.5 SISTEMATIZAÇÃO DAS DIMENSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE	87
3.5.1 Como o Telejornal Distribui suas Cotas de Visibilidade?	88
3.5.2 Quais as Estratégias Mobilizadas pelos Jornalistas para Interpretar o Acontecimento Político?	88
3.5.3 Como as Dinâmicas do Telejornalismo Condicionaram o Debate?	89
3.6 ENTREVISTAS	91

CAPÍTULO 4 – JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS 18H: DA PROPOSTA

DIALÓGICA ÀS POSSIBILIDADES RESTRITAS DE DELIBERAÇÃO	93
4.1 DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS DO <i>JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS 18H</i>	93
4.1.1 Estrutura Discursiva e Formatos de Apresentação da Notícia.....	93
4.1.2 Enunciadores e Locações	97
4.1.3 Dimensão Textual	98
4.1.4 Temáticas	99
4.1.5 Dimensão Visual	102
4.2 ANÁLISE DO DEBATE MEDIADO SOBRE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO.....	107
4.2.1 Panorama Geral do <i>Corpus</i> e Picos de Cobertura	107
4.2.2 Distribuição da Visibilidade no <i>Jornal GloboNews – Edição das 18h</i>	115
4.2.3 Seleção, Caracterização e Mobilização das Fontes de Informação	119
4.2.3.1 O uso de sonoras como mecanismo de promoção de visibilidade	127
4.2.3.2 Fontes não identificadas e <i>off the records</i>	129
4.2.4 Mediação Telejornalística: Estratégias Mobilizadas pelos Jornalistas na Interpretação dos Fatos Políticos	131

4.2.5 Deliberação Mediada: Como as Dinâmicas do Telejornalismo Condicionaram o Debate.....	141
4.2.6 Conclusões Acerca do Debate Mediado pelo <i>Jornal GloboNews – Edição das 18h</i> sobre o Processo Eleitoral Brasileiro	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICE A - LINK DE ACESSO ÀS EDIÇÕES ANALISADAS	187
APÊNDICE B – LISTAGEM DE FONTES MOBILIZADAS	192

INTRODUÇÃO

A defesa da democracia e dos interesses da sociedade civil é uma das bases sobre a qual se constrói o discurso de legitimação do jornalismo como instituição social. Há relativo consenso em relação ao fato de que o jornalismo desempenha um papel preponderante para a manutenção e aprofundamento das democracias, ainda que não haja o mesmo consenso quando se trata de definir as especificidades desse papel. As pressões e contradições características do jornalismo com fins mercadológicos tornam a imbricação entre a prática jornalística e os ideais democráticos passível de questionamento. O jornalismo é acusado, por exemplo, de operar a partir das lógicas da dramatização e do espetáculo (GOMES, 2004) e de cobrir temas políticos a partir de enquadramentos simplificadores e insuficientes (ROTHBERG, 2010).

Ainda que se trate de um termo de uso corrente, a democracia não é fácil de definir. Bobbio (1997) aponta para as dimensões normativa e procedimental para estabelecer uma definição mínima de democracia, ao afirmar que “o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*” (BOBBIO, 1997, p. 17, grifo do autor). Ainda assim, a noção de democracia abarca muitos modelos e concepções, admitindo gradações, retrações e aprofundamentos, a depender das condições sócio-históricas vigentes.

Dahl (2001) lembra que o termo democracia é comumente empregado tanto para designar “um objetivo ou ideal como uma realidade que é apenas uma consecução parcial desse objetivo” (DAHL, 2001, p. 97), admitindo que os critérios democráticos por ele sistematizados jamais foram atingidos pelas democracias reais. Para o autor, a existência de fontes de informação diversificadas e independentes do governo é uma das exigências mínimas para que um país possa ser considerado democraticamente governado. Nesse sentido, destaca-se que a missão jornalística fundamental de informar a sociedade dialoga com os critérios democráticos preconizados pelo autor, pois contribui para atender à necessidade de fomentar uma compreensão esclarecida das questões públicas, além de permitir que os cidadãos possam, efetivamente, participar da vida política e do planejamento público.

A dimensão comunicativa encontra-se na base da proposta do modelo de democracia deliberativa de Habermas (1995). Esse modelo (que recupera contribuições das tradições liberal e republicana, mas se propõe alternativo a estas) corresponde a uma teoria democrática normativa, baseada na “defesa da discussão pública enquanto mecanismo de produção e

legitimação das decisões políticas” (MARQUES; MIOLA, 2010, p. 1). A operacionalização de ambientes de discussão pública nas sociedades contemporâneas, no entanto, é uma das dificuldades encontradas pelos teóricos filiados à concepção deliberacionista, que passaram a considerar a comunicação de massa “elemento fundamental para efetivar espaços de discussão pública” (MARQUES; MIOLA, 2010, p. 2).

O mundo hipotético imaginado por Michael Schudson (1995, p. 1), em que os jornalistas não existem e os mais diversos atores sociais entregam informações diretamente aos cidadãos que, com o passar do tempo, veem-se ávidos por alguma forma de seleção e interpretação, suscita a reflexão sobre o papel mediador dos jornalistas, bem como sobre as especificidades do conhecimento público que produzem e de sua importância e imprescindibilidade para a cultura política democrática. É, em grande medida, a partir da mediação do jornalismo que os cidadãos constroem o repertório a partir do qual se posicionam na sociedade.

Com base em Maia (2008a, 2008b) e Marques (2010), sustenta-se que o jornalismo adquire importância fundamental na mediação de processos deliberativos ampliados, tendo em vista que atua como mediador e articulador de fluxos discursivos provenientes de diversos atores sociais. Além disso, os jornalistas possuem legitimidade social para regular a visibilidade de atores e agendas e para compelir atores políticos a fornecer justificativas públicas de seus atos e declarações. É nesse contexto que se emprega a noção de deliberação mediada (PAGE, 1996; MAIA, 2008a) entendida como o debate que ocorre entre jornalistas e fontes no interior da cena midiática ao longo do tempo. O uso do termo remete a uma abordagem que concebe o jornalismo como fórum para o debate cívico. No entanto, o jornalismo não deve ser reduzido ao espaço a partir do qual se materializa, nem ser compreendido unicamente como mero fornecedor de insumos informativos, mas como prática profissional voltada à produção de um tipo específico de discursos sobre a realidade, que obedece a dinâmicas próprias e constitui espaço de conflitos, atravessamentos e contradições, assim como a própria democracia. A pesquisa cujos resultados são descritos neste documento inscreve-se, portanto, na interface entre o potencial do jornalismo para mediar processos deliberativos ampliados e as lógicas a partir das quais operam os jornalistas.

O projeto originalmente apresentado ao programa passou por alterações ao longo do processo, a partir das discussões realizadas nas disciplinas, das orientações realizadas semanalmente a partir de junho de 2021 e dos movimentos exploratórios realizados. Inicialmente, propunha-se investigar a deliberação mediada em torno da Proposta de Emenda Constitucional que promoveu alterações na Previdência Social brasileira, possibilidade descartada por tratar-se de um debate finalizado, tanto nas esferas políticas institucionais quanto

na mídia, e estar excessivamente atrelado a uma agenda econômica liberal, o que poderia limitar nossos resultados. A partir disso, enxergamos potencialidades para a pesquisa nas controvérsias em torno do sistema eletrônico de votação (que se manifestaram nas esferas políticas institucionais através da PEC 135/2019, que ficou conhecida como PEC do Voto Impresso¹) e nos movimentos de ataque ao processo eleitoral sustentados por grupos políticos que apoiavam o presidente Jair Bolsonaro. Sobre esse aspecto, recorda-se que os consensos construídos na sociedade são sempre provisórios e passíveis de revisão e que, sob a ótica teórica deliberacionista, a construção de consensos e sua legitimidade democrática exigem debate amplo e esclarecido. Desse modo, ainda que a maior parte dos eleitores afirmem confiar no voto eletrônico², a existência de uma parcela da população que alimenta algum nível de desconfiança em relação ao sistema evidencia que o consenso compartilhado em torno da segurança do voto eletrônico encontra-se abalado, o que justifica a relevância do tema.

Originalmente, propunha-se adotar o *Jornal Nacional*, da TV Globo, como objeto empírico, tendo em vista a abrangência de sua audiência e o fato de que constitui a principal janela de visibilidade midiática no espaço público brasileiro. O amadurecimento do projeto resultou em mudanças de perspectiva que nos levaram a privilegiar aspectos relacionados aos processos de produção jornalística, em detrimento de eventuais efeitos da cobertura, motivo pelo qual questões como audiência e abrangência assumiram papel menos importante.

As características de formato e linguagem do *Jornal GloboNews – Edição das 18h* (baseado no diálogo entre apresentador, repórteres e comentaristas) e o lugar privilegiado ocupado pelos comentaristas de política neste telejornal apresentaram-se como potencialidade para a investigação do modo como o telejornalismo produzido a partir do canal de notícias articula o debate em torno do processo eleitoral brasileiro. Tais características podem, hipoteticamente, favorecer os processos de debate em torno de temas políticos, ainda que tais debates possam não contemplar os elementos normativos da deliberação, tendo em vista que são mediados e construídos a partir de lógicas internas ao campo jornalístico.

¹ A PEC 135/2019, que propunha a obrigatoriedade da impressão de votos em eleições, plebiscitos e referendos, foi arquivada em agosto de 2021 após ser rejeitada em comissão especial criada para discuti-la e, posteriormente, em votação no plenário da Câmara dos Deputados.

² Pesquisa realizada pelo Datafolha e divulgada em agosto de 2022 mostrou que 79% dos brasileiros confiam nas urnas eletrônicas (47% afirmam “confiar muito” e 32% responderam que “confiam um pouco”), enquanto 20% afirmam não confiar no sistema eletrônico de votação. Em março de 2022, o índice de confiança dos brasileiros nas urnas eletrônicas era de 82%; em maio do mesmo ano passou a ser de 73%. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/08/cresce-confianca-nas-urnas-eletronicas.shtml>.

Considerado esse percurso, a pesquisa objetiva, de forma geral, compreender como se constitui o debate mediado pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre as Eleições 2022 no Brasil. Para isso, propõe-se:

- Construir um quadro descritivo do telejornal em questão que permita identificar especificidades do telejornalismo produzido a partir do canal de notícias;
- Verificar se há construção de um debate em torno do processo eleitoral brasileiro a partir do telejornal em questão;
- Identificar como as especificidades do telejornal favorecem ou prejudicam a construção do debate;
- Compreender se o debate construído em torno do tema apresenta elementos de um processo de deliberação mediada.

A coleta de material empírico foi realizada ao longo de 30 semanas, entre 11 de abril e 4 de novembro de 2022, o que exigiu o acompanhamento sistemático de 180 edições do telejornal. Em 107 edições, registros relativos ao sistema ou ao processo eleitoral estiveram presentes. O tratamento do material empírico permitiu identificar que a abordagem centrada nos ataques e defesas do sistema eleitoral eram predominantes e apresentavam maiores oportunidades para estender o debate ao longo do tempo, motivo pelo qual adotamos os 81 registros associados a essa abordagem como foco de análise qualitativa.

Esta dissertação apresenta os resultados de nosso percurso teórico-metodológico em quatro capítulos assim organizados: no primeiro, apresentam-se e discutem-se as noções de esfera pública (HABERMAS, 1997; 2003), visibilidade (THOMPSON, 2002; GOMES, 2008) e deliberação (MAIA, 2008a; 2008b) enquanto ideias estruturantes da investigação, e traça um panorama sobre a retórica de ataque ao processo eleitoral conduzida por Jair Bolsonaro, que se dá na interface entre dois fenômenos comunicativos contemporâneos: a comunicação direta entre líderes políticos e seus públicos e a disseminação de desinformação através das plataformas digitais. O segundo capítulo dedica-se a discutir as potencialidades e os limites do jornalismo na mediação de debates públicos, considerando as especificidades e os condicionantes da prática jornalística, além de abordar a constituição do campo televisivo no Brasil e as características centrais do telejornal, subgênero televisivo para o qual voltamos nossa observação empírica. No terceiro capítulo, relata-se o percurso teórico-metodológico que levou à construção do objeto de pesquisa, bem como as dimensões e categorias de análise que guiaram

a interpretação dos registros coletados. O quarto capítulo sistematiza a análise realizada e dedica-se a construir um quadro descritivo geral do telejornal objeto de investigação, utilizado como base para a apreciação do modo como o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* selecionou e formatou fluxos discursivos dispersos na esfera pública de modo a construir um debate no fragmento da esfera de visibilidade que ocupa. Os achados da investigação apontam para a construção de um debate, na acepção ampla do termo, marcado por possibilidades restritas de deliberação, condicionadas pelo teor antidemocrático da retórica contra as urnas, pela adoção de uma posição editorial de alinhamento à defesa da legitimidade da Justiça Eleitoral e pelas especificidades do subgênero telejornal.

CAPÍTULO 1 – ESFERA PÚBLICA, VISIBILIDADE E DELIBERAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos e discutimos as noções de esfera pública, visibilidade e deliberação enquanto conceitos estruturantes do quadro teórico de referência. O primeiro movimento deste capítulo dedica-se a descrever, em linhas gerais, a ideia de esfera pública associada à crítica habermasiana aos meios de comunicação. Reconhece-se que tanto o conceito quanto a perspectiva crítica a ele associada estão atrelados a um tempo e lugar determinados, cujas características podem não contemplar satisfatoriamente as especificidades do desenvolvimento histórico da imprensa brasileira e de nossa organização política. Ainda assim, considera-se relevante o desenvolvimento desse breve panorama tendo em vista que a noção de esfera pública constitui categoria central da concepção de democracia deliberativa. Em um segundo momento do texto, desenha-se a ideia de visibilidade enquanto âmbito da publicidade social do qual dependem os processos públicos de debate e que, nas sociedades contemporâneas, está intimamente relacionado à exposição proporcionada pelo jornalismo. O terceiro movimento do texto dedica-se a expor a noção de deliberação pública e seus pontos de contato com a comunicação midiática, que se encontram nas bases da ideia de deliberação mediada, conceito-chave de nossa investigação.

1.1 ESFERA PÚBLICA E A CRÍTICA HABERMASIANA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Habermas (2003) aponta para a importância da imprensa de opinião na constituição da esfera pública, categoria base de sua reflexão filosófica sobre a democracia. Em linhas gerais, a esfera pública habermasiana consiste em uma dimensão social e comunicativa formada entre a esfera privada e o Estado, em que os cidadãos discutem livremente temas de interesse geral. A noção de esfera pública adaptou-se ao longo do tempo, revisitada por seu próprio autor. Na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (HABERMAS, 2003), “a esfera pública burguesa caracteriza-se como parte de uma engrenagem historicamente dada, por meio da qual se busca assegurar a autonomia privada dos indivíduos contra o Estado autoritário” (GOMES, 2008, p. 119), conceito que reflete a tradição liberal de defesa das liberdades dos cidadãos privados.

Em obra posterior, *Direito e Democracia* (HABERMAS, 1997), o autor redefine a esfera pública como uma rede altamente complexa, que se ramifica em múltiplas arenas sobrepostas, formadas por uma multiplicidade de públicos. Nessa dimensão social, os fluxos

comunicativos individuais ou coletivos “são condensados e filtrados como questões, indagações e contribuições, firmando-se ao redor do centro do sistema político como força tendente a influenciá-lo de modo favorável à esfera civil” (GOMES, 2008, p. 119).

Para a teoria habermasiana, as transformações históricas pelas quais passou a imprensa contribuíram para remodelar a estrutura da esfera pública e alterar suas funções. O panorama histórico traçado por Habermas (2003) considera que, inicialmente, os jornais organizavam-se a partir de pequenas empresas artesanais, cuja atividade se limitava à transmissão de notícias com interesses unicamente comerciais. Um novo momento histórico e político – a constituição da burguesia e a luta contra o absolutismo – levou ao surgimento de uma imprensa de opinião, que assumiu características de porta-voz e condutora da opinião pública nascente e transformou-se em instrumento de luta política da classe burguesa. A imprensa opinativa posicionava-se como mediadora e potencializadora da politização do público, criando o ambiente favorável para a consolidação de uma esfera pública política, que buscava influenciar as decisões políticas para garantir os direitos dos cidadãos privados contra o Estado autoritário. Nessa fase da imprensa, havia pouca intenção de obter lucro, de modo que as empresas eram normalmente deficitárias, iniciativas de homens cultos e escritores.

A posterior institucionalização do Estado burguês de Direito e a legalização de uma esfera pública politicamente ativa levou ao alívio das pressões sobre a imprensa crítica, de modo que, a partir deste momento, as empresas jornalísticas voltaram-se para a obtenção de lucro. Assim, a imprensa politizante transformou-se em uma imprensa comercializada, baseada em anúncios de baixo custo e maior número de compradores, o que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, por volta dos anos 30 do século XIX (HABERMAS, 2003).

Ao longo do século XX, o surgimento das mídias eletrônicas adicionou novos elementos a esse contexto. Na perspectiva habermasiana, os meios de comunicação de massa promoveram impactos negativos sobre a esfera pública, levando à despolitização, posição alinhada à crítica da Escola de Frankfurt à indústria cultural. Em linhas gerais, o modo como os meios massivos elaboram a comunicação afeta a esfera pública, despolitizando-a. Em *Direito e Democracia* (1997), Habermas detalha algumas das razões de seu ceticismo em relação aos discursos produzidos pela mídia:

Os produtores de informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios. Isso vale especialmente para opiniões que extrapolam o leque de opiniões da grande mídia eletrônica, “equilibrada”, pouco flexível e limitada

centricamente. [...] A personalização de questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública. Este é o verdadeiro núcleo da teoria da indústria cultural (HABERMAS, 1997, p. 110).

Para o autor, os meios de comunicação de massa adquiriram extensão e eficácia superiores à imprensa liberal e, conseqüentemente, tornaram-se mais vulneráveis a interesses privados. Assim, a publicidade crítica, característica da esfera pública burguesa, teria se transformado em publicidade manipulativa, aspecto descrito por Habermas (2003) como um processo de “refeudalização da esfera pública”, que designa uma “regressão à etapa pré-democrática, quando as pessoas eram subordinadas, espectadores do desfile do poder, ao invés de cidadãos colaborando na construção de um futuro coletivo” (MURDOCK, 2018, p. 14). Nesse novo cenário, não subsistiriam as condições para o desenvolvimento da racionalidade emancipatória que leva à legitimação democrática através do debate público amplo e esclarecido, ideia central do modelo democrático deliberativo, que tem em Habermas (1995) um de seus principais expoentes.

Thompson (2002) considera equivocada a perspectiva habermasiana, que avalia negativamente a expansão da esfera pública a partir de novas formas de publicidade. Na interpretação de Thompson, o percurso teórico traçado por Habermas não se interessou pela imprensa em si, mas pelas conversações face a face estimuladas por ela. Sua reflexão em torno dos meios de comunicação baseava-se em um modelo de comunicação tradicional, atrelado à palavra falada e à publicidade de co-presença, materializada nos cafés, clubes e salões da Europa. Assim, na visão de Thompson (2002, p. 119), “Habermas privou-se dos meios de compreensão das novas formas de publicidade criadas pela mídia: ele as vê através das lentes do modelo tradicional, quando é justamente esse modelo que foi substituído”. Nesse sentido, a crítica habermasiana, ainda que fundamentada, encontra-se atrelada a um modelo de esfera pública altamente excludente, incompatível com as democracias de massa.

Gomes (2008) avalia que percepção de Habermas acerca dos efeitos que os meios de comunicação exercem sobre os processos democráticos modificou-se ao longo do tempo, sendo possível identificar duas fases distintas: a primeira, em que os meios de comunicação de massa eram apontados como responsáveis pela desvirtuação da esfera pública (na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*), e a segunda, em que se reconhece que a discussão pública na atualidade passa pela mediação da indústria da comunicação, tornando-se, com isso, mais abrangente e acessível a um grande número de cidadãos (em *Direito e Democracia*). A partir dessa concepção ampliada, que passa a entender a esfera pública como uma estrutura

intermediária entre o sistema político e os setores privados do mundo da vida (HABERMAS, 1997), considera-se a existência de diferentes modalidades de esfera pública, distintas em relação à densidade da comunicação, complexidade organizacional e alcance. A tipologia elaborada pelo autor considera a articulação de públicos **episódicos**, reunidos em bares, cafés ou nas ruas; públicos **ocasionais** (ou de presença organizada), reunidos em torno de eventos específicos (como uma apresentação teatral ou culto religioso); e públicos **abstratos**, que consistem em leitores, ouvintes e espectadores isolados e espalhados por amplas áreas geográficas, reunidos pela comunicação de massa. Nesse sentido, a inclusão de uma tipologia específica de esfera pública, constituída a partir da mídia ao conectar indivíduos geograficamente dispersos, evidencia um movimento de reconsideração do autor em relação ao eventual potencial democrático da comunicação de massa³.

Em artigo que condensa percepções mais recentes em relação à comunicação política na sociedade midiática, Habermas (2008) reconhece a importância dos meios de comunicação ao afirmar que existem dois tipos de atores essenciais para o funcionamento de uma esfera pública política: “os profissionais do sistema dos *media* – especialmente os jornalistas que editam notícias, relatos e comentários – e os políticos que ocupam o centro do sistema político, e são tanto coautores quanto destinatários das opiniões públicas” (HABERMAS, 2008, p. 14).

O autor expõe que “a dinâmica da comunicação de massa é dirigida pelo poder dos *media* de selecionar e de formatar a apresentação de mensagens e pelo uso estratégico do poder político e social para influenciar as agendas, assim como para ativar e enquadrar questões públicas” (HABERMAS, 2008, p. 13) e alerta para o fato de que “a comunicação política mediada é conduzida por uma elite” (HABERMAS, 2008, p. 14). Por esse motivo, autores como Gomes (2008) e Maia (2008) enxergam os meios de comunicação como atores ambíguos, capazes de contribuir para a construção de espaços de debate, mas profundamente marcados pela lógica mercadológica e pelas assimetrias de poder existentes na sociedade. Na interpretação do autor, os ganhos em acessibilidade na esfera pública pré-estruturada pelos meios de comunicação são pagos com a “perda da discutibilidade, ou ao menos, de níveis democraticamente densos de discussão pública” (GOMES, 2008, p. 117).

³ Cumpre-nos ressaltar que a teorização do autor sobre a comunicação não se restringe às obras mencionadas, tendo sido amplamente trabalhada em sua Teoria do Agir Comunicativo, originalmente publicada em 1981.

1.2 VISIBILIDADE COMO CONDIÇÃO PARA A DISCUTIBILIDADE NA ESFERA PÚBLICA

Gomes (2008) propõe o detalhamento da noção de esfera pública habermasiana a partir do que considera suas duas dimensões fundamentais: visibilidade e discutibilidade. A *esfera de visibilidade pública* corresponde ao âmbito da publicidade social que corresponde à cena pública, à dimensão da vida social que é disponível ao conhecimento público (GOMES, 2008). Para o autor, em uma democracia de massa, “não há como estabelecer consensos, reconhecer as questões relativas ao bem comum e as posições em disputa eleitoral sem que se passe por tal meio essencial de sociabilidade” (GOMES, 2008, p. 134). Aliada à esfera de visibilidade pública, essencialmente expositiva, encontra-se a *esfera de discussão pública*, argumentativa, na qual a ideia de exposição permanece fundamental. Nessa dimensão, questões em disputa são expostas ao conhecimento público de modo a permitir que os interessados estejam cientes de sua existência e possam nela intervir. Ambas as dimensões da esfera pública estão intrinsecamente relacionadas, de modo que qualquer perda em uma das instâncias gera impactos negativos sobre a qualidade democrática.

Marques (2010a) sustenta que discursos provenientes de diferentes arenas comunicativas “devem adquirir visibilidade de modo a tornar públicos os argumentos disponibilizados para o debate” (MARQUES, 2010a, p. 274). Na concepção da autora, a principal contribuição dos meios de comunicação no processo de debate público está ligada à capacidade de dar publicidade aos discursos e estimular discussões em torno deles. Sobre esse aspecto, recorda-se que os meios eletrônicos contribuíram para alterar os limites entre o público e o privado, de modo que a comunicação mediada por eles se tornou indispensável na organização das relações sociais, do tempo e do espaço. Nesse cenário, “o fenômeno da publicidade se separou da ideia de conversação dialógica em espaços compartilhados, e ligou-se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e alcançada pela mídia” (THOMPSON, 2002, p. 119). Essa transformação alterou o modo como o poder político é exercido nas sociedades contemporâneas, levando à necessidade de administrar a visibilidade (de indivíduos e de acontecimentos) através da mídia. Assim, a ação dos atores políticos e sociais que se pretendam relevantes e influentes em relação ao debate público precisa se desenvolver na esfera de visibilidade midiática, o que leva a uma competição por atenção e visibilidade, da qual participam ativamente os jornalistas. Ao mesmo tempo, perspectivas e pontos de vista da sociedade civil precisam ultrapassar as barreiras impostas pelo acesso

desigual aos meios de comunicação e suas rotinas produtivas para garantir alguma chance de inserção no debate.

Esse contexto remete ao fenômeno da midiaticização da política, concebido como um processo de longo prazo através do qual “a mídia se tornou cada vez mais independente da política e por meio do qual atores e instituições políticas se tornaram cada vez mais dependentes da mídia” (STRÖMBACK; VAN ALEST, 2013, p. 341). Nesse processo, atores e instituições políticas, que têm na mídia seu principal canal de comunicação com os cidadãos, adaptam-se às rotinas de produção, linguagem, formatos e padrões de noticiabilidade da mídia para otimizar as chances de se tornarem visíveis nesses espaços discursivos: “um político inteligente, por exemplo, ajusta o tempo e a duração de sua mensagem para aumentar sua chance de ser coberto no noticiário da noite” (STRÖMBACK; VAN ALEST, 2013, p. 343, tradução nossa). A consolidação da internet e a incorporação das plataformas digitais nas mais diversas esferas da vida social, no entanto, adicionaram novos elementos a esse contexto, que contribuíram para a construção de um ambiente informacional em que atores políticos podem comunicar-se com grandes audiências sem a mediação do jornalismo profissional e de veículos tradicionais de comunicação.

O potencial emancipatório da internet defendido por seus pioneiros (e associado a movimentos de contracultura do final da década de 1960) baseava-se na expectativa de que as novas tecnologias de comunicação superariam barreiras geográficas e temporais, burocracias governamentais e a própria lógica capitalista (LOPES, 2022). A expectativa de que a revolução digital ampliaria e qualificaria o debate público pela possibilidade de livre circulação de informação e incremento na pluralidade de vozes foi substituída, no cenário contemporâneo, pela percepção de que o oligopólio constituído pelas *big techs* – e seus modelos de negócios baseados no extrativismo de dados para a máxima personalização de conteúdos – podem estar modulando o debate público de forma incompatível com a cultura democrática (MOROZOV, 2018; SILVEIRA, 2019).

Para Habermas (2008, p. 13), a comunicação via internet apresenta méritos democráticos inequívocos quando permite desafiar a censura imposta à opinião pública por regimes autoritários. Para o autor, no entanto, em regimes liberais, o crescimento dessa forma de comunicação tende à fragmentação das audiências em um grande número de públicos isolados. O efeito fragmentador atribuído pelo autor à internet tem levado a um processo de mercantilização progressiva da atenção, além de deslocar o papel dos meios de comunicação tradicionais. Assim, o funcionamento da esfera pública política adquire novos contornos no cenário atual, em que a mediação de veículos tradicionais não é mais a única forma de

estabelecer comunicação com grandes parcelas de um público cuja atenção se fragmenta, o que resulta em implicações tanto para jornalistas quanto para políticos, apontados por Habermas (2008, p. 14) como atores essenciais para o funcionamento de tal esfera.

Murdock (2018) avalia que tal processo de mercantilização progressiva coincidiu com a consolidação da internet como importante fonte organizadora de informação e com o domínio do novo ambiente por corporações de alcance global como Google e Facebook. Na perspectiva do autor, “essa ascensão multiplicou os canais de comunicação diretos abertos para os atores políticos e expandiu as oportunidades de basearem seus apelos em práticas relacionadas às relações públicas e à promoção de marcas” (MURDOCK, 2018, p. 15).

Pasquale (2017) sustenta que a esfera pública sofreu uma nova transformação estrutural a partir da automatização promovida pelas plataformas digitais de decisões e mediações antes realizadas por humanos, criando o que o autor chama de *esfera pública automatizada*. O autor argumenta que a valorização do conteúdo a partir de sua capacidade de “viralização” tende a empobrecer a diversidade de temáticas e submeter as funções democráticas do discurso público a interesses puramente mercadológicos. “A prometida riqueza das redes foi substituída por uma sociedade de segredos (*black box society*) na qual *trolls*, *bots* e até mesmo governos internacionais autoritários produzem a distorção das informações no Twitter, Facebook, Google News, Reddit e outros sites de redes sociais digitais” (PASQUALE, 2017, p. 17).

Morozov (2018) propõe a reflexão sobre o modo como as grandes empresas de tecnologia estariam promovendo o esvaziamento do sentido de política, ao adotar uma concepção que enxerga as questões públicas a partir de perspectivas individualistas, consumistas e meramente informacionais, incompatíveis com o engajamento cívico que a política demanda. O autor alerta, ainda, para a influência da mediação algorítmica sobre o debate que se dá a partir das plataformas digitais. Nesse sentido, a personalização dos *feeds* e resultados de buscas em tais plataformas de acordo com perfis traçados por algoritmos projetados para a maximização de lucros limita o fluxo de informações entre determinados públicos ao invés de expandi-lo, sufocando as possibilidades de debates racionais e esclarecidos e levando a polarizações.

Esse cenário vai de encontro ao preconizado pela concepção deliberacionista de democracia, proposta centrada em condições discursivas ideais para a formulação de problemas e produção de soluções políticas através da troca de razões em público. Nesse sentido, as plataformas digitais reproduzem e aprofundam desigualdades discursivas e assimetrias de poder existentes na sociedade, pois, ao mesmo tempo em que concedem voz a múltiplos sujeitos, permitem que poucos grupos e perspectivas adquiram ressonância de modo a influenciar

debates, em uma lógica que “inaugura um campo de embates que tem incidido em reconfigurações e dificuldades para diversas instituições” (PAGOTO; LONGHI, 2021, p. 183).

Políticas voltadas à expansão do acesso à internet no Brasil têm sido historicamente insuficientes e se dão em um ambiente centrado na dinâmica de mercado e nos interesses operadores privados, sem medidas efetivas para evitar a concentração de propriedade (VALENTE, 2012). Dados da pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros (TIC Domicílios 2021) mostraram que 81% dos brasileiros possuem acesso à internet, um aumento de sete pontos percentuais em relação a 2019. A pesquisa revelou, ainda, um aumento significativo na parcela de usuários que acessam a internet exclusivamente por telefones celulares: de 59%, em 2019, para 64%, em 2021 (RODRIGUES, 2022). Sobre esse aspecto, recorda-se que o acesso a aplicativos de mensagens instantâneas e sites de redes sociais é ofertado gratuitamente, sem consumo de franquia de dados, por planos de telefonia celular no Brasil, cobrindo uma parcela significativa da população brasileira e desencorajando o consumo de informação na internet para além das plataformas digitais. Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha em março de 2022 revelou que mais de 90% das pessoas com acesso à internet possuem contas em alguma rede social. WhatsApp (utilizado por 92%) e Facebook (citado por 74%), ambas pertencentes à empresa Meta, lideram a lista (MORAES, 2022) e reproduzem no ambiente digital o cenário de concentração característico da “velha mídia” no Brasil, com o agravante da ausência quase total de qualquer tipo de regulação. A navegação gratuita em plataformas digitais é resultado de um plano de expansão do Facebook voltado a países em desenvolvimento que teve início em 2010 e o transformou, à época, na rede mais acessada do Brasil, com crescimento de quase 200% no período de um ano (CÓRDOVA, 2018). Tais estratégias mercadológicas impulsionaram a rápida popularização das plataformas digitais através das quais se materializam fenômenos comunicativos que trazem implicações para o jornalismo e a democracia, tais como a disseminação de desinformação e a comunicação direta entre líderes políticos e seus públicos.

Nesse sentido – e considerando que esta pesquisa tem na mediação jornalística um de seus focos de observação –, considera-se relevante ressaltar que as possibilidades de comunicação inauguradas pelos recursos dos sites de redes sociais estabelecem condições para um processo descrito por pesquisadores da área da comunicação como *desintermediação da comunicação política*⁴, fenômeno que promove reconfigurações na distribuição das cotas de

⁴Ainda que pesquisadores comumente se refiram a esse fenômeno enquanto “comunicação direta” ou “comunicação desintermediada”, consideramos relevante ressaltar que os termos são questionáveis, uma vez que

visibilidade nas democracias contemporâneas, além de impor desafios à mediação jornalística da comunicação entre atores políticos e o público, aspecto discutido a seguir.

1.2.1 Comunicação Política no Contexto das Plataformas Digitais

A mudança no ambiente informacional é um dos elementos que compõem o cenário de crise da democracia, na avaliação de Miguel (2019). O autor aponta para a existência de três fatores fundamentais para a compreensão desse ecossistema: o ceticismo em relação às fontes de conhecimento tradicionalmente reconhecidas como credíveis (como o jornalismo profissional e a ciência, por exemplo); a atração por teorias conspiratórias, que atribuem às formas de conhecimento anteriormente citadas a participação em “complôs para difundir e sedimentar inverdades” (MIGUEL, 2019, p. 48); e o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas para difusão de “verdades alternativas”. Nessa nova era, “o jornalismo profissional é marginalizado e o líder político se relaciona de forma imediata com uma multidão não mais de cidadãos, mas de ‘seguidores’” (MIGUEL, 2019, p. 47).

Aggio (2020) ressalta que a popularização dos sites de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas e sua apropriação por líderes políticos permitem que tais lideranças conduzam parcela significativa das estratégias de comunicação sem a mediação dos meios de comunicação tradicionais. O autor avalia que a centralidade de tais veículos na mediação entre política e sociedade perdeu força na última década, o que torna necessário considerar que “há, portanto, nessa nova equação da comunicação política, uma desintermediação que vem favorecendo as pretensões de controle de um contingente expressivo de líderes políticos ao redor do mundo” (AGGIO, 2020, p. 4). A comunicação política “desintermediada” é concebida, neste contexto, como a comunicação “direta” entre atores políticos e seus públicos, que prescinde da mediação jornalística e se dá, sobretudo, através de sites de redes sociais (como Twitter e Facebook) e aplicativos de mensagens instantâneas (como WhatsApp e Telegram). Lopes (2022) refere-se ao processo de desintermediação como “remoção dos *gatekeepers* anteriormente indispensáveis para um processo de comunicação eficaz com as massas” (LOPES, 2022, p. 6).

Nicoletti e Flores (2022) lembram que a desintermediação é um fenômeno complexo e multifacetado através do qual as fontes de informação se apropriam de espaços discursivos

as plataformas de redes sociais (a partir das quais geralmente se dá esse processo) são instâncias de mediação (AGGIO, 2020).

digitais e os transformam em canais diretos de informação para o mesmo público consumidor de jornalismo. O modo como essa apropriação é realizada pode gerar, por um lado, aproximação com a audiência, e por outro, reforço a uma postura de descredibilização do jornalismo profissional (PAGOTO; LONGHI, 2021). Nesse sentido, Aggio (2020) ressalta que a pretensa comunicação sem intermediários se associa a uma retórica populista que tem entre seus elementos centrais o discurso de descredibilização da imprensa, retratada como inimiga dos verdadeiros interesses da população. Cumpre-nos ressaltar, no entanto, que este não se trata de fenômeno interno ao campo jornalístico, mas associa-se a uma miríade de fatores e encontra-se atrelado a um contexto de fragmentação política e aumento da desconfiança em relação às instituições democráticas.

Pagoto e Longhi (2021, p. 183) lembram que o uso de plataformas por parte de fontes governamentais e políticas “para contato direto com seu público, evitando a intermediação jornalística, trouxe ao cenário uma imagem de ‘verdade’ que repousa, muitas vezes, no equívoco e na confusão e, até na má fé”. Aggio (2020) alerta para o fato de que a retórica da comunicação supostamente direta com o povo esconde uma série de estratégias através das quais os atores políticos buscam pautar a cobertura da grande imprensa, ao mesmo tempo em que se mantêm distantes dos questionamentos dos jornalistas.

No caso brasileiro, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados usavam sites de redes sociais, sobretudo Twitter e Facebook, como meios oficiais de comunicação, construindo seus discursos com base na retórica de “comunicação direta” com a população, que tornaria desnecessária, ou até mesmo danosa, a mediação de jornalistas profissionais. Foi, em grande medida, a partir de tais plataformas que o presidente e seus apoiadores difundiram ataques ao sistema eletrônico de votação e ameaças de contestação do resultado das eleições, valendo-se, para isso, de informações falsas. Associa-se a essa postura, o fato de que Bolsonaro concede entrevistas apenas a veículos de comunicação editorialmente alinhados ao governo e intimida⁵ jornalistas que fazem perguntas incômodas.

Levantamento realizado por Ribeiro e Menezes (2022) revelou que a retórica de ataque ao processo eleitoral capitaneada por Jair Bolsonaro iniciou antes mesmo de sua eleição para a presidência da República, que ocorreu em 2018. Em uma transmissão ao vivo via Facebook realizada a partir de um leito do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, para o qual havia sido transferido após sofrer atentado em Juiz de Fora (MG), o então candidato alegou estar “preocupado” com a possibilidade de fraude eleitoral. A partir de então, teve início uma

⁵ Em maio de 2020, veículos de imprensa suspenderam a cobertura presidencial na porta do Palácio da Alvorada em decorrência da hostilidade no tratamento dos jornalistas que realizavam a cobertura (VEÍCULOS..., 2020).

sequência de alegações de que as urnas eletrônicas poderiam ser fraudadas de modo a impedir sua eleição.

Ainda de acordo com o levantamento de Ribeiro e Menezes (2022), em outubro de 2018, às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais e no dia do pleito, os boatos em torno da possibilidade de fraude eleitoral se intensificaram, de modo a sugerir que a mera possibilidade de um segundo turno seria indicativa de um sistema não confiável. Em 28 de outubro de 2018, após ser proclamado eleito, Jair Bolsonaro não citou alegações de fraude no discurso de vitória. Em dezembro do mesmo ano, no entanto, voltou a levantar o tema durante uma reunião da Cúpula Conservadora das Américas, ao afirmar que sua vitória não garantia a confiabilidade do sistema e que proporia projetos para modificar o sistema de votação no país. Ao longo de 2019, primeiro ano de seu governo, o então presidente da República promoveu ataques ao sistema eletrônico de votação em pelo menos três oportunidades, de acordo com o levantamento de Ribeiro e Menezes (2022). Em setembro do mesmo ano, a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que previa a impressão e conferência, por parte do eleitor, dos votos depositados através do sistema eletrônico de votação, movimento que inseriu o assunto nas esferas políticas institucionais.

Em março de 2020, durante evento com apoiadores em Miami (EUA), Jair Bolsonaro afirmou que teria sido eleito em primeiro turno nas eleições de 2018 e que o sistema eleitoral teria sido fraudado, além de prometer apresentar provas “brevemente” (DIAS, 2020). À época, a declaração, bem como a expectativa em torno da divulgação de tais provas, foi mobilizada por seu grupo político em defesa da PEC do Voto Impresso, que tramitava na Câmara dos Deputados, com poucas chances de ser aprovada. No primeiro turno das eleições municipais, em novembro de 2020, a alegação de que um suposto ataque *hacker* teria violado o sistema eletrônico de votação – associada à derrota eleitoral de grande parte dos candidatos apoiados por Jair Bolsonaro em *lives* – consolidou o voto impresso como bandeira bolsonarista, na perspectiva de Ribeiro e Menezes (2022). Concomitantemente, o então presidente da República e seu grupo de sustentação passaram a proferir ataques verbais ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente da corte à época, acusando-o de extrapolar sua competência ao negociar a derrubada da PEC do Voto Impresso junto ao Congresso Nacional.

Declarações de cunho golpista passaram a integrar a retórica de suspeição sobre o sistema eleitoral ao longo de 2021, sobretudo após a anulação das condenações Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal (STF), em abril daquele ano. Em conversa com apoiadores, Bolsonaro chegou a condicionar a realização de eleições à aprovação do voto

impresso (NEVES; BORGES, 2021). Em *live* no Facebook em que supostamente apresentaria provas das fraudes eleitorais, Bolsonaro retomou alegações amplamente desmentidas por órgãos oficiais e pela imprensa, além de admitir não possuir provas do que afirmava, aproveitando a audiência para convocar apoiadores para manifestações em defesa da aprovação do voto impresso (CALCAGNO, 2021).

Em agosto daquele ano, a escalada de ataque às urnas atingiu o ápice, segundo Ribeiro e Menezes (2022), quando o então presidente da República fez dezenas de declarações enganosas e críticas ao sistema. A partir do arquivamento da PEC do Voto Impresso após derrota no plenário da Câmara dos Deputados, em 10 de agosto de 2021, a associação entre declarações enganosas e circulação de desinformação nas plataformas digitais permaneceu. Em 7 de setembro, manifestações de rua mobilizaram os apoiadores de Bolsonaro em torno de pautas antidemocráticas e fortemente marcadas por ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), agora dirigidos à figura do ministro Alexandre de Moraes. Dois dias depois, recuou, assinando e divulgando uma carta escrita por Michel Temer (GUEDES, 2021) em que afirmava não ter intenção de agredir os poderes. No início de novembro de 2021, afirmou que o voto eletrônico seria confiável nas eleições de 2022 em decorrência da participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência das Eleições, a convite de Luís Roberto Barroso, então presidente da corte. No entanto, declaração do magistrado em conferência na Alemanha em abril de 2022 – em que Barroso afirma que os militares estariam sendo orientados a atacar o sistema eleitoral – teria sido o gatilho para um novo momento de tensão entre os Poderes Executivo e Judiciário.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, a menção a uma apuração paralela de votos a ser realizada pelas Forças Armadas, no final de abril, e a reunião de Jair Bolsonaro com embaixadores no Palácio da Alvorada em que foram difundidas alegações não comprovadas sobre a segurança do processo eleitoral brasileiro, em julho – ambos os episódios seguidos de numerosas manifestações de atores da alta cúpula do Judiciário federal em defesa do sistema eletrônico de votação e de sua legitimidade para conduzi-lo – mantiveram a tônica de conflito institucional. Durante o segundo semestre, o Ministério da Defesa, valendo-se da legitimidade concedida por sua inserção à Comissão de Transparência das Eleições, passa a dirigir ao Tribunal Superior Eleitoral uma série de questionamentos e sugestões de alteração na condução das eleições, interpretadas pela corte como tentativas de tumultuar o processo eleitoral, atendendo aos interesses de Jair Bolsonaro. Tais movimentos se deram em um contexto marcado pela queda de popularidade do então presidente da República (associada a uma série de fatores, como a alta no preço dos alimentos e a gestão negacionista da pandemia de covid-

19) e, sobretudo, pela possibilidade de derrota eleitoral indicada pelas pesquisas de intenção de voto.

O cruzamento das declarações de Jair Bolsonaro sobre o sistema eleitoral desde 2018 com o conteúdo disseminado via redes sociais até o primeiro semestre de 2022, realizado por Ribeiro e Menezes (2022), revelou “a existência de uma via de mão dupla retórica entre Bolsonaro e suas redes de apoiadores. Em alguns momentos, as falas do mandatário antecederam ondas desinformativas; em outros, ele foi responsável por ampliar ou retomar enredos enganosos” (RIBEIRO; MENEZES, 2022, s/p). A propagação desse tipo de discurso se dá num ecossistema midiático que facilita a disseminação de conteúdo enganoso e guia-se por uma forma de mediação algorítmica baseada na personalização dos *feeds*. Nesse processo, a partir da associação entre declarações em eventos públicos e “comunicação direta” com o público através de plataformas digitais, Jair Bolsonaro e seu grupo político pautaram conversações nas redes sociais, agendaram a imprensa e incluíram nas rotinas dos jornalistas o acompanhamento de *lives* semanais e o monitoramento de perfis.

A contestação de resultados eleitorais e dos mecanismos do próprio sistema tem sido mobilizada como estratégia política por líderes de diversos países por meio de práticas de comunicação semelhantes. Trata-se, portanto, de uma tendência comum às democracias ocidentais, amplamente empregada na campanha presidencial e ao longo da gestão de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos, como verificado por Murdock (2018). Tais estratégias de comunicação produzem “um círculo de autorreforço com as postagens de Trump no Twitter, suas apresentações em comícios e suas batalhas contra seus detratores, que são retomadas e amplificadas nos meios de comunicação preferidos de seus apoiadores” (MURDOCK, 2018, p. 29). Na avaliação do autor, esse processo resulta na destruição da própria ideia de democracia deliberativa, tendo em vista que a esfera pública aberta a múltiplos pontos de vista é substituída por uma “câmara de eco na qual as informações e os argumentos selecionados de acordo com uma posição pré-definida circulam em um espaço fechado” (MURDOCK, 2018, p. 29). Nesse cenário, à medida em que a prática da comunicação supostamente direta e a postura hostil em relação à imprensa avançam no campo político, o papel do jornalismo profissional na distribuição das cotas de visibilidade na esfera midiática é colocado sob ameaça, assim como a legitimidade social dos jornalistas para impelir os atores públicos a prestarem justificativas – um dos pilares sobre os quais se sustenta o potencial deliberativo do jornalismo.

A partir deste ponto, passa-se a discutir o cerne da ideia de democracia deliberativa, recuperam-se perspectivas que apontam para os potenciais dos meios de comunicação na

construção de espaços deliberativos ampliados e introduz-se a noção de deliberação mediada, entendida como debate que ocorre no interior da esfera de visibilidade midiática.

1.3 DELIBERAÇÃO NA ESFERA DE VISIBILIDADE MIDIÁTICA

O modelo deliberacionista de democracia corresponde a uma teoria democrática normativa que emprega contribuições dos modelos liberal e republicano, mas se propõe alternativa a estes. Em linhas gerais, o modelo democrático liberal funda-se na concepção de que cabe ao Estado assegurar as liberdades individuais e os interesses dos cidadãos privados, enquanto o modelo republicano – ou comunitarista – baseia-se no princípio da solidariedade e na busca pelos interesses coletivos. O modelo deliberativo, por sua vez, volta-se para a busca cooperativa de soluções para os problemas públicos partir de um processo de discussão pública livre e esclarecida que visa a construção de consensos (HABERMAS, 1995). Na concepção deliberativa de democracia, a legitimidade das decisões políticas provém não apenas da competição eleitoral (como no modelo liberal, por exemplo), mas também de um processo de debate amplo, que se desenvolve em múltiplos domínios da vida pública e no qual podem se engajar livremente todos os interessados.

A deliberação pressupõe uma atividade conjunta de diálogo entre dois ou mais participantes em que se oferecem e consideram razões, com o propósito de solucionar alguma situação problemática ou alguma controvérsia, obtendo assim um resultado satisfatório, eficaz, correto ou justo. O conceito de deliberação é multifacetado, sendo possível caracterizar a troca argumentativa em diferentes domínios – nas conversações cotidianas, em fóruns da sociedade civil, nos espaços institucionais e legais, através dos meios de comunicação de massa. Esse esquema abre uma nova forma de tratar a racionalização e a participação política, com base numa relação de troca pública de argumentos, em lugar de uma relação participativa direta (MAIA, 2008b, p. 16-17).

Nesse cenário, autores como Maia (2008), Marques e Miola (2010), Page (1996) e Bennett et al. (2004) defendem que os meios de comunicação de massa apresentam potencial para a construção de espaços deliberativos. Ainda que a comunicação mediada prescindia das características da deliberação genuína, como a interação face a face e a reciprocidade entre falante e ouvinte, Habermas (2008, p. 13) admite que “a comunicação mediada não precisa preencher todos os padrões de uma deliberação ideal”, o que permite que o modelo deliberativo seja aplicado ao jornalismo. Maia (2008a, p. 87-88) lembra que a falta de interação face a face não impede que os participantes de uma discussão pública, ao se expressarem através dos meios

de comunicação, “referenciem-se mutuamente em relação a uma mesma matéria; justifiquem ou expliquem suas proposições, respondam às reações e às objeções dos outros e, ainda, revisem suas crenças, suas opiniões, seus vocabulários e seus modos de expressão”.

Marques e Miola (2010) apontam que a operacionalização de ambientes de discussão pública é uma das principais dificuldades encontradas pelos teóricos deliberacionistas, motivo pelo qual a comunicação de massa constitui, na perspectiva dos autores, “elemento fundamental para efetivar espaços de discussão pública” (MARQUES; MIOLA, 2010, p. 2). O jornalismo tem papel preponderante nesse contexto, tendo em vista que atua como mediador e articulador de fluxos comunicativos provenientes de diversos atores sociais e constitui arena discursiva privilegiada para troca de argumentos em público. Como explica Marques (2008b), os meios de comunicação captam, organizam e disponibilizam para o debate uma variedade de perspectivas e opiniões que alimentam os fluxos comunicativos na esfera pública, de modo a estruturar a esfera pública a partir do que Habermas (2008) chama de “opiniões publicadas”:

Na periferia do sistema político, a esfera pública está enraizada em redes de fluxos de mensagens desordenados – notícias, relatos, comentários, falas, cenas e imagens, shows e filmes com conteúdo informativo, polêmico, educativo ou de entretenimento. Essas opiniões publicadas originam-se a partir de vários tipos de atores: políticos e partidos políticos, lobistas e grupos de pressão, ou atores da sociedade civil. Elas são selecionadas e formatadas pelos profissionais dos *mass media* e recebidas por amplas audiências, campos e subculturas intersectantes etc. (HABERMAS, 2008, p. 14).

Provêm da obra de Page (1996) os fundamentos da ideia de *deliberação mediada*. Para o autor, a deliberação nas sociedades modernas é amplamente mediada, com comunicadores profissionais, em vez de cidadãos comuns, falando uns com os outros através da mídia. Assim, o conceito de deliberação mediada refere-se aos debates que ocorrem ao longo do tempo no interior da cena midiática, entre as fontes que ganham acesso à esfera de visibilidade dos *media* e os comunicadores profissionais, sobretudo jornalistas. Partindo dessa concepção, o autor investigou a “deliberação construída” nos editoriais e artigos opinativos sobre problemas públicos da sociedade estadunidense, como a guerra contra o Iraque, verificando como questões controversas desdobram-se através dos materiais jornalísticos.

Outra contribuição relevante para a compreensão do processo de deliberação mediada provém do trabalho de Bennet et al. (2004) que desenvolveram três indicadores para avaliar o processo deliberativo que se dá através de materiais jornalísticos: acesso de vozes plurais ao debate, reconhecimento dessas vozes como comparáveis em termos de qualidade e responsividade entre vozes opostas, isto é, a consideração de argumentos contrários na construção de seu próprio argumento.

No Brasil, destaca-se o trabalho de Maia (2008a, 2008b), que concebe a deliberação mediada como uma competição de discursos a longo prazo, um processo difuso e “distendido através do tempo, que articula diferentes arenas discursivas ou ambientes de conversação” (MAIA, 2008a, p. 89). Os profissionais da mídia, sobretudo jornalistas, agrupam perspectivas provenientes de múltiplas instâncias formais e informais de modo a conceder ampla visibilidade a debates que, de outro modo, não alcançariam a cena pública.

Obviamente, boa parte da política se desenvolve em segredo, longe dos holofotes dos *media*, sendo que os atores políticos buscam, cuidadosamente, não desvelar elementos desta zona de “segredo” por atos de descuido. Esforçam-se, em igual medida, para impedir que opositores políticos ou profissionais da mídia o façam. Contudo, muitos atores políticos são compelidos ou buscam espontaneamente justificar seus atos e suas políticas em público, fazendo com que as razões sejam publicamente conhecidas. A partir do momento em que proposições, planos, ideias ou argumentos tornam-se disponíveis para o grande público, os interlocutores passam a considerar os fatores da publicidade, para configurar a própria expressão e os possíveis efeitos de seus proferimentos e de sua conduta. As opiniões publicadas tornam-se disponíveis ao conhecimento comum e podem ser mobilizadas, criticadas, complementadas ou refutadas por outros atores sociais, seja nos ambientes privados protegidos de publicidade, seja nos ambientes públicos, de ampla visibilidade, como nos próprios *media* (MAIA, 2008a, p. 89-90).

Um levantamento de pesquisas acadêmicas sobre deliberação mediada evidenciou que os debates mediados pelo jornalismo, sob a ótica teórica deliberacionista, são objeto de pesquisa das áreas da Ciência Política e das Ciências da Comunicação, conforme descrito no item que segue.

1.4 DELIBERAÇÃO MEDIADA: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA ACADÊMICA

Em junho de 2021, realizou-se um levantamento de pesquisas acadêmicas (artigos em periódicos, dissertações e teses) sobre deliberação mediada nas plataformas agregadoras online Google Acadêmico⁶ e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações⁷. A busca online foi realizada de forma manual empregando quatro termos de busca (deliberação mediada, debate midiado, debate mediado e debate midiático) e considerou todos os resultados que continham os termos de busca no título, resumo ou palavras-chave, sem delimitador de tempo. Os resultados da busca foram organizados em uma planilha que inclui as seguintes informações: título, palavras-chave, resumo, autores, tipo de publicação, link de acesso e referência bibliográfica. A análise dessa

⁶Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

⁷Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

planilha e a leitura das pesquisas identificadas permitiu construir um panorama sobre a aplicação da noção de deliberação mediada nos campos da comunicação, jornalismo e ciência política. O levantamento, que se limitou a trabalhos produzidos e publicados a partir do Brasil e que se inscrevem no contexto da ótica teórica deliberacionista, identificou um total de 32 registros: 26 artigos em periódicos, 4 dissertações e 2 teses.

As pesquisas identificadas pelo levantamento exploram o potencial dos meios de comunicação para processos deliberativos e funções dos *media* nesses processos, a mensuração do nível de deliberatividade dos discursos jornalísticos, a articulação com outros conceitos do horizonte teórico deliberativo, tais como a ética do discurso, a legitimidade discursiva e a noção de deliberação integrada, conforme sistematiza-se nas páginas que seguem.

1.4.1 Potencialidades e Limites dos Meios de Comunicação como Espaços Deliberativos

Entre as pesquisas que trabalham, teórica e empiricamente, as potencialidades e limitações dos meios de comunicação como espaços deliberativos, destaca-se a consistência do trabalho de Ângela Cristina Salgueiro Marques, na investigação de múltiplos aspectos do debate mediado pelo jornalismo em torno do programa Bolsa Família, em diálogo com perspectivas provenientes de conversações informais em outras arenas discursivas. Marques (2006) investiga empiricamente dimensões de autonomia associadas ao programa Bolsa Família, através do emprego de análises de enquadramento de materiais jornalísticos e da condução de grupos focais com beneficiárias do programa. A investigação permitiu concluir que os enquadramentos utilizados pelos atores que fizeram parte do debate mediado a partir do *Jornal Nacional*, *Fantástico*, *Veja*, *Isto é* e *Folha de S. Paulo* aproximam-se dos enquadramentos construídos pelas beneficiárias do programa, além de revelar que o enquadramento em torno das políticas sociais ainda se estrutura na oposição entre dependência e autonomia.

Marques (2007) investigou de que formas o Programa Bolsa-Família constitui-se enquanto política social destinada ao combate à fome e à pobreza em diferentes contextos comunicacionais que compõem uma rede discursiva e deliberativa ampliada. A pesquisadora analisou as trocas argumentativas realizadas em dois contextos: o espaço de visibilidade mediada e os espaços informais de conversação cotidiana. Concluiu que a persistência de códigos simbólicos que desvalorizam as beneficiárias do programa tende a dificultar a participação autônoma nas instâncias comunicativas do processo deliberativo.

Em trabalho posterior (MARQUES, 2008a), a pesquisadora investiga como atores políticos ligados ao Estado definem grande parte dos enquadramentos a partir dos quais o programa Bolsa Família é apresentado nos meios de comunicação, que não se mostram capazes de captar contra enquadramentos formulados nos espaços marginais do debate. Na perspectiva da autora, com base no quadro teórico deliberativo, essa deficiência constitui uma das principais limitações da mídia como arena de debate. A pesquisa identificou, ainda, que as beneficiárias do programa que participaram de grupos de discussão organizados pela pesquisadora foram capazes de se posicionar de modo reflexivo e crítico.

Marques (2008b) propõe uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação no modelo habermasiano de circulação do poder político, baseado no fluxo de demandas provenientes da periferia do sistema em direção ao centro deste, encarregado de tomar decisões. A autora alia-se à concepção que considera os meios de comunicação enquanto dimensão privilegiada da esfera pública, por articular discursos provenientes de diversas arenas. No entanto, admite que os *media* nem sempre favorecem processos argumentativos, de modo que fluxos discursivos provenientes da periferia do sistema político raramente alcançam a visibilidade midiática. A autora propõe, ainda, a reavaliação do modelo de circulação do poder político proposto por Habermas quando considerado o contexto brasileiro, argumentando que o Estado brasileiro tende a não contemplar questões provenientes da periferia do sistema político.

Em Marques (2010b), analisam-se perspectivas e enquadramentos que alimentaram o debate mediado, entre os anos de 2003 e 2006, acerca do Programa Bolsa Família no espaço central de visibilidade mediada constituído pelo *Jornal Nacional* e *Folha de S. Paulo*. Um diferencial importante deste trabalho (em relação a outras pesquisas que trabalham a noção de enquadramento) é o fato de que investiga os enquadramentos aos quais os atores se reportam para construir argumentos, e não o enquadramento geral da reportagem. Com isso, a pesquisadora evidencia que a deliberação mediada se organiza a partir de uma competição de argumentos focalizados sob determinados enquadramentos, aos quais os atores se filiam para construir suas falas: “os argumentos presentes em diferentes falas, apresentadas por matérias jornalísticas e, até mesmo, por veículos distintos, podem ser aproximados, contrapostos ou sobrepostos, de modo a evidenciar uma dinâmica típica da deliberação mediada. O enquadramento, portanto, orienta a construção intertextual da notícia, favorecendo o entrecruzamento de diferentes perspectivas que se interrogam reciprocamente” (MARQUES, 2010b, p. 283).

Em Marques (2010a), articula-se a concepção habermasiana de ética do discurso com análises de enquadramento em torno do debate mediado promovido pelo *Jornal Nacional* e pela *Folha de S. Paulo* sobre a lei de cotas raciais. A partir da análise, a autora conclui que o espaço discursivo midiático “reúne e coloca em confronto perspectivas diversas, elaboradas com base nas experiências subjetivas, dando origem a um processo de esclarecimento recíproco” (MARQUES, 2010a, p. 88).

O potencial dos meios de comunicação de massa para processos deliberativos encontra-se no centro da discussão teórica realizada por Jamil Marques e Edna Miola (2010). O trabalho sistematiza os diversos perfis que os meios de comunicação assumem na promoção da deliberação pública a partir de três funções principais, que se entrecruzam: a) servir de instrumento; b) prover, de acordo com sua deontologia e imperativos mercadológicos, insumos informacionais; c) atuar enquanto agente interessado, parte ativa do jogo político.

O trabalho de Marques, Sampaio e Maia (2011) propõe uma investigação teórica voltada para a distinção entre a deliberação restrita (realizada entre pequenos públicos a partir de regras e parâmetros específicos) e a deliberação ampliada (categoria na qual estão incluídos os processos deliberativos que se realizam no âmbito dos meios de comunicação). A partir da discussão teórica e da defesa que as duas formas de deliberação podem atuar de modo complementar, não excludente, os autores propõem a noção de deliberação integrada. Com base em exemplos empíricos (como as reuniões do Orçamento Participativo de Recife – PE), os autores demonstram que os meios de comunicação podem exercer influência positiva sobre as deliberações restritas, ao passo que podem levar à ampliação da discussão e, com isso, atrair mais participantes aos processos decisórios, melhorando a qualidade da decisão tomada.

Mafra (2011) articula um diálogo entre os conceitos de deliberação mediada e legitimidade discursiva, buscando em Dryzek a noção de deliberação como competição de discursos. A partir desse movimento teórico, o autor conclui que a legitimidade discursiva se dá, apenas, quando a competição de discursos inclui ampla variedade de atores.

1.4.2 Mensuração de Deliberatividade

A mensuração do nível de deliberatividade dos discursos construídos pela mídia constitui perspectiva privilegiada nas pesquisas identificadas pelo levantamento. O trabalho de Maia (2008a) apresenta-se como uma das principais referências teórico-metodológicas em torno da noção de deliberação mediada, por apresentar, além dos apontamentos conceituais

contemplados no item 1.3, a consolidação da proposta de indicadores para investigar empiricamente um processo de deliberação mediada⁸: a) acessibilidade e caracterização dos participantes (refere-se ao grau de inclusividade de diferentes atores nos debates mediados pela mídia); b) Utilização de argumentos (faz referência ao uso de razões pelos atores representados nos *media* para justificar seus pontos de vista); c) reciprocidade e responsividade (verifica se há interação discursiva entre os atores presentes na tela, isto é, se há diálogo ou resposta em relação a proposições divergentes); d) reflexividade e revisibilidade de opiniões (aponta para um processo de aprendizagem que pode levar a uma mudança de opinião diante dos argumentos trocados). Tais indicadores são aplicados empiricamente em cinco registros identificados pelo levantamento.

O primeiro registro em que se identifica a aplicação de tais indicadores refere-se a uma pesquisa da própria autora, cujos resultados foram publicados em 2006, em que se investiga o debate midiático construído por quatro veículos: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Istoé* em torno do Referendo do Desarmamento (realizado em todo o país em outubro de 2005). Nesse trabalho, empregam-se os indicadores de deliberação mediada para caracterizar os representantes políticos ligados ao “sim” e ao “não”, explorar as principais questões colocadas pelos atores, a organização de posições e contraposições, bem como o padrão dialógico adotado. Os resultados obtidos pela pesquisadora mostraram que representantes da sociedade civil estiveram mais presentes nos registros do que os representantes políticos institucionais e que houve equilíbrio entre as vozes favoráveis e contrárias à proibição do comércio de armas (exceto pela revista *Veja*, que advogou pelo “não”). Os achados da pesquisa permitiram concluir que “no debate sobre o referendo do desarmamento, ficou claro que nem sempre os argumentos sustentados por pesquisas e dados estatísticos são os que conquistam mais adeptos” (MAIA, 2006, p. 35) e que o debate mediado é um processo dinâmico, em que os atores avaliam as repercussões que suas falas provocam nos interlocutores e no público, utilizando esse conhecimento para reconfigurar os discursos ao longo do tempo.

As características discursivas de um debate eleitoral televisivo são analisadas por Jamil Marques et al. (2009) a partir dos indicadores de deliberação mediada propostos por Maia (2008a). A partir da análise, os autores concluem que o debate eleitoral televisivo apresenta limites ao desenvolvimento de razões argumentativas em decorrência das especificidades desse produto midiático, em que os candidatos objetivam a conquista do voto e não a construção de consensos.

⁸ Os indicadores de deliberação mediada encontram-se descritos de forma mais detalhada no Capítulo 3.

Medeiros (2010) investiga se a mídia contribui para o intercâmbio de argumentos em público nos debates sobre as questões tributárias, ao analisar se as reportagens sobre tributos veiculadas pelo *Jornal Nacional* atendem aos requisitos de deliberação mediada, conforme os indicadores expostos por Maia (2008). A partir da aplicação dos indicadores, a autora conclui que os requisitos deliberativos não estavam presentes nas reportagens analisadas.

Lage e Lima (2011) analisam a tensão entre razão e emoção no debate público sobre a redução da maioria penal a partir da cobertura da *Folha de S. Paulo*. Com base na aplicação dos indicadores propostos por Maia (2008), verificam que o debate mediado focou na discussão sobre o potencial da redução da maioria penal para resolver um problema de segurança pública e se aquele era o momento adequado para decidir sobre uma mudança dessa natureza. Os autores concluem que a pressão do apelo emocional da sociedade se sobrepôs aos argumentos racionais disponibilizados para o debate.

Ferreira e Nunes (2017) analisam a mediação operada pela comunicação produzida pelo site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro. Através do emprego de análise de conteúdo associada à aplicação dos indicadores de deliberação mediada, concluem que a disputa argumentativa que se dá nesse espaço de visibilidade constitui uma tentativa de superar as desigualdades provenientes das grandes arenas midiáticas, bem como as desigualdades institucionais, o que consolida, na percepção das autoras, o movimento como veículo de comunicação contra hegemônico.

Miola (2012) investigou o debate público acerca da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), primeiro sistema nacional de radiodifusão pública. A pesquisadora analisou a troca de razões na mídia (esfera de visibilidade) e no Parlamento (esfera de produção de decisão). O material empírico foi composto por 236 pronunciamentos de parlamentares no Plenário da Câmara dos Deputados e 235 matérias publicadas nas revistas *Carta Capital* e *Veja* e nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, ao longo dos anos de 2006, 2007 e 2008. A autora conclui que a capacidade argumentativa de ambas as esferas foi demonstrada, mas apenas a imprensa retratou as controvérsias e alterou posicionamentos iniciais, como se espera de processos deliberativos.

Maia e Miola (2013) examinam o debate público sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação no Parlamento e na imprensa nacional. A partir de uma abordagem sistêmica da deliberação, formularam três operadores analíticos para investigar o debate: a configuração de cada uma das situações como momentos deliberativos; os atores participantes do debate, com atenção para a identificação dos interesses ligados às suas demandas; as dinâmicas argumentativas propriamente ditas, tendo em vista as dimensões procedimental e substantiva

da deliberação. Concluem que o processo discursivo pode gerar decisões deliberativas e ganhos epistêmicos, mas também resultados não-deliberativos tais como acordos e barganhas, decisões que desconsideram minorias parlamentares e tematizações incompletas.

Sarmento (2014) analisa o debate mediado sobre a Lei Maria da Penha, durante os anos de 2001 a 2012, nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, buscando entender quais razões sustentavam a criação de uma nova legislação e quais discursos emergiram após a sanção. Utilizando análise de enquadramento como aporte metodológico, identificou-se que os embates argumentativos em torno do tema se concentraram entre 2006 e 2012 e que os veículos de comunicação enquadraram o assunto a partir de perspectivas majoritariamente jurídicas, em detrimentos de aspectos morais, políticos ou de gênero.

Guimarães (2017) analisa a relação entre mídia e movimentos sociais a partir da trajetória da campanha Ficha Limpa. Através de análise de *releases* do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e textos sobre a campanha Ficha Limpa publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, conclui-se que o conjunto das emissões jornalísticas possuem relevância política, sobretudo por conta da visibilidade que tem potencial para promover a conversação política, ainda que não tenham contemplado todas as características preconizadas pela deliberação formal.

Ferracioli e Rizzoto (2018) analisaram a relação entre enquadramentos noticiosos e o potencial deliberativo da cobertura jornalística realizada pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em torno do debate sobre a publicação de biografias não autorizadas. Os pesquisadores concluem que não há um *frame* específico que possa ser adotado de modo a abarcar todas as melhores características deliberativas, indicando que a pluralidade de enquadramentos é necessária para a promoção do aspecto deliberativo.

A tese de Oliveira (2013) tem como foco a justificação e a produção de resultado no interior do processo deliberativo envolvendo políticas de direitos humanos no Brasil. Analisa a racionalidade e a justificação dos discursos a partir do Índice de Qualidade do Discurso, método que permite medir quantitativamente a deliberatividade. Os proferimentos foram retirados de matérias dos jornais impressos *Estado de Minas*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e dos jornais televisivos *Jornal Nacional* (TV Globo), *Jornal da Band* (TV Band); e *Jornal da Record* (TV Record). A pesquisadora conclui que houve, de fato, um processo deliberativo sobre o PNDH-3 na mídia a partir da análise empírica realizada. Além disso, identificou que a troca pública de razões em torno do tema apresentou, majoritariamente, proferimentos qualificados, o que, na perspectiva da autora, “contribui para a constatação de que a mídia pode ser uma arena deliberativa, e enfraquece a perspectiva de que não há espaço para discussões e produções com

qualidade nos meios de comunicação de massa” (OLIVEIRA, 2013, p. 160). Em publicação no ano posterior, a autora analisa os efeitos da visibilidade do debate midiático em torno do PNDH-3 para a formação da decisão política. Entre as conclusões da pesquisadora, destaca-se o fato de que “cenário desigual de acesso à visibilidade midiática privilegia as justificações dadas por grupos de interesse específico, sobrepondo-se ao bem comum, desconsiderando o objetivo primeiro da política em questão, os direitos universais” (OLIVEIRA, 2014, p. 155).

A reflexão em torno dos resultados obtidos pelo levantamento nos levou a constatar que são predominantes as perspectivas que compreendem os meios de comunicação como arenas para o debate realizado entre atores provenientes de outros campos sociais, bem como as pesquisas que objetivam aferir o nível de deliberatividade de um determinado debate, associando-se a uma abordagem que investiga os produtos jornalísticos a partir de uma perspectiva meramente instrumental e, portanto, limitada para os estudos em jornalismo. Assim, ainda que as pesquisas empíricas, em geral, adotem produtos jornalísticos como objetos de investigação, identifica-se pouca preocupação em considerar as especificidades da mediação realizada pelo jornalismo, seus processos e lógicas. É a partir dessa perspectiva que se pretende avançar.

Ao longo deste capítulo, discutiu-se a ideia de visibilidade pública como âmbito da publicidade social do qual dependem os processos públicos de debate e que, nas sociedades contemporâneas, está intimamente relacionada à exposição proporcionada pela mídia. Nesse sentido, embora se reconheça que “a comunicação política mediada é conduzida por uma elite” (HABERMAS, 2008, p. 14), enfatiza-se a importância dos profissionais de comunicação, sobretudo jornalistas, para o funcionamento da esfera pública política, por sua capacidade de selecionar e organizar fluxos discursivos dispersos na esfera pública e regular a visibilidade de atores e agendas. Nesse sentido, adota-se, a partir deste ponto, a premissa de que o jornalismo é um potencial mediador de debates públicos, o que demanda uma incursão sobre suas especificidades enquanto prática profissional e instituição social, aspecto explorado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – TELEJORNALISMO E MEDIAÇÃO DE DEBATES PÚBLICOS

Na primeira parte do capítulo, discutem-se as potencialidades do jornalismo enquanto mediador de debates públicos e expõem-se as críticas de autores como Rothberg (2010) e Gomes (2004) em relação ao modo como o jornalismo constrói narrativas sobre política, o que nos impele a refletir sobre as especificidades da prática jornalística e sua relação com outros campos sociais. A segunda parte do capítulo dedica-se a traçar um breve panorama do desenvolvimento da televisão brasileira e dos elementos que contribuíram para colocar a TV Globo em posição de liderança em relação às demais emissoras brasileiras, posição transposta para o mercado de TV por assinatura a partir da década de 1990. A partir desse contexto, passa-se a refletir sobre as reconfigurações do telejornal ao longo do tempo, bem como suas especificidades como subgênero televisivo.

2.1 POTENCIALIDADES E LIMITES DO JORNALISMO COMO MEDIADOR DE DEBATES PÚBLICOS

O jornalismo é, por excelência, a instituição central da troca de razões em público. Assim, pode-se estabelecer relação entre a função jornalística fundamental de “produzir informação pública para a cidadania” (GENTILLI, 2008, p. 190) e o paradigma deliberativo de democracia, que tem nas trocas discursivas sua pedra angular. Há um potencial deliberativo inerente à prática jornalística que, ao produzir discursos sobre a realidade a partir de critérios e lógicas próprias, promove a articulação de fluxos discursivos provenientes de diversos atores e campos sociais.

Na percepção de Gentilli (2008, p. 189), jornalismo e esclarecimento mantêm uma relação irrevogável, tendo em vista que o cidadão “só pode tomar suas decisões e participar das escolhas políticas se devidamente esclarecido”. Nesse sentido, recorda-se a perspectiva sustentada por Vizeu (2014), quando se refere ao jornalismo como uma forma de conhecimento comum e acessível, ao mesmo tempo em que é aproximativo e inacabado, dotado de uma função pedagógica intimamente ligada à relação entre jornalismo e esclarecimento enfatizada por Gentilli (2008). A apreciação crítica da realidade e o processo de mediação jornalística encontram-se no cerne da forma de conhecimento produzida pelo jornalismo, a qual Vizeu (2014) se refere pelo termo “desvelamento”, a partir de um diálogo teórico com a produção intelectual de Paulo Freire. A perspectiva de Freire sobre a prática educativa, recuperada e

aplicada à prática jornalística por Vizeu (2014), enfatiza que o envolvimento com a realidade se dá de forma frequentemente acrítica, motivo pelo qual aponta para a necessidade de ir além “da mera captação da presença dos fatos, buscando assim, não só a interdependência que há entre eles, mas também o que há entre as parciais constitutivas da totalidade de cada um” (FREIRE, 2011, p. 136). Ainda na concepção do pedagogo, o senso comum é superado quando a curiosidade ingênua se torna crítica. A partir dessa reflexão, Vizeu (2014) desenha o esboço de um conceito de conhecimento do desvelamento, que seria, na perspectiva do autor, característico do jornalismo:

(...) um conhecimento que se busca tornar mais comum e mais acessível, mas não se trata de um conhecimento acabado, sempre um conhecimento aproximado. O ato de conhecer nunca é pleno. Sempre trabalhamos com aproximações. É de certa forma, o que o ocorre no Jornalismo, procuramos nos aproximar dos fatos em busca da verdade do acontecimento. E isso só é possível com um método, com a investigação jornalística (VIZEU, 2014, p. 870).

O papel social da mediação jornalística estaria, idealmente, relacionado à revelação das múltiplas camadas dos acontecimentos e da busca pela verdade a partir de um método específico. O autor vincula-se à perspectiva construtivista, ao enfatizar que “o jornalismo atua na construção da realidade, mas é constituído por essa própria realidade” (VIZEU, 2014, p. 864) em um processo reflexivo que pressupõe um público ativo e interpretativo. Nesse sentido, sustenta que há no jornalismo uma função pedagógica que se apresenta sob três dimensões: os saberes aplicados pelos jornalistas no seu fazer; o emprego da linguagem, que utiliza signos e acervo de conhecimento compartilhável em um formato próprio; e os dispositivos didáticos, operações que visam facilitar o entendimento por parte da audiência. Na perspectiva dos autores, essas dimensões se complementam e estruturam a mensagem “de uma forma que ela possa ser acessível, com sinais de abertura para interpretação e compreensão” (VIZEU; CERQUEIRA, 2019, p. 3). Tal função pedagógica pode ser compreendida enquanto potencialidade do jornalismo na mediação de debates públicos, tendo em vista a capacidade de gerar esclarecimento sobre questões públicas acessíveis a amplas audiências.

Rothberg (2010) ressalta que, nas sociedades contemporâneas, os sujeitos políticos precisam de grandes quantidades de subsídios informativos, tendo em vista que, atualmente, o cidadão é chamado a participar da política em múltiplas situações, que vão além da obrigação de escolher representantes periodicamente através do voto. Nesse sentido, o autor lembra que o atual momento da democracia “admite, acolhe e incentiva variadas formas de participação nos processos de definição de políticas públicas (em conselhos municipais, conselhos de

orçamento participativo, consultas públicas online e assim por diante)” (ROTHBERG, 2010, p. 22). Desse modo, o fornecimento de informação política de boa qualidade oferece subsídios para que os cidadãos possam se engajar em discussões esclarecidas e pode ser compreendido como uma das potencialidades do jornalismo na mediação de debates públicos. No mesmo sentido, Schudson (1995) sustenta que a notícia é uma forma de conhecimento público essencial à cultura política e enfatiza que a democracia é dificilmente concebível sem a imprensa no mundo contemporâneo. As notícias cumprem uma função democrática vital, ao construírem um mundo simbólico facilmente acessível e, conseqüentemente, propriedade de todos, ao qual os cidadãos recorrem para agir politicamente.

Nesse sentido, recorda-se que o emprego da noção de deliberação mediada associa-se, de modo geral, a uma perspectiva que entende os meios de comunicação como espaços privilegiados para a troca de argumentos em público, assumindo o jornalismo como fórum para o debate cívico. O jornalismo, no entanto, não pode ser compreendido unicamente como fórum para os debates provenientes de outras arenas ou mero fornecedor de insumos informativos. Os processos deliberativos ampliados que se dão a partir de sua articulação não são simplesmente mediados ou midiáticos, mas jornalisticamente construídos a partir de lógicas próprias.

A ampla visibilidade conferida pelo jornalismo produzido a partir dos meios de comunicação de massa constitui potencialidade para a construção de espaços deliberativos, tendo em vista que atores e agendas que não se tornam visíveis na cena pública não têm condições de gerar e influenciar debates. Se “é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (GOMES, 2008, p. 162), infere-se que os processos de seleção e produção da notícia são mecanismos de articulação do debate público mediado pelo jornalismo e, a partir dele, na sociedade. Do mesmo modo, os critérios de noticiabilidade são motores de promoção de visibilidade e invisibilidade nas democracias de massa.

Associada a essa potencialidade, no entanto, encontra-se também uma considerável limitação, pois o acesso à esfera de visibilidade proporcionada pela mídia é altamente desigual e privilegia atores inscritos no centro da esfera política institucional, em detrimento de outros setores da sociedade. Assim, atores políticos provenientes das esferas institucionais administram a visibilidade que possuem a partir de estratégias profissionais de relações públicas e *marketing* político, ao mesmo tempo em que atores provenientes das periferias do sistema político se esforçam para ultrapassar barreiras e fazer seus pontos de vista adquirirem abrangência para influenciar debates.

Nesse sentido, o modo como o jornalismo constrói narrativas em torno de temas políticos e o apelo à dramatização dos acontecimentos políticos – especialmente empregado no

âmbito do telejornalismo comercial – suscita críticas em relação a uma suposta limitação do ponto de vista democrático. Rothberg (2010) considera que o conceito de notícia praticado pelas editorias de política encontra-se distante das demandas informativas dos cidadãos e conclui que “as demandas cognitivas para o exercício dos direitos civis e políticos não têm sido atendidas pelo jornalismo comercial” (ROTHBERG, 2010, p. 22). Ainda que a reflexão não tenha o telejornalismo como objeto, especificamente, as análises relativas ao enquadramento de questões públicas pela cobertura política são amplamente aplicáveis ao jornalismo produzido na e para televisão.

A partir da perspectiva crítica em relação ao que chama de “insuficiência da notícia”, Rothberg (2010) aponta para uma série de enquadramentos⁹ genéricos empregados pelo jornalismo para construir narrativas em torno de temas políticos. Na análise do autor, disputas eleitorais tendem a ser cobertas a partir de enquadramentos de jogo ou corrida de cavalos, que privilegiam as chances de vitória ou derrota de cada um dos candidatos, em detrimentos de aspectos mais abrangentes sobre as plataformas de governo. Já as discussões em torno de políticas públicas são comumente representadas partir de enquadramentos episódicos ou de conflito, enfocando aspectos burocráticos, circunstanciais ou de disputas de poder entre aliados e adversários e negligenciando questões como antecedentes, critérios e resultados. Nesse cenário, “a substância da política enquanto negociação democrática pela otimização das oportunidades de desenvolvimento é subtraída, e o resultado tende a ser a disseminação do ceticismo em relação à política e do descrédito generalizado nos mandatários” (ROTHBERG, 2010, p. 57). Para Rothberg (2010), o aprimoramento da cobertura jornalística, sob o ponto de vista democrático, passa pelo emprego de enquadramentos centrados em temas, não em episódios ou conflitos, que sejam capazes de contextualizar os diversos aspectos das políticas públicas, de forma plural e equilibrada. Sobre esse aspecto, convém ressaltar que a noção de enquadramento não faz parte do quadro teórico-metodológico empregado nesta pesquisa, mas as reflexões e conclusões do autor nos parecem pertinentes para pensar as narrativas sobre temas políticos construídas pelo jornalismo.

Na percepção de Gomes (2004), o jornalismo político procura manter uma posição hostil em relação à esfera política institucional e, em algumas oportunidades, busca gerar no público a desconfiança que impede a plena adesão aos espetáculos do campo político. Para o autor, no entanto, “se o jornalismo busca desqualificar as encenações protagonizadas pelos atores

⁹ A noção de enquadramento faz referência a marcos interpretativos construídos através de “operações como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, compondo perspectivas gerais para a compreensão de acontecimentos e situações cotidianas” (ROTHBERG, 2010, p. 23).

políticos é porque ele mesmo quer controlar o espetáculo cotidiano da política” (GOMES, 2004, p. 343). Assim, o jornalismo político representa a junção de, pelo menos, dois espetáculos com propósitos distintos: o espetáculo do campo político e o espetáculo do campo jornalístico.

A análise de Gomes (2004) recorre à noção de campo, proveniente do instrumental teórico metodológico de Bourdieu, que concebe os campos sociais como microcosmos, isto é, espaços relativamente autônomos e dotados de leis próprias, que não escapam às imposições do macrocosmo, mas mantêm autonomia parcial em relação a este (BOURDIEU, 2004). Bourdieu (2005) entende o campo jornalístico como autônomo, de modo que a compreensão do que ocorre no seu interior não pode estar atrelada diretamente a fatores unicamente externos, provenientes do campo político e econômico, por exemplo, ainda que o jornalismo mantenha com esses campos uma relação de “dupla dependência” (CHAMPAGNE, 2005).

A visibilidade constitui capital simbólico almejado pelos agentes internos ao campo político (BOURDIEU, 2011). Nesse cenário, lembra-se que o campo político possui alto grau de autonomia, de modo que “as pessoas que aí se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo” (BOURDIEU, 2011, p. 198). Assim, os jornalistas assumem posição privilegiada na mediação da visibilidade de tais agentes, tendo em vista que possuem legitimidade social para questioná-los, confrontá-los, solicitar que forneçam explicações e justificativas públicas de seus atos, contribuindo para o processo deliberativo através da troca pública de razões e provocando efeitos sobre o campo.

Para Gomes (2004), o jornalismo (sobretudo na televisão) se configurou como espetáculo, pois a indústria da informação passou a operar com a gramática e a lógica do entretenimento. Do mesmo modo, o campo político reconfigurou suas mensagens em chave dramática. Na avaliação do autor, o crescimento da importância da televisão comercial aberta pode ter sido a causa desse fenômeno. Nesse sentido, lembra-se a crítica habermasiana que atribui aos discursos produzidos pela mídia eletrônica características como a personalização de questões objetivas e a mistura entre informação e entretenimento, que levariam à despolitização da esfera pública (HABERMAS, 1997).

Gomes (2004) recorre à noção de enquadramento para tecer uma crítica à dramatização da política na cobertura jornalística, sobretudo na televisão. Na interpretação do autor, o enquadramento de conflito como estrutura dramática é uma das características centrais da dramatização da informação política pelo jornalismo. O mais comum em tais narrativas é uma situação em que nenhuma das forças políticas em questão representam o bem ou o interesse público, o que permitiria a adesão afetiva da audiência ao personagem. “O jornalismo político

adora a retórica da terceira posição, ocupada convenientemente pelo jornalista” (GOMES, 2004, p. 348). Assim, a voz do narrador-jornalista representa a lucidez entre duas posições equivocadas. Para o autor, o enquadramento de conflito é, também, um critério de seleção, de modo que o valor de um assunto enquanto notícia é menor se ele for apresentado na sua ligação com a vida civil em cadeias de causas e conseqüências. Na percepção do autor, a noticiabilidade cresce em função do potencial de conflito. O chamado “jornalismo de declaração” é fruto do mesmo cenário. Assim, não há necessidade de eventos para produzir notícia, bastam declarações sobre os programas e acordos dos outros, num esquema de ataques e contra-ataques verbais. “O jornalismo-espetáculo passa ao público a mensagem de que a política é basicamente um campo de guerra” (GOMES, 2004, p. 349). A cada demanda da esfera de visibilidade pública corresponde uma resposta no interior do campo político. Desse modo, os agentes políticos (cientes do valor noticioso do conflito) desferem ataques verbais de modo a assegurar sua visibilidade no noticiário.

A concepção de política enquanto campo de guerra afasta-se do ideal deliberativo, que têm na busca cooperativa por soluções seu elemento central. No entanto, a deliberação mediada também pode ser interpretada como uma espécie de disputa discursiva que ocorre em diversas arenas simultaneamente. Assim, a construção de narrativas que buscam contrapor pontos de vista e estimular a responsividade entre os atores envolvidos no debate pode ser vista como uma potencialidade das narrativas telejornalísticas, desde que voltadas para a troca de argumentos sólidos, ao invés de meras provocações verbais.

Na percepção de Gomes (2004), o enquadramento do jogo político entendido como conjunto de manobras táticas assemelha-se ao de conflito e se dá pela identificação constante de vantagens e desvantagens de qualquer ato ou declaração para os grupos políticos envolvidos. Desse modo, tudo se reduz à competição política em si, independentemente do valor intrínseco de uma proposta ou acordo. Para o autor, esse tipo de cobertura passaria ao público a mensagem de que, na política, considera-se apenas a obtenção de vantagens e a derrota dos adversários, não o interesse público. O autor evidencia uma postura crítica em relação à formação dos profissionais jornalistas, ao afirmar que “esse lugar-comum é conveniente na rotina produtiva da informação, pois dispensa o jornalista do estudo necessário para a compreensão de propostas e sua conseqüência para a vida pública” (GOMES, 2004, p. 350-351).

No enquadramento de revelação ou reconhecimento, a vida política é um conjunto de histórias isoladas e completas, em que há necessidade de ênfase dramática nas reviravoltas com grandes golpes teatrais. Nesses casos, as revelações são um desfecho que só se conhece no momento em que acontece. “Geram emoções e plateias, mas não tanto quanto quando há uma

revelação de algo que aconteceu antes e que quase todos desconheciam, que é a estrutura fundamental do reconhecimento trágico” (GOMES, 2004, p. 353). Nesse sentido, não há narrativas mais valorizadas do que a do escândalo político. Na perspectiva do autor, o escândalo não é o fato em si, mas a narrativa que se constrói sobre ele.

Nesse quadro, a estratégia narrativa de manter o interesse da história através do controle do relato temporal dos acontecimentos e da revelação parcimoniosa do que há de vir é também uso comum no jornalismo-espetáculo. Trata-se do controle da economia narrativa. Um truque clássico nesse sentido consiste nas previsões, pelas quais o jornalista não apenas assegura poder contar as histórias passadas que descobriu como também pode contar a história do futuro e explicar o presente em face do que ainda virá. O modelo clássico do previsionismo é a adivinhação de resultados de eleições de votações legislativas (GOMES, 2004, p. 353).

As críticas de Rothberg (2010) e Gomes (2004) em relação às narrativas construídas pelo jornalismo em torno de temas políticos nos impelem a realizar uma incursão sobre aspectos relevantes para uma compreensão mais abrangente sobre as particularidades do jornalismo enquanto prática profissional sustentada sobre um conjunto de conhecimentos compartilhados e das especificidades de sua produção discursiva, histórica e socialmente construídas a partir de sua interface com outros campos sociais.

2.2 *HABITUS* JORNALÍSTICO E ROTINAS PRODUTIVAS: CONDICIONANTES E DEPENDÊNCIAS

A prática jornalística guia-se por um conjunto de saberes compartilhados que não apenas orientam o exercício profissional, mas definem o próprio pertencimento à comunidade jornalística. É a partir deste conhecimento, largamente tácito, que os jornalistas organizam e apresentam a realidade. A ideia de um conhecimento tácito, adquirido a partir da experiência, está no centro do conceito de *habitus* (BOURDIEU, 2004a, 2004b, 2007), que se refere a um conjunto de saberes compartilhados por um grupo social, em um tempo e espaço determinados, adquiridos através da prática e voltados para o exercício desta. Trata-se de uma matriz geradora de ação, internalizada pelos indivíduos a partir de estruturas sociais.

Bourdieu renova e reconstrói o sentido de *habitus*, cuja gênese está associada à ideia aristotélica de *hexis*, enquanto jogo social incorporado pelo sujeito, a partir de uma abordagem que busca superar a dicotomia entre as perspectivas objetivistas e subjetivistas na compreensão dos fenômenos sociais (BOURDIEU, 2004a). A noção de *habitus* foi empregada pelo autor

inicialmente nos estudos de campo acerca da sociedade argelina e de sua aldeia natal, Béarn, no sudoeste da França, em que observou como os indivíduos incorporam, legitimam e reproduzem a estrutura social. Associada às concepções de campo e capital, compõe a tríade sobre a qual se sustenta a sociologia dos campos. Nesse contexto, o *habitus* constitui um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

A noção de *habitus* refere-se, portanto, a uma competência prática adquirida na ação e para ela voltada. Não se trata, assim, de aptidão natural, mas de competência adquirida socialmente, através da experiência, variável em função do tempo, lugar e distribuição de poder, à qual o autor habitualmente se referia pelo termo “sentido do jogo”: “o que permite gerar uma infinidade de ‘lances’ adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever” (BOURDIEU, 2004a, p. 21). Tais competências têm origem em necessidades objetivas e produzem estratégias que não são produto de uma aspiração consciente de fins explícitos, nem de uma determinação mecânica de causas. Mesmo assim, mostram-se ajustadas às situações de forma objetiva.

A ação comandada pelo “sentido do jogo” tem toda a aparência de ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. [...]. As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, a ‘única coisa a fazer’. Isso porque, abandonando-se às instituições de um ‘senso prático’ que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo (BOURDIEU, 2004a, p. 23).

Nesse cenário, os saberes, valores e categorias perceptivas compartilhadas pelos jornalistas constituem o *habitus* profissional, internalizado a partir de estruturas sociais, que guia a prática jornalística. É a partir desse jogo social incorporado que o jornalismo se relaciona com outros campos e responde aos eventos imprevisíveis. Uma das expressões mais evidentes da exteriorização de tal saber materializa-se na percepção dos jornalistas sobre valor noticioso dos fatos do mundo, em um processo tomado como autoevidente e intuitivo para os agentes do campo jornalístico.

As estruturas que moldam o *habitus* e a exteriorização do *habitus* no campo estão além dos limites de uma redação específica, sendo necessária, portanto, a consideração do campo jornalístico e suas relações. A noção de campo, por sua vez, refere-se a um microcosmo, um espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias, que não escapa às imposições do

macrocosmo, mas mantém uma autonomia parcial em relação a este (BOURDIEU, 2004b). Sobre esse aspecto, recorda-se que o campo jornalístico mantém com os campos político e econômico uma relação de dupla dependência (CHAMPAGNE, 2005), o que o coloca em posição de constante tensionamento. Assim, a produção jornalística encontra-se sempre condicionada, ainda que não integralmente determinada, pelas condições sociais a partir das quais se organiza, sobretudo aquelas provenientes dos campos político e econômico, em proporções diversas de acordo com o veículo. Nesse cenário, o tensionamento entre os aspectos normativos do jornalismo e as expectativas das empresas jornalísticas coloca-se como questão central. Nos termos de Champagne (2005, p. 51, tradução nossa), “a maior contradição no funcionamento do campo jornalístico reside no fato de que as práticas jornalísticas que melhor se ajustam aos códigos de ética dos jornalistas muitas vezes simplesmente não são lucrativas”.

Considerando tal relação de dupla dependência, questões sobre a autonomia do campo jornalístico são frequentemente levantadas. Sobre esse aspecto, Schudson (2005) sustenta que o jornalismo deve ser, em alguma medida, dependente do mercado – que representa o público – e do Estado, pelo bem da democracia. Nesse sentido, o autor argumenta que a ausência de pressões externas pode levar o jornalismo a comunicar-se apenas consigo mesmo, negligenciando sua função para com a sociedade. Schudson (2005) lembra, ainda, que o jornalismo é permeável às demandas dos campos político e econômico, mas resistente à influência de outros grupos, e que sua maior dependência não se dá em relação ao mercado ou ao Estado, mas em relação aos eventos imprevisíveis que constituem elementos vitais da prática jornalística.

Cumprе ressaltar que o *habitus*, enquanto sistema de disposições para a prática, mostra-se durável, mas não estático, tendo em vista que pode mudar em decorrência da ação de forças internas e externas ao campo. É, ao mesmo tempo, estruturado (moldado por estruturas sociais objetivas anteriores a ele) e estruturante (molda ações, percepções e apreciações no presente). Nesse sentido, recorda-se que a moderna concepção do jornalista enquanto intérprete dos fatos políticos remete a mudanças ocorridas na virada do século XIX para o século XX na imprensa estadunidense associada a reconfigurações da própria ideia de política, conforme o relato de Schudson (1995). O comentário político, que antes cabia aos editores dos jornais e tinha teor eminentemente partidário, tornou-se uma atividade profissional dos jornalistas. Nesse novo cenário, “o jornalista, deixando de ser apenas o retransmissor de documentos e mensagens, passou a ser o intérprete da notícia. Esse novo papel permite ao repórter escrever sobre o que ouve e vê e também sobre o que não é ouvido, não visto ou intencionalmente omitido” (SCHUDSON, 1995, p. 62). Tais reconfigurações associam-se a um momento histórico

marcado pela influência de movimentos reformistas que defendiam, entre outros aspectos, a visão de que a política deveria ser conduzida tecnicamente. Assim, “as convenções modernas de reportagem surgiram em uma época em que a política estava começando a ser pensada como administração. Os políticos, então, poderiam legitimamente ser avaliados de acordo com sua eficiência como líderes políticos, e não com base em sua posição política” (SCHUDSON, 1995, p. 68). Nesse cenário, os jornalistas trabalhavam para que as reportagens fossem vistas como análises políticas qualificadas, o que se deu sob a influência de vários fatores. Entre estes, Schudson (1995, p. 66-67) destaca o fato de que os repórteres, enquanto grupo profissional, tornavam-se mais autônomos e autoconscientes, relativamente livres da necessidade de aderência às posições políticas dos editores, tendo em vista que os jornais haviam se transformado em negócios e que os “editores estavam cada vez mais interessados em fazer dinheiro do que em fazer política” (SCHUDSON, 1995, p. 67, tradução nossa). Concomitantemente, houve o crescimento do público leitor, sobretudo entre a classe trabalhadora, o que teria resultado em transformações nas práticas jornalísticas de modo a “acomodar as demandas reais ou presumidas de um tipo diferente de público” (SCHUDSON, 1995, p. 67, tradução nossa). Tais transformações foram incorporadas à forma da notícia e posteriormente herdadas pela televisão.

A existência de esquemas práticos que guiam os processos de produção jornalística foi verificada por pesquisadores como Tuchman (1978), vinculada a uma abordagem construtivista, distinta, portanto, da matriz teórica de Bourdieu. A autora observou, a partir de pesquisa etnográfica, que o trabalho jornalístico diário consiste em um processo de rotinização do inesperado a partir de uma série de categorias pré-estabelecidas. Na abordagem da autora, tais tipificações fornecem aos jornalistas soluções para lidar com questões que se apresentam no cotidiano das redações, de modo que sua incorporação às rotinas influencia a própria concepção de noticiabilidade à qual os jornalistas se reportam para tomar decisões.

A necessidade de impor ordem ao tempo e ao espaço, dadas as exigências impostas pela produção industrial da notícia, resulta na consolidação de rotinas que operam influências sobre a notícia, concebida como construção social atravessada por constrangimentos organizacionais e condições materiais, por exemplo. A dependência do jornalismo em relação ao processo de rotinização condiciona sua produção discursiva e resulta em limitações, à medida que “a maioria dos repórteres está em melhor posição para encontrar apenas algumas fontes e recolher apenas algumas notícias e está, portanto, mais inclinada a criar certos tipos de histórias” (COOK, 2011, p. 207).

No mesmo sentido, a reflexão de Cook (2011) sobre o jornalismo político enfatiza que o conflito e a narratividade fazem parte do processo de produção da notícia, ao afirmar que “a história deve ter não só protagonistas e antagonistas em conflito, mas as ações da fonte devem mover a história até um novo episódio. Na falta de tal movimento, os jornalistas tendem a concluir que ‘nada aconteceu’ e, portanto, não há notícia” (COOK, 2011, p. 209). Essa característica resulta em um processo produtivo centrado em constantes negociações, frequentemente implícitas, entre fontes do campo político e jornalistas, em que ambas as partes controlam recursos importantes.

As fontes e os jornalistas têm interesse na cooperação e colaboração, particularmente na construção de uma relação estável, pela qual os jornalistas recebem informação em troca da publicidade que dão às fontes. Mas essas trocas são frágeis, porque esse interesse é pelo menos em parte contrabalanceado pelas tensões entre o que as fontes desejam e o que os jornalistas querem das notícias (COOK, 2011, p. 210-211).

A reflexão proposta pelo autor enfatiza, ainda, que os repórteres estabelecem relações de proximidade com “pessoas na posição de saber” (COOK, 2011, p. 212), de modo que tenham condições de justificar suas escolhas editoriais e defender-se de eventuais críticas por estas, o que remete à noção de objetividade enquanto ritual estratégico elaborada por Tuchman (1993). Nesse processo, no entanto, o jornalismo não apenas reflete a autoridade de determinadas fontes de informação, mas também a reforça (COOK, 2011, p. 212). Nesse sentido, a reportagem setORIZADA tende a orbitar em torno de instituições políticas consolidadas, motivo pelo qual o autor defende que “devemos olhar para a setORIZAÇÃO não só pelas notícias que torna possíveis, mas também pelas notícias que desencoraja” (COOK, 2011, p. 213).

Considerando que temos no telejornalismo nosso foco de observação empírica e que este “obedece a formatos e regras próprias do campo jornalístico em negociação com o campo televisivo” (GOMES, 2011, p. 32), passa-se a discutir, a partir deste ponto, questões relativas à configuração do campo televisivo no Brasil, com o objetivo de compreender o contexto a partir do qual o Grupo Globo consolidou seu domínio sobre a televisão no país.

2.3 TELEVISÃO NO BRASIL: PRIMAZIA DO MODELO PRIVADO E HEGEMONIA DO GRUPO GLOBO

Ao contrário da imprensa liberal, que consolida a esfera pública e é consolidada por ela, o uso social da radiodifusão inscreve-se no contexto de uma sociedade que se voltava para o lar privado, o que explica, em parte, o fato de que o rádio e a televisão foram “desenvolvidos para

a transmissão em casas *individuais*, embora não houvesse nada na tecnologia que tornasse isso inevitável” (WILLIAMS, 2016, p. 36, grifo do autor). A transmissão centralizada e a recepção privatizada e gratuita, no entanto, geraram obstáculos ao financiamento do campo produtivo, já que os únicos conteúdos que a televisão podia transmitir a baixo custo eram eventos que aconteceriam independentemente de sua transmissão, como apresentações teatrais e competições esportivas. A cobrança de licença para receptores domésticos foi uma das alternativas para o financiamento da produção (adotada, ainda hoje, pela BBC¹⁰), assim como o patrocínio comercial e venda de espaço publicitário. Tais movimentos iniciais produziram efeitos tanto sobre o desenvolvimento dos formatos televisivos quanto sobre a concepção do meio televisivo enquanto negócio.

Os serviços regulares de televisão tiveram início na Grã-Bretanha em 1936 e nos Estados Unidos três anos depois, com receptores ainda inacessíveis. A transição da radiodifusão sonora para a radiodifusão televisiva foi atrasada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), de modo que os maiores investimentos em transmissão e recepção ocorreram apenas no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, com rápida expansão a partir desse marco, momento em que houve “maior investimento no lar privatizado e as distâncias físicas e sociais entre essas casas e os centros decisivos políticos e produtivos tornaram-se muito maiores” (WILLIAMS, 2016, p. 41).

Nesse contexto, interessa-nos ressaltar que a televisão britânica foi concebida enquanto serviço público (LEAL FILHO, 1997), ao contrário do que ocorreu, a partir de 1939, nos Estados Unidos, com a criação da NBC¹¹, empresa privada e primeira emissora de televisão do país. A televisão brasileira, por sua vez, foi criada “à imagem e semelhança” do modelo estadunidense (SANTOS, 2019, p. 25). A implantação da TV Tupi, em 1950, por iniciativa do empresário Assis Chateaubriand, que já detinha o controle de dezenas de veículos de comunicação em todo o país e relações de proximidade com a elite política e econômica “foi uma grande aventura do capital privado tal como ocorreu nos EUA, de quem adquiriu a tecnologia para implantação da nova emissora” (SILVA, 2020, p. 92).

Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que a operacionalização da TV Tupi se deu muito antes de uma legislação específica que regulamentasse a exploração do serviço em território nacional, o que ocorreu apenas 12 anos depois, com o Código Brasileiro de Telecomunicações. Durante esse período, questões como concessão de funcionamento, limites aos intervalos comerciais e veiculação de conteúdo jornalístico não possuíam qualquer regulação. Na

¹⁰ British Broadcasting Corporation, empresa pública de radiodifusão do Reino Unido.

¹¹ National Broadcasting Company.

percepção de Santos (2019, p. 26), no entanto, “o principal prejuízo causado pela falta de regulamentação foi não impedir a propriedade cruzada de veículos de comunicação e a formação de monopólios comunicacionais desde a sua origem”. A implantação de um modelo privado e desregulamentado inaugurou uma era de vínculos estreitos entre os donos da então nova mídia e o poder político e econômico no país, estabelecendo um padrão que permanece vigente e ajuda a compreender a hegemonia do Grupo Globo sobre a televisão comercial no Brasil.

Os movimentos iniciais da televisão no Brasil, em 1950, se deram durante um período de crescimento industrial do país, que ocorreu em paralelo à urbanização e ao crescimento econômico. No início da década de 1960, existiam 15 emissoras de televisão operando a partir das principais cidades do país, segundo Mattos (2010). O desenvolvimento da televisão enquanto negócio rentável, no entanto, só ocorreu a partir do aprofundamento do capitalismo industrial que levou ao aumento do consumo de produtos industrializados, movimento que resultou em competição por faturamento publicitário. Tais movimentos produziram efeitos sobre a programação, pois “a fim de receber uma maior quantidade de anúncios, a televisão começou a direcionar seus programas a grandes audiências, aumentando assim seus lucros” (MATTOS, 2010, p. 31).

Durante a primeira fase de desenvolvimento¹² – compreendida entre 1950 e 1964, conforme o panorama histórico traçado por Mattos (2010) –, a produção era marcada por improvisos técnicos, falta de recursos e de pessoal capacitado. Os aparelhos televisores eram artigos de luxo acessíveis apenas para as elites, motivo pelo qual esta fase do desenvolvimento histórico da televisão brasileira é classificada pelo autor como “fase elitista”. Ainda que limitada em termos de recursos e alcance, o período propiciou o surgimento de produtos considerados marcos da história do telejornalismo, tais como o *Repórter Esso*, na TV Tupi, e o *Jornal de Vanguarda*, na TV Excelsior, emissora fundada em 1959 e cassada em 1970 e considerada inovadora por ser administrada a partir de práticas empresariais.

A fase seguinte do desenvolvimento da televisão no Brasil, no período compreendido entre 1964 e 1975, caracteriza-se por dois aspectos que influenciaram diretamente o desenvolvimento do campo televisivo no país: as medidas políticas e econômicas implantadas pelo regime militar e a inauguração e consolidação da TV Globo. Nesse sentido, os meios de

¹² O panorama histórico traçado por Mattos (2010, p. 85) compreende sete fases: fase elitista (1950-1964); fase populista (1964-1975); fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985); fase da transição e expansão internacional (1985-1990); fase da globalização e da TV paga (1990-2000); fase da convergência e da qualidade digital (2000-2010) e a fase da portabilidade, mobilidade e interatividade digital (2010-).

comunicação de massa foram instrumentalizados pelo regime para “persuadir, impor e difundir seus posicionamentos, além de ser a forma de manter o *status quo* após o golpe. A televisão, pelo seu potencial de mobilização, foi mais utilizada pelo regime, tendo também se beneficiado de toda a infraestrutura criada para as telecomunicações” (MATTOS, 2010, p. 39).

A TV Globo, canal 4 do Rio de Janeiro, entrou no ar em 1965, por iniciativa do empresário Roberto Marinho, à época já proprietário de uma emissora de Rádio de mesmo nome e do jornal *O Globo*, ambos no Rio de Janeiro. O surgimento da emissora remonta ao que Mattos (2010) classifica como “fase populista” da televisão brasileira, momento em que se passou a adotar os padrões de administração norte-americanos, tornando-se cada vez mais profissional. O respaldo financeiro e técnico do grupo norte-americano Time-Life nos primórdios da TV Globo garantiu a construção de uma sede própria (algo incomum para a época) e aquisição de equipamentos modernos, além de consultoria sobre aspectos comerciais e de programação. O contrato entre as empresas chegou a ser alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, tendo em vista que a participação estrangeira em empresas brasileiras era, à época, proibida. Sobre esse aspecto, Mattos (2010, p. 101) lembra que “o envolvimento americano na TV Globo foi, subsequentemente, eliminado, embora isso só viesse a acontecer depois que ela usufruiu das vantagens dos dólares e da experiência gerencial estrangeira”. Ao final da década de 1960, a emissora já atingia larga audiência, o que é atribuído pelo autor ao fato de ter direcionado a programação para parcelas amplas de público, com uma grade baseada em telenovelas, programas de concursos e filmes importados dos Estados Unidos. A partir de 1969 iniciou o processo de consolidação enquanto rede, transmitindo programas simultaneamente em várias cidades através de micro-ondas. Em 1971, de acordo com o relato de Mattos (2010), a implementação de um departamento de pesquisa e análise passou a fornecer subsídios para a criação de programas e planejamento de publicidade, desenvolvendo estratégias de comercialização inovadoras para a época.

Tais movimentos são representativos de um modelo de negócios implementado e consolidado pela TV Globo no Brasil e posteriormente replicado por outras emissoras, em que os interesses mercadológicos guiam os investimentos e a programação. Nesse sentido, seu sucesso enquanto empreendimento comercial associa fatores como uma grade de programação baseada na segmentação de públicos ao longo do dia, estratégias de expansão para o interior do país, gestão pensada de modo a atrair recursos publicitários, além de uma dimensão tecnológica desenvolvida em busca do que, a partir dos anos 1970, ficou conhecido como “padrão Globo de qualidade”. Assim, munida de recursos financeiros, condições tecnológicas e relações de proximidade com o governo militar, a Rede Globo estabeleceu, ao longo das décadas, um

modelo de telejornalismo que associa qualidade técnica ao efeito de onipresença gerado pelas imagens de todo o Brasil. Na percepção de Temer (2020, p. 77), “o sucesso dessa ação consolida o telejornalismo como um ator social de grande importância, com potencial para questionar outros atores” (TEMER, 2020, p. 77).

Na década de 1990, com a liderança consolidada na TV aberta, a TV Globo se inseriu no mercado da televisão por assinatura, que ainda engatinhava no Brasil. A implantação e regulamentação da TV por assinatura no Brasil ocorreu no final da década de 1980, “a partir da influência do Grupo Abril junto ao governo federal, ou seja, desse trânsito entre a administração pública e interesses privados” (MIRANDA, 2019, p. 23). Acreditava-se, à época, “que até o final da década de 1990 a importância e influência hegemônica da TV convencional (TV aberta), tal como a conhecemos hoje, diminuiria. Isso porque a TV a cabo forçosamente diluiria a audiência, atingindo diretamente os índices quase absolutos como os da Rede Globo” (MATTOS, 2010, p. 134). A chamada Lei do Cabo, que teve o jornalista Daniel Herz como um de seus principais idealizadores, previa iniciativas então inéditas para o exercício da cidadania e para o fomento do mercado de comunicação social no país, tais como a obrigatoriedade da inclusão de canais universitários e públicos. No entanto, na avaliação de Mattos (2010, p. 134), “vários itens previstos na lei jamais saíram do papel, tal como a prometida regionalização de parte da programação das TVs”.

A inserção do Grupo Globo no mercado de TV por assinatura se deu, simultaneamente, enquanto operadora (responsável por realizar a instalação das antenas e decodificadores) e programadora, através do fornecimento de quatro canais segmentados: Telecine, Top Sport, Multishow e GNT¹³, que passaram a ser disponibilizados em outubro de 1991, quando o serviço ainda não possuía assinantes e era altamente dependente de produções estrangeiras (MIRANDA, 2019). A segunda metade da década de 1990 foi marcada pela ampliação dos investimentos do grupo na televisão paga. Em 1996, o Grupo Globo lança seu próprio canal de notícias na TV por assinatura, associando-se a uma tendência global que teve como gatilho a criação da CNN, nos Estados Unidos, em 1980, aspecto abordado a seguir.

¹³ O canal GNT (Globosat News Television) veiculava conteúdo jornalístico, como documentários e até mesmo telejornais voltados ao noticiário internacional, mas não possuía uma identidade editorial bem formatada de modo que pudesse ser considerado um canal de notícias (MIRANDA, 2019).

2.4 TELEJORNALISMO 24 HORAS

A emergência das redes globais de comunicação, tecnicamente viabilizadas pelos satélites de comunicação, adicionou novos elementos ao ecossistema midiático e resultou em alterações que contribuíram para configurar o telejornalismo contemporâneo. Atribui-se à CNN (Cable News Network), canal de notícias fundado por Ted Turner em 1980, a consolidação de um modelo de telejornalismo que inspirou a criação de canais de notícias em vários países durante a década de 1990, incluindo o Brasil (BECKER, 2016).

Cushion (2010) divide a história dos canais de notícias em três fases, considerando que a primeira delas tem início a partir da estreia da CNN, em junho de 1980. Seu surgimento foi visto com ceticismo, tendo em vista que o canal dispunha de um orçamento restrito para produzir jornalismo 24 horas por dia, quando comparado aos grandes canais abertos da televisão estadunidense (NBC, CBS e ABC), que possuíam telejornais noturnos bastante consolidados. Nesse cenário, a CNN precisou imprimir rapidamente suas características editoriais de modo a justificar a existência de um canal de televisão exclusivamente dedicado às notícias e viabilizar a construção de um modelo de negócios sustentável do ponto de vista econômico. Na percepção do autor, o canal mostrou ao público um diferencial logo nos primeiros minutos no ar, ao interromper a programação para transmitir, ao vivo, uma entrevista coletiva do então presidente Jimmy Carter, que visitara um ativista dos direitos civis no hospital após uma tentativa de assassinato. Na gravação da primeira hora de transmissão do canal, disponível no YouTube¹⁴, é possível identificar que um comercial foi cortado durante a exibição para que se pudesse transmitir ao vivo a fala de Carter. Na avaliação de Cushion (2010), ainda que as transmissões ao vivo já fossem utilizadas pelo jornalismo produzido a partir de outros canais, a CNN formatou um produto editorial baseado na manutenção de uma constante sensação de estar (ou poder estar) ao vivo, que permanece como a característica distintiva mais marcante do telejornalismo produzido a partir de tais canais.

O autor ressalta que o alcance da CNN era relativamente restrito quando da estreia do canal, mas aumentou a abrangência ao longo da década à medida que a TV a cabo ampliou sua inserção nos lares do país. Ainda na década de 1980, outros canais de notícias surgiram no mundo, entre os quais se destaca o Sky News, em 1989, primeiro do gênero na Europa. Em 1985, o lançamento da CNN International (CNNI) ampliou a inserção internacional do canal e,

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rWhgKuKvvPE>. Acesso em 30 ago. 2022.

na percepção de Cushion (2010, p. 18, tradução nossa), “abriu, pela primeira vez, a possibilidade de constituir uma esfera pública global”. As ambições globais do canal se concretizaram de forma enfática quando da cobertura ao vivo, via satélite, da Guerra do Golfo, em 1991, “chamada por muitos jornalistas e estudiosos de comunicação de “Guerra da Televisão” porque foi a primeira transmitida em tempo real, embora a primeira guerra transmitida pela TV tenha sido a do Vietnã” (BECKER, 2016, p. 39). A autora lembra que as imagens do conflito foram acompanhadas globalmente, pois emissoras de diversos países retransmitiram o sinal da CNN, o que alavancou a credibilidade do canal e inspirou a criação de canais de notícias em outros países. Na percepção da autora, a transmissão ao vivo de acontecimentos como a Guerra do Golfo e, dez anos mais tarde, os atentados de 11 de setembro de 2001, contribuiu para reafirmar “a televisão e o telejornalismo como principais lugares da construção da história cotidiana” (BECKER, 2016, p. 40).

Considerando o panorama traçado por Cushion (2010), a segunda fase, que se desenvolve ao longo da década de 1990, caracteriza-se pela busca de alcance transnacional e influência e tem os canais Euronews e Al Jazeera como seus mais destacados expoentes. O canal Euronews, que estreou em 1993, objetivava “desenvolver uma identidade europeia e desafiar o monopólio dos canais de notícias americanos com alcance global” (CUSHION, 2010, p. 15). Um consórcio entre as emissoras France 2 e 3, RAI (Itália) e RTVE (Espanha) viabilizou o projeto, que se tornou o primeiro canal de notícias do mundo a realizar emissões em múltiplos idiomas simultaneamente e constituiu “uma das principais políticas culturais promovidas para formar opinião pública a nível continental” (GIURCO, 2020, p. 381).

O canal Al Jazeera, baseado no Qatar, estreou em 1996 inicialmente voltado às audiências do Oriente Médio. Em 2003, com o início da segunda Guerra do Golfo, transmitiu de forma exclusiva as primeiras semanas do conflito, com uma cobertura voltada aos interesses e preocupações da região, revelando, sobretudo, o sofrimento do povo afegão. Cushion (2010) ressalta que o canal contribuiu para fornecer ao mundo pontos de vista menos centrados no Ocidente.

A GloboNews, primeiro canal brasileiro de notícias na TV por assinatura, entrou no ar em outubro de 1996, em um período marcado pela expansão da televisão a cabo no país e fortemente influenciado pelo sucesso comercial atingido pela CNN. O canal iniciou as atividades no mesmo ano em que a Al Jazeera entrou no ar, no entanto, ao contrário do perfil observado por Cushion (2010), a emissora brasileira não sinalizou ambições de atingir alcance internacional. Sua implantação pode ser interpretada como estratégia mercadológica, por parte do Grupo Globo, para se antecipar a uma eventual inserção de outros canais de notícias no

mercado brasileiro. Sobre esse aspecto, recorda-se que, no ano seguinte, o canal estadunidense iniciou as atividades da “CNN em espanhol”, voltada aos países da América Latina e ao público latino dos Estados Unidos.

O panorama traçado por Cushion (2010) compreende, ainda, uma terceira fase, marcada pela regionalização e pelo aumento da competitividade entre os canais dentro de suas próprias fronteiras, com menores ambições globais. Nesse sentido, ressalta-se que a competitividade demorou a chegar ao mercado de canais de notícias do Brasil. Nos primeiros cinco anos de existência da GloboNews, o canal atuou sem qualquer concorrente. O segundo canal de notícias do país, Band News, surgiu apenas em 2001, também na TV por assinatura, seguido pela Record News, em 2007, na TV aberta. A partir desse cenário, reproduziu-se na TV por assinatura a concentração de meios característica do mercado midiático brasileiro.

Em 2020, a marca CNN chegou ao Brasil através de um contrato de licenciamento firmado no ano anterior entre a CNN International Commercial e uma empresa brasileira liderada por Douglas Tavolaro (que respondia pela vice-presidência de jornalismo do Grupo Record) e Rubens Menin, fundador da construtora MRV Engenharia. No ano seguinte, a estreia da Jovem Pan News (disponível na TV por assinatura, parabólicas e plataformas digitais) adicionou a esse cenário um concorrente destinado a uma parcela específica do público brasileiro, considerando o alinhamento editorial ao governo de Jair Bolsonaro e seus grupos de suporte (RAVACHE, 2022). Apesar do recente incremento na concorrência, a GloboNews permanece em lugar de destaque nesse cenário por manter-se, ao longo dos anos, entre as primeiras colocações no *ranking* de canais mais assistidos da TV por assinatura.

2.5 GLOBONEWS: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

A GloboNews entrou no ar em 15 de outubro de 1996, às 21h, com a primeira edição do telejornal *Em Cima da Hora*, apresentado por Renata Vasconcellos e Eduardo Grillo. O projeto de implantação do canal foi comandado pelas jornalistas Alice-Maria Reiniger (que também participou da criação do *Jornal Nacional*, ao lado de Armando Nogueira), Vera Íris Paternostro e Leticia Muhana e objetivava associar o *hard news* característico dos canais de notícias estrangeiros a análises e interpretações dos fatos, que operariam enquanto diferencial (PATERNOSTRO, 2006).

Inicialmente, a programação da GloboNews estruturava-se a partir da veiculação de diversas edições diárias do telejornal *Em Cima da Hora*, intercaladas com programas de curta

duração, tais como *Conta Corrente* (dedicado à economia) e *Via Brasil* (de cultura e comportamento) ou reprises de atrações jornalísticas veiculadas pela TV Globo, como o *Bom Dia Brasil* e *Jornal Nacional*, por exemplo, além de um programa de entrevistas diário intitulado *Espaço Aberto* e um telejornal de fim de noite, o *Jornal das Dez*, à época considerado o carro-chefe do canal. Miranda (2019) enfatiza que a viabilidade financeira do projeto esteve inicialmente atrelada ao uso de conteúdo produzido pelas emissoras da TV Globo e suas afiliadas, tendo em vista que a produção de material integralmente original seria muito dispendiosa. O acidente aéreo com o Fokker 100 da TAM, ocorrido duas semanas após a estreia, motivou a primeira grande cobertura realizada pelo canal, ocasião em que a programação normal deu lugar a uma transmissão contínua, prática que se tornaria característica do canal diante de grandes factuais (MIRANDA, 2019).

Desde a implantação, o canal foi compreendido pela empresa jornalística como lócus de experimentação para o amadurecimento de profissionais e desenvolvimento de aspectos técnicos. Entre os aspectos técnicos desenvolvidos pela GloboNews e posteriormente aproveitados pela TV Globo, podem ser citados o *script* eletrônico, que eliminava a necessidade de impressão dos scripts e ampliava o *deadline*, já que o texto podia ser alterado até segundos antes de ser lido no ar (PATERNOSTRO, 2006, p. 70); o uso de câmeras-robô no estúdio, dada a necessidade de operar três câmeras com apenas dois operadores (PATERNOSTRO, 2006, p. 69); além de um sistema de exibição de matérias mais eficiente do que o então utilizado pela TV Globo. Do mesmo modo, muitos profissionais que iniciaram na GloboNews migraram para a TV Globo, tais como Julio Mosquera e Gioconda Brasil, setoristas de política em Brasília que atuam nos telejornais de abrangência nacional da emissora.

A cobertura política ao vivo de Brasília, que mais tarde viria a se tornar ponto focal da programação do canal, iniciou com um grupo de seis jornalistas que dividiam um pequeno espaço na redação da sucursal da TV Globo em Brasília, de acordo com o relato de Paternostro (2006), indicativo do modo como a estrutura prévia da TV Globo forneceu subsídios para a operacionalização da GloboNews e do processo de retroalimentação entre as equipes dos dois canais. A autora relata que, àquela época, “não era tão comum a cobertura ao vivo em Brasília, por isso os produtores enfrentavam dificuldades para conseguir instalar o caminhão da unidade móvel, com o equipamento de geração, próximo aos prédios do governo” (PATERNOSTRO, 2006, p. 247). O relato dos fatos políticos a partir de tais locações exigia a solicitação de autorizações para os Ministérios, Palácio do Planalto e Congresso, que demoravam a ser fornecidas, cenário bastante distinto do que se observa atualmente, em que repórteres e

comentaristas realizam entradas ao vivo dos salões e dos plenários do Congresso Nacional dezenas de vezes todos os dias.

Paternostro (2006, p. 246) lembra que a cobertura ao vivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Mensalão, instaurada em julho de 2005, foi um marco na cobertura política da GloboNews, que passou a transmitir ao vivo os depoimentos concedidos à CPI. Relatos que constam do livro que marcou os dez anos de existência do canal, publicado em 2006, revelam que a “novelização” da política e a superexposição do que foi tratado, à época, como o principal escândalo político do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva “prendia a atenção dos assinantes” (PATERNOSTRO, 2006, p. 257), o que resultou em altos índices de audiência.

A transmissão ao vivo de depoimentos às CPIs levou o canal a dominar a audiência na tevê paga em julho de 2005. A Globo News monopolizou 40% do tempo dedicado em média por todos os assinantes dos canais pagos. O tempo médio de permanência do assinante sintonizado na Globo News, que foi de 37 minutos por dia no primeiro semestre, aumentou para 57 minutos por dia, um crescimento bem maior do que a média da tevê paga” (PATERNOSTRO, 2006, p. 246).

Em 2010, as edições diárias do *Em Cima da Hora* transformaram-se em *Jornal GloboNews* e tiveram o horário ampliado (de 30 minutos para uma hora) para evitar a percepção, por parte do telespectador, de que havia excessiva repetição das notícias veiculadas, como relatado por Carlos Jardim, chefe de redação da GloboNews, em depoimento ao Memória Globo: “quando você faz um jornal de meia em meia hora, você não tem tempo hábil para modificar quase nada. Repetia muita coisa. Nós começamos a optar por dar identidade aos jornais, torná-los maiores, mais consistentes” (MEMÓRIA GLOBO, 2021). Essa transição conferiu às edições do *Jornal GloboNews* muitas das características definidoras do atual modelo: os cenários foram reformulados de modo a permitir a circulação dos apresentadores em pé, a sala de redação passou a ser visível ao telespectador, separada do estúdio por um vidro, e telões foram instalados para permitir a interação com os repórteres. A bancada permanecia, mas o apresentador já não estava mais preso a ela, como ocorria no *Em Cima da Hora*, que adotava um formato mais rígido.

O olhar em perspectiva permite verificar que a estrutura definida por Henrique Lago¹⁵ para o *Jornal das Dez* foi replicada por outros telejornais do canal quando tiveram os tempos de duração ampliados: “dentro do conceito do formato do jornal, eu procuro sempre abrir o primeiro bloco com Brasília, temas políticos com a nossa abordagem diferenciada, e

¹⁵ O jornalista Henrique Lago atuou como editor-chefe do *Jornal das Dez* durante os primeiros nove anos do canal.

naturalmente seguem as notícias nacionais com Rio e São Paulo, que é mais economia, e os assuntos internacionais pra fechar” (LAGO *apud* PATERNOSTRO, 2006, p. 228). A inserção de comentaristas, a partir dos anos 2000, também pode ser creditada a este telejornal. De acordo com o relato de Lago, a contratação de comentaristas para as áreas de maior enfoque do canal, tais como política, economia e internacional, respondeu à necessidade de discutir os assuntos com maior agilidade e aumentar a credibilidade do telejornal. Nesse sentido, “o papel do comentarista é interpretar os fatos do dia-a-dia com um olhar diferenciado. Ele não reporta ou relata a notícia. Ele vai além. O comentarista analisa a informação a partir da sua maneira de pensar, às vezes de modo mais filosófico ou mais científico, dependendo da experiência profissional” (PATERNOSTRO, 2006, p. 231).

Vinte e sete anos depois da emissão de seu primeiro telejornal, a GloboNews integra, hoje, um cenário bastante distinto do que ajudou a formatar, nos primórdios da TV por assinatura no Brasil. O declínio no número de assinantes dos serviços de TV a cabo, aliado à migração de público para plataformas digitais de conteúdo audiovisual, impõe desafios à sustentabilidade financeira dos canais fechados, aos quais os canais de notícias brasileiros têm respondido de maneiras diversas. Enquanto CNN Brasil e Joven Pan News optam pela abertura de sinal em plataformas digitais de uso gratuito, como YouTube, e até mesmo a disponibilização do sinal para as antenas parabólicas, o Grupo Globo têm mantido os canais fechados restritos a assinantes, através de operadoras de TV a cabo e de sua própria plataforma de *streaming*, Globoplay, por meio de uma assinatura específica (Globoplay + Canais ao Vivo), de valor mais elevado do que a convencional.

A adoção de um telejornal veiculado pela GloboNews como objeto empírico da pesquisa demandou realizar um levantamento que permitisse identificar em que estágio se encontra o conhecimento produzido academicamente sobre o canal e seus modos de fazer telejornalismo. As contribuições das teses e dissertações identificadas ao longo desse processo encontram-se descritas no item a seguir.

2.5.1 GloboNews como Objeto de Pesquisa Acadêmica: Contribuições e Potencial para Aprofundamentos

Uma busca realizada a partir dos repositórios institucionais de universidades brasileiras que mantêm programas de pós-graduação em comunicação ou jornalismo permitiu identificar que o canal GloboNews e/ou seus produtos foram tema de oito dissertações de mestrado e duas

teses de doutorado. A busca não estabeleceu limitador de tempo e considerou todos os resultados que continham o termo “GloboNews” no título, resumo ou palavras-chave.

Miranda (2019) analisou estratégias narrativas empregadas no programa “Em Pauta”, por meio de Análise Televisual e entrevistas com jornalistas envolvidos na produção. A análise de 30 edições identificou dez categorias de estratégias narrativas que levaram à conclusão de que o “Em Pauta” não adota o modelo de telejornais tradicionais e que a interação entre os comentaristas possibilita a criação de uma “intimidade mediada”, planejada e viabilizada de modo a gerar empatia com o público. Ainda que tal característica seja disruptiva em relação ao modelo de telejornal tradicional, o pesquisador conclui que a narrativa é uníssona e carente de pluralidade de pontos de vista. Em diálogo com Piccinin e Soster (2012), apresentam-se categorias de estratégias narrativas características da midiatização que se fazem presentes no telejornal em questão e são pertinentes para pensar nosso próprio objeto empírico:

- a) Autorreferencialidade: caracterizada pela referência (por parte dos jornalistas) a si mesmos e ao próprio processo de apuração/produção da notícia, bem como a integração de elementos de bastidores à dimensão do visível (como a integração das salas de redação aos estúdios, por exemplo). Na percepção dos autores, tais estratégias autenticam a veracidade dos fatos noticiados;
- b) Correferencialidade: denota um processo de retroalimentação, em que uma mídia referencia o jornalismo produzido pela outra, como nos momentos em que os jornalistas convidam o telespectador para assistir as reportagens na plataforma de *streaming* ou obter mais informações a partir de um portal de notícias associado ao canal, por exemplo;
- c) Descentralização: estratégia que se manifesta na referência a conteúdos provenientes de outros veículos de comunicação ou plataformas, como matérias publicadas por jornais e revistas ou declarações realizadas em redes sociais;
- d) Dialogia: manifesta-se na comunicação entre o sistema midiático e outros sistemas, como o literário ou artístico (que pode se dar na apropriação de formatos e linguagens, por exemplo);
- e) Atorização: através dessa estratégia narrativa, os jornalistas oferecem novos sentidos aos acontecimentos a partir da própria percepção dos fatos, tornando-se mais atores da narrativa do que mediadores.

Além das estratégias supracitadas, identificadas por Miranda (2019) a partir do exposto por Piccinin e Soster (2012), o pesquisador verificou a existência de outras cinco estratégias narrativas: exclusividade (com destaque ao caráter exclusivo de algumas informações); autopromocionalidade (manifesta através de chamadas para outros conteúdos do canal no interior do programa, por exemplo); certificação/autenticação do real (mecanismo de produção de efeitos de verossimilhança através da explicitação de procedimentos de apuração ou de bastidores testemunhados pelo jornalista); estratégias didáticas (quando o jornalista se coloca na posição de quem explica, enquanto o telespectador aprende) e estratégias do “ao vivo” (manifesta na predominância da transmissão ao vivo, que gera efeitos de atualidade).

Inscrita no contexto teórico dos Estudos Culturais britânicos e latino-americanos, a pesquisa de Silva (2010) investiga o papel da conversação em seis programas jornalísticos, entre eles o *Jornal das Dez*, veiculado pela GloboNews. A tese estrutura-se a partir da noção de modo de endereçamento, entendido como o estilo ou tom do programa, um modo específico de se direcionar à audiência e estabelecer com ela uma relação. As conclusões da autora apontam para duas dimensões principais, que também oferecem elementos para refletir sobre nosso objeto empírico: a) o uso da conversação como estratégia para construção de uma arena de debate sobre temas de interesse público, em consonância com o papel atribuído ao jornalismo na democracia; b) o uso da conversação para provocar efeitos de espontaneidade através da qual o telejornalismo se aproxima do entretenimento. A pesquisa identifica, em linhas gerais, três modos através dos quais a conversação se dá no telejornalismo: a conversa informativa, argumentativa e testemunhal. Na perspectiva da autora, tais práticas conversacionais resultam em transformações no telejornalismo: “a retomada da matriz opinativa; a valorização dos testemunhos pessoais como prova de veracidade das informações; e uma inclinação do telejornalismo a uma temática voltada para o cotidiano” (SILVA, 2010, p. 7).

Escobar (2010) discute a qualidade da informação veiculada pela mídia *all news*, através de estudo de caso do canal GloboNews e da rádio francesa France Info. A autora identifica que a GloboNews, ao contrário da France Info, apresenta-se ao público como formadora de opinião e demonstra preocupação em fornecer ao público algum nível de análise dos fatos, o que o faz com auxílio de fontes provenientes do universo acadêmico. Assim, conclui que para evitar o tautismo, quando “o excesso de informação acaba por matar a comunicação, a mídia encontrou uma saída até então jamais pensada: aproximar o universo da Academia do universo midiático. Os intelectuais entram em cena para atribuir sentido a essa pletora de informações (ESCOBAR, 2010, p. 8).

Considerando um contexto de alteração na temporalidade das transmissões da notícia, que se tornam mais velozes no cenário convergente, Scirea (2016) dedicou-se a analisar as implicações desse cenário na legitimidade e credibilidade do fazer jornalístico televisivo. Através de uma análise de conteúdo da cobertura jornalística realizada pela GloboNews sobre os atentados terroristas de Paris em 2015, a pesquisadora conclui que as atuais tecnologias de comunicação permitem que repórteres façam relatos cada vez mais instantâneos, em coberturas realizadas quase exclusivamente ao vivo, reforçando as características de atualidade e ubiquidade e fornecendo ao público a sensação de participar dos eventos. O cenário, no entanto, traz implicações negativas à apuração e precisão da informação.

Pasa (2013) identifica e avalia a presença de enquadramentos jornalísticos transnacionais nas coberturas realizadas pela GloboNews e pela CNN Internacional em referência aos 10 anos dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A partir de um quadro teórico-metodológico baseado na noção de enquadramento, a autora identificou quadros de sentido semelhantes em ambas as coberturas, confirmando a hipótese de pesquisa de que “a conjuntura global da produção do jornalismo de televisão pode levar à constituição de enquadramentos transnacionais, ou seja, da representação comum de um evento de escala internacional por duas emissoras vinculadas a nacionalidades diferentes” (PASA, 2013, p. 6).

Miranda (2011) verificou como os canais de notícias GloboNews e BandNews promovem interação entre mídias ao produzir notícias para a televisão e portais online e identifica a necessidade de que a pauta jornalística seja trabalhada, desde a origem, de modo a projetar desdobramentos para o ambiente online. Souza (2019) investigou a utilização e apropriação de imagens fotográficas produzidas pelo cidadão comum como fontes de informação pela mídia tradicional através da análise do canal colaborativo “Na Rua”, mantido pelo canal GloboNews.

Nos parâmetros de pesquisa explicitados, foram identificadas, ainda, pesquisas que investigam programas que se afastam da tipificação “*hard news*”: Longuinho (2014) realiza uma análise da narrativa jornalística aplicada a entrevistas realizadas por Geneton Moraes Neto com os jornalistas Joel Silveira e Gay Talese, veiculadas pela GloboNews; Justino (2016) discute como o americanismo viril estabeleceu as bases para programas como o Manhattan Connection, à época veiculado pela GloboNews; e Guilherme (2018) investiga as concepções da dança contemporânea brasileira pela série *Corpos*, exibida no programa *Starte*, da GloboNews.

O cenário visualizado a partir do levantamento de teses e dissertações que adotam a GloboNews como objeto empírico permitiu identificar que há espaço para fornecer

contribuições relevantes para a compreensão do processo de produção da notícia nos canais especializados. Os achados de Silva (2010) e Miranda (2019) corroboram nossa percepção em relação à existência de especificidades no fazer telejornalístico dos canais de notícias e nos discursos produzidos a partir deles, além de fornecer elementos que nos ajudam a compreender nossos próprios achados empíricos.

Como previamente exposto, a GloboNews articula sua programação diária a partir da sucessão de telejornais, subgênero televisivo fortemente codificado e que estabelece com a audiência um contrato comunicativo bastante específico ao basear a credibilidade na personalização do relato noticioso (MACHADO, 2003) e que comunica, antes de mais nada, a própria presença (COUTINHO, 2008). Os próximos tópicos deste capítulo traçam um breve panorama das reconfigurações do telejornal ao longo da história da televisão brasileira e de suas especificidades enquanto subgênero televisivo.

2.6 RECONFIGURAÇÕES DO TELEJORNAL: DO MODELO RADIOFÔNICO À GRAMÁTICA TELEJORNALÍSTICA

O modo como os gêneros televisivos se configuram no decorrer do tempo resulta de imbricações históricas, sociais, econômicas e culturais, aliadas às possibilidades tecnológicas características de cada período. O telejornal passou por múltiplas reconfigurações ao longo de sete décadas, que levaram à construção de uma gramática própria e o firmaram como produto de prestígio na programação da televisão brasileira (GUTMANN, 2014).

As primeiras experiências de telejornalismo no Brasil caracterizavam-se pelo estilo radiofônico, em que um locutor lia textos, em *off*, com voz empostada. O *Imagens do Dia*, considerado o primeiro telejornal do Brasil (SILVA, 2020), foi exibido em 19 de setembro de 1950, dia seguinte à estreia da TV Tupi, quando noticiou um desfile cívico-militar em São Paulo. “O programa tinha notícias locais lidas pelo locutor Ruy Rezende, que era também produtor e redator do telejornal. As imagens eram produzidas em filme 16 mm, preto e branco” (SILVA, 2020, p. 93). Na primeira fase, o telejornalismo brasileiro importou do rádio “a valorização da voz, do timbre e do ritmo de narrar as notícias levado em curso pelos locutores que, por sua vez, também eram nomes tradicionais do rádio” (SILVA, 2011, p. 6). A autora aponta, ainda, para a influência do cinejornal (noticiários exibidos no cinema antes dos filmes com imagens dos acontecimentos da semana e narração em *off*) sobre a linguagem das primeiras experiências de telejornalismo no país.

Os primeiros telejornais brasileiros nasceram atrelados à marca dos patrocinadores. Essa fase do telejornalismo brasileiro tem no *Repórter Esso* seu representante mais importante. O telejornal, que estreou na TV Tupi em 1953, repetiu na televisão o prestígio e sucesso comercial obtidos pelo homônimo no rádio. Seus apresentadores (Kalil Filho, em São Paulo, e Gontijo Teodoro, no Rio de Janeiro) eram locutores de rádio bem-sucedidos, mas, como lembra Paternostro (1999, p. 35), “já começavam a esboçar uma linguagem e uma narrativa mais televisiva, o texto era objetivo, o apresentador enquadrado no plano americano e tinha horário fixo para entrar no ar, oito da noite”.

O *Jornal de Vanguarda*, que estreou em 1962 na TV Excelsior foi considerado inovador, pois era conduzido por vários locutores e comentaristas, além de abandonar o estilo radiofônico característico dos telejornais que o antecederam (PATERNOSTRO, 1999) e mesclar “objetividade, emocional e toques de humor” (TEMER, 2020, p. 74). O telejornal, que passou por várias emissoras até sair do ar, em 1968, recebeu o prêmio de “melhor telejornal do mundo”, na Espanha, em 1963 (PATERNOSTRO, 1999). Com a instauração do Ato Institucional n. 5 e o recrudescimento da censura, seu idealizador, Fernando Barbosa Lima, decidiu tirá-lo do ar (JORNAL..., 2021).

Ainda que não devam ser consideradas de forma determinista, possibilidades tecnológicas constituíram elementos condicionantes das alterações de formato e linguagem do subgênero telejornal ao longo dos anos. A popularização do *videotape*, por exemplo, resultou em alterações significativas nos formatos telejornalísticos e nas rotinas produtivas, possibilitando, do ponto de vista técnico, o início da construção de uma narrativa propriamente telejornalística (TEMER, 2020). Do mesmo modo, “à medida que as câmeras se tornaram portáteis o jornalismo audiovisual foi se tornando mais ágil e mais presente no cenário dos acontecimentos” (SILVA, 2020, p. 96). Além disso, o uso do *videotape* também tornou possível a implantação de uma estratégia de programação horizontal (BECKER, 2016).

As transmissões por meio do sistema de micro-ondas da Embratel, a partir de meados da década de 1960, estabeleceram as condições técnicas para a criação dos telejornais nacionais, dentre os quais se destaca o *Jornal Nacional*, exibido pela TV Globo desde setembro de 1969. Na percepção de Temer (2020), a proposta do JN evidenciou uma alteração de percepção em relação à importância do telejornalismo no contexto da programação. “Na fase anterior, o telejornal era um produto complementar, parte necessária – mas não central – da programação. O *Jornal Nacional*, ao contrário, é o ponto central do horário nobre, opção mais onerosa para os anunciantes, eixo a partir do qual, em uma simbiose, são dispostas as novelas” (TEMER, 2020, p. 14). O *Jornal da Globo*, que entra no ar dez anos depois, inclui no noticiário a figura

dos comentaristas, propondo-se a adotar uma linguagem mais analítica. Durante a década de 1980, ocuparam a posição de comentaristas no telejornal Paulo Francis (que realizava análise política a partir de Nova York), Jô Soares (que fazia comentários bem-humorados sobre os fatos do dia) e Joelmir Beting (análise econômica) (MEMÓRIA, 2022, s/p).

2.7 ESPECIFICIDADES DO TELEJORNAL

Gomes (2011) classifica o telejornal como um subgênero televisivo, isto é, uma variação no interior do gênero programa jornalístico televisivo, que “obedece a formatos e regras próprias do campo jornalístico em negociação com o campo televisivo” (GOMES, 2011, p. 32). A autora lembra que os gêneros são formas socialmente reconhecidas que permitem a classificação de um produto midiático. Além disso, o gênero permite situar a audiência e ajustar as expectativas em relação ao assunto que será objeto de um determinado programa televisivo e ao modo como este se direciona ao público. Assim, “o receptor orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero” (GOMES, 2008, p. 32). Sustentando-se sobre as perspectivas teóricas dos estudos culturais britânicos, a autora defende que a investigação do telejornalismo implica em compreender a notícia como forma cultural específica de lidar com a informação, assim como o programa jornalístico televisivo consiste em uma forma cultural específica de lidar com a notícia na televisão (GOMES, 2011, p. 23).

Machado (2003) alerta para o fato de que o telejornal não pode ser compreendido como dispositivo de reflexão dos eventos do mundo, mas como efeito de mediação, ao passo que os fatos não falam por si, pois passam pela mediação inevitável do relato telejornalístico, materializado nos enunciados de apresentadores e repórteres. A constatação conduz o autor à conclusão de que o telejornal é, sobretudo, “*o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos*. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o *seu* discurso em relação aos fatos relatados” (MACHADO, 2003, p. 104, grifo do autor).

A estrutura de apresentação baseada em sujeitos implicados direta ou indiretamente no acontecimento tornou essencial a presença da televisão no tempo e local dos fatos. Nesse sentido, a apresentação pessoal tornou-se um elemento central na estrutura significativa do telejornal, amplamente baseado na intervenção de um grupo de sujeitos falantes que relatam acontecimentos. O autor relata, baseado em Raymond Williams, que a identificação da voz foi

introduzida no rádio e na televisão durante a Segunda Guerra Mundial, como medida de segurança em caso de invasão ou captura de emissoras.

De lá para cá, a identificação do pessoal da televisão foi ficando cada vez mais marcada, a ponto de chegar, com o modelo norte-americano de telejornal a constituir uma regra (...). Dessa forma, o antigo modelo de telejornal, derivado da prática radiofônica e apoiado basicamente num locutor que lê um script, foi sendo substituído aos poucos pelo modelo que tem hoje na CNN o seu melhor representante, onde a tarefa de construir o noticiário do dia é repartida entre os vários sujeitos falantes que povoam a tela (MACHADO, 2003, p. 106).

Nesse sentido, Gutmann (2012, p. 53) lembra que tais sujeitos falantes utilizam seus corpos como dispositivo expressivo, em atos performáticos que incluem a oralidade, o gestual, entonação, figurino, cenário e enquadramentos, elementos essenciais para a interação com o telespectador e para o reconhecimento do programa enquanto jornalístico e dos relatos enquanto notícias.

Do ponto de vista técnico, o telejornal compõe-se a partir da combinação de imagens e sons provenientes de múltiplas fontes. A característica central em relação ao formato de apresentação da notícia no subgênero telejornal, no entanto, é a existência de um ou mais apresentadores em estúdio que conduzem a apresentação das narrativas jornalísticas. Nesse formato, cabe à figura do apresentador estabelecer o contato com a audiência e articular os diferentes assuntos que compõem a síntese materializada pelo telejornal.

Machado (2003) aponta para a existência de dois principais modelos de telejornal, que podem ser inferidos a partir da existência de hierarquia entre as diversas vozes que o compõem e, sobretudo, com base na postura dos apresentadores. O modelo centralizado e opinativo caracteriza-se pela existência de um âncora que é a principal fonte de organização dos enunciados e centraliza o poder de “decidir sobre as vozes que entram e saem, portanto, de delegar voz aos outros” (MACHADO, 2003, p. 108). No polo oposto, o modelo polifônico, o apresentador tende a ser um condutor impessoal, que lê as notícias e chama outros protagonistas, como repórteres e comentaristas. Nesse modelo, a opinião explícita cabe aos comentaristas e não aos apresentadores, evidenciando “uma clara distinção entre quem colhe e apresenta as notícias (os jornalistas) e, de outro lado, quem as interpreta (os analistas, os especialistas)” (MACHADO, 2003, p. 108).

Os papéis, perfis e posturas dos apresentadores de telejornais se reconfiguraram ao longo do tempo. Nas primeiras experiências de telejornalismo, profundamente marcadas pela herança do noticiário radiofônico, os apresentadores comportavam-se como locutores de

notícias, que se limitavam a ler as notícias, frequentemente retiradas de jornais impressos. A construção de formatos e linguagem propriamente telejornalísticos levou à alteração dessa característica e consolidou outros perfis, dada a compreensão de que a confiança que os telespectadores depositam nos apresentadores é um elemento central para a credibilidade de um telejornal (FECHINE, 2008).

Fechine (2008) expõe que os apresentadores constroem sua imagem (a partir das aparições diárias no telejornal) sobre estratégias de actorialização diversas, o que resulta em duas configurações enunciativas gerais, a de “porta-voz”, que corresponde a um narrador impessoal, e de “dono da voz”, que se relaciona ao que a autora denomina como apresentador cúmplice, que emite opiniões de forma enfática e explícita. Logicamente, tais estratégias enunciativas encontram-se condicionadas pela linha editorial do produto telejornalístico em questão.

Na análise da autora, o *ethos* (entendido, neste contexto, como a imagem do ator discursivo) do apresentador impessoal caracteriza-se pela “formalidade e por uma postura corporal mais tensa, pela contenção gestual e pela monotonalidade. Esse tipo de apresentador evidencia uma obediência mais estrita ao texto escrito (script), evitando improvisações ou mesmo exprimir emoções” (FECHINE, 2008, p. 74). O apresentador cúmplice, ao contrário, adota uma postura mais informal e um gestual mais espontâneo e usa as expressões faciais como forma de comentário sobre a notícia. “Sua entonação varia com frequência, sendo utilizada também para exprimir seus estados de alma, seja de comoção ou indignação” (FECHINE, 2008, p. 74).

Entre os dois polos opostos, há posições intermediárias descritas pela autora. O apresentador crítico não é propriamente impessoal, mas apela mais para a racionalidade do telespectador do que para a emoção. “Expõe, no entanto, suas posições e sentimentos por comentários, expressões ou entonações discretamente irônicos, céticos, bem-humorados (ou mal-humorados), por exemplo” (FECHINE, 2008, p. 75). O apresentador comprometido, por sua vez, estabelece uma relação de empatia com o público, mas não assume posições político-ideológicas explícitas. Procura construir proximidade com o telespectador “por meio de comentários simpáticos e de natureza pessoal, que tentam construir a si mesmo como ‘homem comum’, alguém com os mesmos gostos, preocupações, interesses e problemas cotidianos do telespectador” (FECHINE, 2008, p. 75). A autora admite a possibilidade de que um mesmo apresentador adote mais de um desses perfis durante uma mesma edição do telejornal.

Repórter e comentarista completam o tripé sobre o qual se sustenta a personalização do relato telejornalístico. A figura do repórter consiste em elemento importante para o processo de

autenticação do fato relatado, ao passo que representa a presença da própria televisão, ainda que simbolicamente, próximo do fato relatado (GUTMANN, 2012). A performance dos comentaristas também é concebida por Gutmann (2012) como estratégia de certificação do relato, baseada na construção de autoridade. “Esse terceiro ator do discurso coloca-se como um observador privilegiado da realidade que, pela sua trajetória numa determinada área (economia, política, esporte, saúde etc.), convoca reconhecimento e adesão por parte do espectador” (GUTMANN, 2012, p. 56).

Ainda que o telejornal tenha sofrido múltiplas reconfigurações ao longo de sete décadas, algumas marcas características de sua linguagem estiveram presentes desde as primeiras experiências de telejornalismo e condicionaram, em certa medida, a concepção do formato como hoje o conhecemos. A transmissão ao vivo, por exemplo, é uma das marcas mais características do meio televisivo, como enfatiza Machado (2003), ao lembrar que “a televisão nasceu ao vivo, desenvolveu todo o seu repertório básico de recursos expressivos num momento em que ainda operava ao vivo e esse continua sendo o seu traço distintivo mais importante dentro do universo audiovisual” (MACHADO, 2003, p. 125).

Essa forma de transmissão é apropriada pelos telejornais a partir de entradas ao vivo e de transmissões em estúdio e potencializa “os efeitos de sentido relacionados aos valores de interesse público e atualidade” (GUTMANN, 2012, p. 51), além de constituir elemento certificador empregado pelo telejornalismo para autenticar a veracidade do que é noticiado (THOMÉ; PICCININ; REIS, 2020).

As estratégias autorreferenciais também figuram entre as características do telejornal contemporâneo e se materializam no discurso telejornalístico nos momentos em que o telejornal faz referência a si próprio, explicitando suas operações como estratégia de reafirmação da credibilidade (PICCININ; SOSTER, 2012). A integração das salas de redação ao cenário dos telejornais e a valorização de elementos de bastidores são marcos característicos de tais estratégias, que evidenciam um processo de midiaticização, em que as mídias assumem a centralidade de uma nova ecologia comunicacional (PICCININ; SOSTER, 2012).

Coutinho (2012) constatou, com base em pesquisa empírica, que os telejornais tendem a privilegiar assuntos que apresentem algumas das características centrais da dramaturgia: a existência de um conflito/crise e ações voltadas para a busca de uma solução. A partir disso, sustenta que a incorporação de elementos provenientes da dramaturgia é uma característica do discurso telejornalístico, ao afirmar que o telejornal, enquanto gênero televisivo, encadeia suas narrativas a partir do que conceitua como *dramaturgia do telejornalismo*. Nas palavras da autora, “é a partir de um conflito ou intriga que se desenrolam as ações, na medida em que são

dados a conhecer os personagens e ainda os outros elementos daquela história tais como cenário, contextos, referências temporais” (COUTINHO, 2012, p. 138). Nesse sentido, a existência de um conflito social real, explícito ou implícito, consiste em valor-notícia central para a inclusão de um determinado assunto no noticiário televisivo. A autora enfatiza, ainda, que o conflito opera não apenas como critério de seleção, mas como elemento estruturador da narrativa telejornalística.

Ao longo deste capítulo, discutiram-se potencialidades e limites do jornalismo como mediador de debates públicos, buscando-se considerar as especificidades do jornalismo como prática profissional e instituição social. Tendo em vista que a comunicação pública nas sociedades contemporâneas passa, necessariamente (ainda que não exclusivamente), pela mediação do jornalismo, sustenta-se que o diálogo entre a prática jornalística e os princípios deliberativos podem contribuir para aproximar o jornalismo de suas promessas democratizantes. Enfatiza-se, no entanto, que a reflexão sobre os pontos de intersecção entre a prática jornalística e o paradigma deliberativo não deve nos afastar da compreensão do jornalismo enquanto modo específico de produzir discursos sobre a realidade, que obedece a dinâmicas próprias e constitui espaço de conflitos, pressões e contradições, assim como a própria democracia. Nesse sentido, a consideração de suas especificidades nos leva a reconhecer que a produção jornalística é condicionada, embora não integralmente determinada, pelas condições sociais a partir das quais se organiza, o que resulta na construção de um objeto de pesquisa que busca identificar as tensões entre aspectos normativos da deliberação e as características do telejornalismo, que “obedece a formatos e regras próprias do campo jornalístico em negociação com o campo televisivo” (GOMES, 2011, p. 32).

CAPÍTULO 3 – PERCURSO DE PESQUISA

Na primeira parte deste capítulo, descrevemos os movimentos exploratórios iniciais que resultaram na delimitação do objeto empírico, a partir de um processo que envolveu levantamento de pesquisas acadêmicas que mobilizam a noção de deliberação mediada e a observação de material empírico. A segunda parte dedica-se a explicitar as escolhas metodológicas, objetivos e categorias de análise, bem como explicitar os procedimentos de coleta e tratamento do material empírico.

3.1 MOVIMENTOS EXPLORATÓRIOS INICIAIS

O processo de aproximação em relação ao objeto teve início com a realização de um levantamento de pesquisas acadêmicas (artigos em periódicos, dissertações e teses) que mobilizam a noção de deliberação mediada¹⁶. O levantamento permitiu identificar que pesquisas que abordam os debates mediados pela comunicação de massa, sob a ótica teórica deliberacionista, são desenvolvidas majoritariamente a partir das áreas da Ciência Política e Ciências da Comunicação. A observação das referências teórico-metodológicas das pesquisas identificadas evidencia a influência do trabalho de Rousiley Maia (2008b) nos estudos que se inscrevem na interface entre a comunicação midiática e os processos deliberativos. Nesse cenário, a análise de objetos empíricos jornalísticos adquire destaque, o que se justifica pela especificidade dos discursos produzidos pelo jornalismo, que articulam pontos de vista provenientes de múltiplos atores sociais, em um processo de troca de razões em público.

Metodologicamente, três elementos são dignos de nota, a partir do levantamento realizado: as análises de enquadramento (presente em seis trabalhos), a aplicação dos indicadores de deliberação mediada (registrado em cinco trabalhos, inclusive em associação com análises de enquadramento) e o uso do Índice de Qualidade do Discurso (identificado em dois trabalhos). Verifica-se que, na maior parte das pesquisas que adotam discursos jornalísticos como objeto empírico, os debates mediados pelo jornalismo são analisados a partir de indicadores baseados nas condições necessárias para a configuração de um processo deliberativo, tais como inclusividade e responsividade, por exemplo (MAIA, 2008). Nesse sentido, tais pesquisas limitam-se a medir o nível de deliberatividade de um determinado debate público, associando-se a uma tradição de pesquisa que investiga os produtos jornalísticos a

¹⁶ As contribuições das pesquisas identificadas a partir desse levantamento estão descritas no Capítulo 2.

partir de uma perspectiva meramente instrumental e, portanto, limitada para os estudos em jornalismo. Desse modo, além de permitir a construção do estado da arte sobre a noção de deliberação mediada, que consta da revisão conceitual deste documento, esse primeiro movimento exploratório levou ao reposicionamento do objeto de pesquisa, a partir da compreensão de que o jornalismo não pode ser concebido apenas como fórum de debates ou fornecedor de insumos informativos e que os debates públicos articulados pelos jornalistas não são simplesmente mediados ou midiáticos, mas jornalisticamente construídos a partir de lógicas próprias.

3.1.1 Reposicionamento do Foco de Observação

O projeto de pesquisa inicialmente apresentado ao programa propunha-se a investigar a deliberação mediada em torno da Proposta de Emenda Constitucional que promoveu alterações na Previdência Social brasileira a partir do telejornalismo da TV Globo. No entanto, tal debate ocorreu, nas esferas políticas institucionais e na mídia, em 2019, o que tornaria mais difícil a observação do modo como o processo deliberativo se constitui, dia após dia, em diálogo com o contexto a ele associado. Diante de tal constatação, buscou-se identificar temas públicos latentes no cenário atual, com potencial para se configurar enquanto controvérsia ao longo do período de observação. O retorno das discussões sobre o voto impresso e os ataques à credibilidade do sistema eleitoral suscitada pelas declarações de líderes políticos, ao longo de 2021, motivou-nos a adotar como foco de observação o debate construído em torno do sistema/processo eleitoral brasileiro durante o ano de 2022, considerando seu potencial para suscitar debates. Nesse sentido, lembra-se que os consensos construídos na sociedade são sempre provisórios e passíveis de revisão e que, sob a ótica teórica deliberacionista, a construção de consensos e sua legitimidade democrática exigem debate amplo e esclarecido. Desse modo, ainda que a maior parte dos eleitores afirme confiar no voto eletrônico, a existência de uma parcela da população que alimenta algum nível de desconfiança em relação ao sistema evidencia que o consenso compartilhado em torno da segurança do voto eletrônico encontra-se abalado.

A escolha da temática motivou dois movimentos exploratórios: o levantamento histórico das tentativas de implantação do voto impresso no Brasil após a adoção do sistema eletrônico, em paralelo ao levantamento do material jornalístico veiculado pelos telejornais de abrangência nacional da TV Globo sobre o tema ou assuntos correlatos, como a segurança da urna eletrônica,

por exemplo. Tais movimentos foram realizados de forma conjunta e contribuíram para a construção teórico-metodológica do objeto da pesquisa, motivo pelo qual encontram-se descritas neste capítulo, nos itens que seguem.

3.1.2 Voto impresso: Tentativas de Implantação

Desde a implantação do sistema eletrônico de votação, a discussão em torno do voto impresso foi suscitada em, pelo menos, quatro momentos. A Lei 10.408/2002 (BRASIL, 2002) estabeleceu que a urna eletrônica passaria a dispor de mecanismo para impressão do voto, a ser visualmente conferido pelo eleitor e depositado em local lacrado, sem contato manual. A lei previa, ainda, que 3% das urnas de cada zona eleitoral, escolhidas por sorteio, deveriam ter os votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelos respectivos boletins de urna. A implantação do mecanismo de impressão do voto se daria de forma progressiva de acordo com regras definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), inclusive para as eleições de 2002. Em obediência à referida lei, naquele ano, 7.128.233 eleitores de 150 municípios em todas as unidades da federação (número que correspondia a 6,18% do eleitorado brasileiro da época) votaram em urnas com módulo impressor de votos. No Distrito Federal e em Sergipe, todas as seções tiveram os votos impressos para conferência do eleitor.

A impressão dos votos, no entanto, gerou atrasos nas seções eleitorais e impactou o processo de apuração, tendo em vista que o resultado oficial do pleito só poderia ser proclamado pelo TSE após a contagem e conferência dos votos impressos, conforme estabelecido pela legislação então em vigor. Em decorrência disso, o TSE solicitou ao Congresso Nacional a revogação da lei que estabeleceu a obrigatoriedade da impressão dos votos (ZIMMERMANN, 2002). A recomendação foi aceita e o dispositivo que instituiu o voto impresso nas urnas eletrônicas foi revogado em outubro de 2003 através da sanção da Lei 10.740/2003 (BRASIL, 2003). Em editorial publicado em outubro de 2003, o jornal *Folha de S. Paulo* mostrou-se contrário à decisão. Ainda que reconhecesse que o sistema eletrônico de votação representava um avanço para o país, o jornal defendeu, na ocasião, que o sistema de impressão poderia ser aprimorado de modo a não prejudicar a agilidade do processo:

Tecnicamente, pode-se argumentar que a impressão não amplia a segurança do processo eleitoral. Mas eleição é acima de tudo credibilidade. E, como obviamente nem todo brasileiro é um especialista em microinformática, deve-se convir que o sistema ganharia em confiança se permitisse também a confecção física dos votos,

que ainda poderiam ser guardados e recontados manualmente em caso de contestação (FOLHA DE S. PAULO, 2003).

Em setembro de 2009, o artigo 5º da Lei 12.034/2009 (BRASIL, 2009) instituiu a impressão do voto em 2% das urnas a partir das eleições de 2014. Naquela oportunidade, o ministro Carlos Ayres Britto, que ocupava a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, sugeriu ao então presidente Lula que vetasse os artigos relativos ao voto impresso e ao voto em trânsito (FOLHA DE S. PAULO, 2009). O veto presidencial, no entanto, contemplou apenas o voto em trânsito, de modo que a implantação do voto impresso ficou prevista para as eleições de 2014 (FALCÃO, 2009). O dispositivo não chegou a ser implantado porque a medida foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2011 e julgada inconstitucional pelo plenário da corte em novembro de 2013, em resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral da República (RICHTER, 2013).

Após as eleições presidenciais de 2014 que resultaram na reeleição de Dilma Rousseff, o PSDB solicitou autorização do TSE para realizar uma auditoria no resultado do pleito, motivada pela estreita diferença de votos entre os dois candidatos que disputaram o segundo turno. A auditoria realizada pelo partido, que levou dez meses e custou 1 milhão de reais, não encontrou indícios de fraude. O partido, no entanto, sugeriu a adoção do voto impresso como alternativa para a checagem dos resultados, ao argumentar que o sistema do Tribunal Superior Eleitoral não está projetado para permitir auditoria externa dos resultados (PSDB..., 2015).

A terceira tentativa de implantação de voto impresso após a adoção do sistema eletrônico de votação se deu no escopo da aprovação de um pacote de reforma eleitoral, discutido e votado entre junho e setembro de 2015. A proposta foi apresentada pelo então deputado Jair Bolsonaro e, assim como nos dispositivos anteriormente aprovados, previa a impressão dos votos registrados na urna eletrônica para conferência do eleitor e posterior depósito em urna lacrada. Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, empenhou-se pessoalmente na construção de acordos que permitiram a aprovação da proposta (CUNTO; RESENDE, 2015), posteriormente vetada pela presidente Dilma Rousseff. Em novembro do mesmo ano, o Congresso derrubou este e outros vetos presidenciais aos dispositivos da reforma. Em dezembro de 2017, o Tribunal Superior Eleitoral definiu que a impressão de votos seria implantada em apenas 30 mil urnas nas eleições de 2018, dada a impossibilidade de realizar o investimento de 2 bilhões de reais que seriam necessários para a aquisição de 600 mil urnas capazes de imprimir os votos (BERGAMO, 2017). A obrigatoriedade da impressão de votos, no entanto, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal

em junho de 2018 em resposta ao pedido de medida cautelar no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Procuradoria Geral da República.

O tema do voto impresso ganhou novamente espaço na agenda pública e midiática em decorrência de declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre supostas fraudes não comprovadas no pleito no qual foi eleito e da discussão em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/2019 (BRASIL, 2019), de autoria da deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), da base governista. Em julho de 2021, reportagem publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* revelou que o então ministro da Defesa, general Walter Braga Neto teria condicionado a realização das eleições em 2022 à aprovação do voto impresso, na época ainda em discussão na Câmara dos Deputados (MATAIS; ROSA, 2021). Após a repercussão da reportagem e reação de autoridades dos três poderes, o ministro negou que tenha realizado tais ameaças.

Apesar de rejeitada em duas votações na Comissão Especial constituída para discuti-la, a PEC do voto impresso foi levada ao plenário da Câmara dos Deputados em 10 de agosto de 2021, por iniciativa do presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL). No mesmo dia, pela manhã, um desfile militar na Praça dos Três Poderes foi interpretado como uma tentativa de intimidação dos parlamentares (DELLA COLETTA, 2021). Em votação, a proposta não conseguiu os votos necessários para aprovação e foi arquivada.

3.1.3 Cobertura do Voto Impresso nos Telejornais da TV Globo

A análise desse panorama suscitou a necessidade de identificar se tais movimentações na esfera política institucional em torno do voto impresso foram pautadas pelos telejornais da TV Globo. Para isso, realizou-se uma pesquisa através do mecanismo de busca da plataforma online Globoplay a partir dos seguintes termos: voto impresso, impressão do voto, voto eletrônico, urna eletrônica, processo eleitoral e sistema eleitoral. Foram considerados e organizados em uma planilha os resultados que correspondiam a telejornais de abrangência nacional, ignorando os registros provenientes de telejornais locais. Convém ressaltar, no entanto, que o arquivo da plataforma apresenta lacunas decorrentes de sua implantação relativamente recente. Desse modo, conteúdos veiculados pelos telejornais da emissora em período anterior a 2014 não podem ser recuperadas a partir da plataforma, o que impôs limitações a este levantamento. Assim, não foi possível identificar, de forma sistemática, se os telejornais da TV Globo pautaram a experiência com a impressão de uma parcela dos votos realizada nas eleições de 2002, a revogação do dispositivo legal que a havia implantado em

2003, a inclusão da obrigatoriedade de impressão do voto em legislação de 2009 e sua posterior suspensão em 2011.

As movimentações políticas realizadas em 2015 em torno do que na época se chamou de “minirreforma eleitoral” foram tematizadas em quatro momentos nos telejornais da emissora, sem a menção do voto impresso: duas reportagens no *Jornal Nacional* (em 28/05 e 11/06/2015), uma reportagem no *Bom Dia Brasil* (27/05/2015) e uma entrada ao vivo no *Jornal da Globo* (26/05/2015). Para o telejornalismo da TV Globo, o voto impresso constituiu tema periférico em relação a outros pontos da reforma que adquiriram *status* de notícia a partir de reportagens, tais como as propostas de voto distrital, mandato de cinco anos para todos os cargos e questões relativas ao financiamento de campanhas eleitorais.

A obrigatoriedade do voto impresso estabelecida em um dos pontos da reforma foi citada em um único registro, uma entrada ao vivo no *Jornal da Globo*, quando da votação que derrubou o veto presidencial. A entrada ao vivo contemplou imagens de simulações realizadas pelo TSE em urnas com módulos de impressão e ressaltou que o tribunal se posicionava contra a medida, que representaria um custo adicional de quase 2 bilhões de reais nas eleições. O texto da repórter Giovana Teles informou que a derrubada do veto foi resultado de um amplo acordo entre aliados do governo e oposição e que, na perspectiva dos parlamentares, a impressão dos votos facilita uma possível conferência, em caso de necessidade. A suspensão do voto impresso, em 2018, foi pautada em formato de nota simples no *Jornal Nacional* e *Hora 1*, enquanto a decisão do STF sobre sua inconstitucionalidade, em 2020, foi tematizada em uma entrada ao vivo no *Bom Dia Brasil*.

Ainda que não tenha sido sequer aprovada em Comissão Especial, a PEC do voto impresso, discutida e rejeitada em 2021, adquiriu visibilidade midiática em decorrência da associação à narrativa sustentada pela base governista em relação à possibilidade de fraudes no sistema eletrônico de votação. A busca realizada na plataforma Globoplay permitiu identificar que a cobertura em torno da referida PEC teve caráter protocolar e limitou-se ao registro das movimentações na esfera política institucional (sobretudo a rejeição da PEC em Comissão Especial e no Plenário da Câmara dos Deputados), com pouca abertura para o debate em torno dos argumentos em disputa. Do início de 2021 até o presente momento (abril de 2022), foram identificados 22 registros de conteúdos que tematizaram, especificamente, a questão do voto impresso nos telejornais de abrangência nacional da TV Globo, concentrados entre maio e agosto de 2021, período de tramitação da PEC. No mesmo período, foram registradas 34 ocorrências de materiais telejornalísticos que tiveram como temática central a segurança do processo eleitoral e/ou declarações de atores políticos atacando ou defendendo o sistema

eletrônico de votação, considerados para efeitos deste movimento exploratório, pois inscritos no mesmo contexto geral.

A instalação da Comissão Especial que analisou a proposta foi tema de uma nota simples de 50 segundos na edição de 13 de maio de 2021 no *Jornal Nacional*, seguida por uma sonora de mais de dois minutos do então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, em videoconferência transmitida pelo canal da TV Justiça no YouTube ressaltando a segurança das urnas eletrônicas. Na referida data, completaram-se 25 anos da utilização das urnas eletrônicas nas eleições brasileiras. Na edição do dia seguinte, o mesmo telejornal tematizou, em reportagem de 2 minutos e 45 segundos, o lançamento, por parte do TSE, de uma campanha para enfatizar a segurança do sistema de votação eletrônico. Nos três meses seguintes, durante a tramitação da proposta de voto impresso, os telejornais de abrangência nacional da emissora tematizaram, em linhas gerais: o pedido do presidente do TSE ao Congresso pela manutenção do atual sistema, sem impressão de votos; a repercussão e as reações institucionais após uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* revelar que o então ministro da defesa, general Walter Braga Neto, teria condicionado a realização das eleições à aprovação da PEC do voto impresso; a rejeição da PEC em Comissão Especial; a decisão de levar a proposta ao Plenário da Câmara dos Deputados; rejeição e arquivamento da PEC.

Após o arquivamento da proposta de voto impresso, no entanto, questões envolvendo o processo eleitoral continuaram pautando os telejornais da emissora, a partir de dois eixos principais: (1) reportagens motivadas por declarações de ataque ao sistema eleitoral e suas consequências (reações institucionais e investigações formais); (2) reportagens que pautam a segurança e transparência do sistema eleitoral (motivadas a partir de iniciativas da Justiça Eleitoral).

3.1.4 Observação de Telejornais de Emissoras Abertas

Em outubro de 2021, realizamos um quarto movimento exploratório com o objetivo de avaliar a possibilidade de verificar um processo de deliberação mediada a partir de telejornais de emissoras abertas e generalistas. Em alinhamento com o propósito inicial da pesquisa (cujos interesses estavam voltados para o telejornalismo produzido a partir da TV aberta), destacamos três telejornais para realizar a observação: o *Jornal Nacional*, por tratar-se de um telejornal de referência no cenário nacional e estar acessível a uma ampla audiência; o *Jornal da Globo*, por apresentar uma característica mais dialógica e interpretativa que poderia resultar em uma

cobertura aprofundada; e o *Jornal da Band*, por identificarmos a necessidade de observar o telejornalismo produzido a partir de outra emissora, não hegemônica em termos de audiência e não declaradamente atrelada a grupos políticos que apoiam o presidente Jair Bolsonaro (como Record e SBT).

As considerações realizadas a partir desse movimento resultam de observações não sistemáticas dos telejornais supracitados realizadas entre a última semana de outubro e a primeira semana de novembro de 2021 (25/10 a 06/11), em que se buscou verificar a ocorrência de reportagens que tematizassem o processo eleitoral ou temas correlatos, com o objetivo de avaliar potencialidades para a pesquisa. Durante o período, apenas uma ocorrência foi identificada em cada um dos telejornais: em 28 de outubro, os três telejornais tematizaram a cassação do mandato do deputado estadual Fernando Francischini, eleito pelo PSL do Paraná, por divulgação de informações falsas sobre a urna eletrônica durante uma *live* no primeiro turno das eleições de 2018. Na mesma data, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu pelo arquivamento das ações que pediam a cassação da chapa Bolsonaro/Mourão por falta de provas materiais que comprovassem o abuso de poder econômico no disparo em massa de *fake news*, além de fixar a tese que balizaria o uso de redes sociais na campanha eleitoral de 2022.

A cassação do mandato de um deputado por divulgação de mentiras sobre a urna eletrônica adquiriu relevo e noticiabilidade pelo caráter inédito (foi a primeira cassação de mandato por divulgação de *fake news*) e pelo fato de que a mentira em questão está inscrita em uma narrativa mais ampla atrelada aos ataques bolsonaristas ao sistema eletrônico de votação (DEPUTADO..., 2021). Os três telejornais tematizaram o assunto a partir de reportagens gravadas (formato predominante no *Jornal Nacional* e *Jornal da Band*, mas pouco frequente no *Jornal da Globo*) e agendaram o assunto de forma protocolar e oficialista, restrita às decisões do Tribunal. No entanto, o destaque editorial concedido à pauta (que esteve presente na escalada dos três telejornais) nos forneceu indícios de que temas relacionados às controvérsias em torno do sistema eleitoral estavam no horizonte dos jornalistas. A ausência, durante a semana verificada, de pautas que pudessem suscitar maiores possibilidades de deliberação limitaram os resultados da observação. À época, considerávamos que o *Jornal da Globo* poderia apresentar potencialidades para a pesquisa, por demonstrar (a partir de suas características gerais de formato e linguagem) um tratamento mais interpretativo aos fatos, de modo geral. No entanto, a possibilidade de adotá-lo como objeto empírico da pesquisa foi descartada quando identificamos que o telejornalismo produzido a partir dos canais de notícias poderia proporcionar oportunidades mais abrangentes de observação.

3.2 CANAIS DE NOTÍCIAS NA TV POR ASSINATURA E POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA

O projeto originalmente apresentado ao programa previa investigar, empiricamente, o *Jornal Nacional*, da TV Globo, dada sua posição enquanto telejornal de referência no contexto nacional. Os movimentos exploratórios descritos até aqui, no entanto, permitiram perceber que os temas relacionados à discussão sobre o voto impresso e a segurança e credibilidade do sistema eleitoral brasileiro foram abordados de forma esparsa e fragmentada pelos telejornais da TV aberta. Tal constatação foi interpretada como limitação aos nossos propósitos e suscitou a reflexão em torno da possibilidade de adotar como objeto empírico de pesquisa produções jornalísticas provenientes do canal de notícias GloboNews, cujos formatos e linguagem poderiam, hipoteticamente, favorecer o processo de debate, a valorização dos argumentos em disputa e desvelar de forma mais evidente os processos através dos quais se opera a mediação jornalística.

Para identificar o atual estágio de conhecimento científico sobre o canal, realizou-se uma busca online por teses e dissertações nos repositórios institucionais das universidades que mantêm programas de pós-graduação em Jornalismo e Comunicação. Para os efeitos da busca, foram considerados todos os registros que contemplavam o termo “Globonews” (ou sua variação “Globo News”) no resumo. O levantamento retornou 10 resultados (oito dissertações e duas teses) provenientes de oito programas de pós-graduação¹⁷. A análise dos resultados desse movimento de pesquisa permitiu identificar que há espaço para fornecer contribuições relevantes para a compreensão do processo de produção da notícia nos canais especializados, tendo em vista que nenhum dos trabalhos identificados tematiza, de forma específica, o telejornal que nos propomos a investigar (*Jornal GloboNews – Edição das 18h*). A dissertação mais recente identificada data de 2019, sendo anterior, portanto, à entrada no mercado brasileiro de dois novos canais de notícias (CNN Brasil e Jovem Pan News). O incremento da concorrência no segmento pode ter gerado alterações nos telejornais da GloboNews, o que corrobora a relevância de um olhar atualizado para o telejornalismo produzido a partir do canal.

¹⁷ As contribuições das pesquisas identificadas a partir deste levantamento são descritas no Capítulo 2.

3.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO, RECORTE TEMPORAL E OBJETIVOS

Os movimentos exploratórios descritos até aqui permitiram a aproximação, do ponto de vista teórico e empírico, em relação ao objeto e resultaram na alteração do objeto empírico da pesquisa, que deixou de ser o telejornalismo produzido pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, e passou a ser o telejornalismo produzido a partir do *Jornal GloboNews – Edição das 18h*, da GloboNews. Cabe ressaltar que, se comparados às emissoras abertas e generalistas, os canais de notícias concentram índices de audiência muito inferiores, dado o fato de que estão restritos a uma parcela do público que assina pacotes específicos de televisão por assinatura ou plataformas de *streaming* (no caso da GloboNews, a plataforma Globoplay + Canais ao vivo). No entanto, para os propósitos da pesquisa, os processos mobilizados na produção da notícia são mais importantes do que os eventuais efeitos dos discursos jornalísticos sobre a opinião pública, motivo pelo qual os índices de audiência não constituíram fator preponderante para a escolha do objeto no momento de redefinição dos rumos da pesquisa.

Atualmente, a programação do canal é amplamente baseada em programas ao vivo, voltados para a análise política e econômica. O telejornal que nos propomos a analisar apresenta-se como o noticiário mais “quente” da emissora, pois é veiculado entre 18h e 20h, momento em que é possível fornecer uma síntese dos principais acontecimentos do dia e acompanhar o desfecho de alguns desses acontecimentos (como votações parlamentares, por exemplo). Além disso, sua linha editorial confere destaque aos temas políticos e seus bastidores, através da atuação de uma equipe de comentaristas, diariamente. Desde março de 2020, o telejornal é apresentado pelo jornalista César Tralli, que substituiu Leilane Neubarth, afastada do trabalho presencial em decorrência da pandemia de Covid-19. Os bons resultados de audiência levaram à efetivação no telejornal, mesmo após o retorno de Neubarth ao canal (VAQUER, 2021). Em outubro de 2021, o jornalista passou a apresentar, também, o *Jornal Hoje* (TV Globo), forte indicativo do prestígio conquistado pelo jornalista no âmbito da organização.

Institucionalmente, o produto jornalístico em questão apresenta-se como o jornal que “analisa as notícias nacionais e internacionais. Os comentaristas trazem os bastidores da política e repórteres mostram os principais fatos da sua cidade” (CANAIS GLOBO, 2020). O lugar privilegiado ocupado pelos comentaristas de política no telejornal constitui, em nossa percepção, potencialidade para a investigação do modo como o telejornalismo produzido a partir da GloboNews articula o debate em torno do processo eleitoral brasileiro. Além disso, as características de formato e linguagem dos canais de notícias (amplamente baseados no diálogo

entre apresentadores, comentaristas e fontes) podem, hipoteticamente, favorecer os processos de debate em torno de temas políticos, ainda que tais debates possam não contemplar os elementos normativos da deliberação, tendo em vista que são mediados e construídos a partir de lógicas internas ao campo jornalístico.

Consideradas tais questões, objetiva-se, de forma geral, compreender como se constituiu o debate mediado pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre as Eleições 2022 no Brasil, com base em um *corpus* empírico constituído por registros relacionados ao tema veiculados entre 11 de abril e 4 de novembro de 2022. Para isso, propõe-se:

- a) Construir um quadro descritivo do telejornal analisado, que permita identificar especificidades do telejornalismo produzido a partir dos canais de notícias;
- b) Verificar se houve construção de um debate em torno do processo eleitoral brasileiro no telejornal em questão;
- c) Compreender como as especificidades do telejornal favoreceram ou prejudicaram a construção do debate;
- d) Verificar se o debate construído em torno do tema apresenta elementos de um processo de deliberação mediada.

Em um primeiro momento, com vistas à construção de um panorama geral do modo como o tema foi pautado pelo telejornal, a observação volta-se às pautas relativas ao sistema eleitoral (informações sobre o voto eletrônico, apuração de votos, ações do Tribunal Superior Eleitoral na preparação e condução do pleito etc.) e ao processo eleitoral (a influência de *fake news* sobre o processo eleitoral, ataques de grupos políticos à Justiça Eleitoral e à credibilidade do processo de votação e apuração etc.)¹⁸. Posteriormente, a análise volta-se a um enfoque específico da questão: os registros relativos aos ataques à credibilidade do processo eleitoral brasileiro. Ainda que, naturalmente, as movimentações político-partidárias e a disputa eleitoral em si também façam parte do processo eleitoral e estejam condicionadas pelo sistema, opta-se, no âmbito da pesquisa, em excluir as narrativas que têm a disputa eleitoral e as movimentações político-partidárias como foco, tendo em vista que já há uma tradição de pesquisa e um corpo de conhecimento bastante consolidados a esse respeito.

¹⁸ Trata-se de uma lista exemplificativa, não exaustiva, de possíveis temas e pautas.

3.4 OBSERVAÇÃO DO TELEJORNAL E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O acompanhamento sistemático do telejornal foi realizado entre 11 de abril e 4 de novembro de 2022, em fluxo, ao vivo, a partir do canal 540 NET/Claro, entre 18h e 20h. Durante as três primeiras semanas de observação (de 11 a 30 de abril) realizou-se a escuta do telejornal e o registro de todos os temas abordados (assim como os formatos telejornalísticos em que foram apresentados), em uma decupagem simplificada que objetivava, além de identificar registros que pudessem compor o *corpus* empírico da pesquisa, subsidiar a construção de um quadro descritivo geral do telejornal. Para tal descrição, foram observados os formatos de apresentação da notícia, a estrutura do telejornal, a dinâmica de apresentação da notícia, os enunciadores, as locações a partir das quais a notícia é apresentada, as temáticas/pautas preferenciais e elementos relativos à dimensão visual, tais como o uso de imagens, cenários e identidade visual. A partir de 2 de maio, passou-se a realizar o acompanhamento voltado exclusivamente para a identificação dos registros relativos ao sistema e processo eleitoral, dispensando-se a necessidade de realizar a decupagem do telejornal na íntegra.

A escolha por acompanhar o telejornal ao vivo é motivada pelo fato de que a plataforma online Canais Globo apresenta, na percepção da pesquisadora, problemas de usabilidade que dificultam o manejo de edições veiculadas há mais de uma semana, possivelmente motivados pelo fato de que a plataforma é pensada para permitir que o telespectador assista ao telejornal ainda no mesmo dia, com pouca preocupação de oferecer mecanismos de busca e filtros eficientes. Desse modo, ainda que o acompanhamento ao vivo de segunda a sábado¹⁹ tenha apresentado desafios e se mostrado inviável em algumas oportunidades, buscou-se realizar a observação em fluxo, sempre que possível, ou a partir da plataforma online tão cedo quanto possível, de modo a minimizar a probabilidade de falhas no processo e otimizar as possibilidades de compreensão das narrativas noticiosas em paralelo com os acontecimentos em curso. Cabe ressaltar, sobre esse ponto, que o acompanhamento diário em fluxo permitiu apenas identificar os registros que se enquadravam em nossos propósitos de pesquisa e catalogar elementos constitutivos das ocorrências. A descrição e análise de cada uma das ocorrências exigiu a recuperação e transcrição do material a partir da plataforma online Canais

¹⁹ Aos domingos, o canal veicula a *Cobertura Especial de Domingo*. Ainda que, em alguns momentos, utilize a nomenclatura “Edição das 18h” (com a utilização da hashtag #Edicao18 em tela, por exemplo), há descaracterização do telejornal.

Globo, em que as edições do telejornal são disponibilizadas na íntegra para assinantes algumas horas após a veiculação.

A partir da identificação das ocorrências, construiu-se uma planilha para catalogação dos registros e descrição de seus elementos, de modo a subsidiar as análises realizadas posteriormente. Nesta planilha constam: data de veiculação, link de acesso à edição na plataforma Canais Globo, *time code* inicial do registro²⁰, presença ou ausência na escalada, bloco de veiculação, formato, síntese da notícia que consta do GC, gancho factual, transcrição dos registros e fontes mobilizadas. O objetivo do procedimento é viabilizar as análises posteriores, evitando a necessidade de utilizar os mecanismos de busca da plataforma Canais Globo, muito limitados do ponto de vista da usabilidade, bem como permitir a realização de inferências a partir do material já identificado. O Quadro 1 reproduz a planilha utilizada para a coleta de dados e exemplifica o preenchimento com os dados provenientes do primeiro registro identificado durante o período de análise.

²⁰ Na plataforma Canais Globo, as edições do *Jornal GloboNews – Edição das 18h* são disponibilizadas na íntegra, não de forma individualizada por notícia. Por conta disso, o registro do *time code* inicial das ocorrências que interessavam aos propósitos da pesquisa mostrou-se necessário para otimizar análises posteriores, assim como o registro do link de cada uma das edições, tendo em vista que a plataforma em questão disponibiliza os vídeos em ordem cronológica, sem a possibilidade de busca por data ou quaisquer outros filtros.

Quadro 1 – Planilha para coleta de dados e exemplo de preenchimento

Data	Link	TC início	Escalada	Bloco	Formato	GC	Gancho factual	Texto	Fontes
14/04/2022	https://bitly.com/kSuaEo	53m31s	Não	1	Vivo BSB	(Aplicativo lança novos recursos) ¹ WhatsApp terá grupos com milhares de pessoas após eleição	Reunião de representantes da Meta com TSE	https://bitly.com/hkheWt2	TSE; Meta
		56m16s	Não	1	Comentário Fernando Gabeira	(Análise: Eleições 2022) Preocupação do TSE com fake news durante a campanha			
		59m42s	Não	1	Nota simples	(Acusações sem provas sobre fraudes nas eleições de 2018) YouTube retira do ar vídeo em que Bolsonaro fala de fraude nas eleições	Sanção do YouTube ao canal de Jair Bolsonaro		YouTube

¹ O termo ou frase entre parênteses indica a primeira linha do GC, que desempenha função semelhante a um “chapéu” no jornal impresso.

² A transcrição dos registros é realizada em arquivos de texto e armazenadas em nuvem, de modo que apenas o link relativo a esse registro consta da planilha de coleta de dados. Em nossa percepção, a inserção de grandes quantidades de texto no interior da planilha dificulta o manejo e a visualização do conteúdo.

A apreciação do material empírico à luz das categorias de análise (explicitadas na próxima seção) foi realizada em dois níveis. O primeiro, realizado em fluxo e de forma simultânea à coleta de dados, esteve voltado à identificação de elementos constitutivos de cada um dos registros, tais como formatos de apresentação da notícia, mobilização de fontes e emprego de sonorais, por exemplo. Ainda que meramente descritivos em um primeiro momento, tais elementos subsidiaram análises posteriores quando observados em conjunto e permitiram a construção de sínteses relativas, sobretudo, às dimensões “visibilidade” e “desvelamento”.

O segundo nível de análise, por sua vez, exigiu a transcrição dos registros associados à abordagem “ataques e defesas do processo eleitoral”, foco de nossa análise qualitativa. Considerando as limitações impostas pela dificuldade em realizar o *download* de áudio e vídeo a partir da plataforma Canais Globo, optamos por realizar as transcrições com o auxílio do mecanismo de ditado do pacote *Microsoft Office*. O emprego do recurso, no entanto, exigiu o acompanhamento do processo de transcrição para a correção de termos incorretamente transcritos, grafia de nomes próprios e pontuação, por exemplo, além de ajustes decorrentes de marcas de oralidade. A partir da leitura do material proveniente das transcrições, e considerando as características previamente identificadas no primeiro nível de análise, promovemos a construção de sínteses analíticas com base nos padrões identificados ao longo da construção da cobertura e do modo como os jornalistas, a partir de diferentes posições, articulavam informações e opiniões sobre o processo eleitoral brasileiro.

3.5 SISTEMATIZAÇÃO DAS DIMENSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE

As dimensões e critérios de análise que guiaram a interpretação dos registros coletados a partir da observação do telejornal baseiam-se a) na análise do modo como o telejornal distribuiu as cotas de visibilidade no âmbito da cobertura analisada, tendo em vista que a promoção de visibilidade é elemento central para a promoção de debates mediados; b) na identificação de práticas adotadas pelos jornalistas para interpretar os fatos políticos no âmbito da cobertura sobre o processo eleitoral; e c) na apreciação dos registros à luz dos indicadores de deliberação mediada.

3.5.1 Como o Telejornal Distribui suas Cotas de Visibilidade?

A visibilidade proporcionada pelas emissões jornalísticas é, sob a ótica teórica deliberacionista, a principal potencialidade do jornalismo produzido a partir de tais meios para a promoção da deliberação pública. O debate em torno de questões públicas depende, diretamente, da visibilidade que tais questões adquirem nas esferas de exposição (sobretudo na esfera de visibilidade midiática, nas sociedades contemporâneas). Assim, verificar como o telejornal distribui suas cotas de visibilidade constitui um dos modos de aferir a presença ou ausência de debate em torno do processo eleitoral brasileiro a partir desse espaço. Sobre esse aspecto, lembra-se que a visibilidade conferida a indivíduos e agendas a partir do que é dado a conhecer pelo jornalismo está atrelada a uma série de decisões editoriais tomadas ao longo do processo de produção da notícia. Tais decisões, por sua vez, são guiadas por um conjunto de saberes compartilhados que orientam o exercício profissional. Assim, pode-se inferir que os critérios de noticiabilidade são motores de promoção de visibilidade para os temas públicos. Miola (2012, p. 122) lembra que os critérios de noticiabilidade são importantes para a deliberação mediada porque constituem o “controle concedido aos agentes e instituições do campo – justificado normativamente – para regular a visibilidade das questões públicas”.

Considerado o exposto, propõe-se investigar como o telejornal em questão distribui suas cotas de visibilidade a partir do que se pode inferir pelos discursos levados ao ar:

- a) Critérios empregados na seleção, tratamento e visão dos fatos (SILVA, 2005);
- b) Uso de fontes;
- c) Formas de apresentação e mobilização das fontes (de forma implícita ou explícita, como sujeitos ou objetos do discurso, falando por suas próprias vozes ou integradas ao texto do jornalista);
- d) Valorização editorial concedida ao fato (presença ou ausência na escalada, primeiro bloco e/ou fala dos comentaristas);

3.5.2 Quais as Estratégias Mobilizadas pelos Jornalistas para Interpretar o Acontecimento político?

O desvelamento da realidade encontra-se no cerne da forma de conhecimento produzido pelo jornalismo, na perspectiva sustentada por Vizeu (2014). Baseando-se nas reflexões de

Paulo Freire, o autor esboça a noção de conhecimento do desvelamento, para referir-se a um saber que tem a pretensão de ser comum e acessível e tem como característica ser aproximativo e inacabado. Nesse cenário, cabe à mediação jornalística revelar as múltiplas camadas dos acontecimentos e buscar a verdade a partir de um método próprio, o método jornalístico. Em nossa interpretação, tal dimensão pode ser observada no discurso jornalístico a partir de uma série de aspectos, dentre os quais propõe-se observar:

- a) Referência a procedimentos de apuração a partir da fala de repórteres e comentaristas políticos;
- b) Referência a fontes *off the records*;
- c) Uso de procedimentos didáticos para explicitar a informação;
- d) A apresentação dos fatos políticos como jogos baseados em regras e táticas que o jornalista é capaz de compreender e revelar.

3.5.3 Como as Dinâmicas do Telejornalismo Condicionaram o Debate?

A noção de deliberação mediada, que se refere ao debate desenvolvido no interior da cena midiática ao longo do tempo, inscreve-se em uma tradição de pesquisa que concebe os meios de comunicação, de modo geral, como espaços privilegiados para a troca de argumentos em público, assumindo o jornalismo como fórum para o debate cívico. O jornalismo, no entanto, é maior do que o espaço a partir do qual se materializa e não pode ser compreendido unicamente como fórum para os debates provenientes de outras arenas ou mero fornecedor de insumos informativos. Os processos deliberativos ampliados que se dão a partir de sua articulação não são simplesmente mediados ou midiáticos, mas jornalisticamente construídos a partir de lógicas próprias. Assim, reconhece-se a necessidade de ajustar o foco de investigação de modo a identificar as tensões entre os princípios normativos da deliberação e as características específicas do campo jornalístico, autônomo em relação a outros campos sociais.

Maia (2008) propõe quatro indicadores para avaliar empiricamente um processo de deliberação mediada. Tais indicadores buscam associar os princípios deliberativos às práticas dos meios de comunicação e aplicam-se a uma variedade de discursos midiáticos, não apenas a conteúdo jornalístico. O levantamento de pesquisas que mobilizam a noção de deliberação

mediada²¹ evidencia que sua aplicação ao conteúdo jornalístico é predominante, o que pode ser explicado pela natureza dos discursos produzidos pelo jornalismo, que articulam pontos de vista provenientes de múltiplos campos e favorecem, hipoteticamente, a troca de razões em público. Ainda que tais indicadores sejam adequados para a investigação empírica de conteúdo jornalístico, acredita-se que, em contato com o material empírico, haja espaço para aprofundamento de tais critérios, de modo a melhor contemplar as especificidades do telejornalismo produzido pelos canais de notícias. Na sequência, explicitam-se os indicadores de deliberação mediada propostos por Maia (2008).

a) Acessibilidade e caracterização dos interlocutores

Este indicador faz referência ao grau de inclusividade de diferentes atores nos debates mediados pela mídia. A partir dele, verificam-se os atores mobilizados pelo debate e de que modo são caracterizados/apresentados. O indicador relaciona-se diretamente à dimensão da visibilidade, anteriormente explicitada.

b) Uso de argumentos

Refere-se ao uso de razões pelos atores envolvidos no debate para justificar suas posições. Verifica-se, a partir do indicador, se os discursos construídos por jornalistas e fontes se organizam de modo crítico-racional e se empregam argumentos e procedimentos demonstrativos para gerar convencimento. Sobre esse ponto, cabe ressaltar que essa troca argumentativa raramente é identificada em uma única peça jornalística, mas pode ser observada em lances discursivos dispersos e fragmentados ao longo do tempo (MAIA, 2008). A partir deste indicador, pode-se investigar, no escopo da pesquisa, se e como as dinâmicas do telejornal (baseadas no diálogo entre os jornalistas) favorecem ou prejudicam a troca argumentativa.

c) Reciprocidade e responsividade

Através desse indicador, verifica-se a existência de interação discursiva/diálogo entre os jornalistas ou entre as fontes mobilizadas no debate. Assume-se como premissa que as questões que se tornam públicas na esfera de visibilidade midiática compelem os envolvidos a

²¹ O levantamento de pesquisas que mobilizam o conceito de deliberação mediada consta do Capítulo 1 deste documento.

responderem e tomarem posição, mesmo que não sejam solicitados. Sobre esse aspecto, recorda-se que os jornalistas são dotados de legitimidade social para compelir agentes e instituições provenientes de outros campos a fornecer explicações públicas em relação a suas posições, estimulando o processo de troca de razões em público.

d) Reflexividade e revisibilidade de opiniões

Do ponto de vista deliberativo, considera-se salutar que, ao longo do processo de debate, os sujeitos envolvidos reflitam sobre suas posições a partir do diálogo com outros sujeitos, o que pode levar a mudanças de opinião e construção de consensos. Este indicador faz referência às mudanças de posicionamento a longo prazo, que podem denotar um processo de aprendizagem por parte dos indivíduos envolvidos no debate. Recorda-se que a mudança de opinião dos atores políticos ao longo do tempo é frequentemente tratada, no âmbito dos discursos jornalísticos, como indício de incoerência ou submissão a interesses momentâneos. Assim como aplicável aos demais indicadores, o processo reflexivo que leva a eventuais mudanças de posicionamento pode ser observado não apenas a partir do discurso construído pelas fontes, mas também pelos jornalistas, sobretudo comentaristas políticos.

3.6 ENTREVISTAS

A proposta inicialmente apresentada e avaliada em banca de qualificação previa a realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas com comentaristas políticos que integram a equipe do telejornal, de modo que se pudesse investigar a percepção de tais jornalistas sobre os processos dos quais são articuladores. A operacionalização de tais entrevistas, no entanto, não foi viabilizada pela empresa jornalística.

O processo de negociação de tais entrevistas foi iniciado a partir de um contato direto, via e-mail e mensagens de texto, com Raphaella Moura, editora-chefe do telejornal em questão. Ainda que tenha se mostrado receptiva, a referida profissional não dispunha de autonomia, no âmbito da instituição, para conduzir o processo, motivo pelo qual nos orientou a realizar o contato com o setor responsável pelo relacionamento da empresa com instituições de ensino superior, Globo Universidade. As tratativas com o setor iniciaram com o preenchimento de um formulário, além do envio de uma versão simplificada do projeto de pesquisa, em 25 de setembro. Em 13 de outubro, recebemos a confirmação em relação ao recebimento da

documentação enviada, acrescida de alguns questionamentos sobre a proposta (se as entrevistas poderiam ser realizadas por e-mail e se os profissionais sugeridos poderiam ser substituídos), devidamente respondidos. Em 25 de outubro, recebemos a devolutiva de que as entrevistas solicitadas não seriam possíveis por “indisponibilidade dos profissionais”.

CAPÍTULO 4 – JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS 18H: DA PROPOSTA DIALÓGICA ÀS POSSIBILIDADES RESTRITAS DE DELIBERAÇÃO

A primeira parte do capítulo dedica-se a construir um quadro descritivo amplo das características centrais de formato e linguagem do telejornal, que permita compreender as especificidades do modo a partir do qual aborda os fatos políticos. Com base no panorama descritivo, articula-se, a partir da segunda parte do capítulo, a análise do modo como o telejornal abordou, especificamente, questões relativas ao processo eleitoral brasileiro, considerando, sobretudo, as práticas adotadas na abordagem das controvérsias em torno da credibilidade do sistema eleitoral.

4.1 DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS DO JORNAL GLOBONEWS – EDIÇÃO DAS 18H

A elaboração do quadro descritivo geral foi viabilizada através do acompanhamento diário do telejornal, em que foram observados os seguintes aspectos: a estrutura discursiva do telejornal, os formatos de apresentação da notícia, os enunciadores, as locações a partir das quais a notícia é apresentada, a dimensão textual, as temáticas/pautas preferenciais e elementos relativos à dimensão visual (como o uso de imagens, estúdios, enquadramentos e uso do gerador de caracteres). As percepções construídas a partir da observação desses aspectos encontram-se sistematizadas nos itens a seguir.

4.1.1 Estrutura Discursiva e Formatos de Apresentação da Notícia

O *Jornal GloboNews - Edição das 18h* ocupa duas horas na programação do canal (1h45 de conteúdo jornalístico e 15 minutos de intervalos, em que se veicula publicidade comercial e institucional), de segunda a sábado a partir das 18h. O nome do telejornal faz referência à posição na grade de programação da GloboNews: trata-se, atualmente, da terceira edição diária do chamado *Jornal GloboNews*, nomenclatura adotada em outubro de 2010 para os telejornais apresentados, à época, de segunda a sábado às 00h, 3h, 6h, 10h, 16h e 18h²². A nomenclatura

²² A grade de programação atual compreende apenas três edições do *Jornal GloboNews*, às 00h, às 3h e às 18h. Os demais telejornais da grade passaram por reformulações que incluíram a alteração de nome.

reflete a decisão institucional, quando da implantação do canal, em adotar o conceito de grade de programação, implantado pela TV Excelsior e consolidado pela TV Globo. Diferentemente de outros canais segmentados, a GloboNews emprega uma estratégia de programação horizontal, em que há horário fixo para cada atração todos os dias da semana, com o objetivo de consolidar os hábitos de consumo do telespectador (SOUZA, 2015). Nos demais canais a cabo, estratégias de programação vertical e diagonal são mais frequentemente encontradas. Nesses modelos, “os programas mudam de horário durante a semana e são reprisados, para ter audiência em vários horários” (SOUZA, 2015, p. 55). Ainda que o nome “*Jornal GloboNews*” indique que se trata do mesmo telejornal em diferentes edições, há evidente preocupação em imprimir características específicas a cada uma das edições (há diferenças sensíveis nas escaladas, por exemplo), reforçando a ideia de grade de programação.

A estrutura discursiva do telejornal, que se repete diariamente, consiste em escalada, seguida de vinheta de abertura, saudação inicial do apresentador, que, sorrindo, identifica a si e ao telejornal: “Bem-vindo, bem-vinda. Obrigado sempre pela sua companhia. Eu sou César Tralli, a partir de agora estamos juntos aqui na edição das seis”. Recorda-se que a identificação dos apresentadores diante do público gera efeitos de proximidade e intimidade, além de reforçar o contrato comunicativo de leitura estabelecido entre os telespectadores, o programa e o apresentador fixo (EMERIM, 2012). Na sequência, inicia-se a cabeça da primeira notícia. Em geral, o telejornal organiza-se em quatro blocos, com tempos distintos de duração, sendo o primeiro bloco mais longo do que os demais. As entradas ao vivo de repórteres a partir de Brasília, bem como a fala dos comentaristas políticos, concentram-se no primeiro grande bloco, que tem entre 60 e 90 minutos de duração.

A escalada, que consiste em “frases de impacto sobre os assuntos do telejornal que abrem o programa” (PATERNOSTRO, 1999, p. 142) assemelha-se, do ponto de vista de sua função, à capa de um jornal. A finalidade é atrair a atenção do espectador a partir de frases curtas em que são expressas as principais notícias da edição. No *Edição das 18h*, este elemento é previamente gravado e tem caráter de síntese dinâmica dos principais assuntos políticos do dia. O apresentador permanece em OFF durante todo o tempo da escalada, que é integralmente ilustrada com imagens (factuais, de arquivo e/ou produzidas) e sonoras, sobrepostas a um BG de uso específico para este momento, diferente do BG da vinheta. Todas as escaladas finalizam com a frase: “tudo o que você precisa saber: agora”. Nas edições de sábado, a escalada não está presente.

Um dos aspectos mais destacados da escalada deste telejornal é seu caráter interpretativo, que se manifesta através do diálogo entre texto imagem e do uso de metáforas e

paralelismos. A análise deste aspecto em conjunto com os outros elementos do telejornal permite identificar que a escalada é um dos raros momentos em que há efetivo diálogo entre texto e imagem ao longo de cada uma das edições diárias. No restante da apresentação, trata-se de um telejornal predominantemente oral, a ponto de poder ser consumido apenas ouvindo, sem a necessidade de efetivamente manter os olhos na tela.

Esse formato de escalada pode ser considerado, em certa medida, inovador, uma vez que se afasta do modelo tradicional de manchetes curtas que caracterizam os telejornais de referência. Mesmo no âmbito do canal, trata-se de uma escalada diferenciada, que não é adotada por nenhum dos demais telejornais da GloboNews. O caráter analítico estabelece, já nos primeiros segundos do telejornal, um pacto com o público, de modo que, no decorrer da escalada, os telespectadores já dispõem de elementos para compreender o tom do telejornal, ajustando as expectativas em relação a este e estabelecendo com ele uma relação.

A escalada da edição de 17 de agosto é representativa do modo como o telejornal propõe, por meio de frases curtas (ou, às vezes, termos isolados) em diálogo com a imagem, sínteses que antecipam a abordagem dos fatos ao longo da edição. Nessa oportunidade, a escalada forneceu destaque a um acontecimento do dia anterior, a posse de Alexandre de Moraes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), classificada como “a noite que parou Brasília”, e antecipou ao telespectador a abordagem do fato a partir de suas características de conflito, personalizado nas figuras de Jair Bolsonaro, Alexandre de Moraes, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef e Michel Temer.

OFF (César Tralli): Uma nova luz sobre a noite que parou Brasília: as repercussões da troca de comando na Justiça Eleitoral. Os encontros [imagem de Lula e Bolsonaro frente a frente], os reencontros [Jair Bolsonaro e Alexandre de Moraes trocando cumprimentos à mesa das autoridades] e os desencontros [Dilma Roussef e Michel Temer sentados à primeira fileira da plateia, mas separados por uma cadeira, ocupada por José Sarney] na posse de Alexandre de Moraes como presidente do TSE. Você vai ver: um voto de confiança: autoridades reforçam apoio ao sistema eleitoral e aplaudem de pé o discurso pró-democracia. [Sonora Moraes: “Viva o Brasil, que Deus abençoe o povo brasileiro. Obrigado” / Imagem plateia aplaudindo de pé]. Voto de fé: como os candidatos querem travar guerra santa em busca dos eleitores religiosos [imagens arquivo que remetem a cultos religiosos; terço e incensário]. O voto pela economia: as propostas dos presidentiáveis para o bolso dos brasileiros [imagens arquivo cartão magnético no caixa eletrônico, caixa eletrônico entregando dinheiro] E o voto em trânsito: a última chance para quem vai estar longe de casa no dia da eleição (imagem arquivo noturna, luzes de semáforo, ônibus para no ponto).

O telejornal é predominantemente baseado no diálogo entre apresentador, repórteres e comentaristas. A dimensão dialógica do telejornal corrobora os achados de Silva (2010) e inscreve-se em um contexto de transformações, que tem na adoção da conversação e abertura

para troca de comentários uma de suas características. A autora sustenta que o uso da conversação nos programas jornalísticos gera efeitos de espontaneidade e constitui estratégia para a construção de uma arena de debate, além de resultar em uma retomada da matriz opinativa do jornalismo e valorização dos testemunhos pessoais.

As entradas ao vivo e os comentários ao vivo constituem os principais formatos em que a notícia se apresenta nas edições diárias, de segunda a sábado. Pautas às quais é concedido menor destaque são apresentadas em formato de notas simples ou cobertas, sempre lidas ao vivo pelo apresentador. Identifica-se, portanto, a adoção de formatos que não exigem edição prévia. Considerando as características do canal, pode-se inferir que tais formatos permitem agilidade ao processo de produção e conferem ao telejornal o dinamismo de linguagem característico dos canais de notícias. A predominância da transmissão ao vivo foi também identificada por Miranda (2019) a partir da análise do programa *Em Pauta*, interpretada pelo pesquisador como estratégia para gerar efeitos de atualidade. Recorda-se, ainda que as transmissões ao vivo são empregadas pelas emissoras como estratégias para garantir o reconhecimento da autenticidade da cobertura jornalística (GOMES, 2011), motivo pelo qual constituem o cerne dos formatos característicos dos canais de notícias.

As reportagens gravadas (comumente chamadas de VTs, no jargão telejornalístico), formatos predominantes em telejornais de referência nas emissoras abertas e generalistas, estão presentes em menor quantidade, sobretudo na meia hora final do telejornal. Essa característica sofre alterações nas edições de sábado, notadamente mais frias, com a presença de apenas um comentarista e com maior número de VTs em relação às edições de outros dias da semana (majoritariamente recuperados de edições locais de telejornais da TV Globo e afiliadas).

A dinâmica de apresentação da notícia no primeiro bloco confere ao telejornal sua principal característica: a conversação sobre fatos políticos e seus bastidores. A escuta diária no telejornal e a observação de todos os elementos em conjunto (para além da identificação de pautas que interessam aos propósitos da pesquisa) nos permitiu identificar um padrão que condiciona a abordagem das pautas, o uso de fontes, o ritmo e a linguagem do telejornal no primeiro grande bloco: repórteres fazem entradas ao vivo (sobretudo a partir de Brasília) trazendo a notícia que, na sequência, a partir da mediação do apresentador, é comentada/analisaada pelos comentaristas políticos do canal. No topo do espelho do telejornal estão, portanto, as notícias com maior potencial para gerar análises críticas e/ou debates.

4.1.2 Enunciadores e Locações

Considerando que o telejornal é, sobretudo, “*o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito de eventos*” (MACHADO, 2003, p. 104, grifo do autor), a identificação e descrição de seus enunciadores constitui elemento central para a compreensão da mediação realizada pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h*. A investigação empírica permite identificar com clareza que os enunciadores preferenciais do telejornal em questão são os próprios jornalistas. Repórteres, comentaristas e apresentador conduzem a narrativa. A predominância de entradas ao vivo e comentários resulta em uso apenas pontual de sonoras, o que leva à fluidez do diálogo e afasta a fragmentação característica dos telejornais baseados em reportagens gravadas. Essa característica pode ser interpretada como uma potencialidade para a construção de argumentos crítico-rationais, ainda que signifique uma perda em pluralidade de vozes. As fontes estão presentes, explícita ou implicitamente, a partir do texto de repórteres, apresentador e comentaristas. Em algumas oportunidades, há uso de sonoras gravadas ao longo das entradas ao vivo (sobretudo quando a declaração, em si, é a própria notícia que se relata) e realização de entrevistas remotas ao vivo. Em regra, no entanto, trata-se de um telejornal em que poucas vozes são ouvidas.

Os repórteres fazem entradas ao vivo, sobretudo, a partir de três cidades: Brasília, capital federal e centro do poder político institucional, São Paulo e Rio de Janeiro. Em Brasília, é possível identificar a existência de, no mínimo, dois repórteres em todas as edições (em geral, um dos repórteres baseado no Congresso Nacional e outro no Palácio do Planalto). Outra locação frequente é a área externa da sede da TV Globo em Brasília, localizada no setor de Rádio e TV Norte, a cerca de 5 km de distância da Praça dos Três Poderes. Observa-se que o telejornal estabelece uma relação de proximidade e vigilância (através dos repórteres alocados nos centros de decisão política) em relação aos atos dos poderes Legislativo e Executivo em esfera federal, constituindo, como sustenta Machado (2003, p. 107) uma espécie de interface entre a televisão e os eventos que reportam. Nessa dinâmica, os repórteres vigiam e trazem a público os fatos políticos que serão desvelados pelos comentaristas, a partir de múltiplas abordagens (considerando que cada comentarista possui um estilo próprio de construir suas análises) e sob a mediação do apresentador.

Ao realizar a mediação do diálogo em que se baseia o telejornal, o apresentador também emite comentários opinativos/interpretativos e, eventualmente, faz referência a procedimentos de apuração realizados por ele próprio. A performance do jornalista César Tralli na condução do telejornal, que se infere a partir da observação sistemática do telejornal, oscila entre as

categorias “apresentador-crítico”, que expõe “posições e sentimentos por comentários, expressões ou entonações discretamente irônicos, céticos, bem-humorados (ou mal-humorados), por exemplo” (FECHINE, 2008, p. 75) e “apresentador comprometido”, que busca construir empatia com o público, “mas sem que, para isso, tenha que assumir posições político-ideológicas explícitas ou encenar bravatas” (FECHINE, 2008, p. 75).

A postura e performance do apresentador, associadas à dinâmica geral do telejornal, permitem inferir que o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* adota um modelo polifônico (MACHADO, 2003), em que o apresentador atua como condutor que abre espaço para outros protagonistas (sobretudo comentaristas). No entanto, também apresenta características do modelo opinativo (MACHADO, 2003), pois, ainda não atue como centralizador da opinião do telejornal, o apresentador emite opiniões próprias ao interpelar comentaristas e ao direcionar-se ao público, ainda que brevemente, além de deter o poder de interromper a fala de qualquer um dos sujeitos para notícias urgentes.

A valorização editorial da fala dos comentaristas políticos na estrutura do telejornal é um dos elementos que o caracterizam como “o lugar da política” no contexto da programação do canal. Ao longo da observação, identificou-se a presença de nove jornalistas que se revezam na posição de comentaristas políticos do telejornal: Fernando Gabeira (Rio de Janeiro, a partir de casa), Natuza Nery (São Paulo, a partir do estúdio de São Paulo ao lado de César Tralli), Gerson Camarotti (a partir do estúdio de Brasília), Ana Flor (a partir do estúdio de Brasília), Flavia Oliveira (a partir do estúdio do Rio de Janeiro), Monica Waldvogel (a partir de casa ou do estúdio em São Paulo, ao lado de César Tralli), Eliane Cantanhêde (a partir do estúdio de São Paulo ou Brasília), Marcelo Lins (a partir do estúdio do Rio de Janeiro) e Octavio Guedes (a partir de casa, no Rio de Janeiro). Na estrutura do telejornal, possuem a função de “desvelar” os fatos políticos trazidos como notícia pelos repórteres ao vivo a partir de Brasília. Estratégias de autorreferencialidade (PICCININ; SOSTER, 2012) são características da atuação dos comentaristas políticos do canal, que frequentemente referem-se a procedimentos de apuração/produção da notícia de modo a certificar a validade das opiniões que sustentam.

4.1.3 Dimensão Textual

Os formatos e linguagem do telejornal são voltados ao diálogo, que se constrói a partir da interação discursiva entre apresentador, repórteres e comentaristas. Apresentador e comentaristas fazem uso de uma linguagem que pode ser considerada, em alguns momentos, coloquial, além de figuras de linguagem (como metáforas, eufemismos e hipérboles, por

exemplo). O texto dos repórteres mantém-se atrelado a um padrão formal, enquanto a intervenção dos comentaristas apresenta marcas de oralidade mais evidentes. A mediação realizada pelo apresentador é o elemento que confere aspecto dialógico ao telejornal, pois tanto as entradas ao vivo quanto os comentários são introduzidos, na maior parte das vezes, por perguntas e finalizados por um breve comentário ou, em algumas oportunidades, uma espécie de resumo do que foi exposto. Essa característica, no entanto, não pode ser confundida com “improviso”, pois há evidências de que todas as interações são previamente roteirizadas.

4.1.4 Temáticas

As pautas políticas são predominantes no conjunto do telejornal, em consonância com a proposta editorial difundida institucionalmente pelo canal. A observação permitiu identificar alguns fatores que influenciam a distribuição das cotas de visibilidade no telejornal, tais como: a pauta legislativa, a pauta do Judiciário, sobretudo STF, declarações de autoridades públicas, sobretudo do chefe do Executivo e dos “presidenciáveis”, bem como as movimentações político-partidárias em torno da disputa eleitoral.

O telejornal tematiza com destaque editorial as movimentações político-partidárias relativas à disputa eleitoral de 2022. Tais narrativas encontram-se, majoritariamente, associadas ao quadro fixo diário *Raio X da Política: Eleições*, apresentado pelo repórter Nilson Klava a partir do estúdio do canal em Brasília²³. As narrativas apresentadas a partir deste quadro não integram o *corpus* empírico da pesquisa, tendo em vista que optamos por analisar os registros que tematizam o processo eleitoral em si, excluindo de nosso foco de observação a cobertura da disputa eleitoral e movimentações político-partidárias a ela atreladas, conforme explicitado no capítulo metodológico. No entanto, considera-se que a descrição do quadro é relevante para a compreensão do contexto geral do telejornal e da valorização do fato político em sua proposta editorial.

O quadro segue o modelo de interação característico do telejornal, em que o repórter apresenta os fatos, que são, na sequência, analisados pelos comentaristas a partir da mediação do apresentador. O quadro distingue-se do restante do telejornal, pelo fato de que o repórter entra ao vivo a partir de um estúdio (de Brasília) e não de uma locação externa e, principalmente, pelo uso de recursos gráficos e caricaturas, conforme imagem.

²³ Durante o período em que o canal veiculou o programa sazonal *Central das Eleições*, o quadro *Raio X da Política* foi apresentado a partir dos estúdios do Rio de Janeiro.

Figura 1: Quadro Raio X da Política: Eleições



FONTE: captura de tela Jornal GloboNews – Edição das 18h 04/08/2022

As narrativas jornalísticas que integram o quadro frequentemente abordam questões relacionadas à disputa eleitoral a partir de termos como “corrida eleitoral”, “jogo político” e “cabo de guerra”. O uso desses termos corrobora as percepções de Rothberg (2010) ao afirmar que disputas eleitorais costumam ser cobertas a partir de enquadramentos de jogo ou corrida de cavalos, que privilegiam chances de vitória ou derrota dos candidatos, em detrimento de aspectos sobre suas plataformas de governo. Gomes (2004) expõe percepção semelhante ao criticar a dramatização dos fatos políticos na cobertura televisiva e a concepção do jogo político como conjunto de manobras táticas. Na perspectiva do autor, essa abordagem reduz a política à competição eleitoral em si, o que passaria ao público a mensagem de que, na política, considera-se apenas a obtenção de vantagens e a derrota do adversário, não o interesse público.

A observação e análise do telejornal permite identificar, no entanto, que os registros que compõem nosso *corpus* empírico são apresentados, ao longo de todo o período de análise, desvinculados do quadro *Raio X da Política*, o que evidencia a decisão editorial de separar, no interior do telejornal, as movimentações político-partidárias relativas à disputa eleitoral das questões relativas ao processo eleitoral e ao sistema de votação, concedendo às últimas tratamento diferenciado.

Ao longo do período de observação, o telejornal passou por alterações no espelho das edições diárias, ainda que tenha preservado seu formato, características discursivas e linha editorial. O início da observação (de abril a junho) foi marcado pela baixa presença de notícias de economia no telejornal. A partir de meados de julho (data que coincide com o recesso parlamentar), notícias da editoria econômica passaram a ocupar mais espaço no espelho do telejornal (ainda que suas pautas preferenciais permaneçam atreladas à editoria de política).

A inserção de notícias econômicas se dá a partir de dois formatos, que podem ou não ocorrer simultaneamente na mesma edição: no primeiro, a repórter Rosana Cerqueira ou o repórter William Kury, a partir do estúdio de São Paulo, apresentam em um telão dados e gráficos produzidos pelo Núcleo de Dados do canal que, na sequência, são analisados pelos comentaristas. O segundo formato diz respeito ao quadro *Raio X da Economia* (que não estava presente no início do período de observação). Neste quadro, a jornalista Flavia Oliveira realiza análises econômicas a partir do estúdio do canal no Rio de Janeiro, também com o apoio de gráficos expostos em telão. Ainda que os dados sejam relativos à economia, a abordagem dos assuntos e os comentários posteriores tendem a analisar os fatos a partir de uma perspectiva política, condicionada pela linha editorial do telejornal. Além dos dois formatos mencionados, pautas econômicas podem apresentar-se no telejornal, ainda, através de entradas ao vivo da repórter Bianca Lima, setorista de economia do canal em Brasília.

O período de campanha eleitoral resultou em alterações na programação do canal, voltadas para a intensificação da cobertura das movimentações político-partidárias relativas, sobretudo, à disputa presidencial. O quadro sazonal *Central das Eleições – Pesquisas e análises* (Figura 3) foi o elemento central dessa alteração. A atração estreou em 15 de agosto de 2022, ocupando espaço fixo bissemanal (às segundas e quintas-feiras) no interior do *Jornal GloboNews – Edição das 18h* e do *Jornal das Dez* e passou a ser diário em 5 de setembro. Sua associação aos telejornais que ocupam a faixa horária nobre do canal pode ser interpretada como um reforço à própria ideia de grade de programação, pois ainda que haja a inclusão de um produto novo e sazonal, não há (na maior parte do tempo) alteração do horário de início dos telejornais aos quais a atração se associa. A dinâmica padrão do *Edição das 18h* sofreu alterações, tendo em vista que, na prática, o horário de veiculação do telejornal foi reduzido a apenas uma hora, considerando que a segunda hora de duração foi ocupada pelo *Central das Eleições*. Cabe ressaltar que, embora integrado à faixa horária dos telejornais, o *Central das Eleições – Pesquisas e Análises* possui características de programa completo, em que a jornalista Natuza Nery assume o papel de apresentadora, conduzindo a interação entre os demais comentaristas reunidos no estúdio²⁴.

²⁴ Em 9 de fevereiro, o programa foi integrado de forma definitiva à grade de programação do canal, sob o nome *Central GloboNews*. A atração ocupa a faixa horária entre 23h e 00h, às quintas-feiras, com a apresentação de Natuza Nery a partir dos estúdios do canal em Brasília.

Figura 2: Central das Eleições – Pesquisas e Análises

FONTE: captura de tela Central das Eleições 18/10/22

Um cenário específico foi montado para o *Central das Eleições*, nos estúdios da TV Globo no Rio de Janeiro, para onde se deslocaram os comentaristas políticos. O conteúdo do programa centrou-se, como indicado pelo próprio nome, na análise de pesquisas eleitorais e articulações político-partidárias relacionadas à campanha eleitoral. A rigor, os temas de nosso interesse não estão associados a esse momento específico do telejornal, pois questões relacionadas ao processo e ao sistema eleitoral são abordadas, no contexto do telejornal em questão, fora de espaços dedicados à disputa eleitoral. Houve momentos, no entanto, em que a valoração editorial concedida ao tema fez com que este ultrapassasse os limites da dinâmica usual do telejornal e fosse abordada no âmbito da *Central das Eleições* (situações em que os registros foram considerados para a construção do *corpus*).

4.1.5 Dimensão Visual

O uso esparsos de reportagens gravadas ao longo da maior parte do telejornal resulta em ausência de imagens alusivas aos acontecimentos dos quais se fala. Essa limitação é contornada, em alguns momentos, através do uso de imagens (geralmente proveniente de arquivo, mas há possibilidade de usar imagens ao vivo) em dois terços da tela, de modo a ilustrar a fala de repórteres ou comentaristas, que, nessas situações, ocupam um terço da tela. A observação realizada permitiu identificar que o uso das imagens tem caráter apenas ilustrativo, não havendo interação do texto com a imagem, como preconizado para as reportagens gravadas, de modo

geral. Sobre esse aspecto, é preciso considerar que os temas políticos, pautas preferenciais do telejornal em questão, apresentam potencial limitado em relação a imagens, de modo que nem todos os temas são ilustrados dessa forma.

Figura 3: Uso de imagens durante entrada ao vivo



FONTE: captura de tela Jornal GloboNews – Edição das 18h 14/04/2022

A apresentação da Edição das 18h do *Jornal GloboNews* é realizada, principalmente, a partir dos estúdios da GloboNews em São Paulo. Eventualmente, a depender do apresentador escalado para substituir César Tralli (durante feriados prolongados, por exemplo), o telejornal é apresentado a partir dos estúdios do canal no Rio de Janeiro. O estúdio padrão do telejornal (em São Paulo) apresenta algumas características que o diferenciam dos telejornais de referência nas emissoras abertas generalistas, dentre as quais se destaca a ausência de bancada (há apenas uma pequena mesa, onde se apoia um notebook, e uma cadeira). A amplitude do estúdio possibilita a execução de uma variedade de enquadramentos e permite a movimentação do apresentador, característica marcante da performance de César Tralli na condução da dinâmica do telejornal.

Há integração em relação à sala de redação, separada do estúdio apenas por um vidro, de modo que o apresentador se encontra no mesmo nível que os jornalistas que trabalham ao fundo, na sala de redação, e não elevado em relação a estes (como em outros telejornais cujo estúdio de apresentação é integrado à redação). A integração entre redação e cenário evidencia uma estratégia narrativa autorreferencial (PICCININ; SOSTER, 2012), em que se busca fazer referência ao próprio processo de produção da notícia, trazendo os bastidores para o âmbito do

visível, conforme já identificado por Miranda (2019) em relação ao programa *Em Pauta*, veiculado pela GloboNews após a *Edição das 18h*. Na percepção de Duarte (2020), ao revelar os bastidores, “as emissoras promovem, para além do próprio programa, a si próprias, pois demonstram sua consideração e respeito pelo telespectador: todo aquele contingente de pessoas está lá a seu serviço, para garantir que ele receba a notícia de última hora” (DUARTE, 2020, p. 124).

A interação com repórteres e comentaristas se dá através de duas telas posicionadas nas laterais do estúdio. O uso das telas permite uma divisão espacial entre informação e opinião: em geral, o apresentador dialoga com repórteres na tela do lado direito do estúdio (na perspectiva do telespectador) e com os comentaristas na tela maior (*video wall*) na lateral esquerda do estúdio. Naturalmente, há exceções em relação a esse padrão e a mudança de estúdio e apresentador também resulta em alterações nessa dinâmica. As referidas telas também são utilizadas para a apresentação de artes (gráficos e mapas, por exemplo).

Duarte (2020) lembra que os telejornais contemporâneos recorrem, com frequência, à articulação entre múltiplas telas, que proporcionam uma variedade de possibilidades de interação entre os atores. O recurso é um dos elementos centrais da estrutura narrativa da Edição das 18h, tendo em vista que o telejornal tem na interação entre apresentador, repórteres e comentaristas seu eixo central e que os atores se encontram, na maioria das vezes, geograficamente afastados. A articulação de múltiplas telas de modo a permitir a interação com diversos interlocutores confere ao jornal uma de suas principais características visuais. A observação do telejornal permitiu identificar algumas variantes do processo de multiplicação de telas durante a interação entre apresentador e comentaristas a partir da terminologia exposta por Duarte (2020, p. 135).

a) Superposição de telas: considerando que a tela principal é o cenário em que está o apresentador, a apresentação simultânea de uma ou várias telas superpostas à principal, “retira em parte o poder irrestrito e centralizador do apresentador, ao dispersar o comando da emissão e, com isso, a atenção do telespectador” (DUARTE, 2020, p. 135). Na dinâmica de apresentação do telejornal em questão, essa variante ocorre quando o apresentador se volta para um dos telões presentes em cada uma das extremidades do estúdio para dialogar com um comentarista ou repórter. Esse enquadramento é empregado, sobretudo, no início e no final da fala de cada comentarista ou repórter.

Figura 4: Superposição de telas

FONTE: captura de tela Jornal GloboNews – Edição das 18h 19/04/2022

b) Sobreposição de telas: nessa variante, ocorre o apagamento da tela principal (o estúdio onde está o apresentador), que é substituída por outra. Nessa situação, que se apresenta no telejornal em questão quando comentarista ou repórter entram em tela cheia, o comando da emissão e a atenção do telespectador são deslocados temporariamente.

Figura 5: Sobreposição de telas

FONTE: captura de tela Jornal GloboNews – Edição das 18h em 10/08/22

c) Contraposição de telas: neste caso, a tela principal é dividida ao meio, transformando-se em duas, operando uma “partilha do poder e comando da emissão” (DUARTE, 2020, p. 135) e

descentralizando a atenção do telespectador. Esse recurso é empregado pelo telejornal por alguns segundos durante a fala dos comentaristas: o apresentador, olhando diretamente para a câmera, ouve o comentário e, eventualmente, demonstra concordância através da expressão facial.

Figura 6: Contraposição de telas

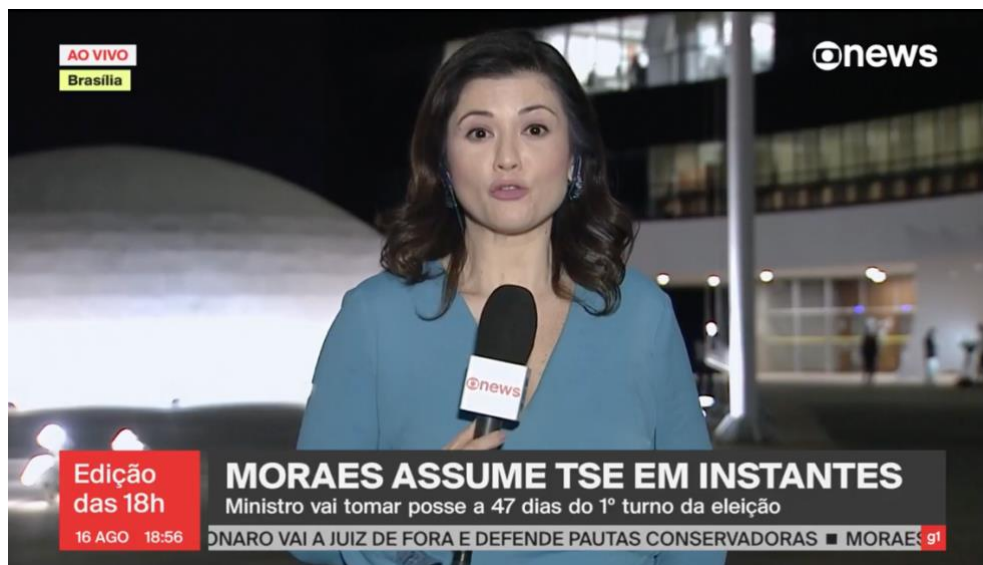


FONTE: captura de tela Jornal GloboNews Edição das 18h 14/04/2022

O gerador de caracteres possui papel importante nos canais de notícias, tendo em vista que é utilizado para sintetizar a notícia e as abordagens no decorrer da apresentação de um mesmo assunto, permitindo que o telespectador se localize em relação ao assunto sobre o qual se está falando independentemente do momento em que o canal seja sintonizado. Em agosto de 2022, houve alteração da identidade visual da emissora, o que resultou em mudanças nos elementos visuais presentes em tela durante os telejornais. Nos primeiros meses de análise, as manchetes que sintetizam a notícia no GC eram acompanhadas de um termo que ajudava a contextualizar a pauta, como “Eleições 2022”, “guerra na Ucrânia”, por exemplo, que desempenhavam função semelhante a um “chapéu” no jornal impresso. Eram elementos fixos em tela durante o telejornal: a *hashtag* #Edição18 (canto superior esquerdo, na perspectiva do telespectador), a logomarca do canal, à qual se adiciona a etiqueta “ao vivo” (canto superior direito), a síntese da notícia expressa no GC (na parte inferior da tela), acompanhada do rol que remete a notícias publicadas pelo site G1 e do horário. A partir de meados de agosto de 2022, uma série de modificações foram identificadas, tais como a alteração na espessura da fonte da logomarca do canal, a exclusão da *hashtag* #Edição18 do canto superior esquerdo da tela, a inserção do nome do telejornal no canto inferior esquerdo da tela, acompanhado de data e hora,

a mudança no *design* das tarjas e no formato de apresentação da notícia no GC (anteriormente composta por chapéu e manchete; atualmente, manchete e linha de apoio).

Figura 7: Alteração da identidade visual GloboNews



FONTE: captura de tela Jornal GloboNews Edição das 18h em 16/08/2022

4.2 ANÁLISE DO DEBATE MEDIADO SOBRE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

A partir deste ponto, passamos a descrever e discutir aspectos relacionados ao modo como o telejornal abordou questões relativas ao processo eleitoral brasileiro, de modo a compreender se o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* construiu um debate em torno do tema, ao longo do período de observação, de que forma distribuiu as cotas de visibilidade entre os diversos atores políticos implicados, quais as estratégias empregadas pelos jornalistas para interpretar os fatos políticos no âmbito do tema em questão e como as especificidades do telejornal condicionaram o debate construído a partir desse fragmento da esfera de visibilidade midiática.

4.2.1 Panorama Geral do *Corpus* e Picos de Cobertura

A cobertura política é o elemento central da linha editorial do *Jornal GloboNews – Edição das 18h* motivo pelo qual se previu que questões relativas ao processo eleitoral estariam presentes durante os meses de observação não apenas pelas sazonalidades associadas ao ano

eleitoral, mas também pela existência de uma retórica de ataque à credibilidade do sistema eletrônico de votação impulsionada, sobretudo, pelo então presidente Jair Bolsonaro e sua base de apoio. A expectativa em relação à presença do tema na pauta do telejornal em questão confirmou-se em nível maior do que o inicialmente previsto. No período compreendido entre 11 de abril de 2022 e 4 de novembro de 2022, assistiu-se, de forma sistemática, 180 edições do telejornal. Em 107 edições, pautas relacionadas ao processo e/ou ao sistema eleitoral estiveram presentes. Os números consideram todos os registros relacionados ao processo eleitoral, excetuando-se as ocorrências relativas a movimentações partidárias e à disputa eleitoral propriamente dita (que estiveram presentes em todas as edições, em quadros específicos descritos na primeira parte deste capítulo). Os registros identificados foram catalogados em uma planilha em que constam: data de veiculação, link de acesso à edição na plataforma Canais Globo, *time code* inicial do registro²⁵, presença ou ausência na escalada, bloco de veiculação, formato, síntese da notícia que consta do GC, gancho factual, transcrição dos registros e fontes mobilizadas. A partir da observação do conjunto de dados coletados, pareceu-nos adequada a divisão do período de observação em semanas, por permitir a avaliação da constância do tema na agenda semanal do telejornal e facilitar a identificação de quais pautas/ganchos factuais geraram maior número de suítes em dias subsequentes.

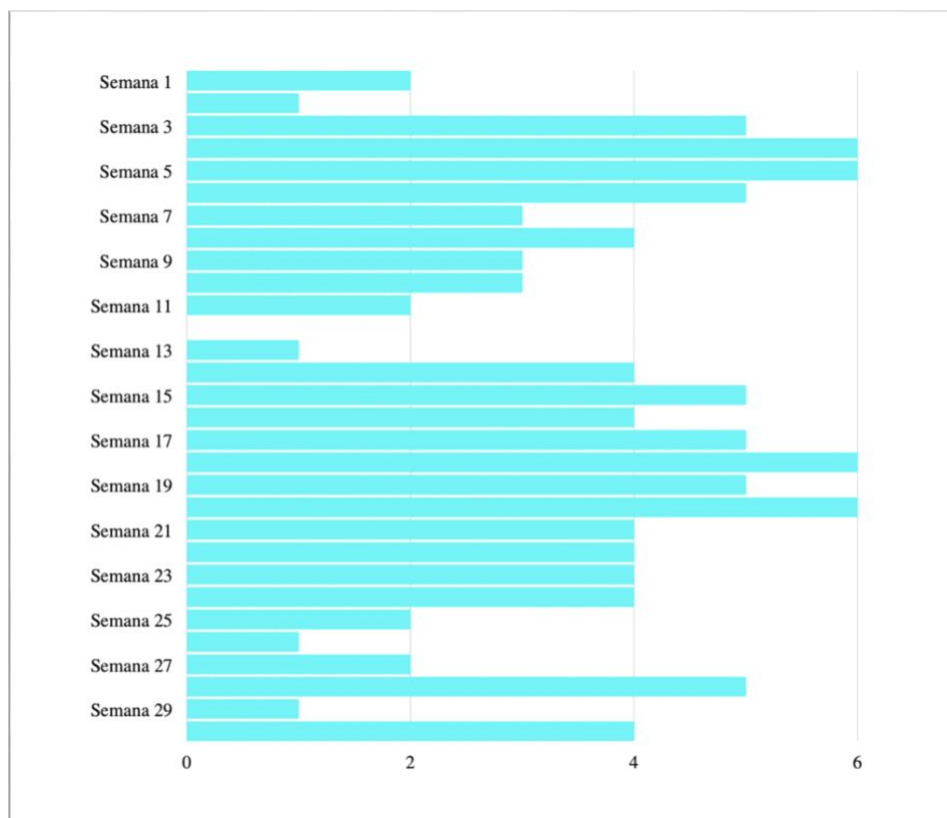
A temática esteve presente ao longo de todo o período de observação e manteve relativa constância ao longo do tempo. Das 30 semanas analisadas, apenas uma delas (semana 12, entre 25/06 e 02/07) não apresentou qualquer registro do tema. O Gráfico 1 condensa os dados relativos à quantidade de edições semanais que contemplaram os temas da observação em cada uma das semanas de coleta. Considerando o fato de que a coleta foi realizada de segunda-feira a sábado, o número máximo possível de ocorrências por semana – para efeitos desta quantificação – é seis, o que significa que ao menos uma pauta relacionada ao tema foi abordada em todos os dias da semana (os dias da semana encontram-se representados pelo eixo horizontal dos Gráficos 1 e 2).

A análise do gráfico permite constatar que, na maior parte das semanas observadas (14 de 30), pautas relativas ao processo eleitoral foram abordadas em quatro ou cinco edições ao longo da semana. Menos usuais foram as semanas em que o tema foi abordado em menos de quatro edições ou em mais de cinco (esta última possibilidade resultou no que interpretamos

²⁵ Na plataforma Canais Globo, as edições do *Jornal GloboNews – Edição das 18h* é disponibilizada na íntegra, não de forma individualizada por notícia. Por conta disso, o registro do *time code* inicial das ocorrências que interessam aos propósitos da pesquisa mostrou-se necessário para operacionalizar as análises posteriores, assim como o registro do *link* de cada uma das edições, tendo em vista que a plataforma em questão disponibiliza os vídeos em ordem cronológica, sem a possibilidade de busca por data ou quaisquer outros filtros.

como picos de cobertura). A representação gráfica dos dados coletados permite identificar visualmente momentos em que o tema atingiu picos de cobertura: as semanas 4, 5, 17 e 19.

Gráfico 1: Registros por semana



FONTE: elaborado pela autora (2023)

A construção do Gráfico 1 contemplou todos os registros que se enquadravam nos interesses mais amplos de pesquisa, isto é, todas as pautas relativas ao processo eleitoral, excetuando-se as narrativas em torno de movimentações político-partidárias da disputa eleitoral. Os registros coletados apresentaram-se no telejornal a partir de cinco abordagens:

1) Fake news e plataformas digitais: contempla pautas que estabelecem relação entre a disseminação de *fake news* a partir de plataformas digitais e eventuais influências sobre o processo eleitoral. Pautas associadas à abordagem foram identificadas em 21 edições do telejornal durante o período de observação, motivadas, sobretudo, pelo anúncio de que novos recursos do *WhatsApp* (que permitiriam o envio simultâneo de uma mensagem a milhares de usuários) seriam disponibilizados no Brasil apenas após as eleições, bem como os

desdobramentos relacionados ao anúncio, além de ações do Tribunal Superior Eleitoral para coibir a disseminação de desinformação durante o período eleitoral.

2) Violência política e assédio eleitoral: essa abordagem passou a integrar a cobertura do telejornal a partir de 11 de julho associada à cobertura dos desdobramentos do assassinato de Marcelo Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) em Foz do Iguaçu (PR), morto a tiros durante festa temática do PT pelo agente penitenciário Jorge Guarinho, apoiador do então presidente Jair Bolsonaro. A essa abordagem, somaram-se, ao longo dos meses, outros casos de violência causados por divergência política, bem como registros de ameaças e assédio eleitoral. A abordagem foi contemplada em 14 edições durante o período de observação.

3) Aspectos burocráticos e de serviço: a abordagem contemplou, por exemplo, pautas relacionadas a prazos de cadastramento e regularização eleitoral, informações sobre como utilizar a urna eletrônica e regras válidas para o dia das eleições. Pautas associadas à abordagem foram contempladas em 11 edições.

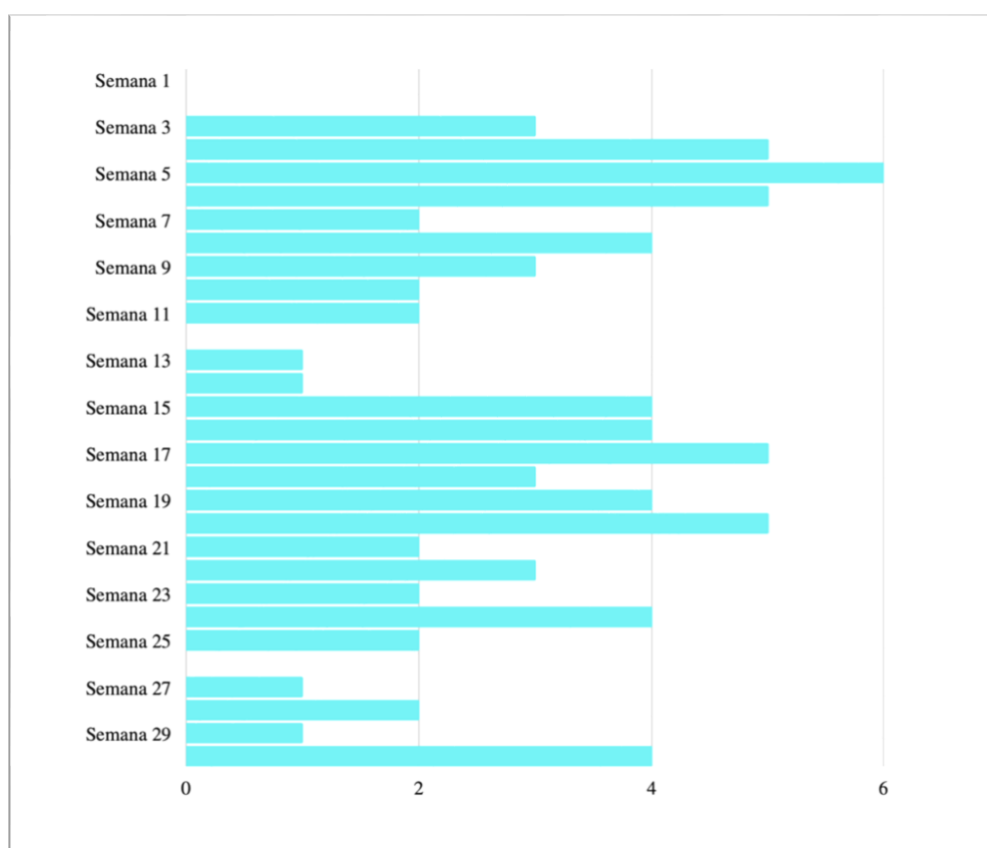
4) Análises do eleitorado brasileiro: são classificadas como integrantes desta abordagem pautas elaboradas a partir de análises realizadas pelo chamado “Núcleo de Eleições” do canal, que exploram questões relativas ao eleitorado brasileiro, a partir de levantamentos de dados provenientes da Justiça Eleitoral. Em geral, tais registros integram o quadro “Raio X da Política: Eleições” e apresentam-se, em algumas oportunidades, sem ganchos factuais manifestos. Tais pautas foram contempladas apenas até o final do mês de agosto, estando presentes em 11 edições. A partir do mês de setembro, análises do gênero passaram a ser empregadas associadas diretamente ao contexto da disputa eleitoral (o modo como a campanha de cada candidato deveria se posicionar para conquistar o voto de uma determinada parcela do eleitorado, por exemplo). Assim, deixaram de ser contabilizadas para efeitos desta análise.

5) Ataques e defesas do processo eleitoral: no âmbito desta abordagem, estão contemplados registros referentes a posicionamentos (ações e declarações) que configuram ataques ao processo eleitoral (alegações de fraude e propostas de apuração paralela, por exemplo) e reações em sua defesa (por parte de atores políticos, institucionais ou membros da sociedade civil). Tais pautas correspondem ao maior número de registros ao longo do período de observação, estando presentes em 81 edições. O predomínio das pautas relacionadas à abordagem no total de registros coletados revela a valorização editorial concedida aos fatos associados à retórica de

questionamento da credibilidade do sistema eleitoral, bem como a decisão editorial de conceder destaque às reações institucionais em defesa desse sistema, tópico que será detalhado nas seções posteriores deste capítulo. Considerando que as pautas associadas a essa abordagem geraram o maior número de registros e foram capazes de estender o debate em torno do processo eleitoral no decorrer de todos os meses de observação, nossas análises a tomarão como foco a partir deste momento.

A representação visual dos registros (Gráfico 2) revela coincidências com os picos de cobertura evidenciados pelo Gráfico 1 (que considera a totalidade dos registros nas cinco abordagens identificadas), o que se explica pelo fato de que as narrativas em torno dos movimentos de ataques e defesas do processo eleitoral foram quantitativamente muito superiores (presentes em 81 edições) aos registros associados às demais abordagens, que, somadas, estiveram presentes em 57 edições.

Gráfico 2: Registros por semana “Ataques e defesas do processo eleitoral”



FONTE: elaborado pela autora (2023).

Nas semanas 4, 5 e 6 (que correspondem ao período de 2 a 21 de maio), o tema foi pautado quase diariamente, em decorrência de uma série de ganchos factuais que se sucederam.

O primeiro pico de cobertura associado a essa abordagem ocorreu no início do mês de maio (semana 4) e teve como gancho factual a menção, por parte do então presidente Jair Bolsonaro, de uma apuração paralela de votos a ser realizada pelas Forças Armadas. A declaração foi proferida em 27 de abril durante ato em apoio ao deputado Daniel Silveira no Palácio do Planalto, na presença de parlamentares governistas (GOMES; CARVALHO, 2022). O telejornal não cobriu o evento (ainda que o canal tivesse equipes alocadas no Palácio do Planalto durante o ato), mas repercutiu, na edição do dia seguinte (28 de abril, ainda no final da semana 3), as reações institucionais à menção de uma eventual apuração paralela, que se materializaram em declarações dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, publicadas no Twitter. Nos dias que se seguiram (semana 4), as declarações em defesa da Justiça Eleitoral proferidas por magistrados (Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Luiz Fux) mantiveram o assunto em pauta no telejornal. Tais declarações não foram concedidas diretamente à imprensa (ainda que possam ter sido a ela voltadas), mas em outras arenas de visibilidade (sites de redes sociais, sessões plenárias e eventos de magistrados). As inserções de declarações realizadas em redes sociais sugerem que o cenário convergente incluiu nas rotinas das redações o acompanhamento de autoridades públicas nos espaços discursivos constituídos pelos sites de redes sociais, com frequência utilizadas como fontes pelo telejornal. Do mesmo modo, infere-se que há algum nível de acompanhamento, por parte da produção do telejornal, de eventos públicos dos quais participam os magistrados que compõem o Supremo Tribunal Federal, bem como das sessões do tribunal, o que nos fornece indícios sobre a valoração editorial das declarações desses atores em relação ao processo eleitoral.

Ao longo da semana 4, um novo gancho factual prorrogou a exposição do assunto: a informação divulgada pela agência Reuters de que a CIA, serviço de inteligência dos Estados Unidos, teria aconselhado o então presidente Jair Bolsonaro a não questionar a integridade do sistema eleitoral brasileiro. Ainda na mesma semana, o pedido do Ministério da Defesa para que o Tribunal Superior Eleitoral divulgasse as perguntas e sugestões feitas pelas Forças Armadas sobre o processo eleitoral – e a posterior divulgação dessas informações, por parte do TSE – foram abordados em três edições do telejornal, estendendo o assunto até a semana 5.

A quinta semana de observação teve como característica central o reforço na defesa do sistema eleitoral por parte do Legislativo (Rodrigo Pacheco e Arthur Lira) e uma característica pouco usual no restante da cobertura do telejornal (ainda que comum na maior parte dos telejornais de referência): o uso de sonoras provenientes de entrevistas concedidas diretamente aos jornalistas do canal. Na edição de 9 de maio (semana 5), repercutiram-se as declarações

proferidas por Rodrigo Pacheco em entrevista concedida ao vivo às jornalistas Leila Sterenberg e Natuza Nery durante a Cobertura Especial de Domingo, no dia anterior.

A exemplo do que se registrou na semana anterior, declarações realizadas em congressos de magistrados (Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional, e Alexandre de Moraes, então vice-presidente do TSE) foram tomadas como ganchos factuais para manter o debate em torno do processo eleitoral, sob a ótica das defesas institucionais. O recebimento, por parte do STF, de um manifesto em defesa da Justiça Eleitoral assinado por organizações da sociedade civil e o teste público de segurança das urnas também contribuíram para manter o tema em pauta ao longo da semana 5. As declarações em defesa do sistema eleitoral permaneceram sendo a tônica da sexta semana de observação, associadas a movimentações no campo jurídico direcionadas à responsabilização do então presidente Jair Bolsonaro por divulgação de mentiras sobre as urnas eletrônicas.

Outros momentos da cobertura são dignos de nota por terem gerado desdobramentos que se materializaram em suítes. Durante a semana 8, a suspensão da cassação de mandato do deputado estadual Fernando Francischini – condenado por divulgar mentiras sobre as urnas eletrônicas – atraiu a cobertura do telejornal e foi tematizada em cinco edições consecutivas, adentrando a Semana 9, até a resolução do episódio, que se deu com a decisão da Segunda Turma do STF pela manutenção da cassação. A suspensão, decidida em caráter liminar através de decisão monocrática pelo ministro Kassio Nunes Marques, foi interpretada, no âmbito da cobertura realizada pelo telejornal, como afronta à legitimidade do Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, órgão colegiado que o condenou.

Durante a décima quinta semana de observação, a reunião realizada pelo então presidente Jair Bolsonaro com embaixadores no Palácio da Alvorada em 18 de julho, em que foram difundidas acusações sem provas sobre o sistema eleitoral brasileiro, motivou um novo momento de intensa tematização. O episódio, a exemplo do que ocorreu no encontro com parlamentares em 27 de abril, nos permite constatar a existência de uma escolha editorial, por parte do telejornal, em regular a visibilidade da imagem e das falas de Jair Bolsonaro em ataques ao sistema eleitoral. Ainda que os registros audiovisuais do evento estivessem amplamente disponíveis (e que a equipe de reportagem do canal tenha acompanhado o encontro), não foram utilizadas sonoras do então presidente, apenas imagens durante a entrada ao vivo do repórter Ricardo Abreu, a partir do Palácio do Planalto. Na mesma edição, no entanto, utilizou-se uma sonora do ministro Edson Fachin, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em defesa do sistema. Os desdobramentos do fato se estenderam até a semana 16, bem como as reações do Judiciário, Legislativo e sociedade civil. A semana 17 apresentou uma série de ganchos

factuais novos – como uma inspeção das urnas eletrônicas pelas Forças Armadas e discursos em defesa do processo eleitoral na abertura dos trabalhos do Legislativo e do Judiciário no segundo semestre. O episódio da reunião com embaixadores (ocorrida duas semanas antes) permaneceu sendo mencionado com frequência na fala dos comentaristas.

A posse de Alexandre de Moraes (em 16 de agosto) e seus primeiros movimentos à frente da Justiça Eleitoral, que incluíram uma operação contra empresários suspeitos de planejar um golpe em caso de derrota de Jair Bolsonaro, foram as tônicas das semanas 19 e 20. A vigésima quarta semana de observação registrou os últimos momentos de cobertura constante e teve como ganchos factuais a declaração de Bolsonaro de que, se não recebesse 60% dos votos no primeiro turno, “algo anormal” teria acontecido no TSE. A gravidade da declaração fez com o tema fosse abordado no interior do quadro Central das Eleições, algo pouco usual durante o período de observação, tendo em vista que esse espaço é dedicado a movimentações de campanha e análise de pesquisas eleitorais. A visita à sala de totalização de votos do TSE, bem como a informação de que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizaria uma fiscalização das urnas eletrônicas, episódios que seriam mencionados de forma protocolar em outros momentos, foram abordados em suas relações com o cenário de ataque à credibilidade do processo. Em todos os momentos, prevaleceu a forma padrão de apresentação da notícia anteriormente descrita: entradas ao vivo a partir de Brasília, seguidas das intervenções de dois ou três comentaristas políticos a partir da mediação do apresentador.

A análise do Gráfico 2 permite visualizar um esvaziamento do debate sobre o tema a partir do telejornal após o primeiro turno das eleições presidenciais (representado, no gráfico, pela ausência de registros associados à abordagem na semana 26), o que pode ser atribuído ao fato de que não houve questionamento explícito do resultado das urnas, tendo em vista que o então presidente da República e candidato à reeleição obteve índices de votação maiores do que as pesquisas indicavam às vésperas do pleito.

O pico de cobertura identificado na semana 30, última do período de observação, refere-se à repercussão da declaração de Jair Bolsonaro dois dias após o segundo turno das eleições, interpretada pelo telejornal como reconhecimento da derrota eleitoral, e aos desdobramentos dos bloqueios de rodovias promovidos por apoiadores do então presidente em contestação ao resultado das eleições, classificados como “atos antidemocráticos” e “manifestações golpistas”.

A seção dedicou-se a traçar um panorama geral do *corpus* e identificar os principais ganchos factuais que se materializaram em picos de cobertura. Os episódios supracitados, ainda que não representem a totalidade dos lances discursivos que construíram o debate, apresentam características que se repetiram ao longo do período de observação, tais como a valorização

editorial do tema, sua análise a partir de uma chave interpretativa que associa os questionamentos ao sistema como atrelados a uma retórica golpista e o predomínio de fontes provenientes do centro da esfera política institucional, círculos de poder aos quais os jornalistas do canal notadamente possuem acesso. A análise do conjunto de dados permite identificar, ainda, que fatos gerados por Jair Bolsonaro ou seus aliados diretos foram capazes de gerar picos de cobertura, o que denota o êxito de seu grupo político em influenciar as agendas de discussão em torno do tema. O comentário de Natuza Nery em 11 de maio revela um dilema em relação à produção de visibilidade em torno da retórica golpista de Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo em que a jornalista considera reais as ameaças de golpe e acredita ser função do jornalismo alertar para tais sinais, pondera sobre as estratégias empregadas pelo então presidente para distrair a imprensa e a sociedade com o que chama de “bomba de efeito moral”:

“(...) nós, como jornalistas, precisamos olhar para isso e precisamos alertar para isso. Mas, enquanto ele faz isso e a gente olha para isso, porque a democracia é o nosso bem maior como sociedade, as pessoas estão com fome, passando dificuldade. Os erros de Bolsonaro vão ficando em segundo plano, então ele faz isso primeiro que está tramando alguma coisa e segundo, porque ele gosta, né? De jogar uma bomba de efeito moral no lugar para ninguém olhar para esse daqui (NERY, 2022g).

Os jornalistas, no entanto, demonstraram ser capazes de reconhecer tais estratégias e buscaram contorná-las a partir de escolhas editoriais que maximizaram a exposição das defesas do processo eleitoral, o que infere pelo modo como o telejornal distribuiu suas cotas de visibilidade, aspecto que discutiremos a seguir.

4.2.2 Distribuição da Visibilidade no *Jornal GloboNews – Edição das 18h*

Nas sociedades contemporâneas, o debate em torno de questões públicas depende diretamente da visibilidade que tais questões adquirem nas esferas de visibilidade midiática. Nesse sentido, a visibilidade proporcionada pelas emissões jornalísticas é, sob a ótica teórica deliberacionista, a principal potencialidade do jornalismo produzido a partir dos meios de comunicação para a promoção da deliberação pública.

Lembra-se que a visibilidade conferida a indivíduos e agendas a partir do que é dado a conhecer pelo jornalismo está atrelada a uma série de decisões editoriais tomadas ao longo do processo de produção da notícia. Tais decisões, por sua vez, são guiadas por um conjunto de saberes compartilhados que orientam o exercício profissional. Assim, pode-se inferir que os critérios de noticiabilidade, por exemplo, são motores de promoção de visibilidade para os

temas públicos. Miola (2012, p. 122) lembra que os critérios de noticiabilidade são importantes para a deliberação mediada porque constituem o “controle concedido aos agentes e instituições do campo – justificado normativamente – para regular a visibilidade das questões públicas”.

A observação do conjunto dos registros identificados permite identificar que o tema foi abordado a partir de ganchos factuais majoritariamente atrelados aos valores “governo”, “justiça” e “conflito”, considerando a tabela de valores-notícia sistematizada por Silva (2005, p. 104). Nesse sentido, recorda-se, com base em Coutinho (2012), que assuntos dotados de elementos da dramaturgia (tais como a existência de uma crise/conflito e ações voltadas para a sua solução) tendem a ser privilegiados pelos telejornais no processo de seleção e hierarquização da notícia. Tal característica explica, em grande medida, a diferença quantitativa entre os registros associados a cada uma das abordagens identificadas ao longo do período de observação (conforme descrito no item 4.2.1): abordagens que contemplaram assuntos conflituosos estiveram quantitativamente mais presentes no telejornal do que as abordagens que não apresentavam essas características.

A observação do conjunto dos registros associados à abordagem “ataques e defesas do processo eleitoral”, foco da investigação qualitativa, permite identificar, basicamente, duas grandes categorias de ganchos factuais que sustentaram o debate em torno do processo eleitoral ao longo do período de observação: (1) reações institucionais às investidas contra o processo eleitoral e (2) agendas protocolares do calendário eleitoral abordadas à luz desse contexto e que adquirem valoração editorial a partir deste. A identificação dos momentos em que o debate atingiu picos de ocorrências semanais evidencia que os ganchos factuais atrelados às reações institucionais em defesa do processo eleitoral foram responsáveis por gerar picos de cobertura, enquanto agendas protocolares do calendário eleitoral (abordadas à luz desse contexto) operaram como âncoras na agenda do telejornal, o que explica, em alguma medida, a constância do tema ao longo dos meses de observação.

A seleção dos fatos alçados à condição de notícia, no entanto, corresponde a apenas uma parte do processo, que não se restringe à seleção primária dos fatos a partir de atributos materializados em valores-notícia. Silva (2005) enfatiza que a noticiabilidade, em sentido amplo, compreende um conjunto de fatores capazes de influenciar a totalidade do processo de produção da notícia e abrange elementos relacionados ao tratamento do material noticioso, como a hierarquização dos relatos na construção da narrativa jornalística, fator preponderante para a distribuição da visibilidade. Nas rotinas produtivas do telejornalismo, o processo de hierarquização da notícia adquire materialidade, sobretudo, através da composição do espelho do telejornal, a escolha dos formatos de apresentação da notícia e a elaboração da escalada.

A construção do espelho do telejornal, isto é, a ordenação dos assuntos que serão veiculados em cada edição, consiste em elemento central no processo de hierarquização dos fatos noticiáveis na rotina produtiva do telejornalismo. Ainda que se trate de um canal que veicula conteúdo noticioso ao longo de todo o dia, a adoção do conceito de grade de programação resulta em diferenciação editorial entre cada um dos produtos jornalísticos dispostos na grade. Nesse sentido, o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* tem a cobertura política de Brasília como pedra angular. O espelho do telejornal se constrói em torno de acontecimentos relacionados ao centro do poder político institucional, motivo pelo qual a maior parte das entradas ao vivo são realizadas a partir de Brasília, ainda que o telejornal seja ancorado por César Tralli a partir do estúdio da GloboNews em São Paulo (SP), e que a editora-chefe, Raphaela Moura, esteja baseada na sede do canal no Rio de Janeiro. Recorda-se que a empresa jornalística dispõe de condições que favorecem esse tipo de cobertura e viabilizam tal operação, como emissora e redação próprias em Brasília. Ao mesmo tempo, a existência de condições técnicas que agilizam e diminuem os custos de entradas ao vivo (como *Live U* e *Mochilinks*²⁶, por exemplo) também constituem condições favorecedoras para a operacionalização de telejornais baseados nesse formato, como o *Jornal GloboNews – Edição das 18h*, e geram efeitos sobre a construção da cobertura.

O quadro descritivo construído a partir da observação sistemática diária do telejornal revelou que os principais “fatos políticos do dia” são apresentados na abertura do telejornal, forma padrão de hierarquização da notícia nos telejornais de referência (VIZEU, 2000; CURADO, 2002). O mesmo panorama descritivo permitiu identificar que o telejornal em questão é construído a partir da associação entre os formatos “entradas ao vivo” e “comentários”. Os dados explorados na seção anterior demonstram, quantitativamente, que as controvérsias em torno da credibilidade do processo eleitoral brasileiro adquiriram ampla visibilidade a partir do *Jornal GloboNews – Edição das 18h*. A apreciação qualitativa dos registros corrobora essa afirmação, tendo em vista que o tema foi editorialmente valorizado. Pautas associadas aos conflitos institucionais em torno do processo eleitoral brasileiro ocupam, com frequência e de forma consistente ao longo do período de observação, a parte superior do espelho do telejornal, evidência de que foram consideradas os fatos políticos mais relevantes das edições em que foram veiculadas. Além disso, os registros tiveram forte presença na escalada (que corresponde, no telejornalismo, às manchetes da capa de um jornal). Do mesmo modo, quase a totalidade das ocorrências associadas à abordagem “ataques e defesas do

²⁶ Equipamentos portáteis para realização de transmissões ao vivo via internet 4G e 5G.

processo eleitoral”, foco de nossa investigação qualitativa, foram apresentadas a partir de entradas ao vivo, seguidas por comentários, formato padrão de apresentação das notícias dotadas de maior valor editorial e dominante em todo o primeiro grande bloco do telejornal (a única exceção ao padrão foi identificada em 24 de setembro, uma edição de sábado). Considerando as características de linguagem e formato específicas deste telejornal, ser pauta de comentário é indicativo de valoração editorial no processo de hierarquização dos fatos.

Ainda no que se refere à construção do espelho do telejornal, identifica-se um esforço em dissociar as pautas relativas ao processo eleitoral e aos ataques por ele sofridos dos espaços reservados às movimentações político-partidárias e à disputa eleitoral (que se dão majoritariamente no âmbito dos quadros “Raio X da Política: Eleições” e “Central das Eleições”), o que revela a intencionalidade de retratar o processo eleitoral como algo que está acima de disputas eleitorais sazonais.

A visibilidade conquistada pelo debate em torno do processo eleitoral revela uma característica que nos parece específica do contexto atual, tendo em vista que a retórica de questionamento da credibilidade do sistema eleitoral é um dado relativamente novo no cenário político brasileiro pós-redemocratização e assim foi interpretado pelos comentaristas políticos do canal. Essa percepção, que se traduz em escolhas editoriais, é verbalizada pelos jornalistas em algumas oportunidades, dentre as quais se destaca o episódio da posse de Alexandre de Moraes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 16 de agosto de 2022, transmitida ao vivo pelo canal. Nessa ocasião, a segunda hora do telejornal foi integralmente dedicada ao fato, com entradas ao vivo a partir de Brasília e comentários pautados pelas expectativas em relação ao comportamento de figuras públicas durante a cerimônia e sobre a atuação de Moraes à frente do Tribunal durante o período eleitoral. Nesse sentido, a fala de Fernando Gabeira antes do início da cerimônia explicita o julgamento editorial empregado pelo telejornal na avaliação deste fato do calendário eleitoral.

Eu acho que de um modo geral, uma cerimônia como essa em outros tempos seria uma cerimônia comum, um pouco burocrática, até meio tediosa. Mas essa cerimônia agora encerra um grande sentido político. Em primeiro lugar, porque o ministro Alexandre de Moraes vai assumir a presidência do TSE num momento em que as urnas eletrônicas são muito questionadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. Em segundo lugar, porque o presidente Jair Bolsonaro sempre utilizou a tática de definir um inimigo em cada momento da sua vida política e ultimamente, um inimigo que ele tem definido é o ministro Alexandre de Moraes (GABEIRA, 2022a).

Em 8 de agosto, quando o telejornal pautou uma declaração do ministro Edson Fachin, que então presidia o TSE, em defesa do processo eleitoral durante encontro com advogados

apoiadores de Jair Bolsonaro, verifica-se a intenção, por parte dos jornalistas, em fornecer ao público pistas sobre seus critérios e justificar as escolhas editoriais no âmbito da cobertura: ao mesmo tempo em que afirmam que “não tem nada de novidade” (TRALLI, 2022f) no processo eleitoral que justifique o questionamento em relação à confiabilidade do sistema eletrônico de votação, ressaltam que “a novidade é tentar desacreditar um sistema que sempre foi vitorioso e sempre deu muito certo” (TRALLI, 2022f). Verifica-se, portanto, que circunstâncias políticas específicas produziram efeitos sobre o processo de produção da notícia, o que remete à amplitude da noção de noticiabilidade exposta por Silva (2005, p. 96), que engloba não apenas as características do fato em si, mas “todo e qualquer fator capaz de agir no processo da produção da notícia”.

A análise qualitativa do conjunto dos registros associados à abordagem “ataques e defesas do processo eleitoral” evidencia um posicionamento, por parte do telejornal, alinhado à defesa do sistema eleitoral brasileiro, “que é consagrado e respeitado em todo o mundo pela sua credibilidade” (TRALLI, 2022g), e da Justiça Eleitoral como instância dotada de legitimidade para conduzi-lo. Tal posicionamento encontra-se expresso na fala de todos os enunciadores do telejornal, não estando restrito à opinião dos comentaristas, o que aponta para a existência de um consenso compartilhado em torno dos riscos democráticos associados à retórica de ataque ao processo eleitoral. O alinhamento à defesa do processo eleitoral evidencia-se, ainda, pelo modo como o telejornal mobiliza as fontes e regula a visibilidade de diferentes atores, conforme discutiremos a seguir.

4.2.3 Seleção, Caracterização e Mobilização das Fontes de Informação

A análise das características de formato e linguagem do *Jornal GloboNews – Edição das 18h* permitiu compreender que os jornalistas são os principais enunciadores deste telejornal, em que a narrativa noticiosa é conduzida a partir da interação entre repórter, apresentador e comentarista, e a mobilização das fontes se dá, sobretudo, de forma indireta, partir da fala dos jornalistas. Neste telejornal, portanto, as fontes são atores aos quais é atribuída determinada informação ou opinião, mas que falam pelas próprias vozes (através de sonoras gravadas ou entrevistas ao vivo) apenas em momentos pontuais.

O telejornal não assumiu posição de neutralidade/imparcialidade em relação ao tema em questão. O posicionamento em favor do processo eleitoral no modelo atual e da Justiça Eleitoral como instituição com legitimidade para conduzi-lo materializou-se, de forma explícita, a partir

da fala de repórteres e apresentadores. O conjunto de dados obtidos permite inferir que tal posicionamento editorial orientou a seleção, caracterização e forma de mobilização das fontes.

O debate mediado pelo telejornal mobilizou, de forma explícita e nominal, 43 indivíduos, 41 órgãos/instituições e 5 veículos de comunicação (uma agência de notícias e quatro jornais estrangeiros), considerando o recorte constituído pelos registros associados à abordagem “ataques e defesas do processo eleitoral”. Os dados contemplam a totalidade dos registros, isto é, tanto fontes mobilizadas a partir da fala dos jornalistas, quanto sonoras e entrevistas ao vivo (contabilizadas uma única vez, independentemente da quantidade de vezes que tenham sido mobilizadas). Esse movimento permitiu identificar quais categorias de atores adquiriram visibilidade no âmbito desta cobertura ao longo do período de observação e vislumbrar, a partir deste caso concreto, as desigualdades de acesso à esfera de visibilidade produzida pelas emissões jornalísticas, apontadas por autores filiados ao paradigma deliberativo como limitações para a promoção de processos deliberativos mediados.

A categorização dos atores mobilizados como fontes de informação no conjunto dos registros analisados demonstra que o *Edição das 18h* não apenas privilegiou atores inscritos no centro da esfera política institucional, mas construiu a narrativa quase integralmente em torno destes. As controvérsias em torno do processo eleitoral foram retratadas, no âmbito desta cobertura, como conflito entre instituições, narrativa materializada a partir da exposição das ações, declarações e reações de atores que ocupavam posições de poder. A concepção resultou em predomínio de fontes oficiais/institucionais, característica amplamente mapeada pelos estudos em jornalismo. Sobre esse aspecto, ressalta-se que a linha editorial voltada aos “bastidores de Brasília” resulta em processos e rotinas que estabelecem relações de proximidade com os centros de poder político institucional. Entradas ao vivo a partir do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, sedes, respectivamente, dos Poderes Legislativo e Executivo, constituem a espinha dorsal do primeiro bloco do telejornal, o que se dá a partir de um processo de multiplicação de telas que confere ao telejornal uma de suas principais características visuais e materializam a forte imbricação entre os campos político e jornalístico.

Dos 43 indivíduos citados nominalmente como fontes de informação, 23 estavam associados a um dos Três Poderes da União. A posição antagônica assumida, de um lado, por atores provenientes do Poder Executivo e, de outro, por atores integrantes do Poder Judiciário, nos impele a considerar as particularidades do modo como o telejornal mobilizou e caracterizou as fontes de cada um dos Poderes.

Do posicionamento editorial alinhado à Justiça Eleitoral decorre, naturalmente, um predomínio do Poder Judiciário, que esteve representado por 11 indivíduos citados

nominalmente e três instituições. Nessa esfera, as maiores cotas de visibilidade foram direcionadas aos presidentes do Tribunal Superior Eleitoral: Edson Fachin, que esteve à frente do tribunal entre 18 de fevereiro e 16 de agosto de 2022, caracterizado pelos jornalistas como um ministro discreto, mas firme; e Alexandre de Moraes, que assumiu o comando da corte em 16 de agosto de 2022 e retratado pelos jornalistas do telejornal como um ministro “mais audacioso” em relação a seu antecessor. O comentário de Natuza Nery em 10 de maio exemplifica de forma clara a visão mantida pelos jornalistas em relação a essa fonte de informação, que contribui para um processo de personalização do conflito entre Alexandre de Moraes e Jair Bolsonaro.

Bolsonaro nunca conseguiu cooptar Alexandre de Moraes, então ele é, sempre foi considerado casca dura, né? Então, Alexandre de Moraes não é só o dono desse inquérito, juiz desse caso, ele também vai ser o presidente da mais alta corte eleitoral do país. Então se tem alguém que não se dobra ao Bolsonaro, e olha que a máquina de moer reputações do governo é muito forte, né? A pressão é gigantesca, a pressão é gigantesca. Talvez um outro ministro no lugar de Alexandre de Moraes, conduzindo inquéritos espinhosos, porque começou com o inquérito das *fake news*, depois passou para o inquérito das milícias digitais e também dos atos antidemocráticos. Talvez outro ministro se abalasse mais com as investidas da milícia digital. Esse não é o perfil de Alexandre de Moraes. Ele não, não se curva. Ele não se dobra. Então, acho que tem desdobramentos, sem dúvida nenhuma (NERY, 2022a).

Recorda-se que magistrados tendem, de forma geral, a ser fontes menos acessíveis ao diálogo com a imprensa, manifestando-se, sobretudo, através de seus despachos e eventos institucionais. Os atores do Judiciário representados no debate em torno do processo eleitoral não fugiram à regra: mesmo sem conceder entrevistas diretamente à imprensa, no entanto, adquiriram ampla visibilidade a partir de outros mecanismos (como declarações em eventos institucionais e sites de redes sociais, por exemplo), amparados pela atuação de uma estrutura de assessoria de imprensa cujo relacionamento com setoristas e comentaristas é consolidado e amplamente integrado às rotinas produtivas. O monitoramento da imagem do STF e de seus ministros na imprensa consta da Política de Comunicação do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2021) como uma das atribuições da Assessoria de Imprensa do tribunal, que se comunica com jornalistas principalmente através de listas de transmissão em aplicativo de mensagens instantâneas, conforme informações que constam do relatório de gestão da assessoria de comunicação da Presidência do órgão (BRASIL, 2021). Para além de sua função no ordenamento jurídico brasileiro, trata-se de uma instituição que não apenas se ocupa de sua visibilidade, mas admite que esta se associa diretamente à imagem de seus ministros.

No âmbito do Legislativo, foram mobilizadas de forma explícita e nominal nove fontes de informação (seis indivíduos e três instituições). A apreciação qualitativa dos registros

permite identificar que couberam a Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, as maiores cotas de visibilidade no âmbito do debate em torno do processo eleitoral. Pacheco adquiriu ampla visibilidade neste telejornal a partir do momento em que passou a fornecer declarações em defesa do sistema e da Justiça Eleitoral. Observa-se que o ator político em questão reúne uma série de condições favorecedoras para sua inserção na esfera de visibilidade constituída pelo telejornal: autoridade institucional, postura amigável em relação à imprensa, técnicas de comunicação adequadas às lógicas do telejornalismo e, sobretudo, alinhamento ao posicionamento editorial do telejornal em relação ao tema.

Em 6 de maio, ao ser questionado pelo apresentador sobre o “alinhamento” de Pacheco com o Judiciário, a resposta do comentarista Gerson Camarotti inaugura uma forma de caracterizar Rodrigo Pacheco que perdura ao longo de toda a cobertura: “eu diria que ele não está se alinhando ao Judiciário, eu diria que ele está se alinhando à defesa da democracia” (CAMAROTTI, 2022d). A análise dos registros coletados ao longo de 30 semanas nos permite inferir, no entanto, que, no âmbito da cobertura, ambos foram tratados como sinônimos. A caracterização positiva do senador no contexto da cobertura que nos dedicamos a analisar não se limitou à fala dos comentaristas. Em 30 de setembro, a repórter Karla Lucena, durante entrada ao vivo a partir de Brasília, classificou a fonte como “voz ativa” em defesa da democracia. O comentário de Natuza Nery, em 9 de maio, atribuiu ao presidente do Congresso Nacional uma postura quase heroica, empregando como estratégia narrativa a reprodução de uma fala de Pacheco repassada à jornalista por uma fonte não identificada.

O que que o Rodrigo Pacheco disse para pelo menos uma pessoa com quem ele conversou ontem, no domingo? Ele disse o seguinte: olha, eu vim até aqui segurando muito e assimilando alguns golpes, alguns desgastes, e evitei me posicionar de forma mais enfática porque eu como presidente do Congresso, tinha que ter uma equidistância, mas eu não quero mais fazer, eu não quero ficar para a história como alguém que não tomou lado. Eu quero entrar para a história como alguém que se posicionou, porque a gente está muito próximo do calendário eleitoral e qualquer ofensiva contra as urnas se torna ainda mais séria, com impactos ainda mais nocivos para a própria democracia, ainda que eu vire alvo do bolsonarismo (e ele já virou, ele se queixou com pelo menos uma pessoa que ele agora é apontado pela máquina de destruir reputações do bolsonarismo como um inimigo número 1). E isso inclusive traz alguns prejuízos pra Rodrigo Pacheco porque Rodrigo Pacheco é candidato à reeleição para presidente do Senado. E nesse propósito de se reeleger presidente do Senado, ele vai ter que amealhar votos de outros quintais porque ele foi eleito com ajuda do governo federal a pedido de Davi Alcolumbre, seu antecessor. Então, se posicionar mais fortemente contra uma ascensão golpista de Bolsonaro pode prejudicá-lo lá na frente no propósito político pessoal que ele tem. Há um custo pra ele, mas ele confidenciou para esse interlocutor que, apesar do custo que isso pode ter pra ele, Rodrigo Pacheco, e pro propósito dele, que ele não quer ficar na história como alguém que se omitiu (NERY, 2022b).

O Poder Executivo, por sua vez, esteve representado ao longo da cobertura por seis indivíduos e quatro instituições. Ainda que a quantidade de atores mobilizados sugira equilíbrio quantitativo entre a representação do Legislativo e do Executivo no âmbito do debate, a apreciação qualitativa dos registros permite identificar que atores políticos provenientes do Executivo federal foram mobilizados, majoritariamente, como objetos do discurso jornalístico e mais raramente enquanto fontes de informação.

Ressalta-se que, no debate mediado pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre o processo eleitoral, Jair Bolsonaro não fala por si próprio (enquanto fonte, através de aspas ou sonoras, por exemplo), mas seus atos e declarações em outros espaços discursivos, como sites de redes sociais e eventos públicos, fazem com que seja objeto constante das opiniões emitidas pelos comentaristas e gatilho para a produção de visibilidade em torno do tema no telejornal, que se materializa através do destaque às reações institucionais. A análise das características gerais da cobertura permite atribuir tais escolhas editoriais ao fato de que o chefe do Executivo federal era o elemento catalisador da retórica de ataque ao processo e à Justiça Eleitoral, postura frontalmente contrária ao posicionamento editorial do telejornal. A postura hostil adotada por Jair Bolsonaro em relação à imprensa (BRANDINO; GALF, 2021), de forma geral, e aos veículos do Grupo Globo, especificamente, associada à prática instaurada pelo Palácio do Planalto de não fornecer respostas às solicitações de informações dos jornalistas (CARVALHO, 2021), também são elementos a serem considerados nesse cenário.

No âmbito do Poder Executivo, foram atribuídas ao Ministério da Defesa e ao chefe da pasta, Paulo Sérgio Nogueira, as maiores cotas de visibilidade no âmbito do debate em torno do processo eleitoral, motivadas pelas frequentes solicitações realizadas pelo ministério ao Tribunal Superior Eleitoral. O engajamento do Ministério da Defesa nas discussões em torno do processo eleitoral foi interpretado pelos comentaristas do telejornal como tentativa de instrumentalização da pasta para criação de suspeição sobre o sistema eletrônico de votação, de modo a atender aos objetivos de Jair Bolsonaro.

Além de atores políticos provenientes dos Três Poderes da União, foram identificadas fontes provenientes de outras seis categorias (órgãos independentes, Forças Armadas, especialistas, sociedade civil, mercado e comunidade internacional). Em tais categorias, ainda figuram atores que detêm cargos ou funções públicas (procuradores e generais, por exemplo), corroborando o caráter oficialista que constituiu o cerne da cobertura. A listagem completa de fontes mobilizadas consta dos apêndices deste documento.

Constata-se que o telejornal não recorreu a especialistas para aprofundar o conhecimento público sobre aspectos técnicos do processo eleitoral, raramente citados. A partir

do conjunto de dados coletados, identificou-se o emprego de três fontes que podem ser consideradas especialistas, as únicas que foram entrevistadas ao vivo: dois cientistas políticos (Claudio Couto e Fernando Abrucio) e o jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto. Claudio Couto e Fernando Abrucio, ambos vinculados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) são fontes mobilizadas pelo canal com frequência e operaram, nos registros identificados, de forma semelhante aos comentaristas, realizando análises da conjuntura política e dedicando-se a tecer considerações sobre vários tópicos ao longo de uma mesma edição do telejornal.

Chama a atenção o fato de que ambos, em suas participações, acrescentaram ao debate pontos de vista que ainda não haviam sido abordados pelos comentaristas, o que nos leva a crer que uma maior mobilização de fontes que não se encontram no interior das esferas de poder institucional poderia enriquecer o debate. Em 25 de abril, por exemplo, Claudio Couto adicionou à abordagem do assunto um argumento que, em certa medida, destoava do posicionamento adotado pelos comentaristas do telejornal (que, em geral, avaliaram positivamente os posicionamentos enfáticos dos magistrados em defesa do processo eleitoral).

Na medida em que são feitos ataques à Justiça Eleitoral e ao Judiciário de um modo geral, mas particularmente aqui estamos falando da Justiça Eleitoral, isso coloca os juízes, que são os chefes institucionais dessas organizações, na necessidade de fazer uma defesa pública delas. A questão é: quem ataca? Não é um ataque generalizado, é um ataque que vem, basicamente, do presidente da República e da sua base de sustentação. E, ao fazer essa defesa, de alguma forma os juízes entram numa armadilha que o próprio presidente lhes coloca, que é a de ter que tomar partido, partido, no caso, da Justiça, mas contra um posicionamento que o próprio presidente tem e isso passa a impressão de que estão entrando na esfera política e conseqüentemente tomando uma posição parcial na disputa eleitoral. É essa a arapuca que se arma quando se obriga a Justiça Eleitoral e o Judiciário de um modo geral a ter que se defender [...] Então, talvez a melhor coisa nesse momento é falar menos e agir dentro do processo, tomar decisões no âmbito do que é atribuição da Justiça, com menos discursos públicos que acabam confundindo as coisas porque levam o Judiciário e os seus membros para a atuação em um campo que, a rigor, não é o deles, é o campo do debate político, de travar embates, e aí eles saem certamente desfavorecidos (COUTO, 2022).

Em 13 de maio, Fernando Abrucio alertou para uma preocupação em relação à segurança das seções eleitorais, ocasião em que o apresentador César Tralli admitiu que o tema ainda não havia sido abordado pelo telejornal.

Eu fico preocupado com a segurança das urnas eletrônicas. Eu fico. Fico preocupado com a segurança dos mesários. Porque quando o presidente fala essas coisas, não é que o Exército vai chegar lá nas seções eleitorais e fazer uma intervenção, mas muita gente, num país cada vez mais armado, infelizmente, pode sentir as dores e, com isso, querer tumultuar a eleição (ABRUCIO, 2022).

Carlos Ayres Britto, por sua vez, foi mobilizado enquanto fonte de informação em entrevista ao vivo realizada de forma remota na edição de 12 de maio, durante um período ainda marcado pelas reações institucionais à menção de uma apuração paralela de votos a ser realizada pelas Forças Armadas e de uma auditoria particular a ser realizada pelo partido do então candidato à reeleição Jair Bolsonaro. O apresentador César Tralli e os comentaristas Natuza Nery e Valdo Cruz dirigiram ao entrevistado perguntas que combinavam aspectos jurídicos, como o papel constitucional das Forças Armadas no Estado brasileiro, a avaliações políticas. Chama a atenção, em especial, a intervenção de Natuza Nery, que reforça nossa percepção de que a possibilidade real de um golpe esteve, ao longo de todo o período de observação, no horizonte dos jornalistas: “Ministro, nunca imaginei que eu fosse fazer uma pergunta dessa para uma autoridade, para um ministro do Supremo, para um ex-presidente da Justiça Eleitoral. Mas o senhor acha que pode haver golpe no Brasil este ano?” (NERY, 2022c).

Autores filiados ao paradigma democrático deliberativo apontam para a limitação democrática que resulta das desigualdades no acesso à visibilidade midiática, que tende a privilegiar atores inscritos no centro da esfera política institucional, em detrimento de outros setores da sociedade. O apelo ao envolvimento da sociedade civil em defesa do processo eleitoral é frequente na fala dos jornalistas no âmbito dos registros analisados. No entanto, não se identifica um esforço amplo, por parte do telejornal, em incluir uma diversidade de atores da sociedade civil no debate em torno do tema. Fontes da sociedade civil foram mobilizadas pela primeira vez a partir de 11 de maio, quando a organização *Pacto pela Democracia*, que se define como uma “iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil” (SOBRE, s/d), entregou um manifesto em defesa do processo eleitoral ao ministro Luiz Fux, então presidente do Supremo Tribunal Federal. Ainda que o manifesto tenha sido iniciativa da organização, Luiz Fux figura como sujeito da ação no discurso construído pelo telejornal, o que corrobora as percepções anteriormente apresentadas sobre a centralidade do poder institucional na concepção que guia as escolhas editoriais do telejornal. A manchete no GC, “Ministro Fux recebe manifesto em defesa do processo eleitoral” é representativa do modo como o telejornal construiu a narrativa, que se desdobrou da seguinte forma na cabeça lida pelo apresentador César Tralli:

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, recebeu agora à tarde um manifesto em defesa do processo eleitoral. Esse documento é uma iniciativa da plataforma Pacto pela Democracia, que reúne 200 organizações. É assinado por instituições como Ministério Público de São Paulo, Transparência Internacional, entre outras. Volto ao vivo a Brasília com Ricardo Abreu. Ricardo, um movimento,

portanto, representativo da sociedade civil, ou seja, da população em geral que quer se fazer ouvida para assegurar o direito à democracia no Brasil e, de certa forma também leva todo o apoio necessário ao Tribunal Superior Eleitoral e a justiça brasileira como um todo na defesa, portanto, das urnas eletrônicas. O você traz para a gente em relação a esse documento, por favor (TRALLI, 2022a).

A organização à qual a notícia faz referência engloba 159 organizações, representativas de diversos setores da sociedade brasileira e associadas a uma multiplicidade de agendas (tais como proteção ambiental e direitos humanos, por exemplo). Na cabeça lida pelo apresentador, são citadas duas instituições cuja visibilidade midiática e o acesso aos núcleos de poder é consolidado. Outro aspecto que chama a atenção no trecho acima destacado é o reforço, por parte do telejornal, da narrativa de que o Poder Judiciário da União estava sob ataque e necessitava de “apoio”.

Os demais episódios em que a sociedade civil foi mobilizada enquanto fonte de informação foram motivados por fatos geradores semelhantes entre si, provenientes de mobilizações coletivas: a entrega de uma carta em defesa do processo eleitoral ao então presidente do TSE, Edson Fachin, em 16 de maio; a divulgação de um documento em defesa do processo eleitoral capitaneado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 5 de agosto (denominado, pelo telejornal, como “carta da FIESP”); e os atos públicos de leitura do documento intitulado “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”, caracterizada pelo telejornal como “Carta da Faculdade de Direito da USP”, em 11 de agosto. A edição em que se retratou este último episódio apresentou elementos de diferenciação em relação ao formato padrão do telejornal e denotou esforço editorial em demarcar o episódio como histórico. Por um dia, o *Edição das 18h* deslocou seu centro geográfico da Praça dos Três Poderes para o Largo São Francisco.

Quinta-feira, 11 de agosto de 2022, um dia que vai entrar para a história, assim como foi o 11 de agosto de 1977, quando o país vivia sob a ditadura militar. Quarenta e cinco anos entre o passado e o presente e o mesmo pedido: a defesa da democracia. Hoje, representantes da sociedade civil, empresários, juristas, acadêmicos e artistas se uniram na leitura de uma carta pela manutenção do estado de Direito, pelo respeito às eleições. Os atos em defesa da democracia aconteceram em 13 estados e também no Distrito Federal (TRALLI, 2022b).

Nessa data, a escalada foi integralmente composta por trechos da leitura da carta, realizada por vários indivíduos (subvertendo o formato padrão com a voz do apresentador em off), o conjunto do telejornal teve caráter mais imagético e, sobretudo, mais polifônico do que o usual. Tais efeitos foram produzidos pela justaposição de sonoras (indivíduos fazendo a leitura pública da carta) e pela inserção de imagens de todos os estados que sediaram atos

públicos em defesa do processo eleitoral na ocasião. O emprego de múltiplos indivíduos ao longo da edição resultou na ampliação da listagem de fontes associadas à sociedade civil, número que chegou a 27 (entre indivíduos e instituições). Quase a totalidade destas, no entanto, foram apenas citadas, listadas ou tiveram aparição única, não integrando, de fato, o debate a longo prazo. Constatou-se que organizações da sociedade civil adquiriram visibilidade no âmbito do debate construído pelo telejornal quando se mostraram capazes de se adequar às lógicas do telejornalismo, produzindo acontecimentos noticiáveis.

A análise do conjunto de fontes mobilizadas e da prevalência de determinados atores na construção da narrativa em torno do processo eleitoral, aliada à consideração das características gerais do telejornal e da organização jornalística a partir do qual é produzido, permite constatar que a esfera de visibilidade constituída pelo telejornal em questão é um lugar reservado às elites (sobretudo política) e que a abertura a outros segmentos da sociedade se dá por meio da inclusão de elites econômicas e intelectuais (exemplificadas no âmbito desta cobertura pelas cartas da FIESP e da Faculdade de Direito da USP, respectivamente). A ausência de diversidade de gênero e raça entre as fontes de informação mobilizadas na cobertura reflete assimetrias de poder presentes na sociedade, as quais o telejornal não parece ter se dedicado a superar, conforme sugere a seleção de especialistas que se enquadram no mesmo perfil de gênero e raça das fontes detentoras de mandato, cargo ou função pública.

4.2.3.1 O uso de sonoras como mecanismo de promoção de visibilidade

O uso de sonoras é um dos principais mecanismos de produção de visibilidade no telejornalismo, pois permite a reprodução da fala direta de uma determinada fonte de informação, associando voz e imagem em tela. O primeiro bloco do telejornal, em que se concentram os principais fatos políticos do dia, não inclui, de forma geral, reportagens gravadas. As sonoras, quando presentes, são empregadas isoladamente, chamadas pelo repórter ou apresentador, prática que agiliza o processo produtivo e produz ênfase sobre a fala do indivíduo que ocupa esse espaço de visibilidade. A escassez no uso de sonoras e entrevistas ao vivo identificada no quadro geral do telejornal sugere que o uso é reservado a momentos em que há intenção de enfatizar a fala de um determinado indivíduo.

No âmbito do debate sobre o processo eleitoral, as sonoras foram empregadas pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* para enfatizar um posicionamento em defesa do sistema eleitoral em suas atuais configurações e, sobretudo, da Justiça Eleitoral como instituição dotada

de legitimidade para conduzi-lo. A análise dos momentos em que o telejornal empregou sonoras corrobora nossa percepção em relação ao posicionamento do telejornal e às estratégias de produção e regulação de visibilidade dos atores participantes do debate mediado. Cumpre-nos ressaltar que não se objetiva, aqui, realizar a medição das sonoras ou falas mediadas pelos jornalistas, mas investigar o modo como as gramáticas próprias do telejornalismo são empregadas na produção e regulação da visibilidade dos atores políticos. Considerando o *corpus* constituído pelos 81 registros associados à abordagem “ataques e defesas do processo eleitoral”, identificou-se o emprego de 58 sonoras gravadas, distribuídas em 35 edições. Edson Fachin (13 sonoras), Rodrigo Pacheco (9 sonoras) e Alexandre de Moraes (9 sonoras) concentraram as maiores cotas dessa forma específica de visibilidade produzida pelo telejornal.

Chama a atenção o fato de que muitas das sonoras que integram o *corpus* não foram concedidas diretamente à imprensa (ainda que possam ter sido a ela voltadas), mas em outras arenas de visibilidade. O emprego de declarações proferidas por ministros do STF em eventos jurídicos denota o êxito da alta cúpula do Judiciário federal em usar o acesso consolidado e privilegiado à mídia para influenciar a agenda do telejornal em questão e maximizar a visibilidade positiva de seus ministros. Entre os atores que adquiriram as maiores parcelas dessa forma de visibilidade, Rodrigo Pacheco foi o que mais concedeu entrevistas diretamente à imprensa (geralmente, de forma coletiva), o que reforça a percepção sobre a postura amigável do senador em relação aos jornalistas, que atuou como condição favorecedora para a produção de visibilidade em torno de sua figura no âmbito desse debate.

A análise do teor de cada uma das sonoras permite inferir que a defesa do processo eleitoral e da Justiça Eleitoral é um elemento que agrega valor noticioso à declaração dos atores políticos e amplia as possibilidades de inserção nessa esfera de visibilidade. Personagens caracterizados como contrários ao processo eleitoral no âmbito da narrativa de conflito institucional levada ao ar pelo telejornal (Jair Bolsonaro e Paulo Sérgio Nogueira, então ministro da Defesa) foram vistos e ouvidos em três oportunidades (duas inserções de Paulo Sérgio Nogueira e uma inserção de Jair Bolsonaro). O único momento em que Jair Bolsonaro foi visto e ouvido no telejornal, no âmbito do debate em torno do processo eleitoral, foi ao realizar pronunciamento à imprensa, dois dias após a derrota em segundo turno, em primeiro de novembro de 2022.

Quero começar agradecendo os 58 milhões de brasileiros que votaram em mim no último dia 30 de outubro. Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral. As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas. Mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, com invasão de propriedades, destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir. A direita surgiu de

verdade em nosso país. Nossa robusta representação no Congresso mostra a força dos nossos valores: Deus, pátria, família e liberdade. Formamos diversas lideranças pelo Brasil. Nossos sonhos seguem mais vivos do que nunca. Somos pela ordem e pelo progresso. Mesmo enfrentando todo o sistema, superamos uma pandemia e as consequências de uma guerra. Sempre fui rotulado como antidemocrático e, ao contrário dos meus acusadores, sempre joguei dentro das quatro linhas da Constituição. Nunca falei em controlar ou censurar a mídia e as redes sociais. Enquanto presidente da República e cidadão, continuarei cumprindo todos os mandamentos da nossa Constituição. É uma honra ser o líder de milhões de brasileiros que, como eu, defendem a liberdade econômica, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, a honestidade e as cores verde e amarela da nossa bandeira. Muito obrigado (BOLSONARO, 2022).

O pronunciamento de Bolsonaro foi interpretado pelos jornalistas, majoritariamente, como aceitação dos resultados da eleição. Nas palavras de César Tralli, “a partir do momento que o presidente Bolsonaro agradece os mais de 58 milhões de votos que ele recebeu, ele está aceitando, portanto, o resultado oficial das eleições”.

Constata-se, portanto, que o telejornal empregou as sonoradas como mecanismo de maximização da visibilidade de atores políticos que se colocaram em defesa do processo eleitoral e da legitimidade da Justiça Eleitoral. A identificação dos atores que concentraram as maiores cotas dessa forma de visibilidade coincide com os achados de Gomes (2009) em pesquisa que teve o *Jornal Nacional* como objeto empírico, quando este afirma que a visibilidade construída pelo telejornalismo exclui muitos tipos de atores políticos, “notadamente aqueles que não pertencem à esfera de decisão política, aqueles que não possuem cargos federais ou mandatos e aqueles cujo âmbito de atuação política está fora da locação principal das narrativas políticas do jornalismo, a capital federal” (GOMES, 2009, p. 200). Tal constatação sugere que, ainda que o *Edição das 18h* seja, em alguma medida, disruptivo em relação ao formato de telejornal predominante no telejornalismo brasileiro (MIRANDA, 2019), obedece a lógicas semelhantes no que se refere às fontes de informação.

4.2.3.2 Fontes não identificadas e *off the records*

A análise dos momentos em que os jornalistas não nominam/identificam as fontes de informação, referindo-se a elas de forma genérica, revela ao menos três situações distintas. A primeira e mais recorrente se dá nos momentos em que os jornalistas suprimem o nome das fontes por questões estilísticas, como estratégia de generalização que contribui para a fluidez do discurso. O recurso é empregado, sobretudo, na fala dos comentaristas, em que estes mobilizam informações já explicitadas por um repórter em uma entrada ao vivo que antecede as intervenções opinativas.

Uma segunda situação remete aos casos em que a fonte fornece informações *off the records*, isto é, casos em que o sigilo da fonte é condição compulsória. Trata-se de um mecanismo de proteção da fonte, em que se reconhecem as potenciais implicações negativas que a revelação da identidade poderia acarretar para o informante (SCHMITZ, 2011). No âmbito do objeto de análise, interpreta-se como integrantes desta categoria as situações em que a necessidade de proteção da fonte evidencia-se pelo contexto, o que ocorreu quando foram incorporadas ao discurso de repórteres e comentaristas informações e percepções provenientes de fontes que integravam a base governista (“deputados do Centrão”) e de setores que mantinham relação de proximidade com Jair Bolsonaro (“interlocutores do presidente”, “setores das Forças Armadas”). Nesses casos, infere-se que a revelação da identidade da fonte implicaria em consequências negativas não apenas pela posição ocupada por tais fontes, mas também pela natureza das percepções e opiniões que compartilharam com os jornalistas: discordância do “Centrão” em relação aos ataques de Bolsonaro às urnas, desconforto em “vários setores das Forças Armadas” em relação à tentativa de instrumentalizá-las no questionamento do sistema eleitoral. Além dos casos supracitados, identificou-se o emprego informações fornecidas *off the records* em episódios que envolveram representações diplomáticas. Em 15 de julho, o repórter Ricardo Abreu relata expectativas em relação à reunião que Jair Bolsonaro realizaria com embaixadores três dias depois.

Eu conversei com **fontes de diferentes embaixadas** e existe uma certa expectativa sobre essa reunião para a qual o presidente Jair Bolsonaro convidou alguns embaixadores. Eu digo alguns, porque há embaixadas que não receberam convite, especialmente embaixadas de países da América do Sul, viu? Pude apurar com algumas embaixadas de países aqui do continente, da América do Sul mais precisamente, e muitos países não receberam esse convite. As fontes que foram convidadas me revelaram que, apesar de os convidados não terem nenhum detalhe do conteúdo da apresentação que o presidente Bolsonaro pretende fazer, alguns embaixadores acreditam que o presidente vai questionar a segurança das urnas eletrônicas e o processo eleitoral (ABREU, 2022a).

O terceiro tipo de situação identificada está relacionado à natureza não institucional/oficial de algumas percepções compartilhadas por magistrados com comentaristas do canal e denota momentos em que tais magistrados comunicam-se diretamente com os jornalistas, sem a intermediação da estrutura organizacional de assessoria de imprensa. Em 12 de maio, a comentarista Natuza Nery emprega esse recurso ao relatar a preocupação de um ministro do STF em relação às “investidas de Bolsonaro” contra o processo eleitoral.

Você fala com um ou outro ministro que diz assim: olha, eu estou realmente assustado, eu estou preocupado. Um deles chegou a dizer na semana passada para mim que às

vezes sentia que o chão estava se movendo para baixo, muito tenso com tudo o que está acontecendo, com essas investidas de Bolsonaro, com uma aliança que Bolsonaro tem feito com parte das Forças Armadas para esse propósito de gerar confusão (NERY, 2022d).

O acesso dos comentaristas a figuras que ocupam posições de poder e que tendem a ser menos acessíveis ao diálogo direto com a imprensa (como ministros do STF) é trazido à superfície do texto e opera como estratégia narrativa que autentica as informações e faz do telespectador testemunha do fato e parceiro da produção (THOMÉ; PICCININ; REIS, 2020). A apreciação qualitativa do conjunto dos comentários enunciados pelos jornalistas indica que a exposição de percepções e sentimentos atribuídos às fontes é uma estratégia empregada habitualmente pelos comentaristas do canal, que remete à necessidade de constante reforço à figura destes como profissionais que têm acesso aos “bastidores do poder” e possuem uma relação de confiança com fontes que ocupam altos cargos, aspecto discutido na próxima seção.

4.2.4 Mediação Telejornalística: Estratégias Mobilizadas pelos Jornalistas na Interpretação dos Fatos Políticos

O jornalismo produzido na e para a televisão consiste em lugar de referência para a sociedade brasileira, a partir do qual o público constrói uma parcela de seu conhecimento sobre a realidade social (VIZEU; CORREIA, 2008). Com base nessa constatação, sustenta-se que o jornalismo, de forma geral, e o telejornalismo, de forma potencializada por sua condição enquanto lugar de referência, operam uma função pedagógica que objetiva organizar os fatos do mundo, tornando-o mais compreensível, por meio de operações/construções didáticas que se materializam a partir do texto jornalístico (VIZEU; CERQUEIRA, 2019, p. 3).

Em diálogo com Verón (1983), Vizeu (2014) recupera a perspectiva que entende o jornalista como um “enunciador pedagógico”. Tal posição demanda que o jornalista seja reconhecido pela audiência como detentor de alguma forma específica de conhecimento, o que implica em um contínuo processo de autorreferenciação como “lugar de mediação, de revelação da verdade e orientação de homens e mulheres na contemporaneidade” (VIZEU; CERQUEIRA, 2016, p. 5). No âmbito do objeto de análise, verifica-se que o reforço à figura dos jornalistas como profissionais capazes de compreender e revelar os meandros do mundo político encontra-se na base da concepção do *Jornal GloboNews - Edição das 18h* enquanto produto telejornalístico. Assim, os jornalistas são enunciadores pedagógicos que dão a conhecer um

determinado recorte dos fatos políticos, a partir de uma ótica condicionada pelas especificidades do telejornalismo e pelas características de formato e linguagem do telejornal em questão.

A dinâmica de apresentação da notícia no *Jornal GloboNews – Edição das 18h* simula uma interação dialógica a partir da articulação de dois formatos predominantes: entradas ao vivo (também chamadas, no jargão telejornalístico, de *link*, boletim ou *stand up*) e comentários, alinhavados pela condução de um jornalista que combina características de apresentador crítico e comprometido (FECHINE, 2008). As entradas ao vivo e os comentários são precedidos por perguntas do apresentador, o que reforça a condição do jornalista como alguém que explica e corrobora a percepção de Vizeu (2014) em relação à função pedagógica do telejornalismo. O trecho que segue, extraído da edição de 15 de setembro, exemplifica uma dessas interações.

CÉSAR TRALLI: O Tribunal Superior Eleitoral apresentou o projeto piloto para o uso da biometria no teste de integridade das urnas eletrônicas eletrônicas. Esse teste já é feito, já tem umas duas décadas. Isso sempre no dia das eleições. Este ano, pela primeira vez, vai contar também com a participação de voluntários. Vamos então a Brasília. O Ricardo Abreu está aqui com a gente, Ricardo, bem-vindo. Bom fim de tarde. Muito bom ter você aqui, fazia tempo que a gente não interage aqui no Edição das 6. Explica, então, para a gente como é que vai funcionar esse teste, que envolve também a biometria.

RICARDO ABREU: Oi, Tralli, ótimo fim de tarde pra você e pra todos que nos acompanham, sempre um prazer estar falando aqui contigo. Pois é, o ministro Alexandre de Moraes deu mais detalhes hoje sobre esse teste que vai envolver voluntários, um teste que vai acontecer em 56 urnas em 18 estados, além do Distrito Federal. Isso é um percentual de pouco mais de 8,7% das 640 urnas eletrônicas que já tinham sido destinadas pelo tribunal superior eleitoral para o teste total de integridade, né? As outras urnas, além dessas 56, vão ser submetidas ao teste que já é feito de forma tradicional pela Justiça Eleitoral, com acompanhamento também de uma auditoria externa, é importante lembrar. E aí, nesse teste específico, o que que vai acontecer? Cédulas impressas vão ser pré preenchidas, elas vão ser também digitadas por servidores da Justiça Eleitoral nas urnas que foram incluídas nessa checagem. E essa vai ser uma espécie de checagem do registro dos equipamentos eletrônicos, lembrando também que a novidade a partir disso é que essa checagem também vai ser feita pela biometria de eleitores reais. Essa checagem através da biometria foi uma das exigências feitas pelo Ministério da Defesa junto a reuniões com a Justiça Eleitoral, o Ministério da Defesa, que integra ali junto a outros órgãos, junto com o TSE, a Comissão de Transparência das Eleições. O ministro Alexandre de Moraes, que disse que esse projeto vai ser implementado para verificar se esse uso da biometria vai, de fato melhorar, em tese, claro, a integridade das urnas. Então, tudo vai ser feito de acordo com o planejado anúncio feito hoje, portanto, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Volto com você, Tralli (TRALLI; ABREU, 2022a).

Inseridos em um movimento que se pretende dialógico, os textos enunciados pelos jornalistas mantêm o sentido quando apreciados isoladamente, isto é, apresentam características de texto jornalístico completo, o que reforça nossa percepção em relação ao efeito de um diálogo não mais do que simulado. Ainda que no caso supracitado a cabeça seja essencial para a compreensão do texto – por corresponder ao *lead* do texto telejornalístico –, deve-se ter em

consideração que a leitura do telejornal é guiada, também, por elementos visuais, dentre os quais se destaca o GC. Assim, se no telejornal uma voz está sempre atada a um corpo (MACHADO, 2003), nos canais de notícias, a notícia está sempre atada ao GC, que sintetiza e reforça o *lead*, além de permitir que o espectador realize a leitura do noticiário independentemente do momento em que sintonizou o canal. Considerando o cenário convergente em que o telejornalismo contemporâneo se insere, a coerência interna dos formatos de apresentação da notícia confere ao conteúdo potencial de replicabilidade, isto é, fornece condições favoráveis para a circulação dos conteúdos, isoladamente, em outras arenas discursivas, seja a partir da iniciativa do próprio canal/grupo de comunicação, de telespectadores ou de uma parcela de público que não assiste ao telejornal, mas entra em contato com o discurso por ele difundido.

Recursos visuais que objetivam fornecer suporte à compreensão da notícia (como artes gráficas, por exemplo) foram empregados apenas uma vez no âmbito da cobertura: na edição de 16 de agosto, uma arte com fotos dos ex-presidentes da República presentes na cerimônia de posse de Alexandre de Moraes como presidente do TSE mostrava qual seria o posicionamento destes na plateia, com o objetivo de enfatizar que os ex-presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer não sentariam lado a lado e que o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva ficaria, na plateia, praticamente de frente ao então presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro, sentado à mesa das autoridades. Ainda que isolado, o episódio é representativo do recorte específico do mundo político que o telejornal se dedica a “desvelar”, com a tendência de destacar o antagonismo entre os atores políticos e potenciais conflitos entre eles.

Na forma padrão de apresentação da notícia neste telejornal, cada entrada ao vivo é sucedida por, pelo menos, três comentários, o que resulta em um predomínio dos formatos opinativos sobre os formatos informativos. Como salientado quando da descrição dos aspectos gerais de linguagem e formato do *Edição das 18h*, essa dinâmica se dá, sobretudo, no primeiro bloco do telejornal (que ocupou, durante o período de observação, cerca de 90 minutos diários, isto é, 75% de sua duração total). A centralidade da opinião no telejornal analisado constitui elemento de diferenciação de sua linha editorial em relação aos telejornais de canais abertos e generalistas, em que os formatos opinativos, quando presentes, são complementares aos formatos informativos. No *Edição das 18h*, os formatos informativos operaram como gatilhos para a inserção da opinião de comentaristas sobre o processo eleitoral brasileiro durante o período de observação.

Rezende (2000) observa que, dos oito formatos opinativos descritos por Marques de Melo (1994), apenas três estão presentes no telejornalismo: o editorial, a crônica e o comentário.

Este último, o mais presente nos telejornais brasileiros, consiste em “matéria jornalística em que um jornalista *especializado em determinado assunto* [...] faz uma análise, uma interpretação de fatos do cotidiano” (REZENDE, 2000, p. 158, grifo nosso). No conceito exposto pelo autor, o destaque à figura do comentarista como um jornalista especializado nos remete à constatação de que esta posição é ocupada por jornalistas experientes e com acesso privilegiado a fontes de informação. Nas palavras de Marques de Melo (1994, p. 105), o comentarista é um “observador privilegiado, que tem condições para descobrir certas tramas que envolvem os acontecimentos e oferecê-las à compreensão do público”. O reforço à figura dos comentaristas como profissionais capazes de compreender e revelar o funcionamento do mundo político materializou-se a partir do discurso dos jornalistas durante o período de observação.

A mediação realizada pelo apresentador e o modo como se endereça aos comentaristas opera como reafirmação dessa condição. Na edição de 2 de junho, por exemplo, o modo como César Tralli direciona-se ao comentarista Gerson Camarotti enfatiza o acesso do jornalista às fontes de informação, o que remete à condição de um “observador privilegiado”: “Camarotti, o que deve acontecer dentro do STF em relação a isso? Você que está sempre muito *próximo aí de fontes na Corte e acompanha de perto* essas questões que envolvem o STF, os ataques à democracia” (TRALLI, 2022c, grifo nosso). A resposta do jornalista, por sua vez, faz referência a procedimentos de apuração, ao relatar: “troquei uma mensagem rapidamente com um ministro da Suprema Corte” (CAMAROTTI, 2022a). O trecho revela o emprego do que Piccinin e Soster (2012) classificam como estratégias narrativas autorreferenciais, características do telejornal contemporâneo que se materializam no texto jornalístico nas ocasiões em que o telejornal faz referência a si próprio, explicitando suas operações como estratégia de reafirmação de sua credibilidade. O emprego de tais estratégias nos remete à reflexão de Emerim (2012) sobre a promoção dos jornalistas como atores sociais qualificados.

A televisão convida a si própria, entrevista a si própria, convocando os profissionais por ela contratados. Assim, a fala que exhibe deslocou-se do cidadão que vivenciou determinados acontecimentos e experiências, das testemunhas dos fatos, para os representantes do próprio meio. A mídia passou a ocupar os dois lugares: o de entrevistador e o de entrevistado, tornando-se aquela que relata e referencia os acontecimentos, que os testemunha e comenta, que opina e interpreta, que dimensiona e presta esclarecimentos e, de queda, que promove a si e a seus profissionais contratados enquanto atores sociais qualificados (EMERIM, 2012, p. 118).

Na mesma edição, Natuza Nery justifica-se por estar olhando para o telefone celular durante uma intervenção: “tô aqui olhando com um olho em você e o outro aqui no zap pra ver se as respostas importantes vão chegando” (NERY, 2022e). A integração de elementos de

bastidores à dimensão do visível, outrora representada pela junção entre sala de redação e estúdio, agora agrega os telefones celulares, presentes e utilizados em cena por repórteres, apresentador e comentaristas, seja como suporte à enunciação do texto (substituindo as laudas de papel) ou como indicativo de um processo de apuração em andamento, como no caso supracitado, em que a jornalista faz referência ao aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp.

A intervenção da comentarista exemplifica, ainda, as marcas de oralidade características da pretensão dialógica do telejornal e corrobora as percepções de Miranda (2019) em relação à produção de uma “intimidade mediada”, criada a partir da interação entre os jornalistas e planejada de modo a gerar empatia com o público. O emprego de metáforas e jogos de palavras também figura entre as estratégias mobilizadas pelos jornalistas na construção da cobertura. Em 11 de maio, Natuza Nery emprega termos que remetem a uma partida de futebol para enfatizar uma posição em relação à possibilidade de ruptura institucional.

Bolsonaro, ele tenta fazer o gol. Aí, a bola não entra por diversas razões. Aí, ele chuta de novo, a bola não entra. Na décima vez que ele tenta chutar, ele sai da posição dele e vai até a trave, muda a trave de lugar para ver se a bola entra. E o Bolsonaro conseguiu, ao longo desses três anos e meio, mudar a trave de lugar. E isso é um perigo, porque você voltar para a institucionalidade depois disso é um baita desafio (NERY, 2022g).

A posse de Alexandre de Moraes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), evento protocolar do calendário eleitoral, foi abordado com grande destaque pelo telejornal antes mesmo de acontecer. A cerimônia, agendada para as 19h do dia 16 de agosto (durante, portanto, o horário do telejornal) foi transmitida ao vivo na íntegra pelo canal através da exibição de imagens geradas pela TV Justiça, aspecto informado ao público. Cumpre ressaltar que o episódio está incluído no *corpus* de análise qualitativa pois foi abordado, desde o primeiro momento, a partir de suas implicações no contexto de ataques ao processo eleitoral. Tais controvérsias foram mencionadas pela repórter Isabella Camargo em sua primeira entrada ao vivo sobre o assunto, ao informar que “algumas autoridades devem aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, reforçar a defesa da qualidade do sistema eletrônico de votação e também fazer uma defesa sobre o papel das instituições na República” (CAMARGO, 2022a). O questionamento em relação à credibilidade do sistema eletrônico foi um dos elementos destacados pelo comentarista Fernando Gabeira para enfatizar o “grande sentido político” da cerimônia.

Entre a primeira entrada ao vivo de Brasília dedicada ao fato e o efetivo início da cerimônia passaram-se 35 minutos, período ocupado por cinco entradas ao vivo da repórter Isabella Camargo a partir da área externa do TSE – em que se relatavam os detalhes de como se daria o protocolo, quais autoridades estariam presentes, quais tomariam a palavra, entre outros aspectos – e quatro comentários em que se respondia à pergunta “o que esperar de Moraes no TSE?”, exibida no GC. Tratou-se de uma das poucas oportunidades, no âmbito desta cobertura, em que o telejornal pôde explorar um acontecimento que se desenvolveria, de fato, ao vivo, durante o telejornal. O esforço em “segurar” o tema em pauta até o início da transmissão oficial e gerar expectativa sobre o fato foi destacado por Fernando Gabeira em uma das intervenções e comparado com uma de suas primeiras tarefas na carreira de jornalista, transmitir uma procissão religiosa, em que “não tinha muito o que dizer”.

Eu até acho muito interessante e muito bonito o teu esforço de mostrar a crescente preparação para o para a cerimônia, a chegada das pessoas, você revela um crescendo muito grande, que é uma arte do jornalista. Eu, quando era jornalista jovem, uma das primeiras tarefas minhas, ou a mais difícil, foi irradiar uma procissão. Então, eu não tinha muito o que dizer: olha o andor vai passando aqui agora, o andor vai passar na esquina da rua Alves. Era uma coisa maravilhosa, entende? Mas eu acho que a cerimônia em si vai ser muito tranquilo. O que vai aparecer com um símbolo político importante é um grande apoio às urnas eletrônicas e um grande prestígio do novo presidente que vai conduzir esse processo não tanto por ele, mas pelo cargo e pela função que ele vai exercer nesse período, Tralli (GABEIRA, 2022a).

Mesmo que de forma sutil, o trecho revela, na percepção da pesquisadora, um exercício crítico em relação às escolhas editoriais do telejornal, justificadas pelo apresentador César Tralli ao responder, sorrindo: “Gabeira, o que nos chama a atenção é a plateia” (TRALLI, 2022h), referindo-se a autoridades “ilustres” que aguardavam o início da sessão. Nesse sentido, recorda-se que, ainda que o telejornal se apresente como um todo coeso e, neste caso, majoritariamente uníssono, é marcado pela atuação de sujeitos que não necessariamente compartilham das mesmas percepções sobre a abordagem dos fatos. A intervenção de Fernando Gabeira é representativa de uma característica estilística do referido comentarista, que recorre a experiências pessoais, ora como jornalista, ora como político, para ilustrar seus comentários e dispõe de autonomia para, por vezes, alterar o foco da discussão proposta pelo mediador e propor uma nova abordagem. O trecho que segue, extraído de uma intervenção realizada pelo comentarista em 4 de maio, exemplifica um episódio em que o jornalista contorna a pergunta realizada pelo apresentador para acrescentar ao debate uma nova preocupação.

César Tralli: Gabeira, tudo o que se discute, portanto, é uma possibilidade futura do presidente da República querer virar a mesa ou, no mínimo, questionar o resultado das

eleições se ele vier a perder e aí, obviamente, provocar um tumulto, uma convulsão social, ou pelo menos algo parecido com isso. Minha questão para você diante disso tudo, então, é de que forma que o Judiciário brasileiro, Congresso, as instituições têm que se preparar imediatamente para uma possibilidade dessa tão grave?

Fernando Gabeira: Boa noite, Tralli, boa noite, Camarotti, boa noite a todos que nos veem. Olha, Tralli, essa possibilidade de o presidente tentar virar a mesa está mais do que clara. Ela não me preocupa tanto quanto uma segunda possibilidade: de tentar atrair as Forças Armadas para sua posição de descrédito em relação às urnas eletrônicas (TRALLI; GABEIRA, 2022).

Os fatos que se desenvolveram a partir da cerimônia de posse de Alexandre de Moraes como presidente do TSE foram repercutidos na edição do dia seguinte, 17 de agosto. Ainda que o gancho factual para a inserção do tema no telejornal tenha sido o primeiro dia de agenda do magistrado à frente da corte eleitoral, o desenvolvimento da pauta esteve voltado a dois aspectos principais: os “recados” dados por Alexandre de Moraes aos críticos do sistema eleitoral e o antagonismo/conflito entre este e Jair Bolsonaro. A ênfase sobre tais aspectos é representativa do modo como o telejornal conduziu o debate em torno das controvérsias relacionadas ao processo eleitoral: em posição de alinhamento à Justiça Eleitoral e com tendência a privilegiar o conflito como elemento estruturador da narrativa. O trecho a seguir, que corresponde à primeira inserção do tema na edição de 17 de agosto, evidencia o tom adotado pelo telejornal.

Cabeça (apresentador César Tralli): Um dia depois do **enredo recheado de climão** que marcou a troca de comando no Tribunal Superior Eleitoral, o novo presidente da corte, ministro Alexandre de Moraes, está tendo um dia cheio à frente do TSE enquanto a cerimônia, que foi palco para encontros inusitados, históricos, segue repercutindo em Brasília. Ministro Moraes tem muito trabalho pela frente: encontros com presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais hoje e vamos então direto para Carla Lucena, ao vivo de Brasília. Já é uma tradição, não é, Carla? Assume o TSE e já tem reunião com os presidentes dos Tribunais Regionais, não é? Exatamente para afinar o discurso, para ver o que é fundamental fazer para colaborar nesse momento de reta final das eleições, enfim. Mas é claro que a grande repercussão em todo o Brasil é exatamente sobre o conteúdo, o teor o discurso da posse do ministro Alexandre de Moraes, absolutamente enfático na defesa da democracia, do sistema eleitoral e no combate também das fake news. Vamos lá, você que tem tudo aí pra gente de Brasília, dessa repercussão. Boa noite, bem-vinda.

Vivo (repórter Karla Lucena): Exatamente isso, Tralli. Muito obrigada, boa noite para você, boa noite para todo mundo que acompanha a gente aqui ao vivo na GloboNews. Discurso enfático discurso duro de defesa da democracia, uma demonstração de união das instituições. E o ministro Alexandre de Moraes foi aplaudido, Tralli, eu que acompanhei a sessão de dentro do plenário, que foi aplaudido em algumas ocasiões por conta do seu discurso enfático de defesa da democracia, do nosso estado democrático de direito e também da Justiça Eleitoral, organizadora do nosso sistema de votação das urnas eletrônicas. Ou seja, o ministro Alexandre de Moraes, deixando muito bem claro o que vem aí pela frente com ele à frente do Tribunal Superior Eleitoral. E antes de a gente dar continuidade, bem rapidamente, porque o ministro Alexandre de Moraes acaba, Tralli, de fazer uma publicação nas redes sociais, justamente ainda trazendo a força desse discurso. Rapidamente, diz o seguinte: “a cerimônia do TSE simbolizou o respeito pelas instituições como único caminho de crescimento e fortalecimento da República e a força da democracia como único

regime político, onde todo o poder emana do povo e que deve ser exercido pelo bem do povo”. Portanto, o ministro Alexandre de Moraes, agora nas redes sociais, reforçando esse discurso ontem lá que ele proclamou diante dos presentes. E por falar em presentes, né Tralli? Importante a gente dizer que foi uma sessão que reuniu a cúpula da República. A gente fala de todos os presidentes de Poderes, o presidente Jair Bolsonaro, o presidente do supremo, Luiz Fux, e os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira. Além deles, ex-presidentes da República ali presentes, governadores, 22 governadores, representantes de mais de 20, perdão, de mais de 40 embaixadas. A gente está falando de representantes internacionais, acompanhando políticos diversos políticos. Tava muito cheio ontem lá o Tribunal Superior Eleitoral, de uma forma geral, Tralli. **O que houve lá foi um clima um pouco de cordialidade, de civilidade, mas a gente tem que se apegar aos detalhes, porque os detalhes trouxeram aí muitos movimentos importantes para a gente destacar. O presidente Jair Bolsonaro ao longo do discurso do ministro Alexandre de Moraes, ele não se mexeu. Isso foi a nossa impressão e ficou ali parado enquanto os demais aplaudiam as palavras do ministro.** O presidente ficou sem fazer nenhum tipo de movimentação. Mas como você bem disse, discurso ontem, eu conversei com vários juristas, ministros do Supremo Tribunal Federal e todos falavam a mesma coisa: posse histórica e deixa o recado de união. E hoje, então, o ministro Alexandre de Moraes se reuniu com os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, os 27 presidentes dos estados e também do Distrito Federal, traçando estratégias para a coordenação deste ano. O que ele disse é que os TREs têm que trabalhar em conjunto com o TSE para garantir eleições tranquilas e os desembargadores, por sua vez, passaram ali medidas que pretendem adotar principalmente no combate à desinformação. Agora à tarde, o ministro Alexandre de Moraes participou da sessão do Supremo Tribunal Federal, lembrando que ele vai compartilhar esses dois cargos, o de presidente do TSE e também de ministro do supremo. E por lá, Tralli, mais manifestações falando ali do discurso do ministro Alexandre de Moraes, a gente, destaca Nunes Marques, ministro indicado pelo presidente Jair Bolsonaro dizendo que o ministro Alexandre deu o tom do que o Brasil precisa, união e harmonia. Vamos ouvir os ministros do supremo (TRALLI; LUCENA, 2022a).

A observação da repórter Karla Lucena em relação ao fato de que Jair Bolsonaro não teria aplaudido o discurso de Alexandre de Moraes foi enfatizada pelo apresentador César Tralli, em uma das poucas oportunidades, no âmbito do objeto de análise, em que o telejornal pôde, de fato, explorar a força expressiva de uma imagem (Figura 9). A cena corresponde ao momento em que Alexandre de Moraes destacava a agilidade do sistema eleitoral brasileiro, ao afirmar que “somos a única democracia do mundo que apura e divulga os resultados eleitorais no mesmo dia, com agilidade, segurança, competência e transparência” (MORAES, 2022).

Figura 8: Bolsonaro não aplaudiu Alexandre de Moraes



FONTE: captura de tela *Jornal GloboNews – Edição das 18h* em 17/08/22

À exibição da imagem, seguiram-se as análises de Gerson Camarotti, Natuza Nery e Flávia Oliveira sobre os significados da postura do então presidente da República, além do relato de apurações realizadas pelo próprio apresentador (algo característico de sua performance à frente deste telejornal), entre as quais se destaca a “investigação” sobre quem teria “puxado os aplausos”.

Alguns presentes me disseram que quem puxou os aplausos, ou a maioria dos aplausos durante o discurso, foi o procurador-geral de justiça de São Paulo, Mário Sarrubbo. Aí eu liguei para ele: procurador, é verdade que o senhor puxou os aplausos, levantou? Então, ele falou, é, é verdade, sim, Tralli, fiz questão porque a missão do Ministério Público é defender a democracia, defender as liberdades individuais, defender a Constituição e defender a sociedade. Então eu fui pra lá, né, para Brasília, para a posse, com essa missão de aplaudir o ministro Alexandre de Moraes. Porque todos sabiam, né, na visão do Sarrubbo, de que o ministro ia ser muito contundente nas suas falas sobre a defesa do sistema eleitoral brasileiro (TRALLI, 2022d).

A reconstituição de diálogos e cenas a partir da descrição dos jornalistas é uma das práticas empregadas na construção das narrativas em torno de fatos políticos no *Edição das 18h*, tática que contorna, em alguma medida, a ausência de imagens e sonoras gravadas. Sobre esse aspecto, recorda-se que as características de formato e linguagem deste telejornal oferecem ao público uma experiência mais auditiva do que propriamente visual, o que nos remete à ideia de sensorialidade, característica do meio rádio tipificada por Ortriwano (1985), que diz respeito à capacidade do meio de levar o ouvinte a visualizar, mentalmente, os fatos narrados.

A ênfase sobre os aspectos que evidenciam o conflito entre duas figuras que ocupavam posições de poder (Jair Bolsonaro *versus* Alexandre de Moraes; Jair Bolsonaro *versus* Edson

Fachin), é representativa do modo como o telejornalismo incorpora elementos da dramaturgia na construção de suas narrativas (COUTINHO, 2012), estratégia que se revelou constante ao longo do período de observação. A retórica de ataque ao processo eleitoral foi pautada a partir das reações institucionais em defesa do processo, o que conferiu à cobertura o predomínio de uma narrativa que tinha no conflito e nas disputas de poder seus elementos centrais. Tal perspectiva materializou-se, inclusive, no vocabulário empregado por repórteres, comentaristas e apresentador a partir de termos como “contra-ataque”, “linha de frente”, “fogo cruzado” e “artilharia pesada”, por exemplo. Recordar-se, com base em Coutinho (2012) que a existência de um conflito social real, explícito ou implícito, consiste em valor-notícia central para a inclusão de um determinado assunto no noticiário televisivo, perspectiva corroborada por nossos achados empíricos, conforme exposto a partir do panorama geral dos registros e da análise dos ganchos factuais que levaram o tema ao espelho do telejornal. A autora enfatiza, ainda, que o conflito opera não apenas como critério de seleção, mas como elemento estruturador da narrativa telejornalística. Ainda que o *Edição das 18h* não recorra ao VT como forma principal de apresentação da notícia (formato em que a incorporação dos elementos da dramaturgia é mais evidente), observa-se, no conjunto dos registros analisados qualitativamente, o predomínio do conflito enquanto elemento estruturador da narrativa.

Termos como “tensão institucional” e “crise” foram frequentemente mobilizados para introduzir fatos novos associando-os a um contexto já abordado pelo telejornal e presumidamente conhecido por sua audiência. Esse processo de contextualização se dá, sobretudo, na cabeça da notícia, como no trecho que segue, em que César Tralli introduz uma sonora de Edson Fachin em 27 de maio.

Em meio a esses **constantemente ataques** do presidente da República ao processo eleitoral, o presidente do TSE, Edson Fachin, **voltou a defender** a segurança das urnas. O ministro afirmou que acatar o resultado das eleições é uma expressão inegociável da democracia. Essa declaração foi dada durante uma palestra no Recife e nós vamos juntos ouvir agora (TRALLI, 2022e).

Além de situar e enquadrar os fatos em um contexto previamente noticiado/conhecido, o trecho supracitado enfatiza a recorrência dos ataques e das defesas, estratégia que opera como reforço à narratividade do fato, entendida por Coutinho (2012) como a capacidade de desdobramento de um determinado tema, que leva à transformação da temática inicial em uma narrativa seriada, o que se observa com base na constância de pautas relacionadas ao processo eleitoral ao longo dos meses de observação.

O predomínio dessa perspectiva nos remete às reflexões de Gomes (2004) em relação à dramatização da notícia no telejornalismo. O autor recorre à noção de enquadramento para tecer sua crítica ao emprego da estrutura dramática do conflito no manejo da informação política pelo telejornalismo que, na perspectiva do autor, passaria ao público uma percepção excessivamente negativa em relação à política. As críticas de Rothberg (2010) ao modo como o jornalismo retrata temas políticos também são aplicáveis aos achados da pesquisa, ainda que não se refiram especificamente ao telejornalismo. O autor considera que as demandas cognitivas dos cidadãos para o exercício de seus direitos civis e políticos não são atendidas pelo jornalismo comercial em decorrência do modo como o jornalismo retrata temas políticos. Na perspectiva do autor, os debates em torno de questões políticas são comumente representados partir de enquadramentos episódicos ou de conflito, que enfocam aspectos burocráticos, circunstanciais ou de disputas de poder entre aliados e adversários e negligenciam questões como antecedentes, critérios e resultados. Nesse tipo de abordagem, “a substância da política enquanto negociação democrática pela otimização das oportunidades de desenvolvimento é subtraída, e o resultado tende a ser a disseminação do ceticismo em relação à política e do descrédito generalizado nos mandatários” (ROTHBERG, 2010, p. 57). Cumpre salientar, no entanto, que o conflito é típico dos regimes democráticos e que a incorporação de estruturas dramáticas constitui uma especificidade do discurso telejornalístico, integrada, portanto, ao conjunto de expectativas da audiência em relação ao telejornal. É preciso considerar, ainda, que a influência de pautas antidemocráticas e discursos baseados em informações falsas sobre o debate em torno do processo eleitoral impôs desafios à abordagem do assunto e à produção de visibilidade em torno deste.

Ressalta-se, ainda, que o emprego de vários comentaristas em uma mesma edição gera efeitos de polifonia, o que, no caso específico do objeto de análise, não se traduziu em pluralidade de ideias. Tal constatação corrobora a percepção de Miranda (2019) em relação ao programa *Em Pauta*, que sucede o *Edição das 18h* na grade de programação do canal: ainda que se trate de um telejornal diverso dos modelos tradicionais em relação à forma, tende a apresentar narrativa uníssona e carente de pluralidade, aspecto retomado na próxima seção.

4.2.5 Deliberação Mediada: Como as Dinâmicas do Telejornalismo Condicionaram o Debate

A noção de deliberação mediada, entendida como o debate que ocorre no interior da cena midiática ao longo do tempo, inscreve-se em uma abordagem de pesquisa que concebe os meios de comunicação, de modo geral, como espaços privilegiados para a troca de argumentos

em público, assumindo o jornalismo como fórum para o debate cívico. Recordar-se, nesse contexto, que os processos deliberativos ampliados que se dão a partir da articulação do jornalismo são estruturados a partir de lógicas próprias, historicamente construídas e socialmente legitimadas. Desse modo, a consideração das rotinas produtivas e das especificidades dos formatos telejornalísticos é crucial para compreender as potencialidades e os limites do telejornalismo na promoção de processos deliberativos mediados e identificar as tensões entre os princípios normativos da deliberação e as características internas ao campo jornalístico. Nesse sentido, empregamos os indicadores de deliberação mediada propostos por Maia (2008a) como guias para a apreciação do debate construído pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* em torno do processo eleitoral brasileiro, com o objetivo de compreender se o debate apresentou elementos de um processo de deliberação mediada e como as dinâmicas do telejornalismo e deste telejornal favoreceram ou prejudicaram a construção do debate.

a) Acessibilidade e caracterização dos interlocutores

Este indicador refere-se ao grau de inclusão de diferentes atores sociais no âmbito do debate, o modo como são caracterizados a partir de papéis institucionalmente definidos e expectativas a eles associadas. Sob o ponto de vista deliberativo, trata-se de um aspecto amplamente prejudicado pelo fato de que os telejornais privilegiam atores que integram o centro das esferas políticas institucionais, em detrimento de outros setores da sociedade. A análise da seleção, mobilização e caracterização das fontes de informação no âmbito do objeto de análise evidenciou que o debate construído pelo telejornal sobre o processo eleitoral brasileiro não apenas privilegiou atores políticos institucionais, mas construiu a narrativa integralmente em torno destes, fornecendo ao tema uma abordagem majoritariamente centrada no cálculo político e em disputas de poder.

A visibilidade conferida pelo telejornal foi reservada às elites (sobretudo política) e estendeu-se, em algumas oportunidades, às elites econômicas e intelectuais. Maia (2008a, p. 92) enfatiza que os jornalistas empregam estratégias diversas para “conceder ou retirar legitimidade de certas vozes e hierarquizar os discursos nas narrativas jornalísticas”. A observação do conjunto dos registros permite identificar que o telejornal privilegiou a abordagem da retórica de ataque às urnas como cálculo político (pretexto para contestação dos resultados eleitorais), negligenciando, na maior parte do tempo, outras abordagens possíveis (como a existência de dúvidas legítimas em relação ao sistema eletrônico de votação e seus mecanismos de segurança e auditoria, por exemplo). Nesse cenário, o posicionamento em

relação ao sistema eletrônico de votação e à Justiça Eleitoral operou como condicionante para a inserção e hierarquização das vozes: atores alinhados à defesa da Justiça Eleitoral e do sistema eletrônico obtiveram as maiores cotas de visibilidade e garantiram a oportunidade de falar por suas próprias vozes a partir de sonoras gravadas, enquanto atores associados à retórica de ataque às urnas eletrônicas tiveram sua visibilidade minimizada.

Cumpre-nos ressaltar que, quando nos referimos à pluralidade de vozes associada ao ideal deliberativo, não defendemos que a pauta notadamente antidemocrática capitaneada por Jair Bolsonaro e seus grupos de apoio devesse ter sido contemplada no âmbito do debate, não apenas por estar atrelada a evidentes tentativas de ruptura institucional, mas também por basear-se em argumentos ilegítimos, pois calcados em afirmações comprovadamente falsas. Acredita-se, no entanto, que a inserção de outros atores poderia contribuir para a construção de esclarecimento sobre o processo eleitoral, melhor atendendo as demandas cognitivas do cidadão (ROTHBERG, 2010), e para promover a articulação de fluxos comunicativos provenientes da periferia do sistema político de modo que pudessem atingir os atores administrativos que se encontram no centro do sistema (MARQUES, 2008b).

Em nossa percepção, a maximização da visibilidade de membros da alta cúpula do Judiciário federal em movimentos de reafirmação de autoridade institucional contribuíram para consolidar a concepção de que o processo eleitoral “pertence” à Justiça Eleitoral, não à sociedade. Tal percepção é corroborada pelo modo como o telejornal mobilizou, em momentos pontuais, a sociedade civil: como “apoio” ao TSE e ao STF que, nas palavras de César Tralli em 5 de agosto, “estavam apanhando sozinhos do presidente da República”. Chama a atenção o fato de que aos membros da sociedade civil não foi dada a oportunidade de falar em seus próprios termos, mas apenas como vozes que liam uma carta, e que foram inseridos na cobertura de forma pontual quando se mostraram capazes de gerar fatos noticiáveis. Tais constatações nos remetem, inevitavelmente, ao fato de que “a comunicação política mediada é conduzida por uma elite” (HABERMAS, 2008, p. 14), que emprega seu poder político e social para influenciar agendas e enquadrar questões públicas, motivo pelo qual os meios de comunicação atuam de forma ambígua: ao mesmo tempo em que são capazes de contribuir para a construção de espaços de debate, são profundamente atravessados pelas assimetrias de poder existentes na sociedade (GOMES, 2008; MAIA, 2008).

O modelo de telejornal e os formatos de apresentação da notícia adotados pelo *Edição das 18h* - que concentram sobre os próprios jornalistas quase todo o processo de enunciação – potencializam a ausência de vozes. Ainda que se trate de um telejornal baseado em formatos ao vivo, apenas os próprios jornalistas e as fontes mobilizadas como especialistas falaram ao vivo,

o que revela um controle rígido do processo de enunciação e da distribuição de visibilidade de acordo com posicionamento editorial do telejornal.

b) Uso de argumentos

A partir deste indicador, avalia-se se os participantes de uma discussão apresentam razões para defender suas perspectivas e se buscam o convencimento dos interlocutores através de argumentos e procedimentos demonstrativos. A troca de argumentos em público mediada pelos meios de comunicação se desenvolve, segundo Maia (2008a) através da troca de “lances discursivos” dispersos ao longo do tempo, em vez de uma linha argumentativa desenvolvida de uma só vez. Nesse processo, “frequentemente, apenas fragmentos do discurso de um determinado ator são encampados na esfera de visibilidade dos *media*, editados e recompostos em termos de discussão ou integrados a novos textos (MAIA, 2008a, p. 92). A observação da autora nos parece especialmente pertinente ao telejornal em questão pela especificidade do modo como este constrói seus discursos, em que as falas dos atores políticos são incorporadas e retrabalhadas a partir da voz dos jornalistas.

A cobertura foi construída em torno de duas ideias centrais, que operaram como argumentos estruturadores da narrativa: a) Bolsonaro tentava desqualificar o processo eleitoral para contestar uma provável derrota eleitoral e, possivelmente, dificultar a passagem de poder; b) a autoridade institucional do TSE e STF precisava ser apoiada de forma ampla e irrestrita por todos os setores da sociedade, pois isso significava apoiar a própria democracia. Nossa percepção em relação ao caráter estruturante de tais argumentos resulta da observação de que estes não apenas foram frequentemente mobilizados pelos comentaristas em suas falas, mas também operaram como diretrizes para as escolhas editoriais e a produção de visibilidade em torno do assunto. Tratou-se, portanto, de um caso em que os jornalistas acolheram um determinado ponto de vista e advogaram em favor dele.

Nesse sentido, o primeiro argumento – relativo ao pretexto para contestação do resultado – foi sustentado pelos comentaristas com base na probabilidade de derrota eleitoral revelada por pesquisas de intenção de voto, às quais o telejornal forneceu amplo destaque editorial ao longo do período eleitoral no âmbito de quadros específicos. O comentário de Gerson Camarotti em 28 de abril, reproduzido parcialmente no trecho que segue, exemplifica essa perspectiva e é representativo do modo como a abordagem dos fatos políticos no telejornal enfatiza o cálculo político em detrimento de outras perspectivas.

O presidente Jair Bolsonaro ele está em busca de um pretexto, não é de hoje, para contestar o resultado eleitoral caso ele não seja eleito. Veja que ele vem construindo esse discurso lá atrás quando ele colocou em dúvida o resultado da sua própria eleição “olha, poderia ter vencido no primeiro turno, teve problema”. Ele como nunca apresentou prova, importante a gente colocar isso, inclusive ele foi questionado pelo Tribunal Superior Eleitoral para apresentar essas provas de fraude. Ele nunca conseguiu apresentar provas, então ele está blefando. É importante a gente colocar porque ele vai na mesma toada do que fez o Trump. Ele lá era o voto através dos Correios, aqui é o voto eletrônico. E o Trump estava fazendo isso porque já percebia a dificuldade eleitoral dele lá nos Estados Unidos, teve essa sensibilidade e isso é uma sinalização de que o presidente Jair Bolsonaro também reconhece a dificuldade eleitoral principalmente por causa de um fator chamado rejeição que é muito elevada do presidente Jair Bolsonaro. Então ele já está preparando esse discurso para ter uma espécie de contestação caso ele não vença essas eleições, ele precisa fazer isso, na lógica dele, de não reconhecimento do resultado eleitoral (CAMAROTTI, 2022b).

O trecho supracitado integrou o primeiro pico de cobertura identificado ao longo do período de observação, marcado pelas reações institucionais à menção, por parte de Jair Bolsonaro, de uma apuração paralela de votos a ser realizada pelas Forças Armadas. O gancho factual que levou o assunto à pauta da edição de 28 de abril foram as declarações dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, em defesa do sistema eleitoral. Trata-se, portanto, de um momento em que “os interlocutores passam a considerar os fatores da publicidade, para configurar a própria expressão e os possíveis efeitos de seus proferimentos e de sua conduta (MAIA, 2008a, p. 90). O trecho que segue demonstra que essa tomada de posição se deu através de declarações não concedidas diretamente à imprensa, ainda que possivelmente tenham sido a ela voltadas.

Cabeça (César Tralli): Depois do presidente Bolsonaro propor uma apuração paralela das eleições feita por militares, os presidentes da Câmara e do Senado saíram em defesa da Justiça Eleitoral e da segurança de todo o processo das urnas. Sobre isso, eu conversei com o Ricardo Abreu, voltamos ao vivo com ele do Congresso Nacional. Ricardo, mais uma vez boa noite aqui para você, primeiro Rodrigo Pacheco se manifestou no meio da tarde e depois foi a vez do Arthur Lira, presidente da Câmara. O que ambos disseram, por favor?

Vivo (Ricardo Abreu): Exato, Tralli. Boa noite, mais uma vez a você. Os dois presidentes dos poderes legislativos reagiram a essa fala do presidente Jair Bolsonaro quanto ao Tribunal Superior Eleitoral, essa apuração paralela dos votos nas eleições apuração essa que seria feita por militares. A gente começa com a reação do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira, que publicou no Twitter o seguinte: o processo eleitoral brasileiro é uma referência. Pensar diferente é colocar em dúvida a legitimidade de todos nós eleitos em todas as esferas. Vamos seguir sem tensionamentos para eleições livres e transparentes. Já o presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco, do PSD, escreveu o seguinte nas redes sociais: as instituições e a sociedade podem ter convicção da normalidade do processo eleitoral. A Justiça Eleitoral é eficiente e as urnas eletrônicas confiáveis. Ainda assim, o TSE está empenhado em dar toda a transparência ao processo desde agora, inclusive com a participação do Senado. O presidente do Senado completou: não tem cabimento levantar qualquer dúvida sobre as eleições no Brasil. O Congresso Nacional é guardião da democracia. Tralli (TRALLI; ABREU, 2022c)

O episódio é exemplificativo de um movimento característico dos debates que se dão na esfera de visibilidade midiática, em que outros atores são chamados a tomar posição sobre uma determinada controvérsia pública a partir da visibilidade conferida pela mídia. A postura assumida por cada um deles nos meses seguintes, no entanto, revelou a adoção de estratégias diversas: enquanto Rodrigo Pacheco adquiriu grandes cotas de visibilidade concedendo frequentes declarações em defesa do sistema e da Justiça Eleitoral, Arthur Lira optou pelo silêncio, fato constatado pelos jornalistas, conforme exemplificado no trecho que segue, extraído da edição de 21 de julho.

César Tralli: Gerson Camarotti, tem uma figura muito importante num processo democrático como o nosso que ainda está absolutamente calada desde que houve esse encontro do Bolsonaro com os embaixadores. Aí eu me refiro ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira. Até o Aras, três dias depois, se manifestou e nem uma palavra do Arthur Lira. Você tem alguma pista do porquê desse silêncio todo dele?

Gerson Camarotti: Olha, Tralli. O silêncio dele neste momento está muito ligado à proximidade ao presidente Jair Bolsonaro. Ele tem relatado, segundo interlocutores políticos, inclusive parlamentares, deputados que ligaram pro Arthur Lira que ele tá lá fazendo campanha em Alagoas. Agora, o silêncio dele, por que ele não vai se manifestar? Ele tem argumentado, inclusive, insatisfação com o que tem falado o presidente Jair Bolsonaro, mas que não vai se posicionar agora nesse momento que ele já se posicionou lá atrás (TRALLI; CAMAROTTI, 2022).

O comentário de Natuza Nery na edição de 11 de maio sintetiza uma série de percepções que nos parecem ter sido empregadas como linhas-guia da abordagem do assunto, além de incluir um exercício de projeção do que poderia acontecer a partir de uma tentativa de golpe, além de referir-se, no trecho final, à percepção sobre o papel dos jornalistas naquele contexto.

O presidente da República tem um plano. A gente tem ideia do que é o plano dele, pelas coisas que ele fala, a gente percebe que há, em parte do meio militar, uma adesão, uma contaminação desse discurso bolsonarista e isso é um perigo. Nunca, desde o fim da ditadura militar se avançou tanto contra a democracia e a gente precisa ter uma posição de encarar a realidade como a realidade é. Subestimar o Bolsonaro é o pior dos erros que se pode cometer. Toda vez que Bolsonaro foi subestimado, ele trucou, ele dobrou a aposta. Então, agora, todo cuidado é pouco. Isso significa que se o Bolsonaro desse um golpe que ele resistiria no poder depois de um golpe, uma ruptura institucional? Não, porque tá todo mundo de olho. O mundo está de olho. Tem recados nos últimos dias. Nas últimas, na última semana, sobretudo. Então vamos supor aqui que algo assim acontecesse. Ele ia ficar quantos dias no cargo? Mas o *day after* de uma situação institucional de ruptura, a gente não pode deixar correr o risco de acontecer. Então é o momento, a partir de agora, da sociedade civil organizada, da própria sociedade, começar a encarar as coisas como as coisas são. Os sinais estão todos aí. Eles gritam para todo mundo ver. Então não dá para fingir que o Bolsonaro não está fazendo nada e nem dá para achar que ele está, mas ele não conseguiria. Você imagina uma tentativa de ruptura institucional, o talho que isso faz no nosso tecido social é enorme, mesmo que, mesmo que um eventual golpe de Bolsonaro não lograsse resultado, né, três dias depois, ele estaria fora do cargo, enfim. O esgarçamento é muito grande e a gente não pode se dar o luxo. As pessoas estão com

fome, tem fila do osso enquanto o Bolsonaro vai investindo contra a democracia e contra as instituições. Nós, como jornalistas, precisamos olhar para isso e precisamos alertar para isso. Mas enquanto ele faz isso e a gente olha para isso, porque a democracia é o nosso. É o nosso bem, é o nosso bem maior, não é como, como sociedade, as pessoas estão com fome, passando dificuldade. Os erros de Bolsonaro vão ficando em segundo plano, então ele faz isso primeiro que está tramando alguma coisa e segundo, porque ele gosta, né? De jogar uma bomba de efeito moral no lugar para ninguém olhar para esse daqui (NERY, 2022g).

O segundo argumento considerado estruturante do debate posto em cena pelo telejornal refere-se ao reforço da autoridade institucional do Tribunal Superior Eleitoral como órgão dotado de legitimidade e competência técnica para conduzir o processo eleitoral. A análise do modo como o telejornal selecionou, mobilizou e caracterizou as fontes de informação revelou predomínio de fontes do Judiciário ocupando as cotas mais significativas de visibilidade, o que autoriza a inferir que o alinhamento à Justiça Eleitoral esteve na base das escolhas editoriais relativas à abordagem deste tema específico. O trecho que segue, proveniente da edição de 25 de abril – primeiro registro associado à abordagem que aqui analisamos – denota tal alinhamento através da inserção de uma fala do então presidente do TSE, Edson Fachin, à cabeça lida pelo apresentador, estratégia pouco usual no âmbito deste telejornal, que demonstra valorização da fala deste ator específico ao mesmo tempo em que contorna a ausência de sonora, tendo em vista que a reunião não pôde ser gravada.

César Tralli (cabeça): O tema agora é, abre aspas, atacar a Justiça Eleitoral é atacar a própria democracia, fecha aspas. Essa foi uma das declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin, durante reunião da comissão de transparência das eleições, reunião esta que ocorreu hoje. No encontro foi discutido um plano com dez medidas que devem tornar ainda mais claro o processo eleitoral. Sobre isso eu trago aqui pra nossa conversa, direto de Brasília, a repórter Karla Lucena. Karla, boa noite, muito bem-vinda aqui conosco. Quais os detalhes portanto dessa reunião de hoje, Karla?

Karla Lucena (vivo): Muito obrigada, Tralli. Boa noite pra você, boa noite também pra todo mundo que está acompanhando a gente ao vivo aqui na GloboNews. Pois é, Tralli, a gente teve essa reunião hoje da Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral, uma comissão inclusive, só pra gente ter aqui esse histórico, lá em setembro de 2021 ainda na gestão do ministro Luis Roberto Barroso, ele ainda estava à frente do Tribunal, ele trouxe ano passado, a gente acompanhou, um pacote de medidas justamente pra trazer essa discussão, pra deixar o processo eleitoral mais transparente, num momento em que a Justiça Eleitoral vinha sendo atacada, havia justamente o processo eleitoral sendo atacado, o processo eletrônico, inclusive, sendo colocado em xeque, aí a gente tem a criação dessa comissão que tem integrantes importantes, ela é formada por integrantes do congresso nacional, parlamentares, integrantes da Polícia Federal, da ordem dos advogados do Brasil, do Ministério Público Federal e também das Forças Armadas. Então o que a gente teve, essa comissão no ano passado abriu pra justamente receber contribuições pra criação desse plano discutido nesta reunião e aí essas contribuições foram encaminhadas até dezembro do ano passado e o plano então elaborado. E hoje, Tralli, na abertura da reunião dessa comissão o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin, ele falou aos presentes dizendo que a Justiça Eleitoral, a democracia da Justiça

Eleitoral é inegociável, ele também falou justamente isso, de quem ataca a Justiça Eleitoral também ataca a democracia, ele fez um apelo pela paz e o respeito mútuo durante as eleições deste ano, justamente pra garantir o Estado Democrático de Direito, também fez uma defesa do voto eletrônico, disse que o processo pode sim ser aprimorado, mas que a gente tem hoje um processo seguro, auditável e transparente. E falando portanto desse plano, a gente tem dez medidas que visam tornar o processo eletrônico mais transparente, eu vou citar aqui algumas: antecipar a liberação para inspeção do código-fonte, que são aquelas linhas de softwares que fazem a urna eletrônica funcionar, antigamente a gente tinha um prazo aberto para a análise desse código-fonte de 6 meses, a gente lembra que pela primeira vez a inspeção já está aberta desde o ano passado com o prazo de um ano e a ideia é tornar esse prazo de um ano fixo na análise dessa comissão. A gente também a ampliação do número de investigadores que poderão fazer a análise do código-fonte, de dez equipes para quinze equipes, totalizando uma média de quarenta e cinco investigadores e falando só, pra gente finalizar aqui, de código-fonte, que é um assunto importante no tribunal, que é a publicação do código-fonte para análise de acadêmicos e especialistas da área também pra **tornar o processo eleitoral mais transparente**. Então são medidas lá no TSE, Tralli, justamente pra aproximar e segundo também disse o ministro Edson Fachin evitar notícias falsas relacionadas ao processo eleitoral brasileiro. Volto com você aí no estúdio.

César Tralli: Valeu, Karla, brigadão. O TSE é mais uma vez se posicionando com toda a transparência necessária pra reforçar a credibilidade do nosso processo eleitoral. Algo consagrado, já conquistado há muitos e muitos anos e que agora se faz necessário pra gente não dar um passo pra trás. Essa é a grande preocupação do Tribunal Superior Eleitoral, não dar um passo pra trás. Manter uma conquista tão importante que é exatamente esse voto eletrônico democrático, extremamente confiável (TRALLI; LUCENA, 2022b).

Os argumentos mobilizados pelo jornal não estiveram voltados a construir esclarecimento sobre a credibilidade do processo eleitoral, mas a gerar convencimento sobre o caráter oportunista dos ataques comandados por Jair Bolsonaro e a legitimidade da Justiça Eleitoral. A confiabilidade do sistema eletrônico foi tomada, majoritariamente, como aspecto consolidado, como o trecho supracitado exemplifica, reforçado pela afirmação de que nunca foram comprovadas fraudes no sistema eletrônico de votação. Tais questões, no entanto, foram menos prevalentes ao longo do período, estando presentes em apenas seis edições.

c) Reciprocidade e responsividade

Este indicador propõe observar se há interação discursiva entre os atores em um determinado contexto, buscando identificar “se há diálogo ou possibilidades de respostas mútuas entre as fontes com diferentes reivindicações” (MAIA, 2008a, p. 93). A autora aponta para o fato de que certos debates não chegam a se concretizar porque os participantes permanecem presos às proposições iniciais, negligenciando posições contrárias e impossibilitando o diálogo.

O modo como o telejornal construiu a cobertura, bem como os formatos telejornalísticos mobilizados nesse contexto, limitaram as possibilidades de respostas mútuas entre atores com reivindicações diferentes. Tais escolhas editoriais são compreensíveis quando se considera que a retórica de ataque ao sistema eleitoral baseava-se, em grande medida, sobre alegações falsas, constatação que remete ao fato de que o telejornal optou por representar, no âmbito desta cobertura, apenas um fragmento específico da questão, a retórica contra o sistema eleitoral mobilizada como pretexto para contestação de resultados e um possível golpe. O conjunto desses condicionantes materializou-se, sob o ponto de vista da responsividade entre os atores, em maximização da visibilidade das declarações em defesa do sistema eleitoral em resposta a questões postas por Jair Bolsonaro em outras arenas (eventos públicos ou manifestações em sites de redes sociais). No trecho que segue (29 de abril), exemplificativo de um desses momentos, a apresentadora (à ocasião, Aline Midlej, por tratar-se de edição de sábado) fornece ao espectador o que Maia (2008a) classifica como “atalho cognitivo”, adicionando contexto à declaração do ministro e enfatizando seu caráter responsivo.

Aline Midlej (cabeça) O presidente do TSE, Edson Fachin, disse que não vai aceitar a intervenção das Forças Armadas nas eleições. Isso foi uma resposta clara ao presidente Bolsonaro que voltou a atacar o sistema eleitoral nesta semana e chegou a sugerir que os militares fossem responsáveis por uma contagem paralela dos votos. Vamos ouvir, portanto (MIDLEJ, 2022).

Edson Fachin (sonora): Consórcios de entidades, os partidos políticos e qualquer entidade fiscalizadora poderá fazer sua totalização. Por isso não precisa sala alguma para totalizar, agora a sala é bastante clara porque ela está na internet à disposição de todos. Então colaboração, cooperação e, portanto, parcerias proativas para aprimoramento, a Justiça Eleitoral está inteiramente à disposição. Intervenção, jamais (FACHIN, 2022a).

Recorda-se que o telejornalismo tende a representar os fatos políticos – sobretudo os que envolvem perspectivas de conflito – de forma seriada, isto é, como capítulos de uma novela (COUTINHO, 2012). Tal característica faz da interação discursiva entre os atores através da mídia um dos elementos centrais das coberturas telejornalísticas, também fortemente marcadas por “ataques e contra-ataques verbais” que passariam ao público, na perspectiva de Gomes (2004, p. 349), “a mensagem de que a política é basicamente um campo de guerra”. Tal concepção de política afasta-se do ideal deliberativo, que tem na busca cooperativa por soluções seu elemento central. No entanto, cumpre salientar que o conflito é típico de regimes democráticos e que os processos deliberativos ampliados que se dão a partir da mediação do jornalismo operam como uma espécie de disputa discursiva que ocorre em múltiplas arenas simultaneamente. Desse modo, a construção de narrativas que contrapõem pontos de vista e

estimulam a responsividade entre os atores envolvidos em uma determinada questão pública pode ser interpretada como potencialidade das narrativas telejornalísticas, desde voltadas para a troca de argumentos racionais. No âmbito de nosso objeto empírico, observa-se que a responsividade entre os atores localizados em polos opostos da questão esteve voltada, sobretudo, para um processo de reafirmação de poder e legitimidade de determinadas instituições democráticas.

Em 6 de julho, Paulo Sérgio Nogueira, então ministro da Defesa, concedeu declaração à imprensa em que refutava as percepções de que as Forças Armadas planejavam intervir no processo eleitoral, ao mesmo tempo em que reforçava a tese, então defendida pelos críticos do sistema, sobre a necessidade de “aperfeiçoamento”.

Sabemos muito bem que esse sistema eletrônico necessita sempre de aperfeiçoamento. Não, não se está duvidando ou achando isso, aquilo outro, simplesmente com espírito colaborativo. Esse é o espírito da equipe das Forças Armadas para ajudar o Tribunal Superior Eleitoral. Estamos conversando para ver o que que pode ser implementado ainda. Tudo isso para a gente ter mais transparência, segurança e melhores condições de auditabilidade. Só isso, não tem outro viés, tá bom? (NOGUEIRA, 2022).

A resposta do Tribunal Superior Eleitoral – uma sonora de Edson Fachin, então presidente da corte eleitoral – foi espelhada na sequência, gerando efeitos de um debate direto:

por razões do campo da política, há quem queira transformar essa participação numa participação que, ao invés de ser colaborativa, seja praticamente interventiva. E evidentemente que este tipo de circunstância nós não só não aceitamos como não aceitaremos. Colaboração, sim, intervenção jamais (FACHIN, 2022b).

Idealmente, espera-se que os atores envolvidos em uma discussão pública se referenciem mutuamente e considerem as falas dos interlocutores na construção de suas próprias proposições, o que nos parece ter acontecido quando das críticas realizadas por membros da imprensa (incluindo o comentarista do telejornal Fernando Gabeira) e analistas políticos em relação ao ministro Luís Roberto Barroso. O comentário de Fernando Gabeira em 25 de abril fez referência a “um certo ruído entre o discurso do ex-presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso, e o Ministério da Defesa” (GABEIRA, 2022b), estabelecendo diálogo com falas provenientes de outras arenas discursivas. O comentarista referia-se, naquela ocasião, a uma fala proferida por Barroso em evento na Alemanha no dia anterior, em que o magistrado afirmou que as Forças Armadas estariam sendo orientadas a atacar e desacreditar o processo eleitoral (BARROSO..., 2022) A declaração do ministro não foi pautada pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h*, nem contextualizada pelo comentarista, o que reforça a

percepção de que os jornalistas do canal presumem que se dirigem a uma audiência com vasto repertório informativo, que não tem este telejornal como única fonte de informação jornalística. Além de exemplificativo de um fragmento de interação discursiva característico dos debates mediados pelo jornalismo, o comentário revela um dos raros momentos em que jornalistas do telejornal adotam posicionamento crítico em relação à postura dos magistrados sobre as controvérsias em torno do processo eleitoral.

A referência à declaração de Barroso também esteve presente na fala de Claudio Couto, cientista político entrevistado ao vivo de forma remota por César Tralli após o comentário de Fernando Gabeira. Nessa ocasião, o entrevistado adicionou à abordagem do assunto um argumento que destoava do posicionamento adotado pelos jornalistas no âmbito do assunto (que, em geral, apoiaram os posicionamentos enfáticos dos magistrados em defesa do processo eleitoral), quando afirmou que Barroso havia caído em uma “armadilha” ao criticar as Forças Armadas.

Na medida em que são feitos ataques à Justiça Eleitoral e ao Judiciário de um modo geral, mas particularmente aqui estamos falando da Justiça Eleitoral, isso coloca os juízes, que são os chefes institucionais dessas organizações na necessidade de fazer uma defesa pública delas (...) E ao fazer essa defesa, de alguma forma os juízes entram numa armadilha que o próprio presidente lhes coloca, que é a de ter que tomar partido (COUTO, 2022).

O argumento proposto pelo entrevistado incluía a avaliação de que os magistrados deveriam fazer “menos discursos públicos que acabam confundindo as coisas porque levam o Judiciário e os seus membros para a atuação em um campo que, a rigor, não é o deles, é o campo do debate político, de travar embates, e aí eles saem certamente desfavorecidos” (COUTO, 2022). Quatro dias depois, uma sonora do ministro Luís Roberto Barroso estabelece, implicitamente, diálogo com a fala de Claudio Couto.

A democracia é um ambiente plural em que tem lugar para conservadores, tem lugar para liberais, tem lugar para progressistas, só não tem lugar para quem queira destruí-la. O Brasil tem muitos problemas, muitos problemas, felizmente o nosso sistema de votação não é um deles. **Como todos os juízes são, eu sou um ator institucional e não um ator político** e, portanto, os meus compromissos são com a interpretação e a defesa da Constituição. Não tenho e não exibo nenhum tipo de preferência política. A lógica de um juiz, como todos nós sabemos, não é uma lógica amigo/inimigo. A lógica de um juiz é a lógica do certo ou errado, justo ou injusto, legítimo ou ilegítimo e é assim que a vida deve funcionar (BARROSO, 2022).

Ainda que não se possa afirmar que a declaração de Barroso (proferida durante evento jurídico no Rio de Janeiro) tenha qualquer relação com a opinião do cientista político, a escolha/edição deste trecho específico gerou, no âmbito do debate mediado, interação

discursiva entre os atores. Sobre esse aspecto, recorda-se que a estrutura de assessoria de comunicação do Supremo Tribunal Federal tem no monitoramento da imagem pública de seus ministros uma de suas atribuições. Para isso, além da clipagem convencional (realizada por empresa contratada para esta finalidade), a estrutura interna de comunicação envia aos gabinetes, diariamente às 16h30, um resumo das notícias publicadas na imprensa nacional sobre o STF e seus ministros (BRASIL, 2021).

Outro episódio representativo do modo como os diferentes atores implicados em uma discussão pública estabelecem diálogo com perspectivas que adquirem publicidade a partir da mídia refere-se às reações de Arthur Lira, frequentemente cobrado por um posicionamento mais enfático na defesa do sistema eleitoral, e Jair Bolsonaro, criticado por se recusar a assinar a carta pró-democracia organizada pela Fiesp. Em 27 de julho, o *Edição das 18h* tematizou, através de entrada ao vivo a partir da Câmara dos Deputados, os discursos proferidos pelo deputado Arthur Lira, presidente da casa, e pelo então presidente da República Jair Bolsonaro durante convenção do Progressistas (PP). O texto do repórter Ricardo Abreu enfatiza o posicionamento de ambos, que opera como resposta a questões frequentemente tratadas pelo telejornal.

Chamo a atenção, inclusive, para dois discursos: de Arthur Lira e também do presidente Jair Bolsonaro, os dois fazendo menção à defesa da democracia. Lira disse o seguinte: “já dei mais de 20 mensagens para o exterior e para o Brasil sobre a democracia, a Câmara dos Deputados não precisa ser provocada, nem obrigada a dizer isso”. E disse que é a favor da democracia, do processo eleitoral, e disse mais uma vez que não precisa que ninguém o force a dizer que as instituições no Brasil são fortes e são perenes. O presidente Jair Bolsonaro, em seu discurso, também disse: “defendemos a democracia, não precisamos de nenhuma cartinha para falar que defendemos a democracia. Não precisamos então de apoio, sinalização de quem quer que seja para mostrar que o nosso caminho é a democracia, a liberdade e o respeito à Constituição. A gente lembra que no dia 18 deste mês, o presidente Jair Bolsonaro convocou embaixadores de diferentes países para levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas, também falar de teorias da conspiração questionando a segurança do processo eleitoral brasileiro, que gerou também uma reação tanto de governos locais, de embaixadores, embaixadas, perdão, quanto também de instituições que têm demonstrado seu apoio à democracia (ABREU, 2022b).

O desdém de Jair Bolsonaro em relação ao documento foi ironizado pelo apresentador César Tralli: “cartinha que já tem mais de um milhão de assinaturas, importante no país inteiro, de gente absolutamente importante de todos os segmentos da sociedade, praticamente todos os ex-ministros do Supremo” (TRALLI, 2022i). A partir dessa data, o termo “cartinha” passou a ser empregado pelos comentaristas para referir-se ao desprezo do então presidente pelos movimentos da sociedade civil em defesa da democracia.

d) Reflexividade e revisibilidade de opiniões

Trocas argumentativas e reciprocidade discursiva entre os participantes de uma discussão pública resultam, potencialmente, em mudanças nas proposições inicialmente expostas, aspecto enfatizado pelo quarto indicador exposto por Maia (2008a). Nos termos da autora, “tal indicador aponta para um processo de aprendizagem, pelo qual os participantes podem rever as próprias opiniões, ou os próprios argumentos, a fim de incorporar novos aspectos ou de aperfeiçoar as razões em disputa” (MAIA, 2008a, p. 94).

A limitação nos aspectos previamente expostos resultou, naturalmente, em esparsas oportunidades para os participantes da discussão revisarem suas posições com base no exposto por seus interlocutores. Nesse contexto, marcado por um posicionamento editorial consolidado e constante ao longo do tempo, além de um controle rígido do processo de enunciação (majoritariamente reservado aos jornalistas), resultou em mais permanências e reafirmações do que revisões de opiniões expressas. Ressalta-se, no entanto, que, durante a maior parte do tempo em cena, os jornalistas forjam uma conversação entre si, com base em informações e percepções construídas nos bastidores através do diálogo com fontes nem sempre explicitadas no discurso, o que nos remete à existência de um aspecto invisível e apenas parcialmente observável das discussões mediadas. Nesse cenário, os jornalistas “atuam tanto como participantes ativos – isto é, ‘falantes comprometidos’ – como, também, ‘moderadores’, agenciando vozes dos demais atores sociais” (MAIA, 2008a, p. 88).

Considerando esse contexto, a observação distendida no tempo permitiu identificar que a percepção dos jornalistas sobre o papel do Ministério da Defesa e das Forças Armadas no processo de contestação do sistema eletrônico de votação passou por reconfigurações ao longo do período de análise, que refletiam as mudanças de postura do Judiciário em relação a tais instituições. A menção a uma apuração paralela de votos a ser realizada pelos militares, no final de abril de 2022, foi o primeiro momento em que as Forças Armadas foram implicadas, em alguma medida, nos registros que compõem o *corpus*. A apreciação qualitativa do modo como o telejornal retratou a questão evidencia que o foco esteve voltado para Jair Bolsonaro, em movimentos interpretativos que “inocentavam” as Forças Armadas no episódio. Essa percepção encontra-se expressa no comentário de Fernando Gabeira em 28 de abril.

Ele tem a intenção de envolver as Forças Armadas, se observa, por exemplo, que ele propõe que haja uma contagem alternativa pelas Forças Armadas, mas eu não sei se ele consultou as Forças Armadas sobre isso, não é verdade? Elas que participam também dessa desse esforço de condução coletiva com o sistema eleitoral, elas acompanham também todas as tentativas de ampliar a

transparência. Portanto é que ele quer é envolver também as Forças Armadas nessa dúvida que ele tem sobre o sistema eleitoral nesse questionamento que ele tem sobre o sistema eleitoral. Sabe que nesse sentido, é muito diferente nos Estados Unidos. O Trump nos Estados Unidos duvidou do sistema eleitoral por conta própria, ele não tentou envolver as Forças Armadas nesse processo. Então, é muito importante que o Senado tenha se manifestado, que a Câmara tenha manifestado, seria aconselhável que os candidatos também se manifestassem, porque na verdade o resultado das eleições que o Bolsonaro coloca em xeque. E vamos dizer, também, uma coisa: qual seria a vantagem de uma contagem paralela das Forças Armadas? Por que as Forças Armadas teriam um monopólio da confiabilidade? Eu acho que elas são uma instituição muito confiável, mas isso não significa que o Tribunal Eleitoral também não seja, não significa que as outras forças que participam do acompanhamento do processo eleitoral também não sejam. Essa tentativa de separar as Forças Armadas como se ali houvesse uma instância confiável contra um espaço civil não confiável eu acho muito negativa, Tralli, eu acho que nós temos que combater isso. Espero até que as Forças Armadas compreendam como elas estão sendo usadas num processo muito desgastante (GABEIRA, 2022c).

A mesma percepção foi expressa por Gerson Camarotti em 29 de abril, ao atribuir a Jair Bolsonaro as tentativas de politização e apropriação das Forças Armadas.

Você tem hoje muito consolidado nos comandos das Forças Armadas, **elas sabem do seu papel constitucional**, elas têm, ao longo dessas últimas décadas e desde a redemocratização, tido um papel fundamental no respeito da Constituição e **você vê ali muito claro entre os generais nada que vá representar qualquer tipo de ruptura**. Se tem um processo de amadurecimento muito significativo. Agora, você tem, sim, tentativas de politização. Em vários momentos a gente viu o próprio presidente Jair Bolsonaro tentando: “meu exército, minhas forças armadas”, indo fazer discurso em frente ao QG do exército, **mobilização que causou constrangimento a setores importantes das Forças Armadas** (CAMAROTTI, 2022c).

A tematização de uma reunião entre o então presidente do STF, Luiz Fux, e Paulo Sérgio Nogueira, à época ministro da Defesa, incluiu um trecho da sessão do tribunal em que Fux relatava o comprometimento das Forças Armadas com o processo eleitoral, declaração que operou, no âmbito da cobertura, como uma espécie de fechamento da controvérsia iniciada pela menção à apuração paralela.

Ontem à tarde, eu recebi no gabinete da presidência do Supremo Tribunal Federal o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional, para dialogar sobre as relações entre os poderes, ocasião na qual nos mostramos alinhados nos objetivos de defender as instituições e a nossa Constituição. Abordamos a necessidade de termos um Judiciário forte, independente e responsável para a manutenção da paz social e dos direitos fundamentais do brasileiro. Também prestando conta a vossas excelências, **na tarde ontem, eu me reuni com o ministro da defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que solicitou o encontro após a sua posse como ministro da Defesa, oportunidade em que manifestou que as Forças Armadas estão comprometidas com o processo eleitoral e com a democracia**. O ministro da defesa agora se reunirá com sua excelência o ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, este que é o grande guardião do processo eleitoral brasileiro na organização das eleições (FUX, 2022).

O pedido, por parte do Ministério da Defesa, para que o Tribunal Superior Eleitoral divulgasse as perguntas e sugestões realizadas pelos militares sobre o processo eleitoral, operou como gatilho para o início de um movimento de mudança na postura do telejornal em relação ao ministério. O episódio ocorreu apenas dois dias depois do encontro de apaziguamento com o Judiciário, aspecto destacado pela repórter Isabela Camargo, durante entrada ao vivo em 6 de maio.

Ainda a respeito das relações institucionais entre as cortes superiores e Forças Armadas, acho importante destacar que começamos a semana acompanhando o ministro da Defesa indo até o Supremo Tribunal Federal fazer uma visita institucional ao presidente Luiz Fux e depois dessa entrevista, dessa conversa, perdão, veio a divulgação de uma nota, tanto do STF, quanto do Ministério da Defesa, as notas são ali muito semelhantes, elas reforçavam compromisso das Forças Armadas com a democracia e com o papel que tem desenhado ali para que as Forças Armadas e representem pela Constituição de 88 no nosso processo democrático (CAMARGO, 2022b).

Em 9 de maio, o comentário de Natuza Nery reúne uma série de percepções fornecidas por ministros do TSE (não identificados pela jornalista) que contribuem para explicar, em alguma medida, a mudança de postura do telejornal, especialmente da referida comentarista, em relação à incorporação das Forças Armadas à Comissão de Transparência das Eleições.

Eu conversei com alguns ministros do TSE, um deles defendeu o seguinte: acabou o trabalho da comissão. Então já fez já respondeu a todas as perguntas, já tem resposta para tudo, já disse para o exército brasileiro, para as Forças Armadas, que dos sete pontos questionados, três negou de cara e os outros quatro já estão fazendo. Então, na prática, disse: olha está tudo certo aqui a gente respondeu o que vocês perguntaram, agora vamos para a próxima. E um desses ministros defende o seguinte: olha já deu eles estão se sentindo os donos do processo e tão chegando ao absurdo de um ministro da Defesa pedir para que se reporte a ele, para que ele seja um interlocutor. Ministro da Defesa faz parte do Executivo Federal e todas as mostras já foram dadas de que o Ministro da Defesa cumpre as ordens de Bolsonaro, então como é que você coloca dentro da Justiça Eleitoral alguém que é candidato? Porque na prática, e sendo o Ministro da Defesa, quem está lá sentado é o presidente da República. Faz sentido? Não faz sentido. Mas aí eu fui para outros integrantes do TSE, eles me disseram e garantiram o seguinte: o trabalho da comissão não vai parar, não vai ser concluído. Porque se o primeiro ministro disse o seguinte “olha já está tudo respondido, já está tudo esclarecido encerra passa a régua e vamos pra frente segue o jogo”. Mas aí algumas pessoas importantes com quem eu conversei disseram: tá e a gente conclui tirando a Defesa da história, tirando as Forças Armadas? Não faria sentido e a emenda ficaria pior do que o soneto. Não dá para tirar um integrante, não faz sentido acabar com a comissão uma vez que ela existe, ficaria ruim agora. Então não faria sentido nesse momento. Embora haja uma percepção geral no Tribunal Superior Eleitoral de que se foi longe demais, que o monstro ficou grande demais, alimentaram esse monstro por muito tempo e agora fica difícil voltar todas as casas desse tabuleiro (NERY, 2022b).

Em 10 de junho, quando o Ministério da Defesa enviou ao TSE um ofício em que afirmava que as Forças Armadas não se sentiam “prestigiadas” pela Justiça Eleitoral, os

comentaristas do telejornal contestam a posição do Ministério da Defesa ao levantar questionamento sobre o real envolvimento dos comandos das Forças Armadas, em um esforço para diferenciar o ministério, pasta política que respondia diretamente a Jair Bolsonaro, dos comandos. Nesse sentido, Natuza Nery propõe o questionamento.

E ele está falando pelas forças armadas, será que está mesmo? Será que a cúpula das Forças Armadas está endossando esse tipo de engajamento do ministro da defesa, que é um nome demissível, ao contrário do comandante das Forças Armadas, porque o processo de destituição é um pouco mais complicado? (NERY, 2022h).

Na edição de 13 de junho, o assunto é retomado, ainda no contexto da crise institucional deflagrada pelo episódio supracitado. A intervenção de Natuza Nery nesta oportunidade, em resposta à pergunta posta pelo apresentador César Tralli, evidencia uma visão menos leniente em relação aos militares do que previamente exposto.

César Tralli: Agora, Natuza, as Forças Armadas vão se deixar serem usadas assim politicamente pelo presidente da República para atacar o sistema eleitoral e a urna eletrônica até o dia da votação? Vai ser isso vai ser isso até o fim?

Natuza Nery: Pelo andar da carruagem, sim. Tem uma peculiaridade, né? As forças armadas têm ali o dever, o compromisso com a hierarquia. Então, você não costuma ver um general falando e tal. **Mas daria para ter colocado já alguns limites em diversos momentos e isso não foi feito. É claro que quando a gente fala de Forças Armadas, dá ideia de uma instituição coesa que pensa igual e não é exatamente assim. Mas quando os maus falam e os bons silenciam, os maus ganham, não é?** Aqueles que estão a serviço do presidente Bolsonaro e dessa aventura retórica do presidente Bolsonaro acabam eclipsando aqueles que não concordam com a conduta e não querem que as Forças Armadas sejam vistas, nem usadas como braço auxiliar, de um discurso como o do presidente da República. Agora imagina a seguinte situação, porque no limite é isso: o presidente Bolsonaro diz que ele e ele, de fato, é o comandante em chefe das Forças Armadas, certo, certo. O presidente Bolsonaro é candidato à reeleição e ele quer que as Forças Armadas estejam de alguma maneira acima da Justiça Eleitoral ou igual, no mesmo nível da Justiça Eleitoral, fazendo uma contagem paralela de votos. É basicamente dizer que você, Tralli, está disputando um jogo em que você disputa o bicampeonato. O juiz é seu, o VAR é seu. A torcida é você quem escolhe, você manda em absolutamente tudo. Não se pode ignorar o fato de que Bolsonaro, comandante em chefe das Forças Armadas, ele manda e as Forças obedecem, disputa a reeleição. Ele não pode querer que as Forças Armadas sejam juízes, tal qual a Justiça Eleitoral é, como é Fachin, como é Alexandre de Moraes, como são os ministros que constituem a Justiça Eleitoral Brasileira. Então, o que Bolsonaro deseja é fora de propósito. Em qualquer lugar do mundo, inclusive no futebol de várzea (TRALLI; NERY, 2022).

Em 18 de outubro, no âmbito do quadro Central das Eleições, a mesma comentarista referiu-se à inclusão das Forças Armadas na Comissão de Transparência das Eleições como “um erro histórico do próprio Tribunal Superior Eleitoral” (NERY, 2022j), em uma crítica explícita ao presidente da corte quando do convite, Luís Roberto Barroso. A perspectiva

defendida por Natuza Nery foi contestada pela comentarista Eliane Cantanhêde, em um raro momento de discordância entre os comentaristas políticos do telejornal.

Primeiro eu vou fazer uma defesa do Luís Roberto Barroso, porque o Barroso sempre me disse que não foi ele que inventou de convidar as Forças Armadas, isso está lá atrás, está dentro do regimento, está dentro dos documentos internos da Justiça Eleitoral que, entre várias instituições que participam do processo eleitoral, do monitoramento das urnas, está a instituição Forças Armadas. Ou seja, não foi ele que inventou neste momento, ele apenas ratificou alguma coisa que já estava prevista. Ele não inventou isso. Agora, as Forças Armadas realmente fizeram um papelão e a gente não tem outro nome para definir, porque as Forças Armadas estão sendo manipuladas claramente, evidentemente pelo presidente Jair Bolsonaro (CANTANHÊDE, 2022).

A apreciação dos registros distendidos no tempo permitiu, portanto, identificar que a percepção dos jornalistas em relação ao Ministério da Defesa e, por extensão, às Forças Armadas, modificou-se significativamente à medida em que o desenrolar dos fatos no campo político intensificou as tensões entre estas instituições e a Justiça Eleitoral. Nesse sentido, constata-se que o posicionamento editorial alinhado à alta cúpula do Judiciário federal nos parece ter sido o condicionante que atuou mais fortemente nesse processo de revisibilidade de opiniões, considerando o contexto de um debate parcialmente interditado.

4.2.6 Conclusões Acerca do Debate Mediado pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre o Processo Eleitoral Brasileiro

As controvérsias políticas em torno do sistema eletrônico de votação e do processo eleitoral brasileiro foram disponibilizadas ao conhecimento público pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h*, de modo que, a partir da visibilidade conferida ao assunto no fragmento da esfera de visibilidade midiática ocupado pelo telejornal, o público que acessa seu conteúdo tomou conhecimento da disputa em andamento, adquirindo condições para tomar posição em relação a esta. Sob esse aspecto, o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* foi capaz de materializar o que é tido por autores como Marques (2010), Maia (2008b) e Gomes (2008) como a principal potencialidade dos meios de comunicação no processo de debate público: sua capacidade de dar publicidade às questões públicas e estimular discussões em torno delas.

Tal constatação não impede de reconhecer, no entanto, que a abordagem majoritariamente voltada ao cálculo político e às disputas de poder – condicionada pela linha editorial do telejornal e pelo período eleitoral – negligenciou a produção de esclarecimento sobre o processo eleitoral e o sistema eletrônico de votação. Tendo em vista que discussões a respeito de questões como voto impresso e alegações de fraude eleitoral foram levantadas em

outros momentos da história política recente do país, anteriores à ascensão da extrema-direita, constata-se que a cobertura levada ao ar pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* abdicou da oportunidade de fornecer subsídios para a construção de um conhecimento aprofundado e consolidado sobre o sistema eletrônico de votação e o processo eleitoral que pudesse ser empregado pela audiência para influenciar conversações em outras arenas.

O teor antidemocrático da retórica de ataque ao sistema eleitoral, atrelada a ameaças explícitas de ruptura institucional e amplamente baseada em alegações falsas, impôs desafios à abordagem do tema. Nesse sentido, as escolhas editoriais constitutivas da cobertura, baseada em ataques e defesas, são passíveis de questionamento, pois, em alguma medida, denotam o êxito da extrema-direita em influenciar agendas. Concomitantemente, o emprego do conflito como elemento estruturador da narrativa e a abordagem centrada no cálculo político e disputas de poder obliteraram a representação de nuances que pudessem existir entre os dois polos opostos visibilizados pelo telejornal. Pesquisa Datafolha que aferiu a confiança dos brasileiros nas urnas eletrônicas revelou gradações entre eleitores que confiavam muito (47%) e um pouco (32%), em oposição aos 20% que não confiavam (CRESCER..., 2022). A mesma pesquisa apontou que a desconfiança em relação ao sistema eletrônico de votação era maior entre eleitores de Jair Bolsonaro, mas também estava presente entre eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva, o que nos leva a crer na existência de uma parcela de eleitores que mantêm dúvidas sobre a credibilidade do sistema eletrônico de votação não necessariamente atreladas à retórica da extrema-direita.

Em pelo menos dois momentos, comentaristas do telejornal estabeleceram relação causal entre a retórica de ataque às urnas, capitaneada por Jair Bolsonaro, e o crescimento da desconfiança no sistema eleitoral. Em 9 de maio, Natuza Nery afirma, ao referir-se ao então presidente da República, que “ele provocou um estrago que foi aumentar a desconfiança em relação ao sistema eleitoral” (NERY, 2022b). Em 10 de junho, Fernando Gabeira pontua que “através desse processo, aumentou um pouco a margem da população que não acredita na legitimidade das eleições” (GABEIRA, 2022d). Ainda que a existência de eleitores que não confiam no sistema estivesse presente no horizonte dos jornalistas do *Edição das 18h*, a análise do conjunto dos registros revela que tal constatação não se traduziu em produção de esclarecimento sobre o sistema.

A apreciação dos registros à luz dos indicadores de deliberação mediada (MAIA, 2008b) permitiu vislumbrar que o debate construído pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre o processo eleitoral ofereceu possibilidades limitadas de deliberação, condicionadas por

múltiplos fatores que envolvem questões relativas ao tema em si, às especificidades do telejornalismo e às características de linguagem e formato deste telejornal.

A acessibilidade de múltiplas vozes ao debate é, de forma geral, o elemento mais prejudicado nas discussões mediadas pela comunicação de massa, tendo em vista que esta reflete (e reforça) as assimetrias de poder existentes na sociedade e as desigualdades no acesso aos meios. No caso específico do telejornal analisado, algumas características contribuem para a construção de barreiras que dificultam o acesso, entre as quais se pode destacar o controle dos jornalistas sobre todo o processo de enunciação. Sobre esse aspecto, recorda-se que o *Edição das 18h* adota um modelo que concede mais destaque aos “anfitriões” do fórum (os próprios jornalistas) do que às fontes, característica ligada ao caráter autorreferencial do telejornalismo contemporâneo e ao reforço da figura do jornalista (sobretudo do comentarista) como observador privilegiado e intérprete do mundo político. Nesse modelo, as proposições dos jornalistas são as que prevalecem, o que é especialmente verdadeiro em casos como o que aqui analisamos, em que os jornalistas acolheram um determinado ponto de vista e advogaram em favor dele. Tais constatações nos levam a concluir que o telejornal em questão adota o apagamento da fala direta dos atores políticos como prática discursiva, o que impõe limitações à troca pública de argumentos e à pluralidade de vozes.

A escolha dos formatos de apresentação da notícia também se baseia nesse apagamento e produz efeitos sobre a capacidade do telejornal de promover deliberação. Como verificado por Cottle (2003), com base em estudo realizado a partir do telejornalismo britânico, diferentes formatos informativos podem restringir ou expandir as possibilidades de deliberação. Enquanto notas simples, notas cobertas e reportagens gravadas oferecem possibilidades restritas de deliberação, entrevistas ao vivo (individuais ou em grupo) ampliam tais possibilidades, pois permitem aos entrevistados maior possibilidade de responder às perguntas do entrevistador mais livremente, da maneira que considerarem apropriada e, ocasionalmente, desafiar a agenda e as suposições do entrevistador, alterando o enquadramento proposto inicialmente (COTTLE, 2003, p. 162).

O estudo do autor não contemplou formatos opinativos, mas oferece elementos para pensar o modo como o telejornal analisado mobilizou esparsamente, no âmbito de nosso objeto de análise, formatos que expandem as possibilidades de deliberação. Entrevistas ao vivo (realizadas de forma remota, pela internet) foram empregadas com pouca frequência no âmbito da cobertura sobre o processo eleitoral, estando presentes em cinco edições que compõem o *corpus*. Para além da baixa prevalência do formato no âmbito de nosso objeto de análise, chama

a atenção a repetição de fontes, os cientistas políticos Claudio Couto e Fernando Abrucio, cada um deles entrevistado em duas oportunidades (totalizando quatro edições).

Recorda-se que entrevistas ao vivo são formatos que exigem um processo de pré-produção que pode envolver diversas etapas, a depender do nível de complexidade do assunto (seleção de fontes, agendamento e pré-entrevista, por exemplo). Além disso, sujeitam o telejornal a um nível de imprevisibilidade maior do que em edições em que os jornalistas, sozinhos, controlam a enunciação. As habilidades comunicativas dos entrevistados, a adesão às demandas do telejornal (como as limitações de tempo, por exemplo) e, no caso de entrevistas remotas, a possibilidade de dificuldades técnicas também são fatores considerados pelas equipes de produção quando da inserção desse formato em telejornais. Tais fatores ajudam a explicar, em alguma medida, a repetição de fontes nas ocasiões em que a entrevista ao vivo foi empregada. Tais fontes são mobilizadas de forma recorrente pelo canal, como evidencia o modo através do qual apresentador César Tralli despediu-se de Claudio Couto após finalizar a entrevista em 25 de abril: “Professor Claudio Couto, quero agradecer muito a sua presença, a sua participação aqui, pelo tempo dedicado e pela competência toda. E já estamos aqui aguardando a sua volta”. Tanto Claudio Couto quanto Fernando Abrucio são citados por Paternostro (2006, p. 179) como entrevistados frequentes do programa *GloboNews Painel*, que esteve no ar entre 2000 e 2020, o que corrobora nossa percepção em relação à recorrência de ambos e à consolidação do repertório de fontes mobilizadas pelo canal. Nesse sentido, sabe-se que a produção de listas ou guias de fontes que circulam internamente aos veículos é prática difundida nas redações, assim como o fornecimento de tais guias por parte das assessorias de imprensa de organizações públicas e privadas dos mais diversos setores. Trata-se de um elemento facilitador das rotinas produtivas que, no entanto, consolida barreiras no acesso aos meios. Ainda sobre esse aspecto, recorda-se que o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* reserva suas maiores cotas de visibilidade às elites política, econômica e intelectual.

Rinke (2013) sustenta que formatos dialógicos podem promover deliberação ao conceder oportunidades aos falantes para fornecer e solicitar uns dos outros razões para justificar suas posições. Ainda que o modelo de telejornal adotado pelo *Edição das 18h* se pretenda dialógico, algumas de suas características de linguagem e formato impõem limites à troca de argumentos em um processo de diálogo verdadeiro. Nesse sentido, podem ser citadas a ausência de movimentos de réplicas e tréplicas, a existência de constrangimentos de tempo e *script* e o caráter complementar e consonante das intervenções dos comentaristas. A exigência de um alto grau de autonomia a ser concedido aos participantes de um debate para que se

configure um diálogo eficaz é ressaltada por Machado (2003) ao refletir sobre os formatos televisivos baseados no diálogo.

A eficácia do diálogo na televisão depende de uma autonomia real que se concede aos participantes. Não pode haver debate quando há o constrangimento de um script determinando o que se deve dizer, de que maneira dizê-lo, ou em que circunstância intervir. O debate deve ser fruto exclusivo da fogueira das ideias e a astúcia única que se espera de um bom moderador é sua técnica de fustigar as ideias, para que elas possam emergir. Crucial nessas circunstâncias é a liberação dos constrangimentos de tempo. As televisões comerciais, no geral, operam sob severa economia temporal, em razão dos interesses econômicos e do esquadramento dos anunciantes ao longo da programação. Grande parte dos debates promovidos sob essas circunstâncias são marcados pelo ritmo ferrenho do cronômetro, com perguntas e respostas desferidas à queima-roupa, sem intervalo para pausas, hesitações ou reflexões. A possibilidade de um real diálogo filosófico, nem é preciso dizer, depende muito da conquista de um outro *timing* televisual, mais livre e mais fluido do que aquele imposto à televisão pela metralhadora de cortes dos *spots* publicitários (MACHADO, 2003, p. 79-80).

Telejornais como o *Edição das 18h* permitem, potencialmente, a superação da limitação de tempo característica dos telejornais de canais generalistas. O espelho do *Edição das 18h* é estruturado de modo que mais da metade do tempo total do telejornal transcorre sem intervalos comerciais, o que seria, em tese, uma condição facilitadora para a realização de diálogos. Ainda que o telejornal tenha duas horas de duração, o desenvolvimento de cada assunto durante o primeiro grande bloco ocupa de 20 a 30 minutos, divididos (em termos gerais) entre um repórter e três comentaristas, além das intervenções do apresentador. A observação diária do telejornal permite inferir que há determinação prévia do tempo que cada jornalista deve ocupar, como evidenciam os cortes de câmera nos momentos em que o controle da emissão será devolvido ao apresentador (parte final dos vivos e comentários). A mera disponibilidade de tempo não garante, portanto, a operacionalização do *timing* televisual ao qual se refere Machado, o que, em nossa percepção, deve-se ao fato de que o subgênero telejornal possui um *timing* próprio, constitutivo de sua forma significativa, que não admite “pausas, hesitações ou reflexões”.

Os condicionantes expostos até aqui nos conduzem à conclusão de que o subgênero telejornal oferece menores condições para a promoção de processos deliberativos do que outras modalidades de programas telejornalísticos em que formatos dialógicos sejam empregados de forma mais consistente e com menores constrangimentos de tempo e roteirização. Ressalta-se, no entanto, que as limitações identificadas no âmbito do objeto de análise estão condicionadas, mas não determinadas, pelas especificidades do telejornal analisado, cuja proposta central não está voltada para a promoção de deliberação, mas poderia ser otimizada para este fim.

Para além de questões de formato e linguagem, há que se considerar, ainda, que as concepções de política que guiam as escolhas editoriais e a abordagem dos fatos políticos neste telejornal (que não lhe são exclusivas, mas comuns ao jornalismo político) limitam a deliberação pela ênfase na personalização dos conflitos e por consolidarem a percepção de que a política é o lugar do poder, não da construção de soluções coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sustentamos, com base nos autores mobilizados, que o jornalismo desempenha um papel na promoção de processos deliberativos ampliados, ao mediar e articular feixes discursivos provenientes de diferentes campos sociais e regular a visibilidade de atores e agendas, processo a partir do qual alimenta fluxos comunicativos na esfera pública. Nesse cenário, a existência de uma parcela da população que alimenta dúvidas em relação ao sistema a partir do qual expressa sua vontade eleitoral, bem como a circulação de discursos que objetivam fomentar o ceticismo em relação ao processo eleitoral e às instituições encarregadas de conduzi-lo, impeliu-nos a propor um olhar analítico sobre o modo como tal questão pública pautou debates na esfera de visibilidade midiática.

As especificidades discursivas dos telejornais que compõem a grade de programação do canal de notícias *GloboNews* (baseados em modelos que se pretendem dialógicos), associadas ao lugar privilegiado ocupado pelos temas políticos no âmbito de tais telejornais, foram fatores preponderantes para a delimitação do lócus ao qual se voltou nossa observação. Assim, a pesquisa cujos resultados aqui apresentamos inscreve-se na interface entre o potencial do jornalismo para mediar processos deliberativos ampliados e as lógicas a partir das quais operam os jornalistas, guiando-se pelo propósito de investigar os modos como o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* mediou o debate sobre as eleições 2022 no Brasil.

A construção de um quadro descritivo do telejornal corresponde ao primeiro objetivo específico desta pesquisa e permitiu identificar especificidades do telejornal analisado, tais como o predomínio de formatos que não exigem edição, uso esparso de reportagens gravadas e valorização dos formatos opinativos. Sua característica mais importante, no entanto, relaciona-se ao caráter pretensamente dialógico forjado pela dinâmica de apresentação da notícia, baseada na interação entre apresentador, repórter e comentaristas através de um processo de multiplicação de telas. As locações a partir das quais se reportam os fatos políticos (Palácio do Planalto e Câmara dos Deputados, na maior parte das edições analisadas) são representativas do modo como o telejornal reserva sua visibilidade às elites políticas – característica preponderante do jornalismo político brasileiro –, além de apontar para a existência de processos e rotinas que estabelecem relações de proximidade com os centros de poder político institucional.

Em cumprimento ao segundo objetivo específico desta pesquisa (verificar se houve construção de debate sobre o processo eleitoral brasileiro a partir do telejornal em questão), concluiu-se que o *Jornal GloboNews – Edição das 18h* selecionou, organizou e formatou fluxos

discursivos que se encontravam dispersos na esfera pública, construindo um debate no âmbito do fragmento da esfera de visibilidade midiática que ocupa. Ao fazê-lo, produziu efeitos sobre o campo político, impelindo outros atores a tomarem posição em relação à disputa e fornecerem declarações que retroalimentavam o debate mediado. Neste ponto, quando empregamos o termo debate, referimo-nos à acepção ampla do termo, enquanto exposição de razões em defesa de um ponto de vista, mas não necessariamente a um processo dialógico verdadeiro, considerando termos demonstrado que as características de formato e linguagem do telejornal impõem barreiras a esse processo.

Questões relativas ao processo eleitoral foram pautadas pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* de forma frequente e constante ao longo das 30 semanas de observação, ocupando os espaços de maior valoração editorial. Tal constatação nos permite concluir que o telejornal foi capaz de produzir ampla visibilidade em torno do tema em questão, aspecto tido por autores filiados ao paradigma deliberacionista como a principal potencialidade das emissões jornalísticas na mediação de processos deliberativos ampliados. A inserção do assunto no telejornal se deu através de abordagens diversas, agrupadas, para efeitos de quantificação, em cinco categorias: *fake news* e plataformas digitais; violência política e assédio eleitoral; aspectos burocráticos e serviço, análises do eleitorado e ataques e defesas do processo eleitoral. As pautas associadas a esta última abordagem geraram o maior número de registros e foram capazes de estender o debate ao longo do tempo, operando como âncoras do tema no âmbito do telejornal, e adotadas como foco de nossa análise qualitativa por terem sido exploradas a partir de seu potencial de controvérsia.

O predomínio de tal abordagem associa-se à tendência do telejornalismo em privilegiar pautas que evocam conflitos reais ou potenciais e de empregar elementos da dramaturgia na estruturação das narrativas (COUTINHO, 2012), aspecto amplamente verificado no âmbito de nosso objeto de análise. Nesse conflito, o telejornal adotou posição de alinhamento à alta cúpula do Judiciário Federal na defesa do sistema eleitoral em suas atuais configurações e, sobretudo, da Justiça Eleitoral como instância dotada de legitimidade para conduzi-lo. Tal posicionamento editorial orientou a seleção, caracterização e mobilização das fontes, bem como a abordagem e interpretação de cada um dos ganchos factuais e a distribuição das cotas de visibilidade. A defesa desse ponto de vista, através da maximização da visibilidade de determinadas fontes e do apagamento intencional de outras, pode ser compreendida, no âmbito específico da questão analisada, como defesa de instituições democráticas, ao mesmo tempo em que suscita a reflexão sobre o modo como a adoção de tais práticas pode levar à invisibilidade de outras questões públicas relevantes, interditando debates.

A reflexão sobre o modo como as dinâmicas do telejornal condicionaram o debate corresponde ao terceiro objetivo específico desta pesquisa e evidenciou elementos que potencialmente favoreceriam a construção de um debate, tal como a adoção de um modelo de telejornal pretensamente dialógico. Tal característica, no entanto, mostrou-se esvaziada quando da apreciação qualitativa dos registros, tendo em vista que o efeito de polifonia gerado pelas interações resulta da multiplicação de vozes do próprio telejornal, consonantes entre si. Nesse sentido, forja-se um diálogo não mais do que simulado, condicionado por um modelo de telejornal em que os jornalistas detêm controle quase total do processo de enunciação e que leva ao apagamento da fala direta dos atores implicados, permitindo poucos espaços em que estes possam se expressar em seus próprios termos.

A apreciação do conjunto de registros à luz dos indicadores de deliberação mediada (quarto objetivo específico da pesquisa) revelou que o debate construído pelo *Jornal GloboNews – Edição das 18h* sobre o processo eleitoral brasileiro mobilizou possibilidades limitadas de deliberação, condicionadas pelos fatores supracitados e por especificidades do próprio tema, que exigiu tomada de posição por parte dos jornalistas, anfitriões do fórum. A acessibilidade de vozes plurais ao debate esteve amplamente prejudicada, como na maioria dos debates mediados pelo jornalismo comercial, em que a visibilidade é reservada a um pequeno número de atores, notadamente figuras que ocupam posições de poder. Os argumentos mobilizados pelo telejornal estiveram voltados à construção de convencimento sobre o caráter oportunista dos ataques comandados por Jair Bolsonaro, além de operarem como reforço à legitimidade da Justiça Eleitoral. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o telejornal foi capaz de produzir visibilidade sobre o tema e fomentar um processo de discussão em torno deste, a abordagem majoritariamente voltada ao cálculo político e ao conflito entre figuras em posições de poder obliterou a produção de esclarecimento sobre o sistema. Tais escolhas editoriais são compreensíveis neste caso específico, mas passíveis de questionamento quando considerada a existência de uma parcela de cidadãos que alimenta dúvidas legítimas sobre o sistema eletrônico de votação e seus mecanismos de apuração e auditoria.

A escolha por um período de observação relativamente longo revelou-se acertada, pois permitiu visualizar os movimentos realizados pelo telejornal com algum distanciamento temporal, bem como identificar que muitas das escolhas editoriais identificadas nos momentos iniciais do período de observação mantiveram-se constantes ao longo de 30 semanas, o que nos suscita a reflexão sobre o nível de influência/controlado organizacional sobre o tratamento editorial do assunto. O processo de coleta gerou quantidade significativa de dados, que buscamos analisar de modo a construir sínteses amplas. O conjunto de dados coletados, no

entanto, ainda permite análises pormenorizadas em relação a episódios ou atores específicos, por exemplo, que podem subsidiar pesquisas futuras. O caráter “multiplataforma” dos comentaristas do telejornal e o modo como as perspectivas sustentadas por eles se desdobram, em forma de sínteses e enquadramentos, em outros produtos jornalísticos do mesmo grupo também nos parece oferecer possibilidades de investigações futuras.

A ênfase concedida à “defesa da democracia”, no âmbito da cobertura analisada, evoca a lembrança de outros momentos da história política recente do país em que o apreço pelas instituições democráticas não parece ter guiado as escolhas editoriais dos veículos do Grupo Globo, como verificado por Van Dijk (2017) em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff, para citar apenas um exemplo. Tal constatação leva a crer, ainda que não se possa afirmar categoricamente, que o alinhamento do telejornal à Justiça Eleitoral na defesa do sistema eletrônico de votação estabeleça relação mais direta com a reafirmação de uma instância de poder do que propriamente com a defesa de ideais democráticos. Sobre esse aspecto, nos parece digno de nota o fato de que, diante das múltiplas afrontas aos valores democráticos e aos direitos humanos cometidas ao longo sua carreira política, Jair Bolsonaro tenha tido parte de seus direitos políticos suspensos²⁷ após afrontar a legitimidade de uma instância de poder fortemente constituída. Tal constatação, ainda que referente ao mundo político, nos fornece elementos para compreender o destaque concedido pelo telejornal à retórica de ataque ao processo eleitoral e o modo como mobilizou sua prerrogativa de organização dos fatos do mundo de modo a reafirmar a legitimidade da instância de poder atacada.

A apreciação do contexto de produção das sonoras de magistrados empregadas no âmbito da cobertura analisada revela que estas foram majoritariamente extraídas de declarações concedidas em eventos públicos voltados a magistrados e sessões dos tribunais. Tais atores não forneceram, portanto, entrevistas diretamente aos jornalistas (ainda que frequentemente forneçam informações *off the records*, conforme demonstramos). Nesse sentido, verifica-se que estes não precisaram colocar-se sob escrutínio da imprensa e, mesmo assim, mantiveram intactas suas altas cotas de visibilidade no debate analisado. Tal constatação reforça nossa percepção em relação ao fato de que a maximização da exposição dessas instituições resultou de escolhas editoriais que evidenciam uma postura ativa, por parte do telejornal, na produção de visibilidade em torno de tais atores e na sua caracterização enquanto guardiões da

²⁷ Em 30 de junho de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou Jair Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, em decorrência de reunião promovida pelo então presidente da República com embaixadores no Palácio da Alvorada em julho de 2022, em que foram propagados ataques ao sistema eleitoral brasileiro. Com a condenação, Jair Bolsonaro tornou-se inelegível pelo período de oito anos.

democracia, não a aspectos meramente circunstanciais. Nesse sentido, cabe enfatizar, ainda, que o relacionamento entre jornalistas e fontes é marcado por um processo de negociações e tensionamentos, em que o nível de poder e influência das fontes é diretamente proporcional à pressão sobre os jornalistas.

A regulação da visibilidade de agendas antidemocráticas impõe-se como desafio diário aos jornalistas, sobretudo quando se considera que o jornalismo não mais detém o quase monopólio da administração da visibilidade de atores e agendas. Do mesmo modo, o relacionamento entre jornalistas e fontes do campo político que empregam a retórica da “comunicação direta” como estratégia para pautar a imprensa sem submeter-se a seu escrutínio também desafia a mediação jornalística. Nesse sentido, ainda que o mundo hipotético imaginado por Schudson (1995, p. 1), em que grupos de interesse “entregam informação diretamente aos cidadãos a partir de computadores domésticos”, tenha se concretizado, a necessidade social pela mediação de observadores independentes que conheçam os caminhos da política, mas sem vínculos partidários, tende a sobreviver, como também sustentado pelo autor. O jornalismo, enquanto organizador dos fatos do mundo, permanece fornecendo sínteses definidoras da percepção social sobre determinadas questões, ainda que enfrente a concorrência de atores que pretendem assumir o controle das narrativas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo. **Entrada ao vivo para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 15 jul. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10763494/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ABREU, Ricardo. **Entrada ao vivo para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 27 jul. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10797751/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ABRUCIO, Fernando. **Entrevistado do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 13 mai. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10574875/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

AGGIO, Camilo de Oliveira. Comunicação eleitoral “desintermediada”, mas o quão realmente interativa? Jair Bolsonaro e o Twitter nas eleições de 2018. **E-compós**, [S. l.], v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1994>. Acesso em 12 set. 2022.

BARROSO diz que Forças Armadas são orientadas a 'atacar' e 'desacreditar' processo eleitoral. G1, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/barroso-diz-que-forcas-armadas-sao-orientadas-a-atacar-e-desacreditar-processo-eleitoral.ghtml>. Acesso em 25 abr. 2022.

BARROSO, Luís Roberto. **Sonora do ministro do STF para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 29 abr. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10531983/>. Acesso em 29 abr. 2022.

BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo**: transições. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BENNETT, W. Lance et al. Managing public sphere: journalistic construction of the great globalization debate. **Journal Of Communication**, 54, p. 437-454, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2004.tb02638.x> . Acesso em: 2 maio 2021.

BERGAMO, Monica. **TSE vai implantar o voto impresso em 30 mil urnas eleitorais em 2018**. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/12/1939502-tse-vai-implantar-o-voto-impresso-em-30-mil-urnas-eleitorais-em-2018.shtml> . Acesso em: 29 mar. 2022.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOLSONARO, Jair Messias. **Sonora do presidente da República para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 1 nov. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11088238/>. Acesso em 1 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, jan-jul 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/>. Acesso em 29 abr. 2022

BOURDIEU, Pierre. **Os usos da Ciência**. São Paulo: Unesp, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. The Political Field, the Social Science Field and the Journalistic Field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. **Bourdieu and Journalistic Field**. London/ Malden: Polity Press, 2005.

BRANDINO, Géssica; GALF, Renata. Saiba como ofensiva de Bolsonaro contra a imprensa fere Constituição e democracia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/saiba-como-ofensiva-de-bolsonaro-contr-a-imprensa-fere-constituicao-e-democracia.shtml>. Acesso em 28 abr. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Emenda Constitucional PEC 135/2019. Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292>. Acesso em 7 maio 2022.

BRASIL. Lei N. 10.408, de 10 de janeiro de 2002. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2002.

BRASIL. Lei N. 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Lei. N. 10.740, de 1º de outubro de 2003. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, para implantar o registro digital do voto. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Assessoria de Comunicação da Presidência, 2021. Metas, Rotinas, Produtos, Resultados 2018-2020. Online. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/presidenciaSTFPublicacoes/anexo/Balano2019_FINAL.pdf f Acesso em: 30 Mai. 2023.

CALCAGNO, Augusto Fernandes Luiz. Bolsonaro diz não ter provas sobre fraude nas eleições, apenas indícios. Correio Braziliense, Brasília, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/07/4940596-bolsonaro-diz-nao-ter-provas-sobre-fraude-nas-eleicoes-apenas-indicios.html>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CAMARGO, Isabela. **Entrada ao vivo para o Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 16 ago. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10854914/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CAMARGO, Isabela. **Entrada ao vivo para o Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 6 mai. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10553305/>. Acesso em: 6 mai. 2022.

CAMAROTTI, Gerson. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 2 jun. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10634025/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

CAMAROTTI, Gerson. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 28 abr. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10528280/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CAMAROTTI, Gerson. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 29 abr. 2022c. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10531983/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CAMAROTTI, Gerson. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 6 mai. 2022d. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10553305/>. Acesso em: 6 mai. 2022.

CANAIS GLOBO. **Jornal GloboNews edição das 18h.** 2020. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/t/X9mZLvQBRW/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CANTANHÊDE, Eliane. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 19 out. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11038750/>. Acesso em 19. out. 2022.

CARVALHO, Daniel. Sob Bolsonaro ‘o Planalto não vai comentar’ vira padrão de resposta a perguntas de jornalistas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/sob-bolsonaro-o-planalto-nao-vai-comentar-vira-padrao-de-resposta-a-perguntas-de-jornalistas.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CHAMBERS, Simone. Rhetoric and the public sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy? **Political Theory**, v. 37, n. 3, p. 323-350, jun. 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0090591709332336> . Acesso em: 22 Jan. 2022.

CHAMPAGNE, Patrick. The “double dependency”: the journalistic field between politics and markets. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erick (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e Transformação do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

COOK, Timothy. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 6, jul-dez 2011, p. 203-247. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/pj7NTsz4Qxsj8wrDLqv7QDS/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar 2023.

CÓRDOVA, Yasodara. Como os planos de WhatsApp e Facebook grátis contribuem para a epidemia de *fake news*. *The Intercept Brasil*, São Paulo, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/08/10/whatsapp-facebook-gratis-fake-news/>. Acesso em 23 set. 2022.

COTTLE, Simon. TV journalism and deliberative democracy: mediating communicative action. In: COTTLE, Simon. **News, Public Relations and Power**. Londres: Sage Publications, 2003.

COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2020.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora (MG)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e (re)produção de conhecimento no Brasil. *Lumina*. Juiz de Fora, vol. 2, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20964/11339>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COUTO, Claudio. **Entrevista com o cientista político para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 25 abr. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaiglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10517334/>. Acesso em 25 abr. 2022.

CRESCER confiança nas urnas eletrônicas. *Folha de S. Paulo*, 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/08/cresce-confianca-nas-urnas-eletronicas.shtml>. Acesso em 22 jan. 2023.

CUNTO, Raphael di; RESENDE, Thiago. **Câmara aprova exigência de impressão do voto nas eleições**. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/06/16/camara-aprova-exigencia-de-impressao-do-voto-nas-eleicoes.ghtml> . Acesso em: 29 mar. 2022.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

CUSHION, Stephen. Three phases of 24-hour news television. In: CUSHION, Stephen; LEWIS, Justin. **The rise of 24-hour news television**. New York: Peter lang Publishing, 2010.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DELLA COLETTA, Ricardo. **Sob a vigília de Bolsonaro, desfile militar em dia do voto impresso dura 10 minutos e tem gritos por intervenção**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/desfile-militar-em-dia-do-voto-impresso-dura-10-minutos-e-tem-bolsonaro-no-alto-da-rampa-do-planalto.shtml#erramos> . Acesso em: 29 mar. 2022.

DEPUTADO Francischini é cassado por propagar desinformação contra a urna eletrônica. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, 28 out 2021. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/plenario-cassa-deputado-francischini-por-propagar-desinformacao-contra-o-sistema-eletronico-de-votacao>

DIAS, Marina. Sem apresentar provas, Bolsonaro diz que houve fraude eleitoral e que foi eleito no primeiro turno. Folha de S. Paulo, São Paulo, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sem-apresentar-provas-bolsonaro-diz-que-houve-fraude-eleitoral-e-que-foi-eleito-no-1o-turno.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DUARTE, Elisabeth Bastos; CURVELLO, Vanessa. Telejornais: quem dá o tom?. **E-Compós**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2009. DOI: 10.30962/ec.332. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/332>. Acesso em: 29 mar. 2022.

DUARTE, Elisabeth Bastos. Telejornais: novas tendências estruturais. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2020.

EMERIM, Cárilda. **As entrevistas na notícia de televisão**. Florianópolis: Insular, 2012.

ESCOBAR, Andréa. A qualidade da informação na mídia *all news* e o papel dos intelectuais. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, Rio de Janeiro, 2010.

FACHIN, Edson. **Sonora do ministro do Supremo Tribunal Federal para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 29 abr. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10531983/>. Acesso em 29 abr. 2022.

FACHIN, Edson. **Sonora do ministro do STF para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 6 jul. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10734895/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

FALCÃO, Márcio. **Veja como ficou o texto final da reforma eleitoral sancionado por Lula**. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 set. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/09/631035-veja-como-ficou-o-texto-final-da-reforma-eleitoral-sancionado-por-lula.shtml> . Acesso em: 29 mar. 2022.

FECHINE, Yvana. Performance dos apresentadores dos telejornais: a construção do *ethos*. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 15, n. 36, ago. 2008, p. 69-76. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4417> . Acesso em: 14 abr. 2022.

FERRACIOLI, Paulo; RIZZOTO, Carla. Batalha das biografias na arena midiática da democracia: análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística. **E-compós**. Brasília, vol. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1444/1063>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FERREIRA, Isabelle Azevedo; NUNES, Marcia Vidal. A disputa argumentativa no processo de reformulação do código florestal brasileiro no site do MST. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 136, 2017, p. 161-178. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/160/16057380011/html/> . Acesso em: 21 jun. 2021.

FINGER, Cristiane. Ubiquidade: o novo desafio do telejornalismo. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2020.

FOLHA DE S. PAULO (São Paulo). **Presidente do TSE pede a Lula veto a voto em trânsito e voto impresso**. 2009. Disponível em: Presidente do TSE pede a Lula veto a voto em trânsito e voto impresso. Acesso em: 29 mar. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Voto sem cópia [editorial]. Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 out. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0410200303.htm>. Acesso em 29 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUX, Luiz. **Sonora do ministro do STF para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 4 mai. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10545445/>. Acesso em: 4 mai. 2022.

GABEIRA, Fernando. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 16 ago. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10854914/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

GABEIRA, Fernando. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 25 abr. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10517334/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GABEIRA, Fernando. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 28 abr. 2022c. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10528280/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GABEIRA, Fernando. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 10 jun. 2022d. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10658628/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GENTILLI, Victor. O futuro do jornalismo: democracia, conhecimento e esclarecimento. In: **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

GIURCO, Matteo. Euronews: visiones de Europa em los años noventa. **Revista de Estudios Europeos**, n. 75, p. 378-394, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7216862>. Acesso em 14 set. 2021.

GOMES, Itania Maria Mota. Metodologia de análise de telejornalismo. In: GOMES, Itania Maria Mota (org). **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: Edufba, 2011.

GOMES, Pedro Henrique; CARVALHO, Letícia. Deputados governistas fazem ato político no Palácio do Planalto em apoio a Bolsonaro e Daniel Silveira. G1, São Paulo, 27 de abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/27/deputados-governistas-fazem-ato-politico-no-palacio-do-planalto-em-apoio-a-bolsonaro-e-daniel-silveira.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2022.

GOMES, Wilson. Audioesfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional. In: GOMES, Itania. (Org). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUEDES, Octavio. Bolsonaro aprovou a ‘Declaração à Nação’ escrita por Temer na manhã seguinte aos atos de 7 de setembro. Blog do Octavio Guedes, Rio de Janeiro, 10 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/10/bolsonaro-aprovou-a-declaracao-a-nacao-escrita-por-temer-na-manha-seguinte-aos-atos-de-7-de-setembro.ghtml>. Acesso em 10 set. 2021.

GUERREIRO, Gabriela. Jobim diz que vai sugerir a Lula que vete artigo da reforma sobre voto impresso. Folha de S. Paulo, Brasília, 17 set. 2009. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/09/625311-jobim-diz-que-vai-sugerir-a-lula-que-vete-artigo-da-reforma-sobre-voto-impresso.shtml>. Acesso em 29 mar. 2022.

GUILHERME, Sofia Franco. Corpos brasileiros em cena: A dança contemporânea apresentada pelo jornalismo audiovisual especializado na série Corpos. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Meios e Processos Audiovisuais - Escola de

Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-27122018-115215/> . Acesso em: 12 Dez. 2021.

GUIMARÃES, Thiago. A Luta pela Visibilidade na Campanha 'Ficha Limpa': mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, vol. 7 n. 2, 2017, p. 220-243. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/149255>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GUTMANN, Juliana Freire. Formas do telejornal: um estudo das articulações entre valores jornalísticos e linguagem televisiva. 2012. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Comunicação política na sociedade mediática**: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. Tradução de Ângela C. S. Marques. *Libero*, n. 21, p. 9-22, 2008. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/592> . Acesso em: 13 mar. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed.Trad.: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**. São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tcSTz3QGHghmfzbvL6m6wcK/?lang=pt> . Acesso em: 13 Mar. 2021.

HAUBER, Gabriella. Deliberação mediada sobre a redução da maioria penal: emoção, razão e opinião pública. *Revista Ciberlegenda*. Rio de Janeiro, ed. 33, 2015, p. 80. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1870932698?fromopenview=true&pq-origsite=gscholar> . Acesso em: 2 jul. 2021.

HISTÓRIA Jornal GloboNews. Memória Globo, 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/globonews/jornal-globonews/noticia/historia.ghtml>

JESUS, Rosane Martins. Relações interconectadas entre a audiência constelacional, os telejornais e seus repórteres. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Insular, 2020.

JORNAL da Globo. Memória Globo, Rio de Janeiro, s/d, 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-da-globo/noticia/jornal-da-globo.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

JUSTINO, Agatha Arianne de Assis. Mídia e masculinidade: o programa de televisão Manhattan Connection. Dissertação (Mestrado), Programa de Estudos Pós-Graduados em

Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19644> . Acesso em 13 dez. 2021.

LAGE, Daniela Gentil Rodrigues Cal; LIMA, Celia Fernanda Trindade. Acontecimento violento, mídia e deliberação: tensões entre razão e emoção no debate público sobre a redução da maioria penal. **Lumina**, Juiz de Fora, vol. 5, n. 2, 2011, p. 1-27. Disponível em: <http://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/download/21008/11383>. Acesso em 13 dez. 2021.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.

LONGUINHO, Daniella Ribeiro de Sousa. A prática do “diálogo possível”: análise da narrativa jornalística em entrevistas. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17844> . Acesso em: 12 dez. 2021.

LOPES, Rafael Pinheiro. A importância dos outsiders políticos: entre desintermediação e hibridismo midiático. **Revista Comunicando**. Lisboa, vol. 11, n. 2, jul/dez 2022. Disponível em: <https://revistacomunicando.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/266/194>. Acesso em 15 set. 2022.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2003.

MAFRA, Rennan. Deliberação mediada e legitimidade discursiva: uma aproximação possível? *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, vol. 13, n. 20, 2011, p. 61-82. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/170/140>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAGENTA, Matheus. Eleições: o que tem levado cada vez mais políticos a alegar fraude nas urnas pelo mundo. *BBC News Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57466366>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MAIA, Rousiley (coord.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008b.

MAIA, Rousiley. A deliberação nos *media*: apontamentos conceituais. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, vol. 30, n. 50, 2008a, p. 81-101. 2008a. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/710>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAIA, Rousiley. A dinâmica da deliberação: indicadores do debate midiado sobre o referendo do desarmamento. **Contemporânea**, Salvador, vol. 4, n. 2, 2006, p. 13-42. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3496>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1994.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A deliberação a longo-prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva. **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, vol. 7, n. 2, 2010a, p. 273-285. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n2p273/14455>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Dimensões da Autonomia: O Programa Bolsa-Família no discurso midiático e na fala das beneficiárias. **Contracampo**. Rio de Janeiro, n. 14, 2006, p. 129-162. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17421>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Ética do discurso e deliberação mediada sobre a questão das cotas raciais. **Líbero**. São Paulo, v. 13, n. 26, 2010b, p. 75-90. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/facasper_artigo_2010_ACSMarques.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. O processo deliberativo a partir das margens: o programa Bolsa Família na mídia e na fala das beneficiárias. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. O Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias: o lugar ocupado pelo Estado na configuração dialógica dos espaços de debate público. **Revista ECO-Pós**, v.11, n.1, 2008a. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1007. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, São Paulo, ano XI, n. 21, 2008b, p. 23-36. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/594>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida et al. O fórum na tela: eleições, debates televisivos e deliberação mediada. **Contemporanea**. Salvador, vol. 7, n. 1, 2009, p. 1-28. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3604>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MIOLA, Edna. Deliberação mediada: uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. **Estudos em Comunicação**. Portugal, v. 7, n. 1, 2010, p. 1-28. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/marques-miola-deliberacao.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 55, 2011, p. 203-229. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2378>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MATAIS, Andrezza; ROSA, Vera. **Ministro da Defesa faz ameaça e condiciona eleições ao voto impresso**. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro->

da-defesa-faz-ameaca-e-condiciona-eleicoes-de-2022-ao-voto-impresso,70003785916.
Acesso em: 29 mar. 2021.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEDEIROS, Rejane Maria de. Tributos em pauta: a publicização das questões tributárias no JN e as perspectivas de contra-agendamento do tema justiça fiscal. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7612?locale=es> . Acesso em: 30 maio 2021.

MIDDLEJ, Aline. **Apresentadora do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 29 abr. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10531983/>. Acesso em 29 abr. 2022.

MIGUEL, Luiz Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, vol. 16, n.2. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p46>. Acesso em 20 set. 2022.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados**: a criação da empresa brasil de comunicação em debate no congresso e na imprensa. 2012. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MIRANDA, Mozarth Dias de Almeida. A pauta jornalística na convergência digital: outros caminhos e novos desafios. 2011. 127 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89528> .Acesso em: 12 Dez. 2021.

MIRANDA, Pedro Augusto Silva. Intimidade mediada: as estratégias narrativas do GloboNews Em Pauta na comunicação com o público. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9334>. Acesso em 30 jun 2022.

MORAES, Acácio. 94% têm conta em alguma rede social; WhatsApp lidera com 92%. Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2022/07/94-tem-conta-em-alguma-rede-social-whatsapp-ldera-com-92.shtml>. Acesso em 20 set. 2022.

MORAES, Alexandre de. **Sonora do ministro do STF para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 17 ago. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10858173/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MURDOCK, Graham. Refeudalização revisitada: a destruição da democracia deliberativa. Matrizes. São Paulo, vol. 12, n. 2, maio/ago 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/149601>. Acesso em 15 set. 2022.

NERY, Erick Matheus. Globo deixa prejuízo no passado e fecha 2022 com lucro de R\$ 1,25 bilhão; veja números. Suno Notícias, São Paulo, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://www.suno.com.br/noticias/globo-balanco-2022-lucro-bilionario/>. Acesso em 20 jun. 2023.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 10 mai. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10563751/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 9 mai. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10559780/>. Acesso em: 9 mai. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 12 mai. 2022c. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10571308/>. Acesso em 12 mai. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 12 mai. 2022d. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10571308/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 2 jun. 2022e. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10634025/>. Acesso em 2 jun. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 11 jun. 2022f. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10567415/>. Acesso em 11 jun. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 11 mai. 2022g. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10567415/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h.** São Paulo. GloboNews. 10 jun. 2022h. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10658628/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 9 mai. 2022i. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10559780/>. Acesso em: 9 mai. 2022.

NERY, Natuza. **Comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 18 out. 2022j. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11038750/>. Acesso em: 18 out. 2022.

NEVES, Rafael; BORGES, Stella. Sem provas, Bolsonaro insinua fraude e ameaça eleições de 2022. Uol, São Paulo, 8 jul. 2021. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/08/ou-fazemos-eleicoes-limpas-no-brasil-ou-nao-temos-eleicoes-diz-bolsonaro.htm#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20\(sem,não%20houver%20%22eleições%20limpas%22](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/08/ou-fazemos-eleicoes-limpas-no-brasil-ou-nao-temos-eleicoes-diz-bolsonaro.htm#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20(sem,não%20houver%20%22eleições%20limpas%22). Acesso em: 10 jul. 2021.

NICOLETTI, Janara; FLORES, Ana Marta. Violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no YouTube. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, vol. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1438/1401>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NOGUEIRA, Paulo Sérgio. **Sonora do ministro da Defesa para o Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 6 jul. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10734895/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga. Desafios para o avanço dos direitos humanos no Brasil: uma análise das justificações no debate mediado em torno do caso do PNDH-3. **Compolítica**. Vol. 4, n. 2, p. 155-184, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga. Direitos humanos e suas justificativas na mídia: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ABEQS>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PAGE, Benjamin I. **Who deliberates?** Mass media in modern democracy. London: University of Chicago Press, 1996.

PAGOTO, Lia Gabriela; LONGHI, Raquel Ritter. Plataformização, tecnopopulismo e desintermediação das fontes em ataques ao jornalismo no Instagram. **Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 147, ago/nov 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093848>. Acesso 15 set. 2022.

PASA, Poliana Dorneles. Televisão e enquadramentos transnacionais: dez anos do 11 de setembro. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, PUCRS. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4538>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. Tradução de Marcelo Santos e Victor Varcelly. **Libero**, n. 39, p. 16-35, 2017. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/866>. Acesso em 20 set. 2022.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **GloboNews 10 anos: 24 horas no ar**. Rio de Janeiro: Editoria Globo, 2006.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PETERS, Gabriel. De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo social**. São Paulo, v. 29, n. 1, 2017, p. 275-303. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/104448> . Acesso em 8 set. 2021.

PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. Da anatomia do telejornal midiaticado: metamorfoses e narrativas múltiplas. **Brazilian Journalism Research**. São Paulo, vol. 8, n. 2, 2012, p. 118-134. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/427> . Acesso em: 20 abr. 2022.

PSDB diz que não é possível auditar sistema do TSE e pede voto impresso. G1, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/auditoria-do-psdb-nao-encontra-fraudes-no-2-turno-das-eleicoes-2014.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RAVACHE, Guilherme. Por que a Globo pode ser a maior beneficiada pelo PL das Fake News. Carta Capital, São Paulo, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaopor-que-a-globo-pode-ser-a-maior-beneficiada-pelo-pl-das-fake-news/>. Acesso em 19 jun. 2023.

REZENDE, Guilherme. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, Amanda; MENEZES, Luiz Fernando. Como a desinformação sobre as urnas abasteceu a artilharia de Bolsonaro contra o sistema eleitoral. Aos Fatos, São Paulo, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desinformacao-urnas-abasteceu-artilharia-bolsonaro-contrasistema-eleitoral/>. Acesso em 12 maio 2023.

RICHTER, André. STF julga inconstitucional voto impresso nas eleições. EBC, Brasília, 6 nov. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/11/stf-julga-inconstitucional-voto-impresso-nas-eleicoes>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RINKE, Eike Mark. **Mediated deliberation**. In: MAZZOLENI, Gianpietro (org). The International Encyclopedia of Political Communication. Wiley Blackwell, 2015. Disponível em: <https://osf.io/preprints/socarxiv/xnc4u/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RODRIGUES, Alex. Em 2021, 82% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet. Agência Brasil, Brasília, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/em-2021-82-dos-domicilios-brasileiros-tinham-acesso-internet>. Acesso em 30 set. 2022.

ROTHBERG, D. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, R. (org.). **Vitrine e vidraça**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: Labcom Books; Universidade da Beira Interior, 2010.

RUDNITZKI, Ethel; LOBATO, Gisele. Debate nos Três Poderes sobre regulação das redes mobiliza ações de lobby do Google à Globo. AOS FATOS, São Paulo, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/regulacao-redes-sociais-lobby/>. Acesso em 19 jun. 2023.

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. **A TV pública não pública**: televisões não comerciais no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SARMENTO, Rayza. Entre tempos e tensões: o debate mediado antes e depois da sanção da lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher. **Feminismos**, vol. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30025>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, Michael. Autonomy from what? In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erick (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

SCHUDSON, Michael. Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHUDSON, Michael. The power of the news. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SCIREA, Bruna Weis. Notícia em tempo real: as implicações da instantaneidade na legitimidade e na credibilidade telejornalísticas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9502>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SILVA, Edna de Mello. A TV no papel: uma narrativa da inauguração da PRF 3 TV Tupi de São Paulo e do primeiro telejornal “Imagens do Dia”. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Insular, 2020.

SILVA, Fernanda Mauricio da. A conversação como estratégia de construção de programas jornalísticos televisivos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/5121>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SILVA, Paulo Ferracioli. A batalha das biografias na arena midiática da democracia: uma análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística. Dissertação (mestrado) - Setor de Artes, Comunicação e Design. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017, 147f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46180> . Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Democracia e códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. Edições SESC, 2019.

SOBRE o Pacto pela Democracia. Pacto pela Democracia, s/d. Disponível em: <https://www.pactopelademocracia.org.br>. Acesso em 22 jan. 2023.

SOUZA, Fabiana Pinheiro de. A imagem fotográfica produzida pelo cidadão comum como informação jornalística: um estudo do aplicativo “Na Rua”, da GloboNews. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial_FabianaPinheiroDeSouza_8127.pdf . Acesso em: 12 dez. 2021.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2015.

STRÖMBÄCK, Jasper.; VAN AELST, Peter. Why political parties adapt to the media. **International Communication Gazette**, v. 75, n. 4, p. 341-358, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1748048513482266>. Acesso em 24 set. 2022.

STROMBACK, Jesper. Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics. **International Journal of Press/Politics**, vol.13, n.3, p.228-246, 2008.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Cinco momentos importantes para entender os 70 anos do telejornalismo no Brasil. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Insular, 2020.

THOMÉ, Claudia; PICCININ, Fabiana; REIS, Marco Aurélio. Anatomias narrativas do telejornalismo contemporâneo e seus elementos certificadores. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Insular, 2020.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRALLI, César; ABREU, Ricardo. **Interação entre apresentador e repórter do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 15 set. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10940290/>. Acesso em: 15 set. 2022.

TRALLI, César; ABREU, Ricardo. **Interação entre apresentador e repórter do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 15 set. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10940290/>. Acesso em: 15 set. 2022.

TRALLI, César; ABREU, Ricardo. **Interação entre apresentador e repórter do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 28 abr. 2022c. Programa de TV.

Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10528280/>. Acesso em 28 abr. 2022.

TRALLI, César; CAMAROTTI, Gérson. **Interação entre apresentador e comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 21 jul. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10780911/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

TRALLI, César; GABEIRA, Fernando. **Interação entre apresentador e comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 4 mai. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10545445/>. Acesso em: 4 mai. 2022.

TRALLI, César; LUCENA, Karla. **Interação entre apresentador e repórter do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 17 ago. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10858173/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

TRALLI, César; LUCENA, Karla. **Interação entre apresentador e repórter do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 25 abr. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10567415/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

TRALLI, César; NERY, Natuza. **Interação entre apresentador e comentarista do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 13 jun. 2022. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10665597/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 11 mai. 2022a. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10567415/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 11 ago. 2022b. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10841576/>. Acesso em 11 ago. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 2 jun. 2022c. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10634025/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 17 ago. 2022d. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10858173/>. Acesso em 17 ago. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 27 mai. 2022e. Programa de TV. Disponível

em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10616388/>. Acesso em: 27 mai. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 8 ago. 2022f. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10831761/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 5 mai. 2022g. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10549129/>. Acesso em: 5 mai. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 16 ago. 2022h. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10854914/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

TRALLI, César. **Apresentador do Jornal GloboNews Edição das 18h**. São Paulo. GloboNews. 27 jul. 2022i. Programa de TV. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10797751/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

VALENTE, Jonas. Regulação do acesso à internet no Brasil. In: PEREIRA, Sivaldo. BIONDI, Antonio (org.). **Caminhos para a universalização da internet e banda larga**. Experiências internacionais e desafios brasileiros. São Paulo: Intervezes, 2012. Disponível em: <https://intervezes.org.br/publicacoes/caminhos-para-a-universalizacao-da-internet-banda-larga-experiencias-internacionais-e-desafios-brasileiros/>. Acesso em 10 out. 2022.

VAN DIJK, Teun. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**. Vol. 11, n. 2, p. 199-220, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1750481317691838>. Acesso em 10 mar. 2023.

VAQUER, Gabriel. César Tralli vira “líder” na GloboNews e aumenta ainda mais prestígio na Globo. Na Telinha, São Paulo, 24 maio 2021. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2021/05/24/cesar-tralli-vira-lider-na-globonews-e-aumenta-ainda-mais-prestigio-na-globo-164355.php>. Acesso em 30 jun. 2021.

VEÍCULOS de imprensa suspendem cobertura da porta do Alvorada. Abraji, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/veiculos-de-imprensa-suspendem-cobertura-presidencial-na-porta-do-alvorada>. Acesso em 15 set. 2022.

VIZEU, Alfredo Eurico; CERQUEIRA; Laerte. Os saberes da pedagogia no telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31212>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

VIZEU, Alfredo. Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento. **Revista Famecos**. Porto Alegre, vol. 2, n. 3, 2014, p. 860-877. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17810> . Acesso em 07 set. 2021.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Educação e linguagem**. São Bernardo do Campo, n. 16, jul./dez. 2007, p. 63-71. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126> . Acesso em: 8 set. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

ZIMMERMANN, Patricia. TSE recomenda revogação da lei que instituiu voto impresso. Folha de S. Paulo, Brasília, 28 out. 2002. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41712.shtml>. Acesso em 29 mar. 2022.

APÊNDICE A – LINK DE ACESSO ÀS EDIÇÕES ANALISADAS

25/04/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10517334/>

28/04/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10528280/>

29/04/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10531983/>

03/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10541916/>

04/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10545445/>

05/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10549129/>

06/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10553305/>

07/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10555710/>

09/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10559780/>

10/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10563751/>

11/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10567415/>

12/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10571308/>

13/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10574875/>

14/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10577236/>

16/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10581584/>

17/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10584862/>

18/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10588371/>

19/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10592086/>

20/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10595737/>

27/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10616388/>

28/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10618925/>

31/05/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10627348/>

02/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10634025/>

03/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10637416/>

04/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10639898/>

06/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10643906/>

07/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10647294/>

10/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10658628/>

13/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10665597/>

15/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10673103/>

20/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10685682/>

21/06/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10689243/>

06/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10734895/>

15/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10763494/>

18/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10769945/>

19/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10773364/>

20/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10777002/>

21/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10780911/>

25/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10791343/>

26/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10794645/>

27/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10797751/>

28/07/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10801092/>

01/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10811508/>

02/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10814902/>

03/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10818371/>

04/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10821949/>

05/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10825418/>

08/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10831761/>

10/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10838439/>

11/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10841576/>

16/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10854914/>

17/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10858173/>

18/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10861595/>

20/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10867450/>

22/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10871996/>

23/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10875465/>

24/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10879130/>

25/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10882589/>

26/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10886206/>

31/08/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10898843/>

02/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10905717/>

05/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10912095/>

07/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10918618/>

09/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10925040/>

14/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10937321/>

15/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10940290/>

19/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10949703/>

21/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10956131/>

22/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10959270/>

24/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10965150/>

28/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10975344/>

30/09/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/10981992/>

11/10/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11019032/>

18/10/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11038750/>

19/10 Obs.: Central das Eleições ocupou todo o horário |
<https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11041968/>

27/10/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11067706/>

31/10/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11084249/>

01/11/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11088238/>

02/11/2022 Obs.: Central das Eleições ocupou todo o horário |
<https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11091579/>

03/11/2022 | <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18h/v/11095014/>

APÊNDICE B – LISTAGEM DE FONTES MOBILIZADAS

a) Fontes Poder Judiciário

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Edson Fachin, presidente TSE	STF	Um ministro do STF	
Alexandre de Moraes, presidente do TSE	TSE	Alguns ministros do TSE	
Luiz Fux, presidente do STF	Conselho Nacional de Justiça		
Luís Roberto Barroso, ministro do STF			
Sandro Nunes Vieira, juiz aux. pres. TSE			
Kassio Nunes Marques, ministro do STF			
Carmen Lucia, ministra do STF			
Luís Carlos Gomes Mattos, presidente STM			

b) Fontes Poder Legislativo

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados	Congresso Nacional	Interlocutores políticos de Arthur Lira	
Rodrigo Pacheco, presidente do Senado	Câmara dos Deputados	Interlocutores de Rodrigo Pacheco	
Fernando Bezerra, senador aliado a Bolsonaro	Senado Federal	Deputados da oposição	
Fernando Francischini, deputado federal		Integrantes do Centrão	
Alencar Santana, líder da minoria na Câmara			
Randolfe Rodrigues, líder da oposição no Senado			

c) **Fontes Poder Executivo**

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Paulo Sérgio Nogueira, ministro da Defesa	Palácio do Planalto		Interlocutores do presidente
Jair Bolsonaro, presidente da República	Polícia Federal		
Anderson Torres, ministro da Justiça	Gabinete de Segurança Institucional		
Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil	Ministério da Defesa		
James Padilha, comandante PM RO			
Fábio Faria, ministro das Comunicações			

d) **Fontes Sociedade Civil**

(continua)

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Ubiratan Cazetta, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Pesquisador da Universidade de Mato Grosso do Sul	
Celso Campilongo, diretor da Faculdade de Direito da USP	Movimento Pacto pela Democracia	Representantes de entidades da sociedade civil	
Eunice de Jesus Prudente, professora da USP e da Faculdade Zumbi dos Palmares	Associação dos Juízes Federais (Ajufe)	Apoiadores de Jair Bolsonaro	
Maria Paula Dalari Bucci, professora da Faculdade de Direito da USP	Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)		

(conclusão)

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Flavio Flores da Cunha Bienrenbach, jurista	Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra)		
Telma Aparecida Andrade Victor, secretária de Formação da CUT/SP	Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)		
José Geraldo de Sousa Junior, professor titular e ex-reitor da UnB	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)		
Octavio Ferraz, professor de Direito na King's College	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)		
Malu Gaspar, colunista do jornal O Globo	Comissão Arns		
José Sarney, ex-presidente da República	Partido Liberal (PL)		
	Central Única dos Trabalhadores (CUT)		
	Força Sindical		
	União Nacional dos Estudantes		
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP)		
	Universidade de São Paulo (USP)		
	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)		
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)		

e) Fontes Órgãos Independentes

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Augusto Aras, procurador-geral da República	Tribunal de Contas da União	Procuradores da República	
Lindora Araújo, vice procuradora-geral da República	Ministério Público de São Paulo	Sub-procuradores da República	
Mario Sarrubbo, procurador-geral de Justiça de SP	Procuradoria Geral da República	Fontes do Ministério Público Federal	
	Ministério Público Federal		
	Ministério Público Eleitoral		

f) Fontes Especialistas

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Claudio Coutto, cientista político			
Fernando Abrucio, cientista político			
Carlos Ayres Britto, jurista			

g) Fontes Forças Armadas

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Héber Portela, representante das Forças Armadas na CTE	Exército Brasileiro	Representantes das Forças Armadas	Integrantes da cúpula do Exército
	Forças Armadas	Generais da ativa e da reserva	Membros do alto comando das Forças Armadas

h) Fontes Mercado

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Armínio Fraga, economista	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)		
	Federação Brasileira de Bancos (Febraban)		
	YouTube/Meta		

i) Fontes Comunidade Internacional

Indivíduos nominados	Órgãos/instituições	Indivíduos não nominados	<i>Off the records</i>
Ned Price, porta-voz do departamento de Estado EUA	Embaixada dos Estados Unidos	Embaixadores	Diplomatas sediados em Brasília
Michelle Bachelet, alta comissária da ONU para os Direitos Humanos	Organização dos Estados Americanos (OEA)	Analistas internacionais	Diplomatas de duas missões da ONU em NY
	Parlamento do Mercosul	Observadores internacionais	Embaixador de um país da União Europeia
	Embaixada do Reino Unido		Fontes de diferentes embaixadas